

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**ESCOLA, MOVIMENTO NEGRO E MEMÓRIA: O 13 DE MAIO EM
SOROCABA – 1930**

Fátima Aparecida Silva

Sorocaba/SP
Dezembro/2005

Fátima Aparecida Silva

**ESCOLA, MOVIMENTO NEGRO E MEMÓRIA: O 13 DE MAIO EM
SOROCABA – 1930**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luis Cammarano González

**Sorocaba/SP
Dezembro/2005**

**ESCOLA, MOVIMENTO NEGRO E MEMÓRIA: O 13 DE MAIO EM
SOROCABA – 1930**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, pela Banca Examinadora formada pelos seguintes Professores:

Orientador: Jorge Luis Cammarano
González

1º Exam.: Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior
Universidade Federal do Ceará.

2º Exam.: Prof. Dr. Kabengele Munanga
Universidade de São Paulo.

Sorocaba, 08 de dezembro de 2005.

Agradecimentos

A Yalorixá Luisa Franquiliina (em memória)

A Osvaldina Seabra (em memória)

A Ondina Seabra.

Minha mãe Maria de Lourdes da Silva, meu irmão Jair Fernandes da Silva, meu sobrinho Alex dos Santos.

Ao meu orientador Jorge Luis, pelo incentivo, apoio e orientação, pessoa pela qual tenho admiração, pela ética, humanidade, companheirismo.

Aos professores e amigos: Henrique Cunha Júnior, Kabengele Munanga, Wilson Sandano, pelo paciente trabalho de dialogar comigo, de compartilhar esclarecimentos fundamentais para a pesquisa.

A toda equipe do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, que proporcionou condições de desenvolver o projeto.

Aos amigos e amigas, militantes do movimento negro brasileiro, professores/as e colegas do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, que durante meus estudos foram os/as companheiros/as de caminhada.

Às amigas Joselina da Silva e Reginildes Rodrigues Santa Bárbara pelo companheirismo incentivador, paciência de ouvir minhas inquietações.

Ao Núcleo de Cultura Afro-Brasileira. Nucab - Uniso.

minha cor não é luto

a minha cor não é luto
ela não é a cor da morte
a minha cor é vida

é soma de outras cores
acordo entre falo e útero
a minha cor é luz que vibra

a minha não é cor do pesar
não é a cor do penar
muito menos da maldade

é sol que acorda no peito
é som que acolhe nas bordas
é de verdade

é herança de ancestral
é noite no corpo e sinal
espelho da fraternidade

Márcio Barbosa

RESUMO

O presente trabalho vincula-se à linha de pesquisa: Conhecimento e Cotidiano Escolar e tem por objetivo investigar as concepções produzidas como expressão da *comemoração* do 13 de Maio, no âmbito da instituição escolar e do movimento negro, aqui representado pela Frente Negra Brasileira de Sorocaba, na década de 30 do Século passado. Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica que busca compreender as múltiplas dimensões do referido processo. Nesse sentido a contextualização do problema exigiu uma breve retrospectiva histórica e sociológica da instituição escolar e do movimento Frente Negra Brasileira de Sorocaba, em 1930. Outra questão que examinamos para atingir o objetivo da pesquisa é o processo de apropriação ideológica da história da Abolição, representada pela data 13 de Maio. Este processo de apropriação revela uma disputa pela memória histórica, travada entre a população negra e o movimento da Frente Negra Brasileira de Sorocaba e a intervenção do Estado, representado pelo governo de Getúlio Vargas. Comparando as representações do 13 de Maio nas instituições escolares e na Frente Negra Brasileira de Sorocaba, percebemos algumas diferenças. Nas comemorações do movimento negro, apesar de haver referências aos abolicionistas, o movimento considerava que a libertação da população negra deveria ser complementada pelo acesso à educação. Neste sentido a data do 13 de Maio, é, para o movimento social negro, um momento de luta, protesto, reivindicações. Já em relação à apropriação da memória do 13 de Maio, nas instituições escolares, a data não foi comemorada com destaque, já que foi retirada do calendário nacional e escolar pelo governo de Getúlio Vargas. Entretanto, cabe destacar que a ação do Estado, está marcada pela ideologia que transfere a memória da abolição para ação dos setores sociais dominantes. Nas ações do Estado, há um incentivo pelas comemorações dessa memória oficial, nas escolas, para o fortalecimento da brasilidade e/ou da nacionalidade, representadas, por exemplo, nas figuras da Princesa Isabel, Dom Pedro I e Duque de Caxias. A memória dos 13 de Maio de 1888 como referência à abolição dos escravos no Brasil, é disputada ao longo da história, e neste sentido revelou ser um importante objeto de pesquisa.

Palavras Chaves: Educação – Relações Raciais – Escola – Movimento Negro.

ABSTRACT

This paper is linked to the research line: School Knowledge and its Everyday, and aims to investigate the conceptions derived from the celebration of May 13th (Slavery Abolition Day) in the scope of both the school institution and the Negro movement, herein represented by the "Frente Negra Brasileira de Sorocaba" (Brazilian Negro Front in Sorocaba), in last century's thirties (1930s). Mrs. Ondina Seabra's statements were taken as reference along this research for her being black, a teacher and having participated together with her mother and siblings in the "Frente Negra Brasileira de Sorocaba" events.

This paper relates to both a documentary and bibliographical research, which seeks to understand the multiple dimensions of the research process. Therein, contextualizing the issue required a brief historical and sociological retrospective of the school institution as well as the "Frente Negra Brasileira de Sorocaba" movement in 1930. In order to fulfill the targets of the research, another issue was examined, that is, the process of ideological appropriation of the Abolition history, represented by the date May 13th. This appropriation process reveals a dispute for the historical memory between the black population and the "Frente Negra Brasileira de Sorocaba", with the State intervention represented by the government of Getulio Vargas. By comparing the May 13th civic presentations at the school institutions and at the "Frente Negra Brasileira de Sorocaba", a few differences were noticed. In their celebrations, despite the mention of the abolitionists, the Negro movement considered that the freeing of the black population should be complemented by means of access to education. Therefore, May 13th is for the Negro social movement a moment of fight, protest and claims. Regarding the appropriation of the May 13th memory, though, the date was not celebrated with distinction in schools, once it had been removed from both the national and school calendars by the government of Getulio Vargas. However, it is worth mentioning that the State action is marked by the ideology, which transfers the Abolition memory to the ruling social class actions. In the State actions, these kinds of celebrations are encouraged, aiming the strengthening of the essential nature of the Brazilian people and/or native, represented, for example, by the figures of Princess Isabel, Prince Dom Pedro I and Duke of Caxias. The memory of May 13th, 1888, as a reference to the slavery abolition in Brazil, is disputed along History, and therefore, has proved to be an important object of research.

Keywords: Education – Racial Relations – School – Negro Movement

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 DIMENSÕES HISTÓRICAS DA ESCRAVIDÃO NEGRA EM SOROCABA	14
1.1 Caracterizando o período escravista em Sorocaba	14
1.2 A questão indígena	18
1.3 Contexto e aspectos socioeconômicos da escravidão do Negro: 1870-1888	24
1.4 Origens e presença da população negra escravizada em Sorocaba.	30
1.4.1 A fase da mineração: mão-de-obra escrava ; mão de obra qualificada	30
1.4.2 Tropeirismo e escravidão nos séculos XVIII e XIX em Sorocaba	39
1.4.3 Irmandade Nossa do Rosário dos Homens Pretos	42
2 HISTORIOGRAFIA, IMPRENSA E ESCRAVIDÃO NEGRA EM SOROCABA	47
2.1 Escravo fugido, crime de escravos: repressão e resistência	61
2.2 O movimento abolicionista no Brasil e o 13 de Maio de 1888	77
2.2.1 Dimensões históricas e concepções ideológicas	77
2.3 As ideologias raciais no século XIX e suas influências nos discursos do movimento abolicionista no Brasil	83
2.3.1 As ideologias raciais no século XX. Identidade nacional brasileira - 1920-1930	90
3 O 13 DE MAIO: MEMÓRIA, APROPRIAÇÃO E LUTAS.	92
3.1 O 13 de Maio de 1888, em Sorocaba.	94
3.2 A Frente Negra Brasileira de Sorocaba e o 13 de Maio.	96
3.3 O 13 de Maio em Sorocaba na década de 1930	100
3.4 1930: O 13 de Maio no espaço escolar.	104
4 DAS RELAÇÕES ENTRE ESCOLA, MOVIMENTO NEGRO E O 13 DE MAIO EM SOROCABA	110
4.1 Considerações sobre as relações entre história e memória	110

4.2	A memória e a fotografia: desafiando a história.	120
4.3	A Frente Negra Brasileira de Sorocaba	123
4.4	Produzindo a memória: a presença de dona Ondina.	128
4.5	Resgatando a memória da presença de dona Ondina.	129
4.5.1	Identificação e infância	130
4.5.2	Ondina: a aluna	131
4.5.3	Preparação para ser professora	132
4.5.4	A prática docente	133
4.6.	Dos encontros e das entrevistas	133
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
	REFERÊNCIAS.	159
	ANEXO I – Lei nº. 2040 de 28.09.1871- Ventre Livre	162
	ANEXO II – Anúncios de jornais das décadas de 1770 e 1880 sobre escravismo em Sorocaba	164
	ANEXO III – Artigo Aluisio de Almeida publicado no jornal Cruzeiro do Sul nos dias 4 e 5 de fevereiro de 1969	168
	ANEXO IV - Livro de registro de carta de liberdade aos escravos da Fábrica de Ferro São João do Ypanema e Estabelecimento Naval do Itapura, 1872	171
	ANEXO V -. Quadro demonstrativo de matrícula onde acham contemplados menores escravos cuja condição servil foi verificada, 1887. Sorocaba nº. 09.	178
	ANEXO VI -. Quadro demonstrativo: Escravos libertos por conta do Fundo de emancipação. Município de Sorocaba, 1876.	180
	ANEXO VII. Quadro demonstrativo: Relação dos municípios da província de São Paulo e dos escravos matriculados em cada um deles, os quais cabem quantias de quotas para libertação dos escravos em virtude da Lei de 28 de setembro 1871. Sorocaba nº. 79.	181

ANEXO VIII. Quadro demonstrativo da população geral da província de São Paulo. Apuração geral da população escrava até junho de 1885. Sorocaba nº 80.

183

APRESENTAÇÃO

No decorrer de nossa prática, na condição de militante do movimento negro, profissional e pesquisadora em educação, diversos foram os desafios e as reflexões envolvendo a temática das relações raciais com a educação escolar. Com base nessas reflexões e desafios, desenvolvemos um projeto de pesquisa orientado pelo propósito de estudar a ideologia presente nas imagens sobre o negro, construídas nos desfiles escolares em Araguaína, Tocantins, onde trabalhamos. Com este projeto participamos em 2003 da seleção de bolsas de pós-graduação do Programa Internacional de Bolsas de Pós Graduação da Fundação Ford. Seleccionada, ingressei em 2004 no Programa em Educação da Universidade de Sorocaba (UNISO). Em Sorocaba conhecemos a Sr^a. Ondina Seabra que em seus relatos nos informa que na década de 1930 o movimento negro Frente Negra Brasileira de Sorocaba realizava no dia 13 de Maio, desfile pela cidade. Prontamente entendemos que o objetivo da nossa pesquisa, isto é, o da compreensão da concepção ideológica sobre o negro produzida pelas representações criadas nos espaços institucionais da escola, não ficaria prejudicado se deslocássemos o campo de pesquisa para Sorocaba. E isto porque ao realizar pesquisa vinculada ao estudo das instituições escolares em Sorocaba, verificamos a ocorrência de desfiles comemorativos do Treze de Maio pela Frente Negra Brasileira de Sorocaba, e a referência a esta data de maneira diferenciada nas instituições escolares, na década de 1930. Em outras palavras, compreendemos que desenvolver pesquisa em Sorocaba possibilitaria verificar a concepção produzida no espaço escolar, sobre o negro, e também buscar o entendimento da concepção criada pelo próprio movimento negro sobre sua importância e participação na realidade social de Sorocaba, particularmente, no âmbito das instituições escolares.

Adotamos como parâmetro para desenvolver nosso propósito um movimento ocorrido na região de Sorocaba denominado Frente Negra Brasileira de Sorocaba. Este movimento teve presença marcante na década de 30 do século XX, aspecto que contribuiu para a delimitação temporal do tema-objeto de pesquisa. Observa-se que em Sorocaba, na década de 1930, as instituições escolares e a Frente Negra Brasileira de Sorocaba faziam referências de maneira diferenciada ao 13 de Maio (conforme depoimento que apresentaremos no terceiro capítulo desta dissertação,

prestado em 29 de outubro de 2004 por Ondina Seabra, negra, professora e participante da Frente Negra Brasileira de Sorocaba). Circunscrito a esse contexto de reflexão, foi elaborado o projeto de pesquisa: **Escola, movimento negro e memória: o 13 de Maio em Sorocaba – 1930.**

Vale registrar que, no início da pesquisa, pretendíamos investigar o espaço temporal de 1930 a 1950, pois encontramos em jornais ¹ referências sobre o Treze de Maio. Nesse período, no entanto, questões metodológicas vinculadas ao tratamento do material redirecionaram o recorte do tema para a década de 1930. Assim, à medida que fomos tomando contato com o material empírico, na pesquisa de campo, deparamos com importantes informações sobre a atuação da Frente Negra Brasileira de Sorocaba, as quais requereram de nós um aprofundamento teórico, que considerasse as especificidades desse movimento, em relação à cidade de Sorocaba. Nesse percurso, reafirmamos que adotamos como referência os depoimentos da Sr^a. Ondina Seabra: negra, professora, que desde criança com sua mãe e irmão/as participava de eventos do movimento Frente Negra Brasileira de Sorocaba.

Os depoimentos e materiais encontrados revelaram a importância da história desse movimento em Sorocaba, na década de 1930, história esta que merece ser registrada, sob a pena de estarmos sempre excluindo uma parte importante da formação da cidade de Sorocaba e, conseqüentemente, do Brasil.

A pesquisa buscou, através do aprofundamento do olhar nas representações construídas para *comemorar* o 13 de Maio, pelas instituições escolares e pelo movimento negro (Frente Negra Brasileira de Sorocaba), examinar o processo de produção da memória na escola e no movimento social representativo da sociedade civil, em Sorocaba, na década de 30 do século passado. Examinando, problematizando e tensionando as representações e comemorações, discernindo as várias maneiras de apropriação da história da Abolição, a sua ideologia, e como essas apropriações interferem na comemoração do 13 de Maio, no espaço escolar e no movimento Frente Negra de Sorocaba.

¹ *Cruzeiro do Sul*, nº. 7006, 12 de maio de 1930; *Correio de Sorocaba*, nº. 790, 12 de maio de 1930; *O Repórter*, nº. 26, 15 de maio 1932; *Correio de Sorocaba*, nº. 1223, 14 de maio de 1936; *O Gremio Varhagem* nº. 36, 2ª quinzena de abril de 1938; *Cruzeiro do Sul*, nº. 9843, 12 de maio 1940; *A Folha de Sorocaba*, nº. 541, 13 de maio 1940; *Cruzeiro do Sul*, nº. 13063, 12 de maio 1950.

Registre-se que atualmente em Sorocaba ainda é possível encontrar pessoas que atuaram no Movimento da Frente Negra Brasileira desta cidade e na área da educação na década de 1930.

As pessoas que fizeram parte desse contexto ajudaram a entender, em parte, a relação da escola com o 13 de Maio, e com o movimento negro, mediante um procedimento de pesquisa que chamamos de resgate da memória. A memória da população negra de Sorocaba foi guardada com muito carinho por pessoas que fizeram e fazem parte de sua produção. Memórias estas que sempre travaram um grande “duelo” com a história do dominante, uma história repleta de sutilezas e silêncios ideologicamente construídos

Destacamos que na metodologia da pesquisa o trabalho de resgate da memória e a fotografia ganharam significado. Recorremos, em relação à memória, ao trabalho de Ecléia Bosi (2003) que, ao analisar, interpretar e indicar o resgate da memória como fonte de pesquisa escreve: “A memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre nossa geração e as testemunhas do passado” (BOSI, 2004, p.15). Por sua vez, Boris Kossoy (2001) faz referências ao estudo da fotografia como possibilidade de pesquisa. “Toda e qualquer fotografia, além de ser resíduo do passado, é também um testemunho visual no qual se pode detectar - tal como ocorre nos documentos escritos – não apenas os elementos constitutivos que lhe deram origem fotográfica, uma série de dados poderão ser revelados” (KOSSOY, 2001, p.153-154).

Ressaltamos que a pesquisa procura trazer elementos relevantes para a reconstituição da história de Sorocaba e do Brasil, mas, de modo algum, esgotar o tema. O ideal seria que outros/as pesquisadores/as continuem buscando novas perspectivas e interpretações para uma temática tão importante que elucida questões sobre o 13 de Maio no Brasil. Em traços gerais o texto foi organizado como segue.

No primeiro capítulo, abordamos aspectos pertinentes à história da escravidão em Sorocaba, nas décadas de 1870 e 1880, com base em análise de documentos oficiais e jornais da época que caracterizam a realidade socioeconômica e política do Brasil e de Sorocaba, no período escravista. Dessa análise deriva nossa atenção para os discursos sobre educação e vadiagem, registrados na referida documentação.

No segundo capítulo, aprofundaremos a historiografia da escravidão negra de Sorocaba, examinando documentos oficiais dos arquivos do Estado de São Paulo, Sorocaba e artigos de jornais da década de 1880. Os documentos revelam a organização do Estado imperial no controle do sistema escravista.

No terceiro capítulo, apresentaremos e faremos considerações da produção da memória da Abolição, representada pela data do 13 de Maio, examinando como a data é tratada no âmbito das instituições escolares e por um movimento social representado pela Frente Negra Brasileira de Sorocaba, na década de 1930.

No quarto capítulo, fazemos considerações teórico-metodológicas, procurando discutir a utilização da memória oral como fonte de pesquisa, para investigar aspectos históricos e sociais. Apresentaremos o nosso ponto de vista a respeito da técnica de entrevista e sua realização, enfatizando os cuidados necessários no trato das pessoas entrevistadas. Apresentaremos um breve histórico sobre a pessoa da Sr^a. Ondina, levando em conta sua vida escolar e sua participação na Frente Negra Brasileira de Sorocaba. Trata-se de resgatar a memória como expressão das relações entre a Escola e o Movimento Negro em Sorocaba.

CAPÍTULO 1

DIMENSÕES HISTÓRICAS DA ESCRAVIDÃO NEGRA EM SOROCABA

1.1 - Caracterizando o período escravista em Sorocaba

Este capítulo aborda aspectos pertinentes à história da escravidão em Sorocaba, nas décadas de 1870 e 1880, com base em análise de documentos oficiais e jornais da época que caracterizam a realidade socioeconômica e política do Brasil e de Sorocaba, no período escravista. A diversidade política, jurídica e literária, contida nos discursos dos jornais pesquisados revelam, de certo modo, a maneira pela qual a sociedade escravista foi pensada ou apreendida. Dessa análise deriva nossa atenção para os discursos sobre educação e vadiagem, registrados na referida documentação. Em outras palavras, instrução para os libertos e vadiagem são temas que fizeram parte do discurso das elites da época e, nesse sentido, se mostram como fontes privilegiadas para o entendimento da estratificação social entre senhores, escravos e homens livres de Sorocaba nas décadas de 1870 e 1880. Questões como a posição de classe dos senhores, escravos e libertos são bastante pertinentes, e o contato com essas fontes jornalísticas suscitou uma indagação: quem eram os senhores das pessoas escravizadas e quem eram as pessoas escravizadas em Sorocaba?

Ao fazer um levantamento sobre a história de Sorocaba e a escravidão negra nas obras publicadas, tivemos basicamente duas preocupações: as poucas páginas escritas sobre o assunto e as concepções ideológicas nela contidas. Tendo como ponto de partida as duas observações, fomos a campo à procura de documentos, jornais da época e outras publicações para o melhor entendimento da história da escravidão negra em Sorocaba, demarcando o período de 1870 – 1880, por considerar sua relevância em termos do tema desta dissertação: **Escola, movimento negro e memória: o 13 de Maio em Sorocaba – 1930**. Acrescenta-se que consideramos como marco temporal o período de 1870 a 1888, por dois motivos: (1) por ser compreendido por alguns/as pesquisadores/as como um período

importante para o entendimento da história da escravidão e (2) por ser o período, conforme alguns pesquisadores, de fundação de Sorocaba, segundo (ANDRADE, 2000, p. 28) “a comarca de Sorocaba foi criada em 30.03.1871”.

Neste sentido, Aloísio de Almeida é o autor que tomamos como ponto de partida. Em sua obra *História de Sorocaba* (1969), faz referências, em pequenos textos, sobre a história da escravidão em Sorocaba. Também utilizamos como fonte de pesquisa publicações em jornais de Sorocaba do período de 1870 a 1888 (*Sorocabano*, 1970, 1971; *O Americano*, 1871; *Diário de Sorocaba*, 1880, 1888). Os jornais relatam assuntos referentes à escravidão em Sorocaba, que vão desde publicações de documentos oficiais, até publicações de venda de escravos. Buscamos também documentos oficiais localizados no Arquivo do Estado de São Paulo.

Com o conhecimento das matérias dos jornais pesquisados, este trabalho busca interpretá-las, fazemos reflexões fundamentadas nos campos da historiografia, sociologia e antropologia, no sentido de analisar qual o processo escravista na cidade de Sorocaba, compreendendo, contudo, que esse processo não estava desvinculado, mas fazia parte de um projeto político econômico das elites dominantes brasileiras, norte-americana e européia. No entanto, entendemos também que este projeto tem suas contradições no cotidiano da história, entre elas a participação do negro para o fim da escravidão no Brasil.

A compreensão da participação do negro no processo que tinha por finalidade a abolição da escravatura põe em debate a tese que fundamentou por muito tempo a história da abolição no Brasil, uma delas é a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e, segundo FONSECA (2000), é questionada pela historiadora Silvia Hunold Lara:

Assim, a abundante historiografia sobre a transição apesar de sua diversidade, efetua um procedimento presente estabelecer uma teoria explicativa para a passagem do mundo da escravidão (aquele no qual o trabalho foi realizado por seres coisificados, destituídos de tradições pelo mecanismo do tráfico, seres aniquilados Pela compulsão violenta da escravidão, para os quais só resta a fuga ou a morte) para o universo do trabalho livre, assalariado (no qual poderíamos encontrar sujeitos históricos). Em sua modalidade mais radical, a historiografia da transição postula a tese da substituição do escravo pelo trabalhador livre: com o negro escravo desaparecendo da história, sendo substituído pelo imigrante europeu (FONSECA, 2000, p. 24).

Ainda referindo-se aos estudos de Lara (1998) , Fonseca comenta:

(...) o termo *substituição* chegou a ganhar contornos cada vez mais fortes, deixando de ser um recurso retórico para se tornar um conceito fundamental na compreensão do processo de abolição do trabalho escravo no Brasil. Dentre as conseqüências apontadas pela autora, em relação a esse destaque que o termo *substituição* foi progressivamente adquirindo na historiografia brasileira, encontra-se o fato de que a história do trabalho no Brasil considerou demasiadamente o período em que o trabalho livre e os imigrantes entraram em cena , desconsiderando o período anterior. Como resultado dessa análise, a *transição* é caracterizada como um processo de *substituição* do trabalhador negro pelo imigrante europeu . Em outras palavras, a história do trabalho no Brasil desqualifica o período compreendido pela escravidão, por se tratar de um trabalho irracional, e confere um valor exagerado ao período compreendido pelo trabalho livre, visto como mais produtivo e racional, e que representou a entrada do País na modernidade (FONSECA , 2000, p. 24, 25).

Os autores citados por Lara, segundo Fonseca, “que representam esta corrente, isto é, que utiliza o termo substituição como retórica, são Caio Prado Júnior, em sua obra História Econômica do Brasil (1961) e Florestan Fernandes, em seu escrito, A Integração do Negro na Sociedade de Classes (1978)” (FONSECA , 2000, p. 25) .

Não temos a intenção de aprofundar essa polêmica, no entanto faz-se necessário valermos dela para expor a visão do nosso trabalho, que se refere à metodologia de análise e à interpretação dos dados. Entendemos que novos parâmetros do estudo da escravidão do negro no Brasil permitem ir além das imposições econômicas, mas, embora seja um fator determinante, não aprofunda a dinâmica e o potencial do negro e de seu poder e capacidade de organização e agrupamento, não trata das mudanças de atitudes psicossociais no cotidiano de dominante e dominado, conforme estudo de Célia Maria Azevedo (2004) , *Onda negra e medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX* , umas das obras que utilizaremos neste trabalho.

A partir de um aprofundamento teórico já construído para entender e dialogar com a temática da escravidão em Sorocaba, por meio das matérias publicadas em jornais de Sorocaba, no período de 1870 a 1888, e dos documentos oficiais da referida época, queremos dizer que, inevitavelmente, teremos falhas, lacunas, no propósito de nossa interpretação, porém acreditamos ser este um esquema metodológico mais seguro para o desenvolvimento do nosso propósito, que é aprofundar o campo de pesquisa sobre o processo de escravidão na cidade de

Sorocaba. No estudo das fontes, que são as matérias de jornais de Sorocaba, documentos oficiais, sobre a escravidão de Sorocaba no período de 1870 a 1888, procuramos interpretar principalmente as informações contidas nas entrelinhas, buscando assim um maior entendimento da ideologia que perpassa a história da escravidão negra sorocabana.

Sabemos, contudo, do risco que corremos quanto a interpretações das análises das entrelinhas dos fatos históricos. Nesse sentido são pertinentes as considerações de Caio Prado Júnior (2004) que, embora possam ser apontadas críticas em relação ao conceito de transição utilizado pelo referido autor, consideramos importante assinalar que:

Não devemos contudo aventurar-nos muito em conclusões fundadas unicamente em manifestações expressas, e julgar a questão somente por elas . Na análise desta matéria é preciso muitas vezes ler nas entrelinhas dos fatos que chegaram até nosso conhecimento para avaliar , com alguma segurança , o seu estado em cada momento. Nota-se em torno dela uma conspiração de silêncio que pode iludir e iludiu muitas vezes os historiadores. O que se encontra na imprensa, nas demais publicações da época , no Parlamento – que são nossas melhores fontes de informação – não corresponde certamente no mais das vezes , à importância que o problema escravista efetivamente representava aos olhos dos contemporâneos . Todas as forças conservadoras (e são elas e seus órgãos que naturalmente se fazem ouvir) preferem calar-se e recusam abrir debate público neste assunto tão delicado e capaz das mais graves repercussões. Não devemos esquecer o temor que despertava a presença desta massa imensa de escravos que permeava a sociedade brasileira por todos os seus poros (PRADO Jr. , 2004, p.173).

Caio Prado comenta que para interpretar as entrelinhas dos fatos que chegam até nós é necessário um conhecimento prévio sobre o assunto, pois a falta dele influencia, iludindo os historiadores, que não conseguem ir além das informações contidas. O estudioso destaca que, para a elite dominante, os assuntos referentes à escravidão negra do Brasil despertaram um temor, principalmente pelas repercussões que o debate podia causar.

Nesse sentido Caio Prado Jr. (2004) pondera que, por medo da repercussão dos debates em torno da escravidão, muitas reuniões e deliberações eram cercadas de um rigoroso segredo:

Nestas condições, é muitas vezes difícil, para nós hoje em dia, avaliar com segurança a importância que em cada momento se emprestava ao assunto. A ausência de manifestações expressas não significa sempre esquecimento ou desprezo; mas pelo contrário, muitas vezes o excesso de preocupação.

Seja como for, o certo é que a escravidão só entra em debate franco depois que se começa a reprimir efetivamente o tráfico em 1850 (JUNIOR, 2004 , p. 173).

Portanto, consideramos que a escrita da história está sempre em transformação, junto está nossa capacidade de captar a complexidade do contexto social histórico. O estudo do escravismo no Brasil, e no caso de nossa pesquisa em Sorocaba, compreende as transformações do Brasil e o fortalecimento da economia capitalista, juntamente com o projeto de nacionalidade brasileira, dois indicativos que permeiam a exploração sistemática das colônias imperialistas dos séculos XVII ,XVIII e XIX

Entendemos que a história de Sorocaba e seu povo, no Brasil colonial e no Império, se constitui a partir da visão da população indígena como donos das terras que foram roubadas, através do processo de colonização que se alimentou da exploração da mão-de-obra escrava indígena e negra. E este debate é um elemento fundamental: o entendimento das ideologias que permeiam a história de Sorocaba. . É neste sentido que vamos refletir brevemente sobre a questão indígena no processo de colonização de Sorocaba. O registro da história, como já dissemos anteriormente, contém um forte teor ideológico, e o destaque para figuras colonizadoras, como as dos bandeirantes, faz parte desse processo , afinal não podemos esquecer que os bandeirantes , foram fundamentais para os intuits das metrópoles colonizadoras, Portugal e Espanha .

1.2 - A questão indígena

A origem de Sorocaba, segundo publicação de 2004 do jornal *Cruzeiro do Sul* , são referidas em *Uma história ilustrada*, “assentam-se em terras dos povos indígena Tupiniquim” (CRUZEIRO DO SUL, 2004, p. 04) .

Sobre este assunto a publicação do jornal o *Cruzeiro do Sul* (2004) relata:

Com a chegada dos portugueses em 1532 ao litoral vicentino, esses povos recuaram de pontos próximos ao litoral, onde viviam, para o interior . Nas décadas seguintes foram implacavelmente caçados pelos bandeirantes paulistas, mamelucos em sua maioria, interessados em vendê-los como escravos à indústria canavieira que se estabelecera no nordeste do Brasil. Esse comércio de seres humanos foi regularmente praticado pelos primeiros sorocabanos (CRUZEIRO DO SUL, 2004, p.4).

O contato com o solo sorocabano, tendo como base a mão-de-obra escrava indígena, característica da sociedade colonial, exigiu a incorporação do indígena na sociedade do branco europeu, forçando a reorganização das sociedades indígenas. Foi dentro desse contexto histórico e ideológico que se deu a expansão e a ocupação de Sorocaba no século XVII, e o trabalho escravo foi um dos destinos dados aos índios aprisionados.

Sobre esse período Silvio Vieira de Andrade Filho refere à Sorocaba:

Sorocaba teve início com um povoado fundado em 15/08/1654 pelo Capitão Baltazar Fernandes que trouxe consigo sua família de Santana de Parnaíba, índios escravizados, gado, animais domésticos. Baltazar Fernandes, cujo monumento está na frente da velha Igreja de São Bento, era proprietário das terras que recebeu do rei de Portugal. O povoado foi elevado a município em 03/03/1661 e passou a chamar-se Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. Na ocasião, foi instalada a primeira Câmara de Sorocaba criada em 30/03/1871.

É bom lembrar que houve dois povoados antes da Vila de Sorocaba: Vila de Nossa Senhora do Monte Serrat no morro de Araçoiaba (atual Ipanema) que data de 1611. O nome deste último povoado é uma homenagem a Filipe, reida Espanha que foi também de Portugal no período de 1580-1640. Como o povoado não conseguiu prosperar, o pelourinho foi levado para o segundo que também não prosperou. Esta então foi levado à Vila de Sorocaba em 03/03/1661 como símbolo do início do novo município desmembrado de Santana do Parnaíba, pertencente à capitania de São Vicente. (ANDRADE, 2000, p. 28).

Segundo ALMEIDA (1969), os indígenas deram o nome a essa região, de Sorocaba, que significa terra rasgada. Os portugueses, durante mais de cem anos, povoaram São Vicente e Santa Ana do Parnaíba, explorando minas de ouro, prata e ferro no Araçoiaba. Tal cobiça trouxe o governador Dom Francisco de Souza, chegando em 1599, fundando um Arraial, em 1611 esse arraial foi mudado para Itavuvu. Neste período é construída a primeira ponte de madeira no rio Sorocaba.

Outros dados significativos sobre a origem da região de Sorocaba são relatados por Almeida

A região de Sorocaba. Os indígenas e seus caminhos. Os dois Afonso de Sardinha no Araçoiaba. 1589. Comunicação da Câmara de São Paulo ao governador – Geral Dom Francisco de Souza, 1599. Primeiro caminho. A mudança no Araçoiaba em 1597. Vinda deste e primeiro pelourinho ^[2] no Araçoiaba em 1599. Primeiro caminho. A mudança de Itavuvu em 1661.

Pelourinho, símbolo de autoridade nas vilas, consistia geralmente em uma coluna de madeira ou de pedra, e era local onde eram castigados os escravos e malfeitores. Existiram três pelourinhos na nossa História: na Vila de Nossa Senhora do Monte Serrat (Ipanema), em 1599, na Vila de São Felipe (Itavuvu), em 1661, e o de Sorocaba, 1661. O monumento atual está localizado à Rua Nogueira Martins. (Sorocaba Secretaria da Educação e Cultura 2000.). Segundo obra publicada pela Secretária de Educação e Cultura, 2000: “Rasgando a Terra” pelourinho

Paragem de Sorocaba. Moradores dispersos até o Sapui. Transmigração da família patriarcal de Baltazar Fernandes de Parnaíba, em 1654 . Casa Grande no Lageado, Capela De Nossa Senhora da Ponte. Morte de Isabel de Proença. Doação da capela aos padres de São Bento, 1660.

O município, 1661, Baltazar Fernandes, primeiro juiz-presidente faz o arrumano a matriz e a casa da Câmara e falece antes de 1667.

Baltazar Fernandes, um ano antes de ser criado o município, conseguiu trazer de Santana do Parnaíba para Sorocaba os padres ou monges de São Bento.

Para esse fim , entregou-lhes a Capela de Nossa Senhora da Ponte, algumas terras, gados e escravos, com a condição de eles construírem o convento (ALMEIDA, 1980, p.14) .

E ainda um, registro da publicação do jornal *Cruzeiro do Sul* comenta: “Única grande cidade paulista que cresceu ao redor de um mosteiro dos monges de São Bento, Sorocaba, nasceu e continuou bandeirante”.

Ao referir-se ao do contato entre indígenas e os monges beneditinos, que data do século XVII, segundo os historiadores (ALMEIDA, 1969) , pode-se supor que pretendessem ali realizar a catequização dos índios, que viviam nos arredores. Os contatos entre grupos colonizadores sorocabanos, através das expedições pelo Brasil, e os indígenas foram conflituosos, conforme relata Almeida:

João Antônio Cabral Camelo, negociante, português, quase que evidentemente, saiu de Sorocaba em meados de 1727 com muitos carregamentos de negócio e alguns escravos comprados, desembarcando em Cuiba em 21 de novembro de 1727 .Ele já voltava em 1730 com o ouvidor Antonio Álvares Lanhas Peixoto . A 6 de junho foram atacados no rio Paraguai pelos paiguás, em 50 canoas. O ouvidor foi morto. Os índios levaram o ouro dos quintos a trocar por bugigangas em Assunção. Cabral Camelo escapou e vivia em São João del Rei em 1734. Esta afronta apressou o episódio chamado pelos cronistas : Guerra dos paiguás. Com os ituanos, muitos sorocabanos receberam patentes de oficiais e promessas de repartição da presa, por parte do governador Conde de Sarzedas. O cabo da tropa principal, o português Manuel à frente do comandante principal, o português Manuel Rodrigues de Carvalho, e sucumbiu, com muitos paulistas , lutando contra os paiguás no rio Paraguai em 1734. Não se sabe o número de sorocabanos mortos, mas os brancos foram poucos , e os índios, muitos (ALMEIDA, 1969, p.56).

Aloísio de Almeida, na obra supracitada, adverte que ao estudar a história , devemos procurar antes de tudo compreendê-la no contexto da época. Nesse sentido analisamos o processo das expedições, entre elas as realizadas por Baltazar

simbolizava a lei e era um monumento de pedra que servia para castigar os bandidos. Segundo matéria publicada no jornal “O Sorocabano” n°. 7, do dia 5 de junho de 1870 , “Sorocaba- Foi levantado seu pelourinho, em 1654, no bairro de Itavuvu em 1661 para o lugar actual. Em 1654 edificou-se a igreja de São Bento. Em 1747 tinha Sorocaba 425 casas habitadas. Em 1772 começou a obra da matriz actual, tendo sido demolida outra no mesmo lugar. Foi elevada a cidade em 5 de fevereiro 1842”.

Fernandes, quando esse chegou a explorar terras sorocabanas, o processo de escravidão indígena e o estabelecimento de aldeamento no século XVI.

Este propósito fazia parte das leis prescritas pelo colonizador que prescrevia a expulsão dos índios, obrigando suas comunidades a se retirarem para regiões mais afastadas. A expansão territorial sempre significou a expulsão dos povos indígenas de seu território, colocando-os no “mercado” de escravos.

Foram constantes as expedições sorocabanas de grupos bem armados, os quais faziam uso de todo tipo de forças para afugentar, matar, ou, então, aprisionar os índios para o trabalho escravo nas fazendas.

Muitos historiadores com sua visão européia, que valoriza a vida civilizada a partir da visão do colonizador que incluía preconceitos e moralismo contra as nações indígenas e as populações africanas e seus descendentes, captam bem a ideologia dos contatos dos dois mundos, o chamado “civilizado” e os não-civilizados, aquele, chamado, “selvagens”, e indicam uma convivência pacífica entre os colonizadores e os colonizados. O fato é que todo o processo de colonização de Sorocaba envolvendo os povos indígenas e africanos não respeitou a diversidade cultural desses povos. Um exemplo são os missionários religiosos que aqui vieram para catequizar os chamados “selvagens”, cuja proposta de civilizá-los por meio da cristianização, nada mais era que a propagação da ideologia da dominação.

Segundo Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes o processo de “civilização” “indígena parte da ideologia construída pelo velho mundo” formado pelos países europeus, que, em contato com o “novo mundo”, nos séculos XV e XVI e XVII, que classificam como inferiores os povos até então desconhecidos. Estes povos vão receber o “nome coletivo de índios” (MUNANGA; GOMES, 2004, p. 12), e vão ser analisados por estudiosos da época.

Saber se esses recém-descobertos, os índios, eram bestas (animais, sem racionalidade e alma) ou seres humanos como os europeus, tornou-se grande motivo de especulações religiosas e científicas entre o século XV e XVII. O centro dessas especulações foi a península ibérica, em Portugal e Espanha. Havia só um caminho para provar que os índios eram seres humanos: provar que eles também eram filhos de Deus, ou seja, descendente de Adão.

Os estudiosos dessa época, grandes teólogos, vasculharam as bíblias e escrituras sagradas em busca dos argumentos a partir dos quais o Papa Paulo III proclamou a bula Sublimis que os índios também eram descendentes de Adão e, conseqüentemente, filhos de Deus, ou seja, seres humanos.

Mesmo tendo reconhecido a natureza humana dos índios, outro problema se colocava: eram humanos, mas diferente dos europeus. Diferentes

porque andavam nus: não cultuavam o mesmo Deus cristão; comiam e bebiam coisas inusitadas; tinham outras formas de organizações sociais e políticas; não tinham escrita; usavam técnicas variadas para explorar a natureza, consideradas pelos portugueses como muito rudimentares, entre outros aspectos. Somadas todas essas diferenças, eles foram considerados como inferiores com relação aos europeus (MUNANGA; GOMES, 2004, p. 14).

Além das diferenças culturais, havia uma outra, a do corpo. “A cor da pele e os traços morfológicos (nariz, lábios, formato da cabeça, queixo, textura do cabelo, etc.) diferenciavam fisicamente índios de portugueses” (MUNANGA;GOMES, 2004, p. 14). Segundo Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes:

(...) os portugueses sabendo que era impossível mudar as características físicas desses seres considerados inferiores, apostaram em provocar mudanças em suas culturas, começando por sua conversão ao cristianismo. Gradativamente, submetem essa gente a um imenso processo de aculturação que os integraria na visão de um mundo ocidental; o que faria deles índios de “alma branca”. Assim ensinaram sua língua aos índios, prescreveram como deveriam se comportar, o que deveria temer, em quem deveriam acreditar e as leis que deveriam respeitar. Esse conjunto de procedimentos constituiu a chamada Missão Civilizadora, Missão de responsabilidade dos homens brancos em relação aos povos por eles descobertos, qualificados como selvagens ou primitivos (MUNANGA;GOMES, 2004, p. 14-15).

Também em Sorocaba, como no resto do Brasil colônia, tanto exploradores quanto missionários partilhavam a mesma visão, tendo o índio como de uma “civilização inferior” (2004). Essa ideologia fundamentou a dominação política realizada pela ocupação dos territórios indígenas, sustentando regime da escravização da mão-de-obra indígena. Porém, mesmo na condição de dominador os povos indígenas “tentaram resistir á escravidão, buscando esconderijos nas áreas das matas virgens de difícil acesso aos invasores” (MUNANGA, GOMES, 2004, p. 16).

Durante todo esse período a história de Sorocaba está relacionada com a população indígena, contada muitas vezes de maneira romanceada e ideológica, não permitindo as pessoas o entendimento do que significou a história da colonização em Sorocaba.

Em 1589, Afonso Sardinha descobre nessa região a existência de minério de ferro na região de Sorocaba e começa o que seria a primeira fundição brasileira. É construído em 1810 o complexo da Real Fábrica de Ferro, com a primeira barragem para aproveitamento energético do Brasil. Nela foram confeccionadas as armas

utilizadas na Guerra do Paraguai, demonstrando assim a importância da região de Sorocaba nas questões históricas e econômicas do país .

Por causa de sua localização, Sorocaba vai ser posteriormente conhecida pelas tropas de muares (tropeirismo) , transporte de mercadorias feitas por mulas . Sorocaba tornou-se, então, paragem obrigatória na rota do comércio que levava vários tipos de mercadorias a diversas regiões do país.

A coroa portuguesa concede a Baltazar Fernandes a concessão da sesmaria de Sorocaba. As sesmarias se diferenciavam pela extensão e localização, formando fazendas, sítios e chãos urbanos. Existem várias análises a respeito da origem dos sesmeiros. Essas diferentes análises existentes permitem concluir que tais semeiros tinham procedência múltipla, pertencendo a famílias ricas e poderosas. As sesmarias eram concedidas pela Coroa Portuguesa, através de seus representantes na administração colonial. Sua concessão conferia o direito de uso da terra, reforçando o prestígio e poder das famílias proprietárias ampliando as distinções sociais.

Baltazar Fernandes toma posse de sua sesmaria ao longo do rio Sorocaba. “Entre 1641 e 1654 o bandeirante Baltazar Fernandes vem à região tomar posse de sua sesmaria ao longo do rio Sorocaba, uma área tão extensa que a própria história não consegue avaliar de forma precisa sua dimensão” (CRUZEIRO DO SUL, 2004, p.4) . E a partir daí a história de Sorocaba é contada , e por vezes nessa história e negada a história da população indígena como sujeito histórico. Assim, várias populações foram exterminadas em nome da “civilização” imperialista . Sobre a ocupação do território dos povos indígenas pelos portugueses, Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes observam:

A dominação política foi realizada pela ocupação do território pelos estrangeiros portugueses. Faziam incursões em terras indígenas, instalando capitanias (pequenas províncias) e outras formas de ocupação comuns na época às regiões invadidas. O bandeirantes, considerados como heróis civilizadores, foram responsáveis pela invasão de terras e pelas atrocidades feitas aos povos indígenas . A presença da soberania estrangeira devia assegurar a exploração econômica. Terras abundantes, essências naturais, matérias-primas vegetais e minerais estavam todas prontas para serem exploradas para produzir riquezas . Mas faltava uma condição fundamental que Portugal não era um país muito povoado para fornecer a quantidade de pessoas necessária para esta exploração. Além disso, seus habitantes não trocariam suas raízes pela aventura numa terra tão longínqua e desconhecida sobre a qual viajantes contavam tantas histórias monstruosas.(MUNANGA; GOMES , 2004, p. 15).

Portanto, os colonizadores vão recorrer à mão de obra escravizada da população indígena na exploração da colônia. Segundo Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes os povos indígenas resistiram ao processo de escravização, que “teve duas conseqüências: a massiva exterminação e a busca dos africanos que aqui foram deportados para cumprir o que os índios não puderam fazer”. E é nesse sobre esse contexto que os referidos estudiosos comentam: “assim abriu-se caminho ao tráfico negreiro que trouxe ao Brasil milhões de africanos que aqui foram escravizados para fornecer a força de trabalho necessária ao desenvolvimento da colônia”. É nesse contexto histórico que a escravização da mão de obra africana acontece no Brasil.

1.3 - Contexto e aspectos socioeconômicos da escravidão do Negro: 1870 – 1888

A escravidão negra no Brasil na historiografia brasileira tem sido muito interpretada e reinterpretada, sob diferentes aspectos e pelas diversas áreas do conhecimento, entre elas a sociologia e a antropologia.

Neste momento, queremos ocupar-nos da história da escravidão em Sorocaba, considerando algumas interpretações atuais que abordam aspectos referentes à sociedade escravista, sem contudo deixar de considerar algumas visões anteriores. Como dissemos anteriormente, nossas fontes de pesquisa serão jornais da cidade de Sorocaba nas décadas de 1870 e 1880, bem como documentos oficiais que tratam da questão da escravidão em Sorocaba.

De acordo com Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, o tráfico negreiro:

(...) é considerado, por sua amplitude e duração, como uma das maiores tragédias da história da humanidade. Ele durou séculos e tirou da África subsaariana (região do continente africano abaixo da linha do deserto do Saara) milhões de homens e mulheres que foram arrancados de suas raízes e deportados para três continentes: Ásia, Europa e América, através de três rotas: a rota oriental (através do Oceano Índico); a rota transaariana (através do deserto do Saara e do Mar Vermelho); a rota transatlântica (através do Oceano Atlântico) (MUNANGA; GOMES, 2004, p. 18-19).

Sobre a escravidão, MUNANGA e GOMES comentam:

A palavra escravidão não foi inventada a partir da deportação dos africanos e de sua escravização em outros continentes. Trata-se de uma prática antiga na história da humanidade. Textos bíblicos e escrituras santas falam

da escravidão dos israelitas no Egito antigo , onde trabalhavam nos rebanhos dos faraós . Tem-se eco do trabalho escravo nas literaturas sobre as antigas civilizações egípcia, grega e romana. Alguns monumentos gigantescos, cujos vestígios e ruínas resistem até hoje nessas civilizações, foram construídos em parte com o trabalho escravo.

De acordo com algumas versões da história, o tráfico humano e sistema de escravidão já existiam na África , mas essa questão é um assunto carregado de emocionalidade e afetividade . Os africanos não ficam à vontade quando se toca neste assunto, porque se sentem acusados de terem sido co-responsáveis pelo tráfico de seus próprios povos; por terem, através de alguns de seus dirigentes tradicionais, participado do tráfico. Os brancos, de modo geral, querem se libertar de suas culpas de das lembranças das atrocidades cometidas no passado ao transferir esta responsabilidade aos reis e príncipes africanos implicados no tráfico e no comércio negreiro (MUNANGA, GOMES , 2004, p. 24).

MUNANGA E GOMES indagam :

(...) dizer que o colonizador português foi à África buscar escravos que ele adquiria, comprando-os pela troca de fumo da Bahia e de outras mercadorias, graças à cumplicidade dos reis e príncipes africanos, não deixa dúvidas sobre a crença na existência de seres humanos que nasceram escravos na África. A partir desta crença na existência dos escravos como categoria natural, ou seja, na existência de seres humanos que nasceram escravos na África (MUNANGA, GOMES , 2004, p. 24).

A história da escravidão tem um aspecto diferente na Antigüidade , e a escravidão denominada por alguns historiadores de patriarcal era, muitas vezes,originária das guerras; os derrotados tornavam-se escravos dos vencedores, mas esse fato não tinha conotação racial (MUNANGA, GOMES , 2004, p. 16-17).

A crença dos colonizadores europeus na inferioridade dos negros legitimou, autorizou o seqüestro dos africanos, que era confirmada pela Igreja,o que ocasionou o comércio de escravos , com requinte de crueldade , o que se perpetua por todo o período.

Na travessia do Atlântico, do litoral africano ao denominado Novo Mundo, a carga humana muitas vezes não chegava ao seu destino, muitos morriam, cometiam suicídio e eram atirados ao mar .

O Brasil “não foi o único país da América a adotar o regime escravista, por isso podemos incluir o processo de escravidão moderna aqui desenvolvida, dentro de um contexto chamado escravidão afro-americana”. O desenvolvimento do sistema econômico capitalista mundial é sustentado pela escravidão afro-americana moderna (MUNANGA, 2004, p. 78).

Um número bastante significativo de africanos foi trazido para o Brasil para ser escravizado e esse número se amplia quando consideramos as crianças nascidas no regime escravocrata brasileiro. A longa escravidão, por mais de 300 anos de Brasil colônia e período do Império, tomou no suor do/a negro/a escravo a legitimação de uma escravidão com conotação racista

Segundo Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes:

Na literatura e outros textos sobre o assunto, diz-se geralmente que os africanos escravizados no Brasil foram trazidos do litoral de Angola, do litoral de Moçambique e do golfo de Benin, de onde embarcaram rumo ao Brasil. Mas de fato, teriam vindo do interior das áreas citadas e de outros países e grupos étnicos, cuja documentação foi em grande parte queimada sob as ordens de Rui Barbosa, ministro das relações exteriores do Brasil (MUNANGA, GOMES, 2004, p. 20).

É importante destacar que, durante todo o processo escravizatório, as rebeliões individuais e coletivas ocorreram como forma de protesto da população negra à escravidão, o que levou à formação de quilombos. Sobre os quilombos, MUNANGA e GOMES escrevem que:

A palavra quilombo é originária da língua banto umbundo, falada pelo povo ovimbundo, que se refere a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central, mais especificamente na área formada pela atual República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola. Apesar de ser um termo umbundo, constitui-se em agrupamento militar composto pelos jaga ou imbangala (de Angola) e os lunda (do Zaire) no século XVII. Segundo alguns antropólogos, na África, a palavra quilombo refere-se a uma associação de homens, aberta a todos. Os membros dessa associação eram submetidos a rituais de iniciação que os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas inimigas. Existem muitas semelhanças entre o quilombo africano e o brasileiro, formados mais ou menos na mesma época. Sendo assim, os quilombos brasileiros podem ser considerados como uma inspiração africana, reconstruída pelos escravizados para opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma forma de vida, de uma outra estrutura política na qual se encontram todos os tipos de oprimidos (MUNANGA, GOMES: 2004, p. 71).

Durante muito tempo, “no Brasil, acreditou-se que o africano escravizado sofreu de maneira passiva todos os maus-tratos praticados pelos senhores” (MUNANGA, 2004, p.67). Essa crença trata-se de um equívoco histórico, que esconde os conflitos entre o poder da sociedade escravocrata e os escravizados.

Portanto, é preciso ter em mente as relações conflituosas que perpassam o período de escravidão da população negra no Brasil .

Célia Azevedo analisa que durante a década de 1870 e início 1880 à medida que se “acirravam lutas dos escravos nas fazendas, numa onda de pequenos assassinatos e revoltas localizadas jamais vistas” (AZEVEDO, 2004 p.25-26), os deputados provinciais de São Paulo vão se empenhar em votar incentivos para a imigração.

O período de 1850 a 1888 foi marcado por um intenso debate sobre a abolição da escravidão, sendo que em 1871 um acontecimento é marcante: o primeiro passo legal no sentido da abolição que foi a Lei do Ventre Livre, que liberta a criança nascida da mulher escrava.

O projeto do governo que libertava a criança nascida escrava a partir da Lei do Ventre Livre, foi apresentado à Câmara em 12 de maio de 1871. Os debates em torno dessa lei prolongaram-se por vários meses.

No decorrer do século XIX cada vez mais se acirravam as relações entre senhores e escravos. São vários os episódios de lutas individuais e coletivas dos negros pela sua liberdade.

A elite brasileira, formada por uma minoria branca, receosa e preocupada com o que poderia acontecer se a escravidão terminasse, empenha-se em busca de soluções para um cenário que apontava para o inevitável, a abolição da escravidão. Surgem propostas nas Assembléias Legislativas de várias províncias. A dos emancipacionistas, que objetivava a libertação gradual dos escravos e através de rígidas medidas disciplinares, incorporá-los à sociedade brasileira, apesar da sua considerada inferioridade, pois o negro era tido como inferior entre todas as “raças”. E a proposta dos abolicionistas, que pouco se distinguia dos emancipacionistas, exceto pela exigência de um prazo fatal para o fim da escravidão.

Segundo Célia Azevedo, os abolicionistas brasileiros permaneceram, normalmente, determinados a combinar a abolição com o respeito às leis, o que, em um país escravista, equivalia a respeitar os interesses dos donos de escravos (AZEVEDO, 2004 , p.33-34) .

O Brasil com seu caráter de sociedade patriarcal baseada na hierarquia e na proteção derivada das relações de compadrio, uma sociedade católica, fundada no respeito à ordem vigente, que incluía a escravidão, só podia conceber o abolicionismo como movimento dentro da lei!

Destacamos um importante fato histórico acontecido em 1850: a proibição do tráfico de africanos e, também, a Lei do Ventre Livre veio representar o término da fonte de renovação da escravidão.

Segundo Prado Jr. (2004), os efeitos que seguem à lei da suspensão do tráfico de escravos, são sentidos na organização do trabalho escravista.

(...) A lavoura logo se ressentirá da falta de braços , o problema se agrava de ano para ano. (...) As medidas então projetadas para assegurar a conservação da proteção física dos escravos , incentivo de casamentos e defesa da família, mostram como o problema era sentido, mas não servirão para grande coisa.

A providência para aliviar o problema da mão-de-obra nas lavouras será o desvio de escravos de uma região para outra , transfere-se do norte para o sul. Isto provocou um projeto de lei que proibia o tráfico interprovincial de escravos , que não vai adiante , seu autor foi João Mauricio Vanderley, Barão de Cotegipe, ligado ao grupo de engenho de Pernambuco e Bahia. A idéia é substituída em algumas províncias setentrionais por taxas locais, impostos sobre saída e entrada de escravo (PRADO Jr., 2004, p.174).

Em resumo, nesse período , ou pelo menos em um primeiro momento, não haverá esforços para a abolição imediata do regime servil.

(...) não se irá ainda neste primeiro momento ao extremo de pedir a abolição total e imediata do regime servil: procuram-se meios de chegar a uma solução conciliatória que harmonize na medida do possível os interesses em jogo e traga a extinção gradual e suave da escravidão, sem choques graves e comprometedores do equilíbrio econômico e social do país . A liberdade dos nascituros será uma dessas soluções. Era o exemplo estrangeiro em toda a parte onde anteriormente se abolira a escravidão, a emancipação dos filhos de escravos precedera quase sempre as medidas definitivas . É em torno disto que então se centralizam os debates (PRADO Jr., 2004, p. 176).

Nesse contexto foi pensada uma solução mais ampla e radical , a imigração de trabalhadores europeus. A corrente imigratória de 1850 permite nas lavouras de café trabalhadores europeus livres. Outra situação que se acentua na época é o início da indústria manufatureira no país , nela se empregarão trabalhadores servis, com o pagamento de salários. Caio Prado Júnior aponta um testemunho encontrado no relatório da seção de artes liberais e mecânicas da primeira Exposição Nacional realizada em 1861, em que o atraso da manufatura no Brasil é atribuído ao emprego do trabalho escravo (JÚNIOR, 2004, p. 175).

É preciso resgatar aqui, a ideologia do discurso do movimento liberal quanto à proposta de quem vai ser o trabalhador após a escravidão. Pautados no

pensamento positivista de Augusto Comte, os imigrantistas não só afirmavam, como os emancipacionistas e abolicionistas, a incapacidade dos negros para o trabalho livre, como também tentavam comprovar essa incapacidade com o argumento de um racismo que consideram científico.

A pressão internacional e a Guerra do Paraguai terão grandes repercussões. A Guerra do Paraguai serve como pretexto para adiar o debate sobre o fim da escravidão. Também a dissolução da Câmara por D. Pedro II repercute, o que provoca grande polarização das forças conservadoras e reformistas, surgindo desse fato o Partido Liberal, que apresentará propostas inclusive para a emancipação dos escravos. Dois anos mais tarde a ala extrema desse partido agrupa-se sob a bandeira republicana (SKIDMORE, 1976).

No entender de Skidmore (1976), essas propostas são uma tática do Partido Liberal, que defende o fim da escravidão de uma forma gradual e lenta. O autor comenta, ainda, que os republicanos nada disseram a respeito da escravatura no seu manifesto de fundação da década de 70, segundo ele “os republicanos preferiam desconversar em matéria de escravatura” (SKIDMORE, 1976, p. 31-32).

Podemos recorrer a outros exemplos que ilustram a proposta de um processo lento para o fim da escravidão, como a seqüência de decretos que abrange desde a lei Diogo Feijó, de 1831, - que pretendeu abolir o tráfico de escravos -, até a Lei dos Sexagenários, de 1885, que declarava livre todo escravo com mais de 60 anos. Porém, quando as leis não eram sumariamente ignoradas, seus detalhes faziam com que na prática fossem absolutamente inócuas. Assim, a Lei Diogo Feijó proibiu o tráfico de escravos, mas foi ignorada e o tráfico persistiu por mais quase 25 anos. A versão de 1853, da Lei Eusébio de Queirós, emancipava os africanos livres que eram trazidos para o Brasil por tráfico ilegal, mas previa que elas seriam forçados a trabalhar 14 anos para pagar as despesas de volta, isto é a “repatriação”. Em 1871, foi a Lei do Ventre Livre, que declarava livre toda criança nascida no Brasil, mas estas seriam obrigadas a servir seus donos até atingirem a maioridade de 21 anos. É importante o aprofundamento do contexto em que se desenvolveu a história da escravidão negra no Brasil, pois muitas vezes a história que se refere às províncias é contada a partir dos movimentos emancipatórios abolicionistas, como, por exemplo, a história da escravidão em Sorocaba, cuja pesquisa tem sido focada com base nos escritos da Loja Maçônica Perserverança III. Neles se encontram muitas referências sobre a história da escravidão em Sorocaba. Destaco que não estamos

desqualificando as referências, apenas questionamos a possibilidade das mesmas limitarem o aprofundamento da história da abolição trazendo à tona a humanidade da população negra escravizada como sujeito de sua história. Este é o sentido das reflexões apresentadas no próximo item.

1.4 - Origens e presença da população negra escravizada em Sorocaba

Abordamos neste item a história da escravidão em Sorocaba, destacando a presença da população negra escravizada no desenvolvimento econômico e político e social. No econômico tratamos do ciclo da mineração e tropeirismo; no social, da origem e socialização da referida população.

1.4.1 - A fase da mineração: mão-de-obra escrava; mão-de-obra qualificada

No suplemento especial do jornal *O Cruzeiro*, em comemoração aos 350 anos de fundação de Sorocaba, denominado: Sorocaba. Uma história ilustrada 350 anos. A trajetória silenciosa dos escravos e a Abolição em Sorocaba (Fascículo 14); é expressa a necessidade de pesquisas mais aprofundadas e precisas sobre a história e trajetória dos africanos e seus descendentes na cidade. A preocupação é extremamente válida quando constatamos que o registro da história da população negra no Brasil foi e por vezes é impregnada da ideologia da história dos vencedores, que concebe a história da população negra como a história de uma civilização atrasada. Nesse sentido o documentário do jornal registra:

Reconstituir, de forma menos imprecisa a trajetória dos africanos e seus descendentes na vida sorocabana, no período anterior à Lei Áurea e nos anos que a ela se seguem, reclama, ainda, pesquisas aprofundadas. Estas estão se tornando cada vez mais de difícil execução. Em muitas áreas, as principais fontes seriam relatos orais de pessoas idosas, capazes de transmitir o que ouviram de seus pais ou avós. Nenhum programa com esse objetivo foi desenvolvido em décadas recentes e preciosas informações têm sido perdidas. A escravidão em Sorocaba não foi um problema menor e de natureza mais benigna que em outras áreas do País. (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.211. In: Publicação do jornal *Cruzeiro do Sul*, 2004.)

A referida publicação vincula a presença da população negra em Sorocaba à montagem dos fornos de ferro no morro de Araçoiaba, que, segundo Aluísio de

Almeida, data de 1589 e dá origem à Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em 1808 (ALMEIDA,1969, p. 1970 – 171.) Vejamos:

É bem provável que a presença do escravo negro em Sorocaba tenha ocorrido desde os momentos iniciais do povoamento da região, como participante da montagem dos fornos de ferro no morro do Araçoiaba. Ensina Cassiano Ricardo, que o escravo africano “está presente nos haveres de Afonso Sardinha”. O desbravador “os fez vir por intermédio de Gregório Francisco” que já no final do século XVI - o da descoberta do Brasil - “possuía um navio de carreira de Angola para São Vicente” (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.212 .In: Publicação do jornal Cruzeiro do Sul, 2004.)

Segundo ALMEIDA (1969), o nome da Fábrica de Ferro São João de Ipanema tem sua origem no nome do ribeirão afluente do rio Sorocaba e do príncipe regente D. João:

Ipanema é um ribeirão afluente do Rio de Sorocaba, em cuja margem esquerda vai desaguar após haver banhado as faces do oriente e do setentrão do morro do Araçoiaba, no morro do ferro. O morro e os minérios de ferro estão hoje em território do município de Araçoiaba da Serra, ex-Campo Largo, desmembrado de Sorocaba . A Fábrica de Ferro tomou os nomes do Fundador D. João, príncipe Regente, e do ribeirão: São João de Ipanema (ALMEIDA, 1969, p. 169.)

Em 1589, Afonso Sardinha descobre a existência de minério de ferro na região de Sorocaba e começa o que seria a primeira fundição brasileira. É construído em 1808 o complexo da Real Fábrica de Ferro, com a primeira barragem para aproveitamento energético do Brasil . Nela foram confeccionadas as armas utilizadas na Guerra do Paraguai, demonstrando assim a importância da fábrica e da região de Sorocaba nas questões históricas e econômicas do país .

Como observamos, são poucos os estudos sobre a procedência da população negra escravizada em Sorocaba, no entanto documentação encontrada e examinada nos arquivos do Estado de São Paulo nos dá uma possibilidade de fazer alguns estudos sobre a procedência e nacionalidade do/a trabalhador /a escravo, através de registro da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema. Encontramos no arquivo do Estado de São Paulo um livro de registro de carta de liberdade à população escravizada da “Fábrica de ferro de São João de Ipanema” de 1872, são alforriados homens e mulheres, famílias com filhos, com idades entre 7 meses a 75 anos. Constatamos também que havia várias profissões, sendo algumas delas

desenvolvidas por homens e mulheres, como, por exemplo, a profissão de mineiro, ferreiro, tropeiros. Também localizamos dados sobre a presença de trabalhadores escravos na fábrica de ferro Ipanema, em documentos produzidos pelo jornal *Cruzeiro do Sul*. Em 1810, com a implementação da Fábrica de Ferro Ipanema, 80 escravos foram encaminhados à Fábrica como parte das ações de D. João VI, regente do Brasil.

Escravos africanos foram amplamente utilizados na Real e, depois, Imperial Fábrica de Ferro de São João do Ipanema. Em 1810, ao se constituir a companhia por ações, que deveria somar capitais públicos e particulares, o governo real, instalado no Rio de Janeiro e chefiado pelo príncipe D. João - ainda na condição de regente - deveria integralizar metade de suas ações em dinheiro. Em vez disso, encaminhou à empresa 80 escravos "da nação", provenientes da Fazenda Santa Cruz, próxima ao Rio de Janeiro, onde estes eram criados. Em anos seguintes, outros escravos foram remetidos àquela empresa. (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.214 .In: Publicação do jornal *Cruzeiro do Sul*, 2004.)

Referenciados nesses dados arriscamos algumas observações e levantaremos algumas hipóteses pertinentes às informações contidas no documento, o qual transcrevemos aqui, parcialmente. Anexamos o documento na íntegra. Anexo IV.

1ª Secção
Registro de Carta de Liberdade

1872

Carta ao escravo da Nação Manoel Guadalupe
O Baracharel Fernando José Fernandes da Costa Pereira Junior Presidente da província de São Paulo.

Faço saber que a presente Carta virem que de conformidade com o dispositivo no artigo 6º paragrafo 1º , foi declarado liberto o escravo da nação por nome Manoel Guadalupe cor preta natural de S. Tomé de idade 75 annos , como officio de carreiro, o qual se acha ao serviço da Fábrica de ferro de São João de Ipanema , com a clasula de ficar sujeito , durante cinco annos , a inspeção do Governo e de acceitar a occupação que por este lhe for designada dentro do dito praso. E, para garantir lhe o pleno goso da liberdade que pela Lei lhe foi conferida, mandei passar lhe em execução do Decreto nº. 4.815 de 11 de novembro de 1871, a presente Carta, por mim assignada, a qual as autoridades, a quem competir, frão guardar e cumprir como nella se contém.

Palácio do Governo de S. Paulo 30 de janeiro de 1872. José Fernandes da Costa Pereira Junior.

Idem aos escravos constantes da relação abaixo transcripta.

Relação dos escravos da Nação existentes na Fabrica de ferro de S. João de Ipanema aos quaes se refere o Aviso dirigido nesta data á Presidência da Província de S. Paulo.

Nºs	Nomes	Naturalidade	Idade	côr	Estado	Profissão
1	Manuel Guadalupe	S. Thomé	75 annos	Preto	Solteiro	Carreiro
2	Manoel 4º	Angola	69	Idem	Idem	Idem
3	Manoel Vicente	Piauhy	66	Idem	Idem	Carpinteiro
4	Luis Francisco	Moçambique	61	Idem	Idem	Pedreiro
5	Ignácio	Piauhy	53	Pardo	Pardo	Carvoeiro
6	Mariano Teixeira	S. Cruz	20	Preto	Preto	Ferreiro
7	Gregório casado com	Piauhy	20	Idem	Idem	Idem
8	Ignes	Ypanema	17	Idem	Idem	_____
9	Candido casado com	Piauhy	19	Pardo	Idem	
10	Sabrina Filhos	Ypanema	17	Idem	Idem	_____
11	1ºGraciliano	Idem	2	Idem	_____	_____
12	Calisto, casado com	Piauhy	19	Idem	Casado	Oleiro
13	Candida. Filhos	Ypanema	19	Preta	Idem	_____
14	1ºJustino	Idem	2	Pardo	_____	_____
15	José Maria, casado com	Piauhy	19	Idem	Casado	Ferreiro
16	Idalina	Ypanema	15	Idem	Idem	_____
17	Zeferino, casado com	Piauhy	19	Preto	Idem	Tropeiro
18	Eugenia. Filhos	Ypanema	16	Idem	Idem	_____
19	1º Saturno	Idem	9 meses	Idem	_____	_____
20	Zequirino casado com	Piauhy	19 annos	Idem	Casado	Carvoeiro
21	Maria Joaquina	Ypanema	26	Idem	Idem	_____
22	Julio César	Idem	18	Pardo	Solteiro	Fundidor
23	Francisco	Piauhy	18	Presto	Idem	Campeiro
24	Tleotnio	Idem	18	Idem	Idem	Mineiro
25	Wencesláo	Idem	18	Idem	Idem	Pedreiro
26	Gil	Idem	17	Idem	Idem	Carvoeiro
27	João Evangelista	Idem	17	Idem	Idem	Mineiro
28	Sabino	Idem	17	Pardo	Idem	Ferreiro
29	Honorato Sant Anna	Piauhy	17 annos	Preto	Solteiro	Oleiro
30	João Rosendo	Idem	16	Pardo	Idem	Fundidor
31	Antonio Pianly	Idem	16	Idem	Idem	Idem

32	Augusto	Idem	16	Idem	Idem	Carvoeiro
33	Esperidião	Idem	16	Idem	Idem	Idem
34	Honorato 1º	Idem	16	Preto	Idem	Carreiro
35	Mattias	Idem	16	Idem	Idem	Pedreiro
36	Modesto	Idem	16	Idem	Idem	Carreiro
37	Anselmo	Idem	16	Idem	Idem	Idem
38	Simplicio	Idem	15	Idem	Idem	Idem
39	Bernardo	Idem	15	Pardo	Idem	Fundidor
40	Damazio	Idem	17	Idem	Idem	Enfermeiro
41	João Segundo	Idem	15	Idem	Idem	Carvoeiro
42	Alberto	Idem	14	Preto	Idem	Idem
43	Celestino	Ypanema	14	Idem	Idem	Fundidor
44	João de Deus	Piauhy	13	Pardo	Idem	Carpinteiro
45	Raphael	Ypanema	10	Preto	Idem	Servente
46	Henriqueta	Manjolo	74	Idem	Viuva	_____
47	Rosa	Moçambique	63	Idem	Idem	_____
48	Sebastiana Theresa	Stª Cruz	60	Idem	Solteira	_____
49	Elisa Filhos	S.tªCatharina	47	Idem	Viuva	_____
50	1º Eduardo	Ypanema	19	Idem	Solteiro	Campeiro
51	2ºAntonio Ypanema	Idem	14	Idem	Idem	_____
52	3º Elisa	Idem	13	Idem	Idem	_____
53	4º Feliciano	Idem	10	Idem	Idem	_____
54	5º Adolpho	Idem	8	Idem	Casada	_____
55	Venancia Teixeira	Rio G. do Sul	42	Idem	Casada	_____
56	Maria da Graça Filhos	S.tªCatharina	40	Idem	Idem	_____
57	1º Benecdicto	Ypanema	11	Idem	___	_____
58	2º Faustino	Idem	7 meses	Idem	___	_____
59	Maria Francisca Filhos	Rio de Janeiro	31 annos	Idem	Casada	_____
60	1ª Emilia	Ypanema	13	Idem	___	_____
61	2ª Cecília	Ypanema	11 annos	Preta	___	_____
62	Constantina	Idem	11	Idem	___	_____

Secretária d Estado dos Negócios da Fazenda em 2 de janeiro de 1871. José Severino da Rocha

Podemos observar que a mão- de - obra de escravizada da fábrica era qualificada, as profissões indicadas nos documentos são : carreiro, carpinteiro, carvoeiro, ferreiro, oleiro, tropeiro, fundidor, servente, enfermeiro. Segundo um documentário do jornal *Cruzeiro do Sul*, “Frederico Luís Guilherme Varnhagen, segundo diretor da fábrica, em relatório às autoridades portuguesas, manifestava descontentamento em relação aos metalúrgicos alemães e ressaltava que os escravos africanos trabalhavam muito melhor que seus conterrâneos” (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.214 . In: Publicação do jornal *Cruzeiro do Sul*, 2004.)

O estudo sobre a procedência dos escravizados africanos no Brasil é de muita complexidade, principalmente ao que se refere aos diferentes povos e etnias africanas. As dificuldades são decorrentes da mentalidade colonizadora predominante nos setores dominantes da sociedade brasileira, que, ao considerar o negro como uma mercadoria não deu importância ao registro de documentos que viessem posteriormente permitir o estudo das culturas, línguas e grupos étnicos dos africanos escravizados no Brasil.

Um exemplo é que os/as escravos/as registrados/as no documento da Fábrica de Ferro São João de Ipanema tinham só o primeiro nome registrado , outros nem isso. Por exemplo, “Zeferino, casado com Eugênia filhos”, este é o registro de números 17 e 18 do documento que dá a liberdade a 26 trabalhadores/as da referida fábrica 1872. Os filhos de Zeferino e Eugênia são citados sem nomes. Diante dessa constatação, temos a hipótese de que, ao nascer um filho de um/a trabalhador/a da fábrica, este já pertencia ao quadro da fábrica, esta é a explicação que encontramos para entender por que há registro de crianças a partir de 7 meses de idade.

Estudando sobre a temática do sobrenome do escravo, Clóvis Moura escreve:

O escravo africano e seus descendentes não tinham sobrenome de família. Ou usavam o do grupo étnico do qual eram originários, como por exemplo, Manuel Mina ou Pedro Angola, ou usavam o sobrenome de seu senhor por aquiescência deste. Atribui-se essa falta à brutalidade com que os africanos eram apresados pelos captores e traficantes, desfazendo completamente os grupos familiares. Assim, o escravo negro era um ser sem ancestralidade e não conseguia situar-se em termos de linhagem. Com isso, os senhores logravam, em parte, desfazer os vínculos tribais, mas , ao mesmo tempo, ensejaram sua união “ante a desgraça comum”, na expressão do Conde dos Arcos (MOURA, 2004 p.378).

Diante das generalizações dos documentos, é preciso desenvolver pesquisas para esclarecer e rever o que se escreveu sobre as origens culturais da população escravizada no Brasil. Acrescentamos que sobre as informações da procedência da população escravizadas de Sorocaba, temos documentada a origem de 62 escravos da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema ,em 1872. Eles são procedentes de Angola, Moçambique, São Tomé, Piauhy , Majolo, Santa Cruz, Ypanema, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entretanto, a dificuldade sobre estudos sobre a procedência dos negros escravizados é assinalada em matéria publicada pelo jornal *Cruzeiro do Sul*.

Faltam estudos atualizados sobre a procedência dos negros escravizados em Sorocaba. De início não havia, nas igrejas, livros especiais para o registro de africanos. Os batismos de escravos negros eram, então, lançados naqueles em que, anteriormente, se registravam os de índios apesados e convertidos.

Aluísio de Almeida informa que a partir de 1770, os livros originariamente destinados aos índios, estão cheios de registros de negros trazidos da Guiné (Guiné Bissau), Benguela (Angola) e Mina (Costa da Mina, no golfo da Guiné, atual república do Daomé, na África Ocidental). Menciona ainda a presença de negros trazidos de Moçambique. (Sorocaba. Uma História Ilustrada 350 anos . A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba. Fascículo 14, p.214,2004) .

Contribuição importante, no âmbito desse problema, pode ser encontrada nos escritos de Kabengele Munaga e Nilma Lino Gomes :

(...) Os europeus foram os maiores responsáveis pelo tráfico transatlântico, através do qual 40 a 100 milhões de africanos foram deportados para a Europa e América. Embora os estudiosos não estivessem de acordo sobre as estatísticas, 40 milhões ou um pouco menos que isto é um número assustador quando se pensa em mão-de-obra naquela época, que representa quatro vezes a população atual de Portugal ou a totalidade da população da Espanha.

Todos os africanos levados para o Brasil o foram através da rota transatlântica, envolvendo povos de três regiões geográficas:

África Ocidental, de onde foram trazidos homens e mulheres do atual Senegal, Mali, Níger, Nigéria, Gana, Togo, Benin, Costa do Marfim, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde Guiné, Camarões;

África Centro-Ocidental, envolvendo povos do Gabão, Angola, República do Congo, República Democrática do Congo (antigo Zaire), República Centro-Africano;

África Austral, envolvendo povos de Moçambique, da África do Sul e da Namíbia (MUNANGA, GOMES, 2004, p. 19-20).

MUNANGA explica que do “plano os negros serviam como força de trabalho fornecendo mão-de-obra necessária às lavouras de cana-de-açúcar, algodão, café, mineração” (MUNANGA, 2004, p. 20).

Assumimos, nesse sentido, a hipótese de que a população africana que era trazida para o Brasil já conhecia, e muito bem, o trato com a fundição dos metais, tornando-se, assim, mão de obra especializada na exploração de minérios, entre eles o ferro.

Almeida (1969) levanta a tese de “que o número de escravos não foi tão grande quanto nas cidades da zona açucareira, depois cafeeira. Alguns senhores de engenho, como dona Gertrudes, mãe de Tobias e os Madureira, chegaram a ter uma centena de escravos” (ALMEIDA., 1969, p.222-233).

O documentário dos 350 anos de Sorocaba relata que Rafael Tobias de Aguiar , filho de dona Gertrudes , quando morreu possuía 463 escravos, entre neonatos a setuagenários. Nesse sentido registra:

Dados do testamento de Rafael Tobias de Aguiar, analisados por José Aleixo Irmão, mostram que o líder liberal sorocabano tinha, ao falecer, escravos em número bem maior que sua mãe, embora nem todos estivessem nas suas propriedades de Sorocaba: 463 ao todo, de neonatos a setuagenários.

No inventário, cada um deles foi avaliado, a exemplo dos demais bens do falecido. O recém-nascido teve seu preço calculado em 30 mil réis, o escravo Manoel Luís - “muito velho” “e um outro ‘crioulinho’, filho de Idalina” - em 40 mil réis. No extremo oposto, a escrava Teresa, filha de Ricardo e Leonor, teve seu valor calculado numa importância 50 vezes maior que os dois primeiros: um conto e 500 mil réis. (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.212 . In: Publicação do jornal Cruzeiro do Sul, 2004.)

Aloísio de Almeida, também levanta outra tese, a de que o aumento de escravos de origem africana em Sorocaba acontece no início do século XVIII, no ciclo do bandeirismo. Segundo ele, os escravos não ficavam em Sorocaba, eram levados para Cuiabá, e a quantidade era pequena, pelas peculiaridades da economia sorocabana, que era de uma cultura de subsistência e alguns engenhos pequenos que utilizavam a mão-de-obra indígena. Assim,

Para Aluísio de Almeida, só no “início do século XVIII, no ciclo do bandeirismo, é que aumentou o número de escravos de origem africana”. Esse fato não teria sido motivado pela maior utilização local. Ocorreu porque se precisava de escravos africanos para serem “levados para Cuiabá”.

A quantidade relativamente pequena de escravos negros em Sorocaba estaria ligada a peculiaridades da economia. A cultura de subsistência e alguns pequenos engenhos ainda utilizavam trabalho indígena. No período do tropeirismo de muares xucros, bem como nas estâncias gaúchas, a atividade dos peões era livre, havendo o emprego de muitos mestiços de brancos e índios. (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.212 . In: Publicação do jornal *Cruzeiro do Sul*, 2004.)

O documentário já citado, confirma a tese de Almeida, como segue:

(...) “a tese de Aluísio de Almeida é confirmada por Sérgio Milliet. Em “Roteiro do café e outros ensaios”, ele sustenta que “antes do ciclo do ouro, São Paulo não tinha negros”. Para o trabalho escravo, os paulistas dispunham dos índios, mais adequados à “vida de nômades e aventureiros” que então levavam”. (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.212 . In: Publicação do jornal *Cruzeiro do Sul*, 2004.)

Segundo o documentário do jornal , o *Cruzeiro do Sul* (2004); (..) “Almeida constata que, em 1780, a vila de Sorocaba tinha 6.614 habitantes. Os escravos eram 1.174, ou seja, representavam quase 18% da população ou um para cada seis pessoas livres”. (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba. Uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14, p. 212, 2004. In: Publicação do jornal *Cruzeiro do Sul*). Entretanto, o mesmo documentário relata que o pesquisador Francisco Vidal Luna , nos seus estudos, chega a uma conclusão diferente da postulada por Aluísio de Almeida:

Francisco Vidal Luna (FEA/USP), esmiuçando dados do período que vai de 1778 a 1836, a partir dos censos populacionais existentes no Arquivo do Estado de São Paulo, chega a conclusões diferentes. Naqueles quase 50 anos, o total de fogos (moradias) em Sorocaba oscilou entre um mínimo de 901, em 1785, a um máximo de 2075 em 1829.

Esse aumento do número de residências, constatado pelo pesquisador da USP, pode ter resultado da consolidação da feira de muares, que ocorre praticamente na mesma ocasião.

No período estudado, o percentual das moradias com presença de escravos variou de 19,9% do total, em 1785, a 22,7% em 1836.

Conclui o autor que, “no que se refere ao regime de trabalho escravo, tanto no período colonial como na fase de país independente”, as condições então aqui vigentes, “assemelham-se às obtidas de outros estudos sobre Minas Gerais e São Paulo”. (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.213 . In: Publicação do jornal *Cruzeiro do Sul*, 2004).

Nesse período os “senhores de escravos eram, predominantemente, pequenos proprietários, mas também se encontravam na vila, àquela época,

indivíduos com elevado contingente de cativos, dedicados particularmente a produção de açúcar, aguardente, criação e, no final do período, café (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.213 . In: Publicação do jornal Cruzeiro do Sul, 2004). A exploração de mão- de- obra escrava pelos senhores “(...) facilitava a realização de negócios que geravam grandes lucros e fortunas. Aluísio de Almeida em sua pesquisa, identifica os grandes senhores de escravos, em Sorocaba, nas pessoas de Luiz Teixeira da Silva, cujo patrimônio começa a se expandir por volta de 1728, e Salvador de Oliveira Leme (o Sarutaiá), que enriquece por volta de 1740” . (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.213 . In: Publicação do jornal Cruzeiro do Sul, 2004).

Aluísio de Almeida comenta que nenhum dos dois : Luiz de Teixeira Filho da Silva e Salvador de Oliveira Leme “era proprietário de engenhos e sim negociantes em tudo”. A constatação o levou a trabalhar com duas hipóteses com relação ao trabalho escravo: “ambos utilizavam os escravos negros para o trabalho nas áreas de mineração do rio Paranapanema, onde a mão-de-obra africana enxameava ou para vendê-los a terceiros. Seriam, portanto, integrantes do tráfico negreiro”. (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.213. In: Publicação do jornal Cruzeiro do Sul, 2004). A mão de obra africana desenvolveu o comércio no ciclo de tropeirismo em Sorocaba. Trataremos este assunto no próximo item.

1.4.2 - Tropeirismo e escravidão nos séculos XVIII e XIX em Sorocaba

O ciclo do tropeirismo do luar em Sorocaba a partir de meados do século XVIII, pode ser considerado como o conjunto de atividades comerciais, que se utiliza do transporte através de animais.

Em Sorocaba, quando alguém fala em tropeiro, normalmente está se referindo ao comerciante de tropas xucras ou aos auxiliares que o acompanhavam nas viagens ao sul do Brasil, para adquirir e conduzir muare que, até 1897, foram comercializados na feira de Sorocaba. Houve feiras semelhantes em outras localidades mas aquela que aqui se realizou durante uns 150 anos era a maior delas e o evento comercial mais importante do País.

Explica a historiadora Vera Ravagnani Job que, primitivamente, a palavra tropa designava multidão de homens ou animais. Com o passar do tempo,

adquiriu significados diversos nas diferentes regiões do Brasil. No Rio Grande do Sul se referia a um grupo numeroso de animais de qualquer espécie. Nas demais, seu uso se limitava aos rebanhos de eqüinos, muaras e asininos. “As tropas - acrescenta a historiadora - podem ser divididas em dois grupos: a tropa xucra ou solta e a tropa arreada ou cargueira”. Foi para viabilizar a constituição das tropas cargueiras e a atividade dos tropeiros que as conduziam que surgiu e se desenvolveu a atividade do tropeiro de tropa xucra. (Tropeiros contribuíram para manter o Brasil unido: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 06, p.82 . In: Publicação do jornal *Cruzeiro do Sul*, 2004.)

É importante notar que a história de Sorocaba é contada sob o aspecto do desenvolvimento econômico da atividade dos tropeiros no século XIX, mais precisamente, na década de 1880. Sabemos através de pesquisas realizadas que Sorocaba, nesse período, foi um importante centro comercial, com desenvolvimento de feiras e atividades vinculadas ao comércio com outras cidades brasileiras. O que queremos destacar é que nessa atividade comercial também constata-se a presença da mão-de-obra escrava; nesse sentido o documentário do jornal *Cruzeiro do Sul* (2004) relata:

Sorocaba foi importante centro de comércio de animais. A feira, em que estes eram negociados, movimentava a vida da cidade durante uns 90 dias a cada ano. Escravos participavam das comitivas que iam adquirir tropas xucras nos criatórios do sul do Brasil e vinham vendê-las aqui.

O tipo de relacionamento vigente nesses grupos móveis favoreceria, segundo alguns, um contato mais humano entre os escravos e os seus proprietários.

Também essa questão precisa ser melhor examinada. As relações entre escravos e senhores, dentro da atividade tropeira, nem sempre eram isentas de conflitos. Um exemplo do Vale Médio do Rio Tietê, em que se situa Sorocaba, foi a morte em 1842, na estrada de São Paulo a Itu, do tropeiro ituano José Marcelino de Barros, pai do futuro presidente da República Prudente de Moraes, assassinado por um escravo a ele pertencente.

Além disso, nem todo escravo era utilizado exclusivamente em trabalhos da terra. A partir de meados do século XVIII, o crescimento da economia e da população urbanas, faz com que os senhores desloquem um número cada vez maior deles para as cidades, tendo em vista o desempenho de outras funções. (Tropeirismo riqueza e poder público: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 07, p.100. In: Publicação do jornal *Cruzeiro do Sul*, 2004.)

Esse tipo de trabalho urbano tem características da escravidão urbana que permitem entender que o escravo era alugado para terceiros, conforme indicam os estudos do jornal *Cruzeiro do Sul*:

(...) Empregados diretamente ou alugados a terceiros, eles são usados para produzir, vender ou prestar serviços como pedreiros, sapateiros, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, barqueiros, barbeiros, quitandeiras, vendedores

ambulantes, ajudantes de lojas e armazéns, cozinheiras, damas de companhia, amas-de-leite ou cavaliários, constituindo o importante grupo dos escravos de ganho. (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.217 . In: Publicação do jornal Cruzeiro do Sul, 2004.)

O desenvolvimento da economia de Sorocaba, nesse período , que vivia da mão de obra escravizada, através dos escravos de ganho , era muito lucrativo , conforme estudos do jornal o Cruzeiro do Sul . Rubens Ricúpero escreve que, “nos tempos do imperador, muita gente ”respeitável”(...) vivia como parasita do dinheiro trazido por escravos de aluguel ou de ganho. Quituteiras, alfaiates, sapateiro, só guardavam, do trabalho feito para fora, o pouco que escapava do olho vigilante do dono”. (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14, p.217 . In: Publicação do jornal Cruzeiro do Sul, 2004.)

Aprofundando os estudos sobre o tropeirismo em Sorocaba, chegamos a algumas conclusões diferentes de Aluísio de Almeida (1969, p. 162), ao afirmar que no “tropeirismo de muares chucros, bem como nas estâncias gaúchas, os peões eram gente livre”. Assim , percebemos que nos estudos feitos pelo jornal Cruzeiro do Sul (2004), essa atividade vital na formação de Sorocaba era desenvolvida também por escravos, sendo uma atividade rendosa para os senhores de escravos.

Diferentes rotas surgidas através do tempo se unificam a partir de Castro (PR) e daí em direção a Itararé, Itapeva, Itapetininga e Sorocaba. Essas atividades marcaram profundamente a História das regiões atravessadas pelos roteiros de tropas. Elas determinaram a ocupação de espaços e marcaram o aparecimento de assentamentos urbanos, em geral a partir de um pequeno pouso, ao qual logo se somavam uma venda, locais para o repouso dos tropeiros e dos animais, a igreja de devoção da pessoa ali estabelecida e por fim as primeiras ruas. Essa foi a origem de numerosas povoações, vilas, cidades e núcleos agropastoris. A atividade econômica e seus desdobramentos sociais influenciaram o modo de vida, os costumes e as tradições das pessoas que ali se estabeleciam ou paravam durante as viagens.

Dos negociantes envolvidos com o tropeirismo, muitos conseguiram títulos nobiliárquicos. Foi esse o caso dos barões de Antonina, João da Silva Machado; de Iguape, Antonio da Silva Prado e de Mogi Mirim, Manuel Claudiano de Oliveira, que foi, juntamente com Francisco Xavier de Barros, Barão de Tatuí, um dos dois únicos sorocabanos a fazer parte da nobreza do Império. A ascensão à nobreza foi negada a Tobias de Aguiar que, mesmo anistiado pelo papel de liderança que desempenhou na Revolução de 1842, de fato nunca chegou a ser perdoado pelo Imperador Pedro II.

O tropeiro Manuel Claudiano de Oliveira, rico negociante de animais e capitalista, por ocasião da primeira visita de D. Pedro II a Sorocaba, construiu o sobrado mais rico da cidade, na rua das Flores (atual Rua Monsenhor João Soares do Amaral) que, embora totalmente descaracterizado, existe até hoje. Comprou no Rio de Janeiro, para onde

viajou especificamente para isso, mobília, prataria e lustres, para decorar a casa que hospedaria o jovem imperador. Alúcio de Almeida contrasta os gastos feitos pelo anfitrião - 9 contos de réis - com aqueles realizados pela cidade, pouco mais de 3 contos, obtidos em subscrição popular. ((Trapeirismo riqueza e poder público: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 07, p.100. In: Publicação do jornal *Cruzeiro do Sul*, 2004.)

(...) No tropeirismo de muares chucros, bem como nas estâncias gaúchas, os peões eram gente livre, e mestiça em maioria , mestiçagem que Couto de Magalhães ainda notou, lá por 1870, de preferência indiático. É de cerca de 1750 a existência de uma irmandade do Rosário dos Pretos (ALMEIDA, 1969, p.162).

Chamou-nos a atenção quando Alúcio de Almeida faz referência à existência de uma Irmandade do Rosário dos Pretos, no período do ciclo do tropeirismo , portanto procuramos aprofundar a história da irmandade em Sorocaba .

1.4.3 - Irmandade Nossa do Rosário dos Homens Pretos

No decorrer do processo histórico brasileiro, homens e mulheres negras resistiram a opressão da escravidão. A formação das irmandades negras é um exemplo de construção da socialização como meio de resistência. Aqui trataremos de aspectos históricos relevantes sobre as Irmandades Negras em Sorocaba

Parte do processo de socialização da população escrava e ex-escrava em Sorocaba pode ser confirmada, quando temos fontes documentais relativas à formação de bandas de música, associações religiosas, etc.

Segundo registro do jornal *Cruzeiro do Sul* ,

Na administração do coronel Mursa, os escravos chegaram a constituir, ali, uma banda de música. Não é simples avaliar se, relativamente à população livre, os escravos africanos eram muito ou pouco numerosos. Mas, a quantidade deles foi suficiente para que viessem a constituir aqui a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.214 . In: Publicação do jornal *Cruzeiro do Sul*, 2004).

Alúcio de Almeida faz referências à Irmandade do Rosário dos Pretos em 1870 como segue:

(...) No tropeirismo de muares chucros, bem como nas estâncias gaúchas, os peões eram gente livre, e mestiça em maioria , mestiçagem que Couto de Magalhães ainda notou, lá por 1870, de preferência indiático. É de cerca

de 1750 a existência de uma Irmandade do Rosário dos Pretos (ALMEIDA, 1969, p.162).

O culto a Nossa do Rosário dos Homens Pretos nasceu em 1711 e, segundo Clóvis Moura, “desempenhou papel relevante na vida social e religioso do negro em São Paulo. No mesmo ano, foi fundada, para diferenciar-se da irmandade dos negros, a Irmandade do Rosário dos Homens Brancos”. Moura (2004) escreve:

O culto a Nossa Senhora do Rosário era desenvolvido pelos negros em diversas regiões do Brasil. Em São Paulo, os negros organizaram a Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos, também conhecida como “os Pretos do Rosário de São Paulo”. Essa irmandade, como outras semelhantes, nasceu da impossibilidade de os negros poderem exercer livre e impunemente as suas crenças africanas, bem como da necessidade de se organizarem socialmente para não caírem em estado de anomia. É a típica história de como esses grupos se comportavam e os níveis de desajustes e fricção que surgiam com a sociedade escravista. Fundada em 1711, a irmandade desempenhou papel relevante na vida social e religiosa do negro em São Paulo. No mesmo ano 1711, foi fundada em São Paulo, para diferenciar-se da irmandade dos negros, a Irmandade do Rosário dos Homens Brancos. De acordo com Raul Jovino do Amaral, “esse costume – o dos enterros dos mortos nas igrejas- que era uma velha praxe geral, foi revogado pela provisão do Príncipe Regente em 1810, quando ratificou a reforma do Compromisso da Irmandade”. Os sepultamentos eram feitos quase sempre à noite, com acompanhamento dos irmãos. Enquanto procediam ao sepultamento, cantavam (MOURA, 2004, p. 217).

Segundo estudos publicados pelo jornal *Cruzeiro do Sul* (2004) a Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos em Sorocaba, em 1811, tentou construir uma igreja, porém não conseguiu, trocando de nome, para Irmandade da Boa Morte. O documentário comenta:

Face aos modestos recursos de que dispunham, malograram nas suas três tentativas iniciais de construir uma igreja do Rosário. Tentou a irmandade de início construí-la na esquina das atuais ruas de São Bento e Padre Luís, mas não conseguiu concluí-la. O templo foi terminado pelo próprio Sarutaiá e transferido, em 1811, ao nascente Convento de Santa Clara. Duraram igreja e convento, naquele local, até 1963. A irmandade trocou de nome. Passou a se chamar Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, mas continuou a congregar devotos de Nossa Senhora do Rosário. Em 1805 tinha sede na Igreja de Santo Antônio. (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.215. In: Publicação do jornal *Cruzeiro do Sul*, 2004).

No registro da história da Irmandade que se passou a chamar da Boa Morte, há um episódio que demonstra como as organizações de pretos tiveram que disputar espaço com outras organizações religiosas. Quando a irmandade pela segunda vez

tenta construir a sua igreja, perde o espaço para o Colégio Santa Escolástica. Tal momento é registrado pelo documentário do jornal *Cruzeiro do Sul* (2004).

Sua segunda tentativa de erguer a igreja do Rosário, destinada à irmandade dos negros, teve como cenário a atual rua Souza Pereira, em frente à praça Ferreira Braga, que se chamava então pátio dos Lopes.

Sete anos mais tarde as paredes pouco se levantavam acima dos alicerces e os Lopes de Oliveira, donos de dois casarões vizinhos, a concluíram. Sobradões e igreja vieram a sediar o Colégio de Santa Escolástica, demolido para abrir espaço ao atual conjunto de escola e igreja edificado em 1865.

Em sua terceira tentativa, em 1856, iniciou a construção de uma igreja em taipa, na esquina das atuais ruas Ataliba Borges e Rui Barbosa. Esta última foi aberta no mesmo ano, para ligar a antiga rua dos Morros (Cel. Nogueira Padilha) à atual avenida São Paulo.

A nova rua, uma das primeiras a ter a sua abertura documentada pela Câmara, chamou-se, inicialmente, em função da presença da irmandade, rua da Boa Morte.

O nome persistiu até que ela recebesse as duas denominações que hoje ostenta: Rui Barbosa e Constantino Senger.

Por causa das ruínas da igreja começada e não concluída, que chegaram até meados do século XX, acreditou-se por muito tempo que ali existiu um cemitério, o que - de fato - nunca ocorreu. (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.215 . In: Publicação do jornal *Cruzeiro do Sul*, 2004).

Sobre a Irmandade de Nossa Senhora Rosário dos Homens Pretos em Sorocaba o documentário do jornal assinala:

(...) a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos acabou como vimos, se transformando na Irmandade da Boa Morte. A piedosa organização, mais à frente integrada também por homens livres, tinha entre suas principais finalidades a missão de acompanhar os enforcamentos de escravos condenados pelo júri.

Por que só acompanhavam os escravos? Aluísio de Almeida dá uma resposta curta e esclarecedora: "Branco não era enforcado".

Segundo a tradição, se a justiça divina, divergindo da humana, considerasse os condenados inocentes, a corda da forca rebentaria, impedindo que o condenado morresse. Nesse caso, a Irmandade da Boa Morte colocava sobre sua cabeça o estandarte e ele voltava para a cadeia, à espera de nova sentença.

Por três vezes a Irmandade foi acionada para essa tarefa, quando de enforcamentos determinados pelo júri e realizados no enorme campo do Piques, entre as atuais ruas Comendador Oeterer e Hermelino Matarazzo, local em que, em 1863, se construiu o cemitério municipal, hoje da Saudade.

A primeira foi em 1835, quando se enforcou um escravo, condenado por haver assassinado com muita crueldade uma escrava de Francisco Ferreira Braga.

Em 1842, foram enforcados três escravos por haverem morto, na véspera do Natal de 1841, em legítima defesa, o feitor da fazenda de dona Gertrudes Eufrosina de Aguirre, no Passa Três - local em que se situa o casarão do Brigadeiro Tobias, sede daquela propriedade.

Em 1851 foram enforcados três escravos que mataram seu senhor, Joaquim Rodrigues da Silveira, em Inhaíba. Em nenhum dos casos teve a Irmandade a chance de exercer sua tarefa humanitária.

O estandarte portado por seus membros é conservado no Museu Arquidiocesano de Artes Sacras. Houve pelo menos mais um enforcamento anterior à organização da Irmandade, em 1837, do escravo Manoel, pertencente ao rico fazendeiro José Ferreira Braga. Em 1875, o escravo Generoso, que havia fugido meses antes, matou a tiro o vice-presidente da Câmara, Fernando Lopes de Souza Freire.

O crime ocorreu diante do palacete deste, na rua das Flores e o matador nunca foi encontrado. (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.218 . In: Publicação do jornal Cruzeiro do Sul, 2004).

Segundo estudos, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, e posteriormente Irmandade da Boa Morte em Sorocaba, não conseguiu construir a sua igreja, como outras no Brasil. Segundo Raul Jovino de Amaral , a “existência da Irmandade dos Rosários dos Homens Pretos em São Paulo se desenvolveu, sempre, num clima de ameaças e intranqüilidade” . Diante das reflexões feitas, temos por hipótese que havia uma relação entre as irmandades de São Paulo e Sorocaba, no entanto devido a vários fatores que precisam ser aprofundados a de Sorocaba não conseguiu ir adiante, os membros podem ter se unido à Irmandade de São Benedito de Sorocaba, que foi criada por volta de 1825.

Essa hipótese foi fundamentada nos estudos de Clóvis Moura sobre a Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos e a Irmandade de São Benedito e, segundo o autor,

Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos. Uma das mais antigas irmandades do Rio de Janeiro e que teve o papel destacado na libertação dos escravos. Eram muitos pontos do Brasil, as irmandades de negros foram fundadas sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. A sua associação, em uma mesma irmandade, com São Benedito resultou naturalmente do fato de ter sido esse santo um escravo negro. Desde 27 de novembro de 1779, a Irmandade gozava, por provisão régia, da vantagem de poder alforriar, mediante indenização do valor, os escravos que eram maltratados pelos respectivos senhores ou que quisessem vender por castigo. No seu compromisso ou regulamento interno, que data de 1831, há uma grande referência à obrigação de “vir em socorro dos irmãos escravos”. Esse compromisso foi aprovado pelo poder eclesiástico, pelo poder civil , o primeiro representado pelo então bispo do Rio de Janeiro. Dr. José Caetano da Silva Coutinho, também conselheiro de Estado e senador. O poder civil foi representado pela regência trina e por Diogo Feijó . O capítulo 1º, sobre os deveres da Irmandade , estabelece como objetivo libertar da escravidão os “irmãos cativos , enquanto no capítulo 24 fixa a forma de auxílio para a libertação: era por meio de sorteio, sendo o dinheiro tirado da “caixa da igreja”. Além das alforrias que obtinham publicamente , praticavam serviços secretos, subvencionavam a imprensa abolicionista e ajudaram frequentemente José do Patrocínio. O ex-escravo Israel Soares foi a verdadeira alma da Irmandade (MOURA, 2004, p. 216 -217).

A Irmandade de São Benedito, em Sorocaba, foi criada por volta de 1825 e , segundo estudos do jornal *Cruzeiro do Sul* , é uma irmandade que perdura até os dias de hoje:

Outra contribuição durável dos escravos à religiosidade sorocabana foi a Irmandade de São Benedito, criada por volta de 1825.

Ela tinha sede na igreja de Santo Antônio, que ficava em área fronteira ao atual Mercado Municipal, na qual existe hoje um edifício de escritórios da Mitra Arquidiocesana. Ali se cultuava, também, a imagem de São Benedito.

Em 1873, Irmandade e imagem se transferem para a capela do Bom Jesus, construída em 1852 por Elias Aires do Amaral, na esquina da rua do Hospital (Dr. Álvaro Soares) com o beco do Bom Jesus (atualmente, trecho da rua Dom Antônio Alvarenga).

Quando a igreja do Bom Jesus, posteriormente, mudou-se para o pátio fronteiro à antiga Chácara Amarela, no local em que hoje se acha o Ginásio Municipal de Esportes, imagem e Irmandade acompanharam-na. O mesmo ocorreu quando da transferência para a rua Coronel Nogueira Padilha.

A imagem de São Benedito participa de várias manifestações de religiosidade popular, como a procissão de chegada de Nossa Senhora Aparecida, trazida do santuário de Aparecidinha à cidade no primeiro dia de cada ano.

A Irmandade, que há muito congrega negros e brancos, é uma manifestação eloqüente da inserção religiosa dos afro-brasileiros na sociedade local que, como vimos, foi bem mais difícil do que habitualmente se imagina. (A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba: uma história ilustrada 350 anos. Fascículo 14 p.216 . In: Publicação do jornal *Cruzeiro do Sul*, 2004).

Queremos ressaltar aqui um aspecto que aprofundaremos posteriormente: a Irmandade de São Benedito é citada nos depoimentos da Sr^a. Ondina Seabra nas memórias da Frente Negra Brasileira de Sorocaba da década de 1930. Ela fala que membros da Irmandade fazem parte da irmandade, mostrando que a Irmandade de São Benedito faz parte da Frente Negra Brasileira de Sorocaba, através das pessoas que nela participam. A Sr^a. Ondina Seabra também menciona a existência do congado em Sorocaba, é bem provável que seja uma tradição ligada à Irmandade de São Benedito. Para fazer uma abordagem sobre a Irmandade de São Benedito seriam necessárias mais pesquisas que viessem esclarecer as representações culturais religiosas dos afrodescendentes em Sorocaba. Dada a preocupação com tais representações, pensamos ser possível aprofundar aspectos da trajetória da população negra estudando documentos oficiais e artigos de jornais referentes à década de 1880.

CAPÍTULO 2

HISTORIOGRAFIA, IMPRENSA E ESCRAVIDÃO NEGRA EM SOROCABA

Neste capítulo examinamos parte dos documentos oficiais referentes à historiografia da escravidão negra em Sorocaba, dos arquivos do Estado de São Paulo, na década de 1880. Os documentos são referentes à organização do Estado Imperial no controle da população escravizada.

O controle do Estado sobre a movimentação da mão- de- obra escrava, perpassa desde a cobrança da taxa de imposto sobre o escravo até a quantidade de escravos que cada município constituía.

Encontramos no jornal *Diário de Sorocaba* várias publicações de Edital que convoca os possuidores de escravos, para o pagamento da taxa de imposto:

O Colletor de Randa Geraes desta cidade faz sciente aos contribuintes á Fazenda Nacional, que dia 1º de Janeiro p. futuro em diante está em recebimento n esta Colletoria, a taxa dos escravos residentes dentro dos limites d esta cidade, de conformidade com a demaração procedida em o mez de Março do corrente anno.

Colletoria de Sorocaba, 23 de Dezembro de 1880. O Colletor. Jose Timotheo de Oliveira (Diario de Sorocaba, 24 de dezembro, 1880)

Nesse sentido, comentaremos informações referentes à: escravos matriculados em Sorocaba, em 1872, em um documento cujo título é “Apuração geral da população escrava até junho de 1885”, escravos libertos por conta de emancipação nas audiências de novembro e dezembro de 1886”, e um “quadro demonstrativo de escravos procedido das relações da nova matrícula onde se acham contemplados “menores escravos, cuja condição servil foi verificada”.

O documento encontrado, datado em 1872, refere-se à existência de quotas para libertação de escravos, que a província de Sorocaba tinha direito. Abaixo, descrevemos parte desse documento. Na íntegra anexamos os documentos e Lei do Ventre Livre. Anexos I , V e VIII.

“Relação dos Municípios da Província de São Paulo e dos escravos matriculados em cada um d elles nos quais cabem quantias abaixo mencionadas destinadas á sua libertação , em virtude da Lei de 28 de setembro 1871”

Numero de ordem	79
Escravos matriculados	2.079
5ª distribuição de quotas	2.6631604
2ª quota provincial	8791417
Resíduo da 4ª distribuição	3931576
Total pertencente a cada município	3.9361597
Observações	

A lei à qual o documento se refere é a Lei do Ventre Livre, que instituiu a libertação das crianças nascidas a partir da assinatura da lei , estabelecendo que a criança ficaria sob a guarda dos donos de escravos da mãe , tendo depois o dono direito a uma indenização do Estado, ou o direito de utilizar do serviço do “liberto” até os 21 anos. Essa lei foi uma estratégia de acalmar os movimentos abolicionistas e dos escravos e ex-escravos , a pressão internacional, quanto ao fim da escravidão.

É interessante observar que a regra que existia no Brasil era a legitimação hereditária, isto é, o negro nascido pelo parto de mulher escrava era escravo, o mesmo não acontecia quando um escravo fazia filho em uma mulher livre. Segundo Clóvis Moura, “isto tirava o direito da mãe ao filho, fosse gerado por homem livre ou não” (MOURA, 2004, p.237).

Eram muitas as formas de burlar a chamada Lei do Ventre Livre , um exemplo desse desrespeito está no documento por nós encontrado nos Arquivo da cidade de São Paulo em que é registrado em um quadro demonstrativo de Sorocaba de que “menores escravos”, cuja condição servil foi verificada , isto é crianças trabalhando como escravos depois da Lei do Ventre Livre . Aqui é possível observar o quanto essa lei foi um engodo, no sentido de não possibilitar que realmente fosse extinta a escravidão. Segundo Clóvis Moura, o fundo de emancipação era arrecadado em forma de loterias e era motivo de corrupção, desvio de dinheiro e nunca funcionou, sendo usada para muitas vezes libertar idosos, sem condição de trabalho em detrimento dos mais jovens.

Fundo criado pela Lei do Ventre Livre com objetivo de libertar tantos escravos quantos correspondentes quotas disponíveis anualmente

destinadas à emancipação. O Fundo de Emancipação era constituído pelas taxas dos escravos, pelos impostos gerais sobre transmissão de propriedade dos escravos, pelo produto de seis loterias anuais, isentas de impostos, e pelas multas impostas em virtude desta lei, pelas quotas e pelas subscrições, doações e legados com esse destino. Esse fundo nada mais foi que um emaranhado de normas jurídicas, administrativas e burocráticas para que, de um lado, dificultar ao máximo a possibilidade de o escravo conseguir sua emancipação e, de outro, criar toda uma sistemática de corrupção na distribuição de verbas para o fundo. O sistema corruptor tinha diversos níveis, desde a arrecadação do produto na loteria criada com esse fim até a fraude na distribuição dos fundos arrecadados. Além disso, a burocracia, subserviente aos senhores de escravos, sempre conseguia classificar aqueles a serem emancipados segundo os interesses, privilegiando os velhos, estropiados e incapazes, em detrimento dos sadios e jovens. Tanto isso é verdade que foi insignificante a quantia daqueles que conseguiu alforria por meio deste fundo. Para dar uma idéia da inoperância do Fundo de Emancipação, basta verificar o seu movimento financeiro e aplicação nos períodos anos fiscais de 1871/1872 a 1877/ 1878, quando foram recolhidos 8 034 970\$ 196 conto de réis; somente em livros gratificações e outras despesas foram gastos 525 917\$661 contos e, em manumissões, 2 880 464\$ 001 contos. Os 4 151 126\$844 restantes não foram aplicados, ficando um saldo de 3 883 857\$352 contos de réis sujeito à liquidação. Cabe observar, enfim, que muitas verbas se desviavam num trajeto entre a Corte e as diversas provinciais (MOURA, 2004, p.163, 164).

A situação que Clóvis Moura descreve é percebida no documento de escravos libertos pelo fundo de emancipação em Sorocaba (anexo VI). Em um mês, de novembro a dezembro de 1886, apenas 8 pessoas escravizadas foram libertas, sendo 2 homens, 8 mulheres, com idades de 15, 42, 54, 37, 39, 34, 42, 50 anos. Observamos que apenas uma pessoa tem menos de 30 anos de idade. E, nesse sentido, compreendemos a ineficácia das leis de emancipação referente à população escravizada. Sim, porque naquela época uma pessoa que viveu toda uma vida escravizada, em condições de penúrias, com certeza chegava aos 30 anos já bastante cansada.

Dois editais publicados no jornal *Diário de Sorocaba*, em dezembro 1880, permitem-nos ter uma noção de como funcionava a junta de classificação de escravos em Sorocaba. O primeiro edital informa a reunião, a fim de proceder à classificação dos escravos a serem libertados; o segundo indica a quota do município de 8 390\$908 réis, e convida os senhores de escravo a comparecerem para qualquer informação e dúvidas.

Amanhã, 9 reunir-se á no paço da câmara municipal a junta classificadora de escravo, composta do presidente da câmara, promotor publico e colletor das rendas geraes, servindo de secretario o escrivão do juízo da paz, afim de proceder à classificação dos escravos d este município que devem ser

libertados pelo fundo de emancipação (*Diário de Sorocaba*, 10 de Dezembro 1880).

O cidadão João Baptista de Moura, presidente da junta de Classificação de escravos &, Faz saber dos senhores que em virtude da circular de Exm. Presidente da província datada de 1 de corrente mez, reuniu-se hoje a junta de classificação de escravos, a qual funcionará no Paço da Camara Municipal das nove horas da manhã as tres da tarde, afim de proceder à classificação dos escravos que devem ser manumettidos pela quota de 8.390\$908 réis destinado a este município, convida aos senhores possuidores de escravos a virem dar informações ou fazer qualquer reclamação a respeito dos escravos que devem ser classificados.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, faz o presente que será publicado pela imprensa.

Cidade de Sorocaba, aos nove dias do mez de Dezembro de mil oitocentos e oitenta .

Eu, Evarisot Antonio de Castro Ferreira, Escrivão do Juízo de Paz, servindo de Secretário, o escrevi.

João Baptista de Moura

O secretario – Castro Ferreira. (*Diário de Sorocaba*, 10 de Dezembro 1880.)

Conclui-se no dia 18 o trabalho da junta de classificação de escravos sob a presidencia do cidadão João Baptista de Moura. Foram classificados 21 escravos, para d estes serem libertados o numero para que se der a quota do fundo destinada a este município . (*Diário de Sorocaba*, 21 de Dezembro 1880).

O fundo de emancipação faz parte de um entendimento de que deve haver a libertação dos escravos, lenta e gradualmente, sem contudo desorganizar o trabalho, era formada por uma comissão em cada município, para encaminhar as questões referentes à emancipação.

Sobre o processo de emancipação o jornal *Cruzeiro do Sul* (2004) relata:

A 21 de dezembro de 1887, o *Diário de Sorocaba* convoca os proprietários de escravos a uma reunião no prédio da Câmara no dia 25, “a fim de resolver-se pacificamente a emancipação completa dos escravos” aqui residentes, “sem desorganização do trabalho”.

A Comissão Emancipadora, composta por Antônio José Ferreira Braga, Joaquim José Loureiro de Almeida, Manoel José da Fonseca, Eduardo Antero da Cunha Vieira, José Teixeira Cavaleiros, José Loureiro de Almeida, Francisco de Souza Pereira, Cristiano Exel, Joaquim Firmino de Toledo Penteado, Olivério Pilar e Manoel Nogueira Padilha, além de convocar os senhores de escravos, passaram a visitá-los antes do dia da reunião. No dia 14, o jornal de Maneco Januário informa: No passeio que anteontem deu, a Comissão Emancipadora, conseguiu 160 liberdades, sendo 14 incondicionais, e o restante, com a cláusula de serviço por um ano. Hoje continua ela a sua gloriosa tarefa”.

No dia de 27 de dezembro de 1887, a manchete proclama: Sorocaba Redimida. A notícia esclarece que no domingo, dia 25, haviam se reunido, no prédio da Câmara Municipal, muitos senhores de escravos convocados pela Comissão Emancipadora.

Aclamado presidente da assembléia, o Dr. Ferreira Braga informou que haviam sido obtidas 460 cartas de liberdade, e que a Comissão se encarregaria de passá-las, designando o dia 1º de janeiro para a entrega solene aos libertos. Designou o dia 6 do mês entrante para nova reunião, agora com os lavradores, a fim de libertar-se todo o município.

A decisão aqui tomada teve grande repercussão na Província de São Paulo, gerando iniciativas semelhantes em outras cidades. Há quem não a valorize alegando que a ela colocava para os escravos a condição de servirem seus senhores por um ano mais. A Lei Áurea, que veio logo a seguir, concedeu a libertação imediata.

Os críticos não levam em conta que um dos argumentos contra a abolição, utilizado durante décadas pelos escravocratas, era o risco de desorganização da atividade agrícola que ela trazia consigo. O serviço condicional foi a forma que os abolicionistas de Sorocaba encontraram para desarmar, sem atritos, aquele fator de resistência. ((Sorocaba. Uma História Ilustrada 350 anos . A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba. Fascículo 14 p.222, 04) .

Observa-se que a maçonaria em Sorocaba participa de organização dos fundos de emancipação. Porfiro Rogich Viera escreveu em seu livro *Sorocaba não esperou o 13 de Maio* que a união de duas lojas maçônica em Sorocaba, a Loja Constância e a Perseverança III, tinha o objetivo de libertar os escravos, mas como consta no documentário do jornal *Cruzeiro do Sul*, de forma lenta, conforme argumentos de Ubaldino de Amaral, um dos fundadores e participantes da maçonaria. Neste sentido o documentário escreve:

Lei de 1885, em vigor a partir de 30 de março de 1886, obrigou os senhores a matricularem seus escravos, sob a pena de serem libertados àqueles não apresentados às autoridades. Em Sorocaba foram registrados 940 escravos, número bastante menor que o de 1871, que chegava a 3 mil. ((Sorocaba. Uma História Ilustrada 350 anos . A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba. Fascículo 14 ,p.222, 04) .

A informação do documentário diz que após a obrigação da lei, no que tange à necessidade de matricular os escravos, foi constatado um número de 940 escravos , um número considerado inferior a 1871. No entanto, encontramos documento no Arquivo do Estado de São Paulo que dá uma informação de números diferentes indicando que consistia em 3.094 a população escrava, até 30 de junho de 1885.

Almeida (1969), sobre os recenseamentos de escravos em Sorocaba escreve:

Em 1839-1840 o serviçal padre Mendonça organizou rol de seus paroquianos por ruas e bairros . A vila junto com o resto do município, menos a freguesia de Campo Largo, contava 11.481 habitantes, dos quais residiam no perímetro urbano 3.428 , e eram escravos 2.010. Com a

freguesia de Campo Largo temos um número total aproximadamente de 15.000 habitantes . 614 casas na vila.

O recenseamento municipal de 1857 (nota do Arquivo Aguirre) , a cujo proprietário e historiador João Aguirre devemos muitos documentos, deu:

Freguesia de Sorocaba11.359 habitantes
Freguesia de Campo Largo.....3.845 habitantes
Freguesia de Piedade.....3.445 habitantes

Enfim, no ano de 1872, fez-se um belíssimo recenseamento – Tiradas aquelas duas freguesias em 1857, os 11. 359 sorocabanos passaram , em 15 anos a um total de 12.859, que mostra um crescimento de apenas 1.470 pessoas, muito pouco, tanto mais que na cidade, entre 1839 e 1872 , 33 anos, apenas aumentaram 1.365, pois a cidade contava em 1872, o número de 4.793, dos quais estrangeiros eram 233.

Azevedo Marques em seus apontamentos interessantes, menciona 13.99 almas, sendo 3.456 escravos, e 1.018 fogos em todo o município . Isso foi em 1874-1875.

Todavia já os dados do recenseamento anterior são mais completos: Ei-los:

Em 1872 foi feito, pois, um recenseamento municipal. Havia na cidade 4.793 habitantes.Nos bairros havia 8.166, totalizando a população do município.

Branços	8.044	Brasileiros.....	12.258
Pardos.....	2.031	Ameri. do Norte.....	12
Pretos.....	2.884	Português.....	110
Livres.....	9.889	Inglêses	4
Escravos.....	3.070	Francêses	3
Católicos.....	12.792	Alemães	49
Acatólicos.....	67	Italianos.....	19
Hospedes.....	122	Hespanhóis	7
Solteiros.....	8.820	Prussianos.....	21
Casados.....	3.237	Hungaros.....	3
Viuvos.....	992	Africanos.....	469

As informações contidas nos documentos oficiais nos revelam, mais uma vez, a necessidade de um estudo aprofundado sobre os dados da escravidão negra em Sorocaba, fazendo-se necessária a continuação de pesquisa nesta temática, possibilitando o resgate da história, tirando do anonimato histórico pessoas que foram arrancadas do continente africano e as que aqui nasceram sob o regime da

escravidão; estas pessoas, inegavelmente, contribuíram radicalmente para o desenvolvimento econômico de Sorocaba e, concomitantemente, do Brasil. Esta observação parece contrariar a argumentação de Almeida (1969). Para o referido autor, “o número de escravos não foi tão grande quanto nas cidades da zona açucareira, depois cafeeira. Alguns senhores de engenho, como dona Gertrudes, mãe de Tobias, e os Madureira chegaram a ter uma centena de escravos” (ALMEIDA, 1969, p.222 - 233).

As informações de Aluísio de Almeida sobre a escravidão de Sorocaba nos dão elementos para analisar a formação da sociedade escravista. Parece-nos tratar-se da existência de pessoas que não eram latifundiárias, mas viviam de pequenos rendimentos e tinham escravos.

Em Sorocaba havia posto de cobrança de taxa sobre escravos conforme indica Edital publicado nos jornais *O Sorocabano*, de 1870, e *Diário de Sorocaba*, de 1880.

O coletor desta cidade, abaixo assignado, faz saber aos devedores de impostos do exercício 1869 a 1870, que não sendo o imposto satisfeito em tempo competente, seus nomes serão remetidos para juízo dos Feitos da Fazenda Nacional, afim de serem os impostos cobrados executivamente; e por isso convida aos mesmos devedores para que satisfaçam o seu debito até o fim do corrente mez, sob a pena já mencionada. Os impostos que por algumas pessoas não estão pagos são os seguintes: tavernas, alfaiates, sapateiros, ourives, machinas de descaroçar, fabricas de caloleira, ferreiros, barbeiros, impostos social, taxa de escravo, carros de eixo móvel. Outro sim convida aos possuidores residentes nos limites da cidade queiram fazer as declarações de alteração ou diminuição para o lançamento de exercício de 1870 a 1871. Os que não fizerem taes declarações e os novos possuidores, que não derem os escravos á coleta serão multados na quantia de 40\$ a 100\$ cada um.

Sorocaba, 4 de junho de 1870. Colletor – José Dias de Arruda. (Jornal: “O Sorocabano, 5 de junho 1870

O Colletor de Rendas d esta cidade faz sciente aos contribuintes á Fazenda Nacional, que do dia 1º de janeiro p. futuro em diante está em recebimento n esta Colletoria, a taxa dos escravos residentes dentro dos limites d esta cidade, de conformidade com a demarcação procedida em mez de Março do corrente anno.

Colletoria de Sorocaba, 23 de Dezembro 1880. (Jornal: “*Diário de Sorocaba*”, 24 de dezembro 1880).

Buscamos as reflexões de Cardoso (1988) que examinou a escravidão fora das grandes unidades exportadoras. Quanto a esse particular, ela escreve:

Em tese de doutoramento sobre a vida dos escravos na cidade do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX, Mary Karasch encontrou elementos que se opunham à convicção extremamente difundida de que a

propriedade escrava no Brasil apresentava-se, em todo o período escravista, extremamente concentrada. Em suas pesquisas, ela detectou a existência de pequenos senhores que possuíam um ou dois escravos “ao ganho” ou “alugados”, de cuja exploração retiravam o principal de seus rendimentos. Tal fato evidencia que a propriedade escrava era acessível a uma parcela da população livre mais ampla do que tradicionalmente se imaginava” (CARDOSO, 1988, p.34).

Portanto temos como hipótese que, na década de 1870 e 1880, Sorocaba caracteriza-se por um processo escravista urbano que não se baseia no modelo econômico escravista de *plantation*, modelo que, segundo Cardoso (1988, p.32), é representado pela monocultura para exportação. Conforme observa este autor, “estudos recentes, tem levantado novos dados que permeiam descortinar uma estrutura social bem mais diversificada e padrões de posse de escravos mais complexos e menos concentrados” (idem). Sobre o trabalho escravo da zona urbana Cardoso escreve:

Fora da *plantation* estava, obviamente, o escravo das zonas urbanas. Até a primeira metade do século passado, a força de trabalho escrava respondia pela totalidade dos serviços urbanos. Escravos “ao ganho” e cativos alugados faziam funcionar os portos, o transporte, o comércio ambulante, o serviço doméstico e os mais variados ofícios artesanais especializados. (CARDOSO, 1988 p. 32).

Relatamos a seguir alguns artigos dos jornais: *Sorocaba, O Sorocabano*, dos anos 1870 e 1871, que indicam que Sorocaba tinha no escravo urbano a força de trabalho, com as características citadas por Ciro Flamarion Cardoso (1988). Em um dos anúncios transcritos de jornais foi conservada a grafia das palavras, esta opção é no sentido de preservarmos a “autenticidade” dos anúncios. Em anexo estão outros anúncios que encontramos. Anexo II.

ANNUNCIOS

Pechincha!

Vende-se por 480\$000 líquidos, um escravo preto, de 40 a 50 anos, morigerado, bom arreio e cosinheiro, e remetter para seus os que lhes forem remettidos para esse fim. Joaquim José Teixeira & C. (Jornal : O Sorocabano, nº. 21, 3 de julho 1870).

Vende –se um creollo por nome Firmino, de 25 anos mais ou menos com as seguintes habilitações, bom enfardador de algodão, bom trabalhador de roça s ffrivel carpinteiro, e cosinheiro: para tratar com F.G. O Machado, rua

das flores casa nº. 29 em Sorocaba.” (O Sorocabano nº. 32 , 7 de setembro 1870).

ANNUNCIOS

Ama de leite

Na rua municipal nº. 13 encontra-se para alugar-se. (O Sorocabano nº. 34, 26 de setembro 1870).

Vende-se escravos no largo da Matriz a tratar com José do Amaral Gurgel Ribas.” (O Sorocabano , nº. 34 , 26 de setembro de 1870).

Precisa-se de uma pessoa para o serviço de cozinha, liberta ou cativa. Para tractar na rua das Flores nº. 10. (O Sorocabano nº. 34 , 26 de setembro 1870).

As matérias dos jornais se referem à situação dos escravizados na zona urbana de Sorocaba, trabalhando nas casas como cozinheiro, engomadeira, lavadeira, trabalhador de roça, domador de animais, carpinteiro ,enfardador de algodão, aluguel de ama-de-leite.

Nos anúncios é possível encontrar elementos de existência de pequenos senhores que possuíam poucos escravos de aluguel e de ganho, como, por exemplo, o oferecimento de serviços de ama-de-leite, cozinheiro, mostrando que também uma outra parcela da população livre tinha acesso a escravos, e daí tiram seus rendimentos , além dos tradicionais latifundiários . Percebe-se nos anúncios dos jornais que o regime de o trabalho escravo em Sorocaba tinha característica de terceirização , isto é, eram alugados a terceiros, constituindo o trabalho de escravo de ganho. Muitos senhores de escravos “(...) vivia como parasita do dinheiro trazido por escravos de aluguel de ganho.Quituteiras, alfaiates, sapateiros, só guardavam do trabalho feito para fora, o pouco que escapava do olho vigilante do dono”.(

Sorocaba. Uma História Ilustrada 350 anos . A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba. Fascículo 14, p.217, 2004) .

CARDOSO (1988) escreve sobre as condições do escravo nas cidades:

A situação do escravo nas cidades impõe a formulação de uma série de questões específicas no que se refere ao estudo da consciência, organização , relações sociais e controle social das massas escravizadas, que apresentam aspectos necessariamente diferentes quando comparados à situação rural. Tais diferenças, bem como os escravos “ao ganho” e mercado de aluguel de cativos, têm suscitado algumas pesquisas. Da temática às peculiaridades da condição escrava no espaço urbano,

entretanto, transita-se em forma natural para questões mais gerais atinentes à diversidade das condições de utilização do trabalho escravo no Brasil.

O trabalho escravo era utilizado também por instituições religiosas. Encontramos referência nesse sentido no jornal *O Sorocabano* de 1870, que registra a morte do escravizado Jannurio do convento de São Bento de Sorocaba: “Jannuario, escravo do convento S. Bento, brasileiro, solteiro, 64 anos . Congestão cerebral. (*O Sorocabano*, nº. 32, 11 de outubro 1870)”.

Clóvis Moura, que pesquisou sobre a posição da Igreja com relação aos escravos, em obra intitulada *Dicionário da Escravidão Negra do Brasil* (2004), comenta : “A Igreja Católica Apostólica Romana sempre marchou em sincronia com os interesses da escravidão moderna”. Segundo ele, a Igreja e seu clero sempre foram escravistas , “não eram apenas os padres que tinham escravos , as instituições católicas, conventos e paróquias também possuíam” e, sobre a presença de escravo no convento São Bento Sorocaba , ele comenta:

Em relatório, datado de 1797, que informa a situação do mosteiro São Bento em São Paulo, os seus responsáveis, depois de arrolar a renda dos foreiros, referem-se aos escravos pertencentes ao mosteiro e suas fazendas. Havia, segundo o documento, catorze escravos para servir aos mosteiros e seus religiosos; na fazenda Parati, do mesmo mosteiro contavam-se 37; na fazenda São Caetano, também pertencentes ao mosteiro, havia um total de 39 e na fazenda São Bernardo 31, perfazendo um total de 121. Em adendo, informava-se ainda a existência de um escravo velho, pedreiro da Capela de Nossa Senhora do Pilar, perfazendo, portanto um total de 122 escravos de propriedade do mesmo mosteiro. O Hospício de São Bento da Vila Sorocaba , fundado por Baltazar Fernandes e 1674, arrolava entre os seus bens de imóveis, juntamente com vacas parideiras, bois, novilhos e bezerros, um escravo para o serviço do hospício” (MOURA ,2004, p. 196)

Encontramos uma outra referência sobre a escravidão em Sorocaba , escrito por Aluísio de Almeida para jornal o *Cruzeiro do Sul*, em 4 de fevereiro de 1969 . Trata –se de um texto intitulado: “Crueldade e mansidão dos senhores: o mito da Casa Grande”. Este texto é objeto de nossa reflexão a seguir.

Ao encontrar nos arquivos da Casa Aluísio de Almeida a referida publicação, muitos questionamentos ocorreram, e, entre eles, o que segue: qual a metodologia de pesquisa utilizada por Aluísio de Almeida, para chegar a certas conclusões sobre a escravidão em Sorocaba? Este questionamento ganhou força diante do argumento do referido historiador, que, ao concluir seu artigo, afirma que “60 ou 70% dos escravos sorocabanos tiveram a sua situação abrandada pela ternura humana”.

Sem entrar no mérito quanto ao valor do pesquisador, é impossível deixar de fazer observações sobre o artigo publicado, que deixa margens para várias observações. Servimos destas para afirmarmos a relevância das pesquisas que tratam de temáticas da escravidão no Brasil.

Devemos levar em conta os pensamentos, os estudos sobre a questão racial no Brasil referentes à época em que Aluísio de Almeida escreveu o referido artigo. Com esta reflexão, fica mais compreensível a ideologia acerca de que no Brasil o regime de escravidão foi melhor do que nos Estados Unidos.

Aluísio de Almeida fundamenta-se em Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. Aproveitamos a citação para fazermos uma reflexão, porém não muito aprofundada, da tese defendida. A seguir transcrevemos parte do texto. Na íntegra anexamos o texto na páginas finais deste estudo.

Crueldade e mansidão dos senhores escravos.

Lá e cá mas fadas há. Para a história interessa a verdade somente a verdade. Não pode passar em julgado a afirmação generalizada de que a escravidão negra no Brasil, e na América Espanhola foi mais benigna do que nos Estados Unidos. Essa tese histórico – sociológica tem muitos defensores em nosso País, sendo o mais qualificado, Gilberto Freyre, desde o seu livro principal “Casa Grande e Senzala” e sobretudo de 1951 a 1963. segundo Magnus Morner, professor da universidade de Columbia, nos Estados Unidos, os estrangeiros defensores dessa tese tão simpática são Frant Tannembaum (1947). Gilberto Williane (1930) e Stanley Elkins (1959). Os argumentos apresentados lembram a legislação, as alforrias voluntárias, a situação especial dos escravos domésticos, e natureza dos trabalhos. Mestre Florestan Fernandes (1960) é mais pela escravidão mitigada. Em Sorocaba o único trabalho impresso sobre sociologia até agora existente é em parte o de Florestan, quando estudante sobre a vida de João de Camargo. Entretanto, hoje se dá muito valor às monografias locais.

Posso até mudar de opinião, mas ousou afirmar que para o Brasil em geral, o regime de escravidão foi melhor do que nos Estados Unidos, mas não deixou de ser cruel, crudelíssima, monstruoso e que a mitigação somente existiu em condições especiais e locais, por exemplo, entre os trabalhadores urbanos e domésticos.

Manuel Cardoso (1961) provou que a escravidão no Rio Grande do Sul foi mais benigna, porque os escravos eram boiadeiros. Podemos chegar a mesma conclusão em Sorocaba onde os escravos tropeiros eram bem tratados.

Mas havia meia dúzia de grandes engenhos de cana em 1850 mais ou menos, pois nossa cidade pertenceu a área cafeeira. Mesmo assim senhores de engenho eram bons para os seus servos.

Somente pude rastrear as tradições orais de dois grandes engenhos dos Madureira e outro do Caguassu. Os donos não eram cruéis. Os escravos do capitão-mór Manuel Fabiano de Madureira tinham direito a uns potinhos de melado e a vir vendê-los todos os sábados na cidade e andavam bem limpinhos. Dona Ângela queixava-se, porém, de que eles, arranjando um dinheirinho compravam a pinga e voltavam sem um vintém, nunca podendo alforriar-se.

Mas havia em muitas fazendas, inclusive na célebre casa grande do Itavuvu, instrumentos de suplicio e até um quarto destinado para isso. O

nosso Museu Histórico Sorocabano num de seus primeiros salões, anjinhos, correntes e outros instrumentos usados para os suplícios dos escravos em nossa região .

Os fabricantes desse comércio interno levavam por si ou terceira pessoa os derradeiros escravos mais fortes para os cafezais. Lá trabalhavam no eito , onde se alcançava o chicote do feitor se abusassem ou cansassem.

“-Negro do diabo, eu te vendo pra Campinas!”. Era a exclamação que deixava bonzinho qualquer escravo recalcitrante. É também dessa época do ultimo quartel do século do cativo o aparecimento de um senhor cruel cujo nome fica as calendas gregas, por motivos óbvios.

A esses fatores negativos devemos acrescentar com três casos de sacrifício dos brancos pelos negros um em 1835, outro em 1841 e o terceiro em 1881, isto é, assassino de dois feitores e um senhor. Além disso ficou documentado nas Atas da Câmara em 1835 os boatos que ocorreram em Sorocaba de uma frustrada insurreição geral dos escravos em toda a Província.

Eu diria, concluindo, que 60 a 70% dos escravos sorocabanos tiveram a sua situação abrandada pela ternura humana (Jornal “Cruzeiro do Sul”, 5 de fevereiro 1969).

A ideologia de que a escravidão foi mais branda no Brasil foi divulgada e defendida pelo mundo. Já dizia o abolicionista Joaquim Nabuco que o Brasil era uma sociedade sem barreiras legais que viessem impedir a ascensão social das pessoas de cor.

Segundo observações do pesquisador Kabengele Munanga “a escravidão era por toda parte uma desumanização. Os bons tratamentos não são institucionalizados, mas individuais de alguns donos de escravizados”. (Observação feita por MUNANGA integrante da banca da defesa da dissertação em 08/12/2005).

No que diz respeito à ascensão social do negro no Brasil, Guimarães assinala:

A idéia de que o Brasil era uma sociedade sem “linha de cor”, ou seja, uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas de cor a cargos oficiais ou posições de riqueza e prestígio, já era bem difundida no mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, bem antes do nascimento da sociologia. Tal idéia, no Brasil moderno, deu lugar à construção mítica de uma sociedade sem preconceitos e discriminações raciais. Mais ainda: a escravidão mesma, cuja sobrevivência manchava a consciência de liberais como Nabuco, era tida pelos abolicionistas americanos, europeus e brasileiros, como mais humana e suportável, no Brasil, justamente pela ausência dessa linha de cor.

(...) Os historiadores fazem bem em tratar essa utopia como o “mito do paraíso racial”, pois, na verdade, a expressão “democracia racial”, além de mais recente, está envolta numa teia de significados muito específica (GUIMARÃES, 2002,p.36- 37).

Guimarães (2002) registra que Gilberto Freyre, nos anos 30, retoma a questão sobre a democracia entre as “raças” no Brasil.

Na sociologia moderna, Gilberto Freyre foi o primeiro a retomar a velha utopia do paraíso racial, cara ao senso comum dos abolicionistas, dando-lhe roupagem científica . Em 1936, em Sobrados e Mucambos Freyre chega mesmo a retomar as imagens de “aristocracia” e “democracia” para contrastar a rigidez da organização parcial e a flexibilidade das relações entre as raças (GUIMARÃES , 2002, p. 38).

A discussão de Gilberto Freyre se dá em um contexto internacional e nacional sobre a questão racial, com política racista implantada por Adolf Hitler, na Alemanha. O tema do racismo foi um tema bastante abordado entre os intelectuais brasileiros (Athur Ramos, Gilberto Freyre , entre outros). Lançaram em outubro de 1935 um manifesto contra o preconceito racial, no qual advertiam que “a transplantação de idéias racistas e, sobretudo, dos seus corolários políticos e sociais, constitui risco particularmente grave num país como o Brasil, cuja formação étnica é acentuadamente heterogênea” (SKIDMORE, 1976, p. 225). Os intelectuais brasileiros concluíam que as idéias racistas baseadas em fantasias, mitos pseudocientíficos comprometem a unidade nacional, ameaçando o futuro do Brasil. Concluíam nesse manifesto que consta que no Brasil se misturaram, sem restrição legal, os povos indígenas, africanos e europeus. Nesse sentido, o país teria apresentado a solução mais científica e mais humana para o problema da mistura entre raças e cultura (SKIDMORE , 1976, p.225,226). Nas duas décadas seguintes à de 1930 “o júbilo nacional com o descrédito do racismo científico levou a convicção de que a alegada falta de discriminação racial fazia o Brasil moralmente superior aos países mais desenvolvidos tecnologicamente onde ainda praticava a repressão sistemática das minorias raciais” (SKIDMORE, 1976, p. 228).

Segundo SKIDMORE, nos anos 1960 um novo quadro das relações raciais no Brasil tinha emergido, “cientistas sociais através de pesquisa para levantar a rede complexa de correlações entre cor e status social” (SKIDMORE, 1976, 236) chegam à conclusão que “quanto mais escuro fosse o brasileiro mais provável seria encontrá-lo no fundo da escala sócio- econômica” (SKIDMORE, 1976, 237) . Tais descobertas levaram alguns cientistas a confrontar o mito da democracia racial no Brasil, entre eles Florestan Fernandes, que acusou os intelectuais de ter preconceito de não ter preconceitos e de apoiar-se no mito de democracia racial, e “creditando que a cor não tem sido barreira à mobilidade social econômica” , afirma “a elite furtou-se a admitir que a condição sócio- econômica dos não brancos pudesse ser causada apenas pelo relativo subdesenvolvimento da sociedade ou pela falta de

iniciativa individual”. O ataque ao mito da democracia racial no Brasil moderno acompanhou o ataque paralelo a uma opinião que no Brasil as relações raciais foram mais humanas (SKIDMORE, 1976, 237).

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2000) comenta que Roger Bastide e Florestan Fernandes “tratavam a ‘democracia racial’ , não como algo que existisse concretamente, mas apenas como um padrão ideal de comportamento” (GUIMARÃES, 2002, p. 45). E acrescenta:

(...) Bastide e Florestan não vêem problema em conciliar a realidade do “preconceito de cor” ao ideal da “democracia racial”, tratando-os, respectivamente como prática e norma sociais, as quais podem ter existências contraditórias , concomitantemente e não necessariamente excludentes. Em Bastide dos anos 50, “democracia racial” significa um ideal de igualdades de direitos, e não apenas de expressão cultural, artística e popular, constituindo-se num alargamento da noção de “democracia social e étnica” de Gilberto Freyre (GUIMARÃES, 2002, p. 45-46).

A princípio a “democracia racial” foi uma tradução livre que Florestan Fernandes fez das idéias de Freyre. Assim, nos anos 60 a “democracia voltou a ter o significado original freiriano, de mestiçagem e mistura étnico-cultural, tornou –se , assim, para a militância negra e para intelectuais como Florestan, a senha do racismo à brasileira, um mito racial” (GUIMARÃES , 2000 , p. 54).

O artigo de Aluísio de Almeida abre um caminho de pesquisa sobre a história da escravidão do negro no Brasil e em Sorocaba, quando cita em seu escrito um movimento de insurreição dos escravos na província, que “ficou documentado nas Atas da Câmara em 1835, os boatos que ocorreram em Sorocaba de uma frustrada insurreição geral dos escravos em toda a Província”. Esta afirmação nos leva à constatação de que a população escravizada se rebelou, lutou pela sua libertação, não permaneceu passiva diante de sua condição, e nos instiga a um aprofundamento sobre o movimento de resistência dos escravos em Sorocaba nesse sentido analisamos alguns escritos sobre fuga da população escravizada em Sorocaba .

2.1 - Escravo fugido, crime de escravos: repressão e resistência

Com o cuidado de não cairmos em generalizações apressadas , buscaremos discutir as matérias dos jornais sorocabanos que tratam de questões como fugas individuais e coletivas como um ato de resistência dos escravos e a repressão a essas ações . Para interpretar as matérias, buscaremos um esquema metodológico interpretativo de análise do grupo dos negros escravizados como um grupo específico ou diferenciado em uma sociedade de classes . Essa metodologia interpretativa foi utilizada por Clóvis Moura (1988), que aborda esse tema da resistência ao explorar a organização do negro em uma sociedade de capitalismo dependente, no período escravocrata , “ao nível de convergência entre seus valores culturais, trazidos da África , e a função dos mesmos em uma sociedade de classes” (MOURA, 1988, p.109).

Segundo Moura (1988), o esquema metodológico interpretativo desenvolvido por ele para a análise do negro como grupo específico ou diferenciado em uma sociedade de capitalismo parte da compreensão teórica conceito de classe social , derivando em dois termos : classe em si e para si .Segundo Moura:

(...) O conceito de classe social é tão fecundo em vastas áreas de pesquisa macrossociológica, subdivide –se em classe em si e para si. Essa dicotomização do conceito vem possibilitar a análise da classe desde a sua formação e emergência, quando ela é apenas objeto na estrutura social , até a fase mais plena da sua afirmação na sociedade, quando adquire consciência de que existe e somente em confronto e fricção com outras que comprimem no espaço social pode reconhecer-se como específica, isto é, com objetivos próprios e independentes (MOURA , 1988 p. 110).

Os grupos de fugas individuais e coletivas, a forma de lazer do negro, a sua religião, os aspectos econômicos , a resistência armada, os grupos musicais, culturais, enfim, todos os grupos criados pelos escravos são exemplos dados por grupos específicos de resistência, e por causa disso são reprimido (MOURA,1988). Nos seus estudos se refere a “grupo diferenciado” quando em uma sociedade de classe, tendo em vista a organização , o grupo é diferenciado por outro grupo que compõe a sociedade. Clóvis Moura comenta: “constitui um grupo que, por uma determinada marca, é visto pela sociedade competitiva dentro de uma ótica especial, de aceitação ou rejeição, através de padrões de valores, mores e representações dos estratos superiores dessa sociedade” (MOURA, 1988, p. 116) .

Quando nos referimos a grupos específicos, estamos encarando a mesma realidade em um outro nível de abordagem e em outra fase de desenvolvimento ideológico. Procuramos, com este termo, designar do ponto de vista interno do grupo os padrões de comportamento que são criados a partir do momento em que os seus membros se sentem considerados e avaliados através de sua marca pela sociedade. Em outras palavras : o grupo diferenciado tem as suas diferenças aquilatadas pelos valores da sociedade de classes, enquanto o mesmo grupo passa a ser específico na medida em que ele próprio sente esta diferença e, a partir daí procura criar mecanismos de integração na sociedade (MOURA, 1988, p.116-117) .

O grupo diferenciado, que é visto de fora para dentro pelos demais membros da sociedade , tido como superior e deliberante , não sente essa diferenciação, no entanto o mesmo grupo diferenciado se torna específico “quando se vê, e é analisado pelos próprios membros da relação com o conjunto dos demais grupos sociais, adquire consciência dessa diferenciação”. Para Moura:

Enquanto ele é simples grupo diferenciado, através de critérios de julgamentos exteriores – é apenas objeto, simples elemento componente da sociedade como todo, funcionando como massa passiva do contexto social. Ainda não tem interioridade, conteúdo. Mas, quando passa a sentir-se diferenciado pela sociedade global, isto é, pelos demais grupos que não possuem a mesma marca diferenciadora e, por isto mesmo, é separado por barreiras e técnicas de peneiramento no processo de interação, ele adquire consciência dessa diferença, passa a encarar a sua marca como valor positivo , revalorizando aquilo que para a sociedade o inferioriza e sente-se um grupo específico (MOURA :1988, p. 117).

A relação dos valores do grupo diferenciado em relação aos valores do grupo específico são dinâmicos e inclui a revalorização dos seus símbolos, componentes de uma auto- afirmação grupal.

A relação entre classes sociais economicamente diferenciadas, que no caso da escravidão brasileira tem sua marca, o negro, é fundamentada no julgamento do negro como ser inferior, produz uma marca discriminatória, que o diferencia de uma sociedade global, e leva à criação de estereótipos que justificam medidas e reações de comportamentos que os oprimem e discriminam. Nesse sentido é que no momento entendemos e interpretamos os anúncios de fuga e prisões de escravos/as nos jornais pesquisados , anúncios estes cheios de expressões de valores e estereótipos que justificam a forma com que são expostos nos jornais, que, precisam ser aprofundados através de pesquisas e que como escreve MOURA (1988) :

(...) o estudioso deverá ter o máximo de cautela para não determinar antecipadamente onde se pode enquadrar um grupo de seguimento, mas deve antes de tudo, recolher todo material possível e disponível para, em seguida fazer um levantamento sistemático dos elementos empíricos à sua disposição para- semente a partir daí – ver o grau de aproximação do mesmo com o modelo de um grupo diferenciado ou específico (MOURA, 1988, p. 119).

Descrevemos a seguir algumas matérias encontradas nos jornais sorocabanos de 1870 e 1880, que tratam de fugas individuais e coletivas de escravos , matérias policiais , mortes de escravos , suicídios, etc., no sentido de registro para, quem sabe, possam ser aprofundado por outras pesquisas. Outros anúncios pertinentes a esse período serão encontrados no Anexo II.

Muita Atenção

Fugio em 23 de fevereiro 1864, fazenda da Conceição de Theresopolis, á serra do Campim, o escravo crioulo de nome Joaquim, tropeiro . 23 de Julho de 1870. (“O Sorocabano” nº. 30, 7 de setembro de 1870).

Annuncios

A 26 do mez passado fugio o escravo Benectido, pertencente á Francisco Ferreira Prestes , o qual tem mais ou menos, 30 anos de idade e os signaes seguintes preto, natural de Minas, altura regular , fino de corpo e conserva sempre um olhar mais feixado que o outro . Este escravo foi comprado ao sr. Fernandes Lopes de Sousa Freire, tendo sido antes do sr. Antonio Jose da Silva braga . Desconfia-se que queira justar-se como camarada em alguma tropa que siga para Minas. Quem o prender e entregar a seo senhro nesta cidade, ou recolher em alguma cadêa mais próxima do logar da prizão será gratificado com a quantia de 50\$000. Sorocaba, 2 de junho 1870. (“O Sorocabano, 19 de junho de 1870).

Noticiário

D. d Angel Maria Madureira e Sousa fugirão no dia 29 de novembro do anno passado 4 escravos sendo:

Balduino, idade 25 annos mais ou menos mulatos, com barba no queixo so de um lado, com dentes podres na frente .

João de idade 22 annos mais ou menos, preto tambem com os dentes da frente arruinados, alto nariz aparrado.

Francisco idade 18 a 20 annos, fula com dentadura perfeita, bonita figura.

Lourenço idade 18 annos mais ou menos, fula , baixo com dentadura perfeita . Consta que andao no lpero, quem os apprender, e entregar á referida senhora será gratificada com quantia de 50\$000 por cada um (“O Sorocabano”, 7 de janeiro 1871).

As constantes fugas de escravizados vão pressionar o fim da escravidão. Após 1870, amplos setores da sociedade brasileira começaram a constatar a escravidão , considerando que ela era um atraso do país frente às demais “nações civilizadas”, argumentos utilizados juntamente com a noção de progresso, liberdade do pensamento liberal construídos pelos países imperialistas.

Com o aumento da resistência negra em atitudes individuais e coletivas, mostrava a necessidade de se buscar uma solução para a questão da escravidão (AZEVEDO, 2004).

Idéias provenientes da Europa exaltando o progresso, como meta a ser atingida e a relação entre trabalho e trabalhadores livres, vão ser temas discutidos por escritores, jornalistas, políticos, igrejas, associações, também provavelmente por escravos e ex-escravos. Porém, no Brasil, a implantação do trabalho livre e a questão do trabalhador livre, com o argumento da modernização da sociedade, assumiram uma forma conservadora e racista .

Na nossa pesquisa constatamos que no jornal *Diário de Sorocaba* do mês de abril 1888, isto é, um mês antes da promulgação da Lei de 13 de Maio, as temáticas que tomaram conta do noticiário foram imigração e vadiagem. Nesse sentido relevamos como importante tecer algumas considerações sobre o assunto .

Nos artigos há associação entre vadiagem dos ex-escravos e o trabalho, contando como um problema social a ser tratado pela lei como crime, e que era necessário se reprimido pelo aparato judicial, policial (*Diário de Sorocaba*, nº 1601/1602, 3 e 4 de abril 1888).

Vadios e Vagabundos

Há um clamor uniso e geral na imprensa de toda a província contra a enorme aglomeração que se nota hoje nas povoações de individuos que nada produziundo tudo consomem e que por esse andar irão da na pratica dos vicios e crimes.

Não há dia em que não encontrem n um jornal ou n outro jornal reclamações como esta. (“Dário de Sorocaba” , nº. 1601, 3 de abril 1888).

A vadiagem cresce

Para corroborar o que hontem dissemos, transcremos hoje o que a respeito escreve a Gazeta de Campinas , nas seguintes linhas:

“Este assumpto já tem sido abordado pela imprensa, mas é sempre útil ir tratando d elle, porque da instencia póde crecer algum beneficio.

A vadiação cresce em Campinas e, como se sabe, a vadiagem é a mãe de todos os vicios.

Com a emancipação quase geral dos escravos que viviam sujeitos ao trabalho, vem surgindo uma época que póde tomar character seriamente perigoso , se a policia não tratar desde de já de expedir as mais enérgicas providencias.

Estamos em plena phase dos desocupados, d aquelles que entendem que por terem entrado para o rol de escravos livres, nada devem fazer cumprindo-lhes viver d oravante uma vida de completa malandrice (“Diário de Sorocaba nº. 1602” 4 de abril 1888.)

Não nos parece possível falar da ideologia da vadiagem, da malandrice, a começar pelos títulos das matérias, contidas nesses artigos sem mencionar a

associação desses termos com a instituição do trabalho no período histórico em que é escrito o jornal, século XIX, no auge da discussão da substituição da mão-de-obra trabalhadora escrava pelos imigrantes, defendidos pelos imigrantistas, termo usado, como vimos anteriormente, para os que defendiam a substituição da mão de obra escrava por imigrantes europeus.

Essa concepção, presente no período e cenário que nos propomos a discutir, foi estudada por Célia Marinho de Azevedo (2004), que escreve:

Embora o aproveitamento do potencial nacional de força de trabalho tenha sido aventado repetidas vezes durante a década de 1870 e inclusive defendido por imigrantistas descrente das possibilidades imigratórias para o país, grandes resistências se levantavam sempre que se procurava incluí-lo em projetos favoráveis à imigração (AZEVEDO, 2004, p. 115).

Compreendemos que o debate sobre a ideologia da vadiagem, nos séculos XVIII e XIX, provoca uma série de questões na pesquisa, principalmente com relação ao que se refere às questões entre os homens livres do período escravista e o controle social por parte do poder econômico sobre a força de trabalho. Indagaremos especialmente as relações entre homens livres, como ex-escravos, e a imagem rigidamente hierarquizada construída sobre quem pode, ou quem tem condições de assumir o trabalho livre no fim da escravidão, pois na matéria jornalística este aspecto é destacado:

“Falla-se muito em colonato negro mas o que pode garantir a instabilidade de colonato negros nas fazendas.

“Nas próprias fazenda elles não ficam: escravos libertos com ou sem condições, e com salário offerecido pelos ex senhores fogem com os que não tiveram promessa.

Estes factos dão-se todos os dia no interior da província o que demostra uma verdade incocussa, isto é, que o escravo não foge ao captiveiro, e sim aos trabalho. Em fazendas extranhas tambem não param, senão o tempo necessário para ganhar quanto baste para compra de uma garrafa de pinga. Ora, é isto que convém a lavoura.

“Se o governo não tomar a serio estas cousas e não pedir às câmaras leis que obriguem os vadios no trabalho, não sei onde iremos parar ou por outra, naufragaremos, com certeza, de encontro aos novos horizontes.

E de fato, a lei que regulla essa materia tem sido tam condemnavelmente descurada por uns e desconhecida por outros a quem incube a sua execução, que não e de extranhar que a maior parte de nosso povo ignora também a sua existência e que esteja sempre a chamar por uma cousa que já temos, e que pessoas de regular instrucción digam que o mal d este pais é a falta de lei de coação ao trabalho (Jornal: “Diário de Sorocaba”, nº. 1601, 3 de abril 1888.)

Entendemos também que esta abordagem nos leva a pensar sobre a categoria trabalho para além da chegada do imigrante no Brasil do século XIX , pois muitas vezes a história do trabalho no Brasil é considerada a partir da substituição do trabalho escravo para o trabalho livre do imigrante. Antes da chegada do imigrante no Brasil, os negros, e durante um certo tempo também os índios, trabalhavam sob condições do escravismo institucionalizado, sob uma ideologia que os considerava (o índio e o negro) como aqueles que têm que trabalhar de forma escrava por eles serem tidos como raças inferiores. Com a proposta do fim do trabalho escravo , vem o discurso que continua com a ideologia racista. Ou seja, a inferioridade é vista como a incapacidade de viver a sua própria libertação, imbuída aí a capacidade para o desempenho do trabalho livre, e, por conta disso, o negro liberto deve moldado para viver em uma sociedade considerada culta e civilizada, obrigando-o a moldar-se ao trabalho livre.

Esta falsa compreensão de liberdade que arreda do cumprimento de um dever sagrado, inerente a toda creatura humana pódé ser causa de grandes calamidades, pois que assim vae a sociedade recebendo em seu seio creaturas verdadeiramente egnorantes incapazes de menor actividade digna e honesta.

Nada mais justo e bonito do que libertar-se quem até hoje viveu no captiveiro, nodoando assim uma sociedade culta e civilizada; mas também nada mais justo e necessário do que obrigar a uma vida de ocupação rendosa, afastando assim da inacção que naturalmente o conduzirá á pratica de todos os vicios e crimes.

Já temos dito por mais de uma vez, e convém repetir: em Campinas abunda o elemento nocivo da vadiação, estão repletos por ahi os biombos d onde surgem as maiores desordens e os mais incorrigíveis desordeiros ; nas vendas afastadas do centro da cidade grupam-se mulheres e homens que suppõem que na crápula e na imoralidade está a missão que lhes compete, e assim vão vivendo impunemente certos de que escaparão facilmente á policia, cujos rigores brilham pela ausência. (Jornal "Diário de Sorocaba", nº. 1601, 3 de abril 2004.)

A municipalidade e á policia compete averiguar a chamada transformação social.

Dar só a liberade ao captivo não é o bastante convém determinar a maneira pela qual ele há de se conduzir na sociedade pois a não ser assim, um grande bem pódé ser causa de grandes males.

É preciso completar-se a obra merita da emancipação com a criação de medidas legaes, que obriguem os desocupados que por ahi andam, a tomarem um emprego honesto, d onde possam tirar a subsistencia (Jornal: "Diário de Sorocaba" , nº. 1602 , 4 de abril de 1888.)

Os discursos elaborados pelos jornais revelam ideologias fundamentadas no liberalismo capitalista, como a defesa da liberdade, do progresso. Porém é preciso destacar que essas ideologias legitimaram a continuação da escravidão, conforme podemos verificar nestas considerações de Cardoso (1988) escreve:

E, com efeito, numa época em que os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade triunfam em toda parte, cultivados inclusive pelos letrados e políticos de países solidamente escravistas, os intelectuais do “velho Sul” foram realmente originais em sua ousada defesa da escravidão. Homens como George Fitzhugh, Henry Hughles e outros panfletários dos anos 1850 não se limitaram a defendê-la sob a alegação pouco razoável de que os escravos, apesar de homens eram legítima propriedade de seus senhores, e nem se ativeram ao argumento prático de que, sem o trabalho dos cativos, a economia algodoeira iria desmoronar-se completamente. Foram além, não só ousaram fazer da escravidão um bem, suporte de “civilizações” fraternas, justas e genuinamente cristãs, como esboçaram uma crítica feroz ao capitalismo e às idéias burguesas, denunciando a “exploração selvagem” que pauperizava e oprimia os operários industriais na Inglaterra ou nos estados ianques do Norte a despeito da “falsa igualdade” apregoada pelos liberais (CARDOSO, 1988, p. 46).

Cardoso (1988) comenta que, em relação à tradição política norte- americana em favor da idealizada escravidão negra, encontra-se Thomas Jefferson, o redator da Declaração dos Direitos do Homem :

(...) Thomas Jefferson , ilustre redator da “Declaração dos Direitos do Homem” considera a “instituição da escravatura” a maior violação do direito natural de todos os indivíduos à liberdade e à felicidade, embora fosse ele próprio um rico escravocrata da Virgínia que, se não defendeu a escravidão, também não lutou pela sua extinção (CARDOSO,1988, p. 46).

A ideologia defensora da escravidão ultrapassa as fronteiras do liberalismo europeu e norte-americano, quando as metrópoles, principalmente as vinculadas aos países ibéricos, implantam sistemas coerentes de racionalização e legitimação das sociedades escravistas , nas colônias do Novo Mundo, ideologias acopladas com a Igreja Católica que, segundo Cardoso:

(...) tem defesa pontual do tráfico ibérico africano feita pelo jesuíta Luiz Brandão, reitor do Colégio de Luanda, em 1611, à geração de ideologias globais, a exemplo das reformas de um Alonso de Sandoval, preconizadas no Catecismo evangélico de todos os etíopes, publicado nos anos seiscentos.

Por tudo o que escreveram e pregaram acerca da escravidão entre os séculos XVI e XVII, os letrados oriundos da Igreja, notadamente os padres da Companhia de Jesus, assumiram, sem lugar de dúvidas, o papel de “intelectuais orgânicos” da aristocracia fundiária que neles viu Antonio Gramsci, defensores dos privilégios feudais na velha cristandade e ideólogos da escravidão e da servidão no mundo colonial, não obstante as numerosas críticas que sempre fizeram ao estilo cruel da exploração do trabalho no trópico. (...) os intelectuais da Igreja sempre cuidaram de justificar a escravidão negra, ora alegando, à moda de Aristóteles, a potencialidade de certos indivíduos para servir, ora vinculando a triste existência da escravidão à natureza decaída da humanidade após o pecado original (CARDOSO, 1988, p.48)

No Brasil Colônia e Império a ideologia da conservação do escravismo encontra argumentos pensamento dos conservadores e republicanos CARDOSO. (1988) comenta sobre José Bonifácio:

(...) José Bonifácio nosso “Patriarca da Independência”, a apresentar à Assembléia Geral Constituinte sua opinião de que a escravidão não deveria ser abolida imediatamente, sob pena de ver-se arruinada a economia nacional. Cumpria, antes, tornar os cativos “dignos da liberdade”, emancipá-los gradualmente, e ao mesmo tempo honrar os “contratos entre senhores e escravos” de modo a não corromper o sagrado princípio da propriedade individual (CARDOSO, 1988, p. 48).

Com estas reflexões queremos dizer que está embutido ideologicamente nos discursos sobre a escravidão a inferiorização do negro que posteriormente vai aparecer na ideologia do trabalho livre, isto é, o negro nasceu para ser escravo, não é preparado para o trabalho livre, também embutida nesse discurso vai estar presente a figura do negro livre como vadio.

Para entender as ideologias disseminadas nas matérias dos jornais, é importante atentarmos sobre o que estava sendo discutido muito antes do 13 de Maio. Os jornais são de abril de 1888, portanto não é um discurso que vem posterior à lei do fim da escravidão, é uma lei em que, a nosso ver, está embutida a questão: quem serve como trabalhador no regime de trabalho livre. Durante a discussão sobre o fim da escravidão sabemos que, juntamente a esse discurso, estava a proposta de trazer imigrantes europeus brancos para trabalhar, intencionando pôr em prática o objetivo de “branquear” o Brasil.

Com a substituição do trabalho escravo, a população de ex-escravos e seus descendentes foram colocados à disposição de um mercado de trabalho assalariado tendo que disputar com um grande número de imigrantes que chegavam e ou que estavam no Brasil. Neste sentido Azevedo comenta:

Nestes momentos em que se reavivaram as esperanças em relação à vinda dos trabalhadores estrangeiros, os imigrantes recusam-se a tratar da incorporação do nacional ao mercado de trabalho livre e reagem com desprezo e apertes irados contra aqueles que ousassem lembrar a existência deste potencial de braços. Era como se para estes o nacional permanecesse sempre como uma última e desprezível cartada, caso o grande lance da imigração não fosse lançado (AZEVEDO, 2004, p. 115).

Segundo AZEVEDO, os imigrantistas (1870 parte de 1880) relacionavam a ociosidade do nacional à sua suposta inferioridade racial, posteriormente “os proponentes do aproveitamento dos homens livres para o trabalho sem negar esta inferioridade – colocada, porém, mais em termos culturais -, procuravam integrá-los socialmente a produção” (AZEVEDO, 2004, p. 117).

A liberdade para trabalhar para a própria sobrevivência é considerada como “o reverso de controle de tempo dos trabalhadores rurais” (AZEVEDO, 2004, p. 110.) , que, examinada pela ótica dos fazendeiros, é tida como “vadiagem” dos nacionais livres e ex-escravos, e “homens livre”, bem como aqueles recém-libertados, não trabalhariam para grandes proprietários a não ser mediante coerção, porque, além das suas reduzidas necessidades de subsistências, eles não conheciam nenhuma outra semelhança àquelas do “civilizado” (AZEVEDO, 2004, p. 110).

Entre as estratégias de disciplinamento para o trabalho nutriam a esperança de que os próprios nacionais , ex-escravos, pudessem interiorizar a necessidade de trabalhar para além de suas necessidades de sobrevivência , constituindo assim um mercado de trabalho.Outra estratégia também foi de disciplinamento mediante a coerção jurídica e policial ao trabalho, a moralidade e o aprendizado profissional (AZEVEDO, 2004,p,112).

É a esse contexto que entendemos a referência que o jornal *Diário de Sorocaba* nº. 1061, de 3 de abril, se refere quando diz ser realidade também de Sorocaba as queixas sobre a vadiagem e recorre ao Código Penal para colocar o fim sobre esse problema:

Como em nossa cidade o mesmo facto de que se queixam outras povoações e para que se não diga que não temos leis que dêem remédio ao mal, transcrevemos algumas disposições em pleno vigor:

“Não tomar qualquer pessoa alguma occupação honesta e útil de que posso substituir, diz o art. 295 do Código Criminal depois de advertida pelo juiz de paz, não tendo renda sufficiente: prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias”

O Reg. De 31 de janeiro de 1842, em seu art. 111, determina que: “Os chefes de policia, delegados, subdelegados e juizes de paz, aos quaes seus districtos , ou alguem porem forem apresentados alguns vadios e mendigos , nos termos dos ats. 295 e 296 do Co. Crim. bêbados por habito, prostitutas que perturbam o socego publico , turbulentos que por palavras e açções offendam os costumes, a tranquillidade publica e a paz das famílias – procederão immediatamente na conformidade do disposto nos arts. 121,122,123,124 do Cód. do Processo Criminal obrigando-os a assignar termo de bem viver e cominando-lhes penas para o caso em que o quebrem. E, tendo noticia, per qualquer maneira de que o termo foi quebrado, procederão segundo o que se acha disposto nos arts. 206 a 210

do mesmo Código, afim de que se possam ser impostas aos transgressores as penas marcadas nos arts. 12§ 2º , 121 e 12 do já citado Código.

Com a referencia somente aos libertos que constituem o maior numero de vagabundos actuaes, termos o art. 3º e 18 da Lei de 28 de Setembro 1885.

§ 17 “Qualquer liberto encontrado sem occupação será obrigado a empregar-se ou a contractar seus serviços no prazo que lhe for marcado pela policia.

§ 18 Terminado o prazo sem que o liberto mostre ter cumprido a determinação da policia, será por esta enviado ao juiz de orphams que o constringerá a celebrar contracto de locação de serviços, sob pena de quinze dias de prisão com trabalho de ser enviado para alguma colônia agrícola, no caso de reincidência.

Cumpram, pois as autoridades o que lhes incumbem as leis e não teremos que lamentar ao mau estar de que todos se queixam.

Farão com isso um beneficio á paz á moralidade, á industria e a lavoura (Jornal: “Diário de Sorocaba” nº. 1601, 3 de abril 1888.).

No mesmo período em que acontece o debate sobre o controle do trabalho do ex- escravo , se dá o debate sobre a instrução publica para os libertos. É de muita importância o entendimento desta ideologia. Nesse sentido fazemos algumas considerações sobre o assunto , tendo como referência matéria publicada no jornal *O Americano*, nº. 22 . Sorocaba, 1 de fevereiro 1872, intitulada : “instrução pública , fazendo referências da instrução para pessoas libertas da escravidão”.

Para situar o modelo entendido como instrução pública para libertos, apontaremos um rasgante histórico ideológico, demonstrando através de uma breve análise do período que abrange os ideais do regime monárquico ao republicano, e a proposta do modelo educacional acentuado nas idéias liberais.

As influencias da ideologia liberal no Brasil Colônia e Império, tiveram como consequência imediata o abalo da hegemonia estabelecida pela Igreja Católica no campo religioso, político e educacional. Nesse contexto de acirramento, as principais forças conservadoras da Igreja Católica colocaram-se contra tudo que fosse considerado perigoso para a manutenção de sua fé e de seu poder. Entre esses perigos estavam: a maçonaria, o positivismo e as propostas do campo liberal, como, por exemplo, o fim do escravismo, o fim do regime monárquico, a liberdade de religião, o casamento civil e a liberdade de imprensa, etc. Nesse confronto há cada vez mais fortalecimento das novas correntes ideológicas, fundamentadas no ideário filosófico e político, inspirados na Revolução Francesa e no ideal de liberdade expresso na Constituição norte- americana. A ideologia republicana é inspirada nos ideais da Revolução Francesa , e nela estão contidos aspectos ideológicos de educação de instrução para os libertos no Brasil na década de 1870 , conforme matéria publicada nos jornais por nós pesquisados.

Instrução pública

Lê-se Daily Nacional Republican , de Washington, 6 de novembro

“O General Eadson commisario da instrução, recebeu uma interessante carta de mr. Partridge, nosso Ministro no Brasil, accusando o recebimento de alguns exemplares do relatório da secretária da instrução do anno findo, e solicitando outros devidamente argumentados com os dâdos acresciodos, para serem distribuídos pelos principaes professores do Império. Estes estão anciosos, depois do decreto sobre a emanciapção, por obter todas as informações que possam ser uteis para o estabelecimento de eschololas para os libertos; e para tal fim pedem instantemente informações detalhadas sobre os factos relativos à nossa grande obra de educação no Sul.

“No Rio de Janeiro a sociedade Auxiliadora da Industria Nacional organison importantes eschololas nocturnas para adultos, e começa a agitar-se a idea, que vae se propagando de estabelecer um genuíno systema de eschololas livres por todo o império.

Transcrevendo para as nossa columnas o artigo acima publicado, extrahido do “Diario Nacional Republicano de Washington” é nosso intuito agradecer em nome da democracia brasileira, a nobre e desinteressada cooperação do distincto representante americano, o sr. Pardrito que tão a peito mostra ter tomado a grande causa humanista e social da educação publica, empenhado-se pela acqvisição e distribuição de excellentes dados sobre a materia, que se publicam nos Estados Unidos.

Esta é a intervencção estrangeira que o patriotismo brasileiro não repelle, mas a engrandece. Esta é a cooperação que mobilita a quem livremente a assumem e aos que della colhem os benefícios.

Quao diversos é ella da estulta pretensão dos europeus, que eivados de espirito tacano e quixotescaamente cavalheiro das tradições de conquista e invasão que teceram a história sanguinosa do velho mundo, de virem nos impor com reclamações diplomáticas, e ultimatatas firmadas em mal inventados casus belli, modificações de nossas leis criminaes e do nosso codigo de processo.

Outro móvel nos leva à transcripção que acima deixamos feita, e vem a ser o de levar a boa nova aos nossos leitores de que a causa da instrução publica, primeira e mais importante base da liberdade, progride, e tudo póde esperar dos esforços dos nobres espiritos que se teem posto à testa do movimento grandioso. Somos de que o esforçado lidador, que quase se póde considerar como um marty, mas em todo o caso tem sido sempre apostolo da instrução a que se tem dedicado em corpo e alma, o sr. Garcia, será contemplado conspicuamente na distribuição dos livros pedidos pelo digno ministro, o sr. Partridge (Da Republica) (Jornal: *O Americano*, nº. 22 . Sorocaba, 1 de fevereiro 1872).

Ao tomar conhecimento do artigo do jornal acima citado que trata da instrução pública, particularmente segundo o texto para libertos tomamos como principio para analyse do texto tornar mais precisa a compreensão dos significados referentes ao tema instrução e libertos.

Acreditamos que contextualizar o tema da instrução pública para libertos em uma visão de totalidade nos ajudará na compreensão da proposta de instrução pública na década de 1870. Entendemos também que esse tema exige uma compreensão do contexto social brasileiro no tocante à população escrava e ex-

escrava. Também é necessário compreender a ideologia presente na proposta de instrução que fomenta a importância da implementação do trabalho livre.

Dessa forma, é necessária a relação entre a visão de totalidade e o particular, fazendo que seja garantido o nosso objetivo de entender a instrução pública para libertos. Entendendo que a proposta de instrução para os libertos faz parte da ideologia dominante desenvolvida como política do Estado, envolvendo uma proposta de organização escolar que, segundo Ribeiro, é uma “instituição social criada pela e para a sociedade como um dos instrumentos de transmissão de cultura enquanto bem de consumo” (...) “a organização escolar é um elemento da superestrutura, determinado pela infra-estrutura.” (RIBEIRO, 2003, p. 12 e 13). Cabe, ainda, destacar que ao abordar as relações entre a totalidade e o particular, Ribeiro esclarece:

Impõe-se, desta forma, a visão de totalidade, já que o determinado não se compreende sem a referência ao determinante.
Tal determinação, no entanto, não é absoluta, uma vez que a superestrutura tem refletida em si a contradição social fundamental existente na infra-estrutura - conservação X transformação – de modo que, mesmo tendo como função contribuir para o desenvolvimento de uma infra-estrutura dominante, comporta duas outras possibilidades. De um lado, comporta uma certa resistência das antigas idéias e instituições, de forma que a substituição é inevitável, mas imediata; de outro, comporta uma crítica às próprias características da infra-estrutura dominante e conseqüentemente comporta as possibilidades de uma certa mediada de antecipação (RIBEIRO, 2003, p. 13).

O texto examinado refere-se a certo decreto emancipacionista que foi útil para o estabelecimento de escolas para libertos, sobretudo na região sul. Refere-se também à “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional” como importante na criação de escolas noturnas para adultos, que se propagaram por todo o Império. Trata também a instrução pública como importante para concepção de liberdade e progresso.

O termo “surgimento de escolas para libertos” leva-nos ao entendimento de que não havia escolas oficiais para os não-libertos. Porém, isto não significa que não havia uma educação para os escravizados, isto é, uma pedagogia para educar a população escrava.

Fonseca (2000), que pesquisou sobre as concepções e práticas educacionais em relação ao negro, comenta:

Estas práticas constituem-se nas primeiras experiências educacionais com características modernas que foram dirigidas aos negros, pois, antes do período em que as questões relativas à abolição da escravidão entraram em debate, a educação dos negros escravizados era realizada no espaço privado e em meio ao cotidiano da sociedade escravista, tendo como objetivo formar trabalhadores adaptados à escravidão.

Durante os debates relativos à abolição da escravidão no Brasil, as práticas educacionais em relação aos negros começaram a ser revestidas e o aspecto que se referia ao seu desenvolvimento no interior do espaço privado começou a ser colocado em questão, cedendo lugar a reivindicações e ações educacionais mais próximas do que caracteriza a educação moderna (FONSECA, 2000, p. 9).

Segundo este autor, há relação entre as práticas educativas que antecederam as modernas no campo da educação e a educação que os negros recebiam durante a escravidão, que caracterizava o mundo privado, com transmissão de conhecimentos. Também que “talvez possamos acrescentar aqui o valor pedagógico do castigo corporal que deveria ser assimilado por escravos como elemento importante para a manutenção das relações sociais travadas em meio à sociedade escravocrata” (FONSECA, 2000, p.10).

Contudo, com o processo de abolição da escravidão, as práticas educativas começaram a ser questionadas e os negros escravos e ex-escravos vão ser expostos que, segundo Fonseca (2000), citando Justino Magalhães (1996), “caracteriza a educação moderna: a escolarização” (FONSECA, 2000, p.10).

A escolarização como prática educativa vai ser exercida e adaptada à realidade nacional e aos grupos sociais aos quais se destina e, entre eles o grupo da população liberta .

Legalmente até 1835, os escravos não podiam freqüentar escola, somente a população livre poderia freqüentá-la , nos finais da década de 1860, a escolarização passou a ser defendida como fundamental para a vida dos escravos e libertos.

Nesse sentido Fonseca afirma:

Essa mudança de perspectiva guarda na educação dos negros um sentido singular, pois, ainda em 1835, foi legalmente determinado que os escravos não poderiam freqüentar escolas e que estas seriam freqüentadas somente por homens livres. No entanto, apenas alguns anos mais adiante, ou seja, a partir dos anos finais da década de 1860, a escolarização – ou algo muito próximo disso – passou a ser apresentada como uma dimensão fundamental para a vida dos escravos e libertos. Essa mudança de perspectiva em um curto espaço de tempo guarda múltiplos significados para a questão da abolição do trabalho escravo do Brasil e também para o processo de integração dos negros à sociedade organizada com base no trabalho livre (FONSECA, 2000, p. 11).

A mudança do trabalho escravo para o trabalho livre será estimulada pelo capital internacional, sobretudo com os empréstimos e financiamento inglês, provocando mudanças estruturais na sociedade brasileira, o que será compreendido como um processo de modernização, de progresso.

A consolidação do desenvolvimento econômico e a idéia de modernização e progresso possuem uma relação com a Europa e a América do Norte. Aqui, importa-se não só maquinários e instrumentos, mas também os ideais liberais, através dos intelectuais dos meados do século XIX. Conforme relatório do Ministério da Agricultura de 1871:

(...) Neste intuito determinou este ministério o ano próximo passado aos presidentes das províncias que requisitassem das câmaras municipaes relação das sementes e mudas que os agricultores de cada districto fossem indicados, afim de lhes serem remetidas gratuitamente, sob condição, porém, de declararem opportunamente os resultados colhidos do plantio, e especificarem todas as circunstancias relativas não só ao cultivo e desenvolvimento, senão também aos processos applicados á elaboração dos productos.

Offereceu-se tambem este ministerio a mandar buscar na Europa e os Estados- Unidos as machinas e utensilios ruraes que mais necessitam os fazendeiros, e assim tambem aves e animaes das qualidades e raças mais estimadas, próprias, porém, às circunstancias climatológicas e outros requisitos especiais do solo brasileiro (RELATÓRIO: MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, 1872,p. 7).

Fortemente influenciados, os intelectuais que já respiravam os novos ares liberais vindo da Europa e também dos Estados Unidos, concebem a educação como um ponto primordial para atingir o modelo liberal de modernização e progresso . A ignorância era vista como característica de uma “civilização atrasada”, portanto, para se atingir um modelo “adiantado de civilização” (como, por exemplo, o atingido pela Europa e pelos Estados Unidos) era preciso da instrução como base para uma nova organização social. Com essa perspectiva, o primeiro problema nacional estava na difusão da instrução como a chave para a solução de todos os problemas sociais, econômicos e políticos.

A ideologia liberal, portanto, vai ser concebida dentro da lógica da evolução linear, ascendente, da sociedade. Uma ideologia que concebe a hierarquização das sociedades, com base no domínio imperialista das grandes potenciais e que justifica essa dominação em outras terras, em nome do progresso e da civilização.

Neste sentido, o conceito de progresso e liberdade é fundamentado na moralidade, no amor ao trabalho e na inteligência, e estes conceitos vão estar ligados à imagem de civilização.

A democracia significava a liberdade e esta só seria atingida pela instrução, uma instrução, conforme vimos anteriormente, impregnada de ideologia. No caso da passagem do trabalho escravo para o livre, a instrução servirá para manter e reproduzir uma sociedade de classes dominante e dominada, que, até então, é exercida pelo regime monárquico. A concepção do progresso passa pelo discurso da vantagem e da superioridade do regime republicano com relação à monarquia.

O discurso liberal e republicano utilizou a educação como um elemento de luta contra o regime monárquico e escravista, com a intenção de exercer a hegemonia do pensamento no regime capitalista baseado no trabalho livre. Nesse sentido a instrução defendida pelo modelo republicano, como importante na implantação da hegemonia da sociedade do progresso, da liberdade individual, da sociedade civilizada, da sociedade capitalista.

Segundo observação de Kabengele Munanga “a proposta de educação da instrução dos libertos coincide com a elaboração das teorias racialistas na Europa (fim do século XVIII início do século XIX) que aqui foram transportadas. Foram essas teorias que pavimentaram o caminho do racismo à brasileira que o próprio mito da democracia racial encobriu. É uma educação que participou da alienação racial do negro e ajudou na manutenção do” status quo”, substituindo a oposição senhor/escravizado pela oposição branco (superior) Negro (inferior)”. Continua MUNANGA “a problemática atual e que tem a ver com a Lei 10.639/03 visando a introdução da História do Negro brasileiro é justamente para desconstruir a identidade negativa do negro provindo dessa educação implantada depois da abolição” (Kabengele Munanga, integrante da banca na defesa da dissertação dia 08/12/05).

Entendemos ser necessário o aprofundamento da temática da instrução para libertos, pois é com o sentimento republicano e liberal que estas escolas são desenvolvidas, entre elas as escolas noturnas, as escolas maçônicas.

Em a sessão de 16 de junho, o venerável Padilha comunica à loja haver cedido “sala de entrada” a uma associação que formou visando manter aula noturna para libertos.

Com a palavra João José da Silva concitou a loja a apoiar a referida associação cujo fim nobre, por si só, justifica a solidariedade maçônica, cuja associação aceitara o “encargo de dar o pão do espírito àqueles que, além dos muitos trabalhos, permanecem na mais crassa ignorância” e terminou apelando para que a loja também fornecesse iluminação.

Essa entidade, sob o nome de “Escola Popular” foi constituída pelos srs. Artur Gomes, Adolfo Osse, Antonio Egidio Padilha, Benedito Cordeiro e João Padilha, sob o nome significativo de “Luz e Liberdade” . Visava “disseminar a instrução pelas classes que não podem obter por deficiência de recurso” (ALEIXO IRMÃO, 1969 , p.65) .

Sendo que a educação republicana fundamenta-se no iluminismo , entendemos ser necessário um aprofundamento sobre a dimensão ideológica do racismo neste período. Giralda Seyferth, analisando as dimensões ideológicas do racismo nos séculos XVIII e XIX, comenta que, juntamente com os interesses imperialistas, está a presença do discurso iluminista, envolvendo a questão da igualdade compreendida como defesa dos direitos individuais. Salientando, no caso do regime escravista, o direito dos senhores de escravos, sobre o qual afirma:

O discurso iluminista não racionalizou em termos da inferioridade biológica dos africanos, mas discutiu a questão da propriedade privada e do progresso . Em nome da liberdade , exigiu-se a abolição com o argumento dos direitos humanos dos escravos; porém, segundo Malik (1996), reconhecer esses direitos implicava; igualmente, o reconhecimento dos direitos dos senhores à propriedade (eram legalmente donos dos seus escravos). No discurso liberal, a liberdade dos africanos era necessária, porque a escravidão não se coadunava com a livre iniciativa do capitalismo e era considerada um sistema pouco lucrativo quando comparada ao trabalho livre. Esse nível de debate na Europa refletiu-se no Brasil pós-colonial e anunciava, de modo incipiente, o fim (ainda relativamente distante) dos sistemas escravistas - num momento histórico em que se iniciava um grande movimento migratório para a América (especialmente para os Estados Unidos) (SEYFERTH, 2002, p.29-30).

Concluimos que a proposta de instrução para os libertos, sob o manto da igualdade e fraternidade, sustentou a ideologia de educação para todos pós-escravidão. Entretanto, essa educação não é a mesma proposta de educação voltada para elite. Tendo sido uma educação sustentada pelo ideário iluminista , fundamenta-se na inferioridade da população negra. Esse pensamento percorrerá toda a educação republicana , e por ela é possível compreender a construção da imagem do negro na escola, nos livros didáticos , insistindo na representação da história do negro como um ser inferiorizado, amarrado, castigado, sem nome, sem identidade. Pelos referidos motivos é que consideramos ser necessário o aprofundamento das ideologias defendidas nos processo histórico da escravidão, entre eles a que norteou o movimento abolicionista e a data 13 de Maio de 1888.

2.2 – O movimento abolicionista no Brasil e o 13 de Maio de 1888

Neste item procuramos fundamentar as dimensões históricas e as concepções ideológicas correspondentes ao movimento abolicionista no Brasil e ao 13 de Maio de 1888, data institucionalizada como o Dia da Abolição da Escravatura. Demarcamos o espaço temporal dos séculos XVIII e XIX para incorporar ao nosso tema de pesquisa o processo de disputa dos países imperialistas pelas colônias, caso específico do Brasil.

2.2.1 - Dimensões históricas e concepções ideológicas

Desde a colonização, o Brasil é disputado pelo expansionismo europeu que no campo internacional decorre do avanço do capitalismo industrial desenvolvido na Inglaterra. O sistema colonial que no capitalismo mercantil desempenhou um papel básico, se torna um empecilho para a expansão do sistema capitalista. As regras de funcionamento das colônias, como, por exemplo, o monopólio sobre a produção de matéria-prima por parte das metrópoles e a produção baseada no trabalho escravo limitam o mercado consumidor, o que constitui base para o crescimento do capitalismo industrial.

Na concepção do capitalismo industrial a manutenção de escravos representava um capital imobilizado; em contrapartida, o emprego de mão-de-obra assalariada atenderia as exigências de um mercado consumidor em potencial, baseado numa massa de trabalhadores livres, não comportando, portanto, a presença de mão de obra escrava. Nesse sentido a Inglaterra disputa, entre os séculos XVI e XIX, espaços para a expansão do seu capital industrial e impõe, progressiva e estrategicamente, aos países dependentes, o fim do regime de trabalho escravo.

Como o Brasil era colônia de Portugal, e este era dependente da Inglaterra, o Tratado de Aliança e Amizade (1810), assinado por Dom João V I, que estabelecia o livre comércio entre o Brasil e a Inglaterra, vai pressionar o fim da escravidão no Brasil. Um dos sinais dessa pressão ocorreu em 1817, quando Dom João VI concedeu o “direito de Visita” à Marinha Inglesa, que passava a vistoriar os navios

portugueses suspeitos de tráfico negreiro. A Inglaterra passará, então, a condicionar o reconhecimento da independência do Brasil ao fim da escravidão.

No contexto da Revolução Industrial e do desenvolvimento do capital industrial, com as pressões crescentes da Inglaterra e com o desenrolar das insurreições, desenvolveu-se o pensamento abolicionista, influenciado pela doutrina do liberalismo europeu do século XIX.

O projeto abolicionista assume o seguinte pressuposto: para o Brasil desfrutar dos milagres do liberalismo e avançar como um país desenvolvido, deveria realizar a libertação dos escravos . Destaque-se que, desde o início, os abolicionistas brasileiros contaram com a pressão estrangeira.

Os abolicionistas lutaram para mobilizar ainda maior pressão estrangeira sobre os seus propósitos compatriotas. Em 1880, Nabuco solicitou ao ministro norte-americano, Henry Hillard, uma opinião sobre a escravatura no Brasil. Hillard acendeu prontamente, argumentando em favor da abolição e da substituição do escravo pelo trabalhador livre (SKIDMORE, 1976, p. 35).

Os abolicionistas eram duramente atacados pelos escravocratas que os consideravam pouco brasileiros. Assim, eram acusados de colocar em perigo os interesses básicos do Brasil, pela sua adoção dos ideais e da ideologia estrangeira defensora do liberalismo. Skidmore (1976) destaca o discurso de um escravocrata, José de Alencar (1871), deputado do Ceará, lançando dúvidas sobre o patriotismo dos abolicionistas.

(...) Alencar era de opinião que outras reformas que muitas outras reformas (como a “emancipação do voto”) eram mais importantes que a abolição gradual tal como proposta na Lei do Ventre Livre. Mas acrescentou os interesses do país (isto é, as reformas que ele julgava essenciais) não têm uma voz francesa a soprar (SKIDMORE, 1976, p.36).

Os abolicionistas tinham como referencial as doutrinas liberais e evolucionistas e, além disso, apresentavam o argumento de que, no cenário internacional, Brasil, Cuba e Porto Rico, eram os únicos países a manter a escravidão na América, desde 1865 (SKIDMORE, 1976).

Os abolicionistas vão mobilizar a opinião estrangeira , para pressionar a assinatura da Lei da Abolição .Sobre isto Skidmore escreve :

Ainda que os intelectuais franceses continuaram a ser uma arma favorita usada pelos abolicionistas contra o governo em qualquer oportunidade. Em 1884, José do Patrocínio escreveu a Victor Hugo pedindo-lhe que intervisse pessoalmente junto a D. Pedro II . O procedimento de Patrocínio é digno de nota por duas razões : primeiro, pelo fato de que tivesse julgado Victor Hugo capaz de influir (talvez baseado na imoderada admiração do imperador por Hugo); segundo por ter pensado que D.Pedro II reunia poderes para fazer, segundo decisão pessoal, a abolição (SKIDMORE, 1976, p. 36).

No decorrer do século XIX, crescem as campanhas abolicionistas. Em 1850, a Lei Eusébio de Queirós proíbe o tráfico de escravos. Em 1871, a Lei Rio Branco, conhecida como a Lei do Ventre Livre, declara livres os filhos de mulher escrava que nascessem a partir daquela data. Por essa lei os filhos dos escravos/as eram “emancipados” entre aspas, pois o senhor da mãe escrava conserva o direito aos serviços gratuitos das crianças até os 21 anos. Em 1885, a Lei dos Sexagenários, que emancipava os escravos de mais de 65 anos, na prática apenas liberava o dono dos escravos da responsabilidade pela manutenção da mão-de-obra escrava. Portanto, tratava-se de medidas com o propósito de acalmar os ânimos dos abolicionistas, pois havia muitos, inclusive abolicionistas que defendiam uma abolição gradativa. Essas leis também são frutos das revoltas e rebeliões internas e da forte pressão abolicionista. Os abolicionistas, geralmente, eram intelectuais que tinham como referencial as doutrinas liberais, o positivismo, o evolucionismo e o materialismo.

Sobre isto Skidmore afirma:

Levou ainda mais longe sua argumentação o autor de O Abolicionismo (1883), que logo se tornou um clássico do movimento. Nele, repetia muitos dos raciocínios de Manifesto de 1880, mas as batalhas posteriores a 1880 lhe haviam dado maior destreza em combinar razões humanitárias e práticas. Juntamente com as junções da moral familiar ia a presunção de que a continuação da escravatura era um estorvo ao desenvolvimento do Brasil segundo o modelo liberal capitalista : impede a imigração, desonra o trabalho manual, retarda a aparição de indústria, promove a bancarrota, desvia os capitais do seu curso natural, afasta as máquinas, excita o ódio entre as classes (SKIDMORE , 1976, p . 35).

Mas também é importante salientar e registrar nesse contexto os episódios que fortaleceram as campanhas abolicionistas, conforme destaca Nelson Silva de Oliveira.

(...) ocorreu no Ceará, um dos grandes centros abastecedores de escravos para o sul do Brasil. A partir de 1881 , jangadeiros liderados pelo jangadeiro

negro Francisco do Nascimento, o “Dragão do Mar”, começaram a boicotar o transporte de escravos do cais para as províncias do Sul. Esse boicote fez precipitar a abolição dos escravos no Ceará, que ocorreu em 1884, Francisco do Nascimento passou a ser cultuado como herói por toda a imprensa abolicionista (OLIVEIRA, 2001, p. 35).

Nesse período, na política, o clima era de “conciliação partidária”, com dois partidos políticos emergidos por volta de 1860, o liberal e o conservador. No legislativo nacional os dois partidos competiam. De um lado os liberais, que surgiram como um partido dedicado a defender os interesses brasileiros contra os portugueses. De outro, os conservadores tinham começado como defensores do absolutismo, pois, para muitos deles, essa postura significava a defesa dos interesses portugueses.

Por volta de 1840, todavia, essas características tinham mudado. O regionalismo e o republicanismo haviam dividido os políticos segundo novas linhas. E no começo da década de 1860 os dois partidos não se diferenciavam muito, embora os liberais mudassem suas propostas, posteriormente.

As campanhas abolicionistas foram de duas ordens, conforme duas posições políticas, duas correntes de pensamento; “uma corrente moderada que queria que a abolição acontecesse pelo debate parlamentar; e uma outra radical que defendia a abolição mesmo que através da insurreição popular”. (OLIVEIRA, 2001, p.35).

Entre os abolicionistas mais lembrados nesse processo, estão: José do Patrocínio, Luís Gama, André de Rebouças, Joaquim Nabuco, que assumiam posições diferenciadas na questão da abolição, uns eram monarquistas e outros republicanos.

José do Patrocínio, um monarquista que idolatrava a princesa Isabel, vai ser lembrado muito nas comemorações pós-abolição. Sobre ele Nelson Oliveira escreve;

Apesar de Patrocínio ter depois aderido à República e ter proposto a criação de um partido negro no Brasil, sua imagem sempre foi ligada a sua imensa gratidão à Princesa Isabel. Isso fez fortalecer a visão da princesa redentora em detrimento a uma visão que perceba os verdadeiros motivos da abolição.

Filho de uma negra quitandeira com um padre, José do Patrocínio era um dos principais representantes da linha moderada do abolicionismo. Escritor e jornalista, ficou conhecido pelo seu grande poder de oratória. Era chamado de o “Tigre da Abolição”. Patrocínio era adepto do isabelismo, ou seja, acreditava que o fim da escravidão se deu devido a um grande ato de bondade da princesa e que a monarquia tinha que ser preservada. Em defesa da monarquia, Patrocínio vai arregimentar negros para criar a Guarda Negra. Esse batalhão tinha como objetivo impedir a propaganda

republicana mesmo que fosse necessário o uso da força (OLIVEIRA , 2001, p. 35).

Outro abolicionista de destaque era André de Rebouças. Era um grande engenheiro no século XIX, assim comentado por Oliveira:

Rebouças foi um participante ativo da campanha abolicionista. Sua biografia inclui cursos na Inglaterra e projetos como a construção da estrada de ferro que liga Curitiba ao porto de Paranaguá . Projetou também um torpedo usado pela Marinha durante a Guerra do Paraguai e foi responsável por diversas obras no Brasil. Apesar de defensor ardoroso da abolição e de ter consciência de sua origem africana, Rebouças seguia a linha dos abolicionistas moderados , fato esse que talvez se explique por ter sido criado na Corte” (OLIVEIRA, 2001 p. 36).

Joaquim Nabuco, segundo Skidmore, um dos mais influentes teóricos abolicionistas. Sobre ele o autor comenta;

Joaquim Nabuco, o elegante filho de uma família de fazendeiros, que logo se tornaria líder do movimento abolicionista em formação. Nabuco era o mais dos influentes dos teóricos do abolicionismo. Nabuco por exemplo não deixava dúvidas de que seu alvo era um Brasil mais branco (SKIDMORE, 1976, p. 32, 34.).

Luís Gama, principal representante da corrente radical, era republicano e também vai ser destacado como exemplo de pessoa negra que lutou contra o racismo.

(...) constitui um dos mais legítimos símbolos de luta contra o racismo. Nasceu na Bahia, em 1830, filho de Luiza Mahin. Ainda menino, foi vendido a um rico escravocrata de São Paulo pelo pai que era branco. Com dezessete anos, consegue fugir. Foi tipógrafo, soldado, escrivão de polícia e jornalista. Depois de muito esforço, conseguiu ser advogado. Como brilhante orador, jornalista e advogado, se entregou ao combate sem tréguas contra a escravidão. Fazia questão de assumir radicalmente a sua condição de negro. Morreu seis anos antes da assinatura da Lei Áurea (OLIVEIRA, 2001, p.36).

Azevedo (1987) e Skidmore (1976) esclarecem parte do que provocou a assinatura da lei da abolição dos escravos no Brasil em 13 de Maio de 1888. O comum entre os dois autores é que boa parte da população africana e afrodescendentes que vivia no Brasil já tinham conseguido reconstituir a liberdade por diversas formas de luta contra o escravismo. Outra contribuição importante sobre o que realmente aconteceu no 13 de Maio é a de Cunha Júnior.

(...) uma parcela considerável ascende à liberdade. O dobro desta população já tinha liberdade através das lutas dos Quilombos de outras formas como a compra de alforrias, através de leis anteriores como a Lei do Ventre Livre e a dos Sexagenários. Possivelmente, mais do dobro dos negros, africanos e descendentes já estavam livres no momento do 13 de Maio. Isto produzia, também, um medo dos brancos poderosos de que a população negra, tanto livre como escrava produzisse uma revolução total e conjunta, depusesse os brancos do poder como tinha ocorrido há quase um século antes no Haiti (CUNHA, 2004, p.2).

Essa afirmação corrobora outro processo. No Brasil, as revoltas dos escravizados eram comuns. Os quilombos eram numerosos em todas as partes do país e os brancos proprietários viviam em clima de pavor contra possível reação da população escravizada.

O governo brasileiro usava o exército para controlar as revoltas da população negra. Foi assim que Caxias e outros militares fizeram carreira, destruindo Quilombos; eliminando revoltas populares. Nesse contexto, aumentou o medo branco, as elites dominantes começaram a pensar na abolição como forma de evitar uma revolta maior da população negra. Entretanto, a abolição foi discutida num longo processo na sociedade brasileira. Negros ilustres como Luis Gama, Quintino de Lacerda, José do Patrocínio participaram ativamente desses debates. Daí que a Assembléia Nacional reunida no Rio de Janeiro em 1888 votou a abolição do escravismo. Foi nessa atmosfera que o movimento em prol da abolição explodiu. A oposição à escravatura levou muito tempo para tornar-se uma força política decisiva no Brasil. Um poucas vozes isoladas tinham clamado pela abolição geral desde o começo do século.

O escravismo criminoso, como avalia Henrique Cunha Junior (2002), continuou em alta escala, até que a pressão britânica forçasse sua liquidação em 1850. Com o suprimento de novos escravos afinal cortado, as grandes insurreições dos escravos e as campanhas abolicionistas, a extinção da escravatura deixou apenas de ser uma questão política e se torna um processo inevitável.

Em 1866, por pressão do exterior, os abolicionistas franceses apelaram ao imperador D. Pedro II, pedindo-lhe que exercesse sua autoridade no sentido de acabar com a escravidão no Brasil. Em sua resposta, o imperador fez a primeira proposta formal de abolição ao observar que a emancipação era apenas uma questão de tempo. Prometeu que ao longo do curso da Guerra do Paraguai (1850 a 1870) seu governo consideraria como objeto de primeira importância o fim da escravidão.

A guerra do Paraguai permitiu medidas práticas no sentido da Abolição. No esforço de recrutar soldados rapidamente para a guerra, o exército nacional conta com a presença de escravos a lutar ombro a ombro com homens livres, o governo imperial decretou em novembro de 1866, pouco depois de responder aos abolicionistas franceses, que esses escravos em serviço militar receberiam alforria prévia incondicional. Também é de considerar que o processo da abolição da escravatura foi muito lento, e que a abolição dos escravos, por vezes, vai ser usada por abolicionistas republicanos para fazer política, no sentido de atrair o apoio de fazendeiros escravocratas para a causa republicana.

Terminada a guerra e como prometera o imperador, o governo enfrentou o problema da abolição organizada. Paradoxalmente, não havia ainda um movimento organizado. Escritores liberais- como Tavares Bastos - haviam pedido uma abolição gradual. Também o tinham feito os manifestos do Partido Liberal, de 1868 e 1869. No entanto, não havia grupos de pressão para agitar a questão; nem apareceria nenhum até o fim da década de 70. Vale a pena mostrar que os republicanos nada disseram a respeito da escravatura no seu manifesto de fundação em 1870. Ao contrário dos reformadores liberais, cujas declarações invariavelmente incluíam apelos a favor da abolição (de regra, gradual), os republicanos preferiam desconversar em matéria de escravatura. Faziam política com a abolição a fim de atrair fazendeiros escravocratas, especialmente na província cafeeira de São Paulo, em rápida, expansão. Semelhante tática continuou como política oficial do partido até 1888, embora provocasse amargas discussões em nível municipal e conduzisse à adesão local e unilateral de alguns clubes republicanos (SKIDMORE, 1976, p. 31).

Com base nessas considerações que buscaram, minimamente, apresentar alguns aspectos do contexto histórico da abolição no Brasil, abordamos a seguir as ideologias raciais presentes no século XIX e suas influências nos discursos do movimento abolicionista.

2.3 - As ideologias raciais no século XIX e suas influências nos discursos do movimento abolicionista no Brasil

Percorreremos alguns dos discursos fundadores das relações raciais no movimento abolicionista do Brasil no século XIX, sem portanto analisá-los, requerendo apenas um aprofundamento para o melhor discernimento do processo ideológico da apropriação da memória da abolição dos escravos no Brasil, e como esse processo interfere na comemoração do 13 de Maio, na década de 1930, em Sorocaba.

A ideologia da comemoração do 13 de Maio, que exclui as populações negras de seu papel histórico e reproduz a imagem somente como escravo, perpassa a versão racista construída ao longo do século XIX. A data leva ao questionamento por diversas organizações do movimento negro, sendo um espaço com significado de luta anti-racista ao longo de quase todo o século XX (AZEVEDO, 2004, p. 93). É importante um aprofundamento através de pesquisa para entender melhor porque as organizações do movimento negro contemporâneo questionam as comemorações do 13 de maio?

Influenciadas pelas teorias como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo, as versões racistas do século XIX, especificamente, a partir de 1870, marcam presença no cenário brasileiro. Nessa perspectiva, o conceito “raça”, que através da história vai adquirir vários sentidos. (SCHWARCZ, 2003). Assim, a idéia de diferenças naturais entre seres humanos ganha novos recursos argumentativos e, nesse contexto, se desenvolve o debate da construção do Brasil enquanto nação. Este debate é influenciado pela discussão advinda da Europa, que estava concentrada nas teorias que definiam as diferenças raciais, dentre as quais, aqui destacamos o evolucionismo biológico.

SEYFERTF (2002), comenta que a ideologia construída dentro e fora dos meios acadêmicos ocidentais que pressupunha as desigualdades da raça humana fundamenta as grandes potências européias nas explicações do sucesso do capitalismo e do êxito do seu domínio. O uso das teorias científicas para a explicação do desenvolvimento econômico, e reforço da autoridade intelectual da Europa, se basearam nos pressupostos de raças superiores e raças inferiores. Em suma, os europeus eram raças superiores e gozavam do direito de escravizar outros povos considerados inferiores.

Nos séculos XVIII e XIX, duas vertentes vão sustentar a ideologia de dominação baseada no direito advindo pela superioridade da civilização européia; estas vertentes que explicam a origem da humanidade, monogenista e poligenista) vão influenciar o pensamento do movimento abolicionista no Brasil.

A visão monogenista tem como explicação para o surgimento da humanidade as escrituras bíblicas. Segundo essa versão, o homem tem como origem uma fonte comum, sendo os diferentes grupos humanos uma escala que iria do mais perfeito, (próximo ao Éden), ao menos perfeito (degeneração) (SHWARCZ, p. 48,1993).

A versão poligenista fortalece uma visão biológica que encara o comportamento humano como, resultado de processos biológicos naturais, levando em conta várias características, como por exemplo: cor do cabelo, pele, tamanho e proporção do cérebro, etc. Tais critérios funcionaram porque os cientistas que os criaram partiram de um princípio preestabelecido: o de que o avanço civilizatório estava vinculado à superioridade biológica e, nesse caso, as características anatômicas dos povos com civilização mais desenvolvida, - no caso, a européia ocidental -, eram, necessariamente, as determinantes da superioridade racial.

Sem pressupor, num primeiro momento, uma noção única de evolução, é tão-somente com a publicação e divulgação da obra de Charles Darwin, *Origem das espécies*, em 1859, que o embate entre poligenistas e monogenistas tende a amenizar e o darwinismo passa a ser o paradigma da época (SCHWARCZ, 1993). As explicações de Darwin para analisar as mudanças ocorridas nos vegetais e animais e sua correspondente relação com a natureza, tiveram um grande impacto que escapa da biologia para adentrar nas questões de cunho político e cultural, favorecendo sua aplicação nas várias disciplinas sociais, tais como, a antropologia a sociologia, a história, a política e a economia (SCHWARZ, 1993).

Foi, com base nos estudos testados em animais e plantas, que pensadores como Arthur de Gobineau, utilizaram a teoria da seleção natural, dentre outros argumentos, para tentar explicar a sociedade humana. Segundo suas conclusões, alguns grupos humanos teriam herdado certas características que os tornavam superiores e concediam-lhes o direito de comandar e explorar outros. Pela mesma lógica, haveria outros grupos portadores de características tais que lhes restavam como condição de existência a subordinação e o reconhecimento de sua condição inferior. Tais interpretações permitem uma visão hierarquizada de raças e povos, vinculada ao imperialismo europeu para explicar o domínio ocidental e para classificar a humanidade em raças inferiores e superiores, alertando nesse sentido para o caráter negativo de uma possível miscigenação. Em outros termos, essas teorias vinculadas às correntes de pensamento evolucionista da história da humanidade, que parte de critérios morfológicos e medidas sobretudo cranianas, assumem a hierarquização entre povos e nações, baseada na associação entre características anatômicas a “qualidades” ou “defeitos” de natureza moral, cultural e social. E vão ser utilizadas para afirmar a superioridade dos brancos europeus sobre as demais raças (SEYFERTH, p. 21, 2002). A perspectiva evolucionista traz consigo a

marca da crença na desigualdade racial, mesmo sem explicação direta de critérios biológicos, visto que, nessa hierarquização civilizatória, o Ocidente tem sua primazia absoluta assegurada pelas leis da natureza. Essa concepção que dá sustentação no liberalismo econômico europeu no desenvolvimento do capitalismo, fortalece a argumentação que a sociedade é fundamentada por leis naturais, parecidas com as que reinam na natureza, e associa o progresso à noção de luta pela vida, onde os mais “fortes”, os “mais desenvolvidos” são os mais aptos. Isto faz parte da lei natural e não é possível querer ou poder interferir nesse processo (SEYFERTH,p. 20, 2002).

Portanto, teorias que corroboram a superioridade ocidental foram apropriadas para a ganância dos países imperialistas, que explicam a história das nações tendo como parâmetro a sociedade industrial como a mais evoluída, enfatizando o primado da raça sobre a cultura e a sociedade. E evidentemente como explicou Gobineau, a aristocracia de “sangue nobre” é a referência de civilização. Nesse sentido, conforme SEYFERTH (2002), Gobineau associa a mestiçagem à decadência da humanidade. Segundo Kabengele Munanga “o pensamento de Gobineau a respeito da mestiçagem é nebuloso, pois ele pensa também que a mestiçagem é o motor da civilização, mas tem de ser uma dose homeopática da civilização. Uma mestiçagem levada ao extremo degrada a raça superior, estraga a pureza”. (MUNANGA, integrante da banca na defesa da dissertação dia 08/12/05).

Autores como Herbert Spencer e Arthur de Gobineau, entre outros que, de formas diversas, acreditaram na superioridade da humanidade ocidental branca, foram lidos e interpretados no Brasil, influenciando uma visão da história baseada nos efeitos da miscigenação. Trabalhos de Spencer e Gobineau foram publicados na década de 1850, mas suas teses vão ter maior notoriedade no final do século XIX. A versão racista construída ao longo dos séculos XVIII e XIX, segundo o pesquisador Kabengele Munanga, não se limita apenas à classificação dos grupos humanos, essas versões vão ser usadas pelo poder dominante para hierarquizar as “raças”, como instrumento de dominação.

Se os naturalistas dos séculos XVII-XIX tivessem limitado seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas, eles não teriam certamente causado nenhum problema à humanidade. Suas classificações teriam sido mantidas ou rejeitadas como sempre aconteceu na história do conhecimento científico. Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, estabelecer escala de valores entre as chamadas raças. E o fizeram erigindo uma ralação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as

qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim os indivíduos da raça “branca” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo etc. que, segundo pensavam, os tornavam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos etc. e, conseqüentemente, mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a raça negra, a mais escura de todas, considerada, por isso, como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a toda dominação (MUNANGA, 2004, 21-22).

No Brasil, Nina Rodrigues, médico que fez estudos sobre a criminalidade, deficiências físicas e mentais reforçava as teorias importadas, que colocavam a inviabilidade do Brasil enquanto nação. Nina Rodrigues, em seus estudos fomentava argumentos científicos para justificar a política de estímulo à imigração européia, uma vez que os brancos eram minoria, era necessária a imigração de brancos europeus, tidos como brancos ideais, a fim de permitir o branqueamento dos negros e mulatos.

As ideologias que divulgaram a inferioridade dos não-brancos, através da subordinação da cultura e da civilização a princípios biológicos, estão presentes nos debates sobre a escravidão muito antes da consolidação do movimento abolicionista (OLIVEIRA, 2004). Nesse contexto, a crença na inferioridade biológica e cultural da população negra é usada como arma para dar legalidade à população branca supostamente tida como uma civilização superior, isto é, o sistema escravista vai ter apoio de todos os setores ligados à elite escravista no Brasil: o estado monárquico, os movimentos liberais e a Igreja Católica.

Em resumo, é nesse contexto que se desenvolve o movimento abolicionista no Brasil que discutia por exemplo, a questão se era possível uma sociedade liberal, uma sociedade com progressos, quando grande parte da população era não-branca. Quanto a isto, pensavam como fórmula para o Brasil atingir o desenvolvimento, tão difundido no pensamento liberal, o fim da escravidão e a incorporação da mão-de-obra livre, composta de imigrantes europeus. Todavia, na defesa da incorporação da mão de obra européia através da imigração, estava expressa a preocupação com a intensidade da miscigenação, que, na segunda metade do século XIX, configura o Brasil com a população majoritariamente negra e mestiça. Essas teorias percorrem o pensamento abolicionista no Brasil.

Ilustrativo dessas concepções é Joaquim Nabuco, que, por exemplo, “não deixava dúvidas de que seu alvo era um Brasil mais branco”. Para ele, “era uma

lastima que os holandeses não tivessem permanecido no Brasil pelas alturas do século XVII. Embora explicasse, cuidadosamente, que as grandes contribuições holandesas tinham sido a 'liberdade do comércio e a liberdade da consciência', as implicações étnicas pareciam inconfundíveis" (SKIDMORE, 1976, p. 37).

Para Skidmore (1976), os abolicionistas não só falavam sobre o papel da raça na História, prevendo um processo evolucionista, com o elemento branco prevalecendo gradualmente, como também defendiam a imigração como aceleração do processo de branqueamento. A questão racial vai estar em debate nos discursos abolicionistas, muitos faziam viagens à Europa e estavam, inevitavelmente, a par das teorias racistas. Nesse sentido, retomando o pensamento de Nabuco, observa-se que teria se oposto à introdução de escravos africanos, da mesma maneira como se opôs ao plano da escravatura asiática.

(...) a proposta de importar trabalhadores chineses para substituir os escravos. Em sua opinião era uma lástima que os holandeses não tivessem permanecido no Brasil pelas alturas do séc. XVI. Embora explicassem, cuidadosamente, que as grandes contribuições holandesas tinham sido "a liberdade do comércio e a liberdade de consciência", as implicações étnicas pareciam inconfundíveis : "A nossa evolução social foi demorada pela pronta terminação do domínio holandês (SKIDMORE, 1976, p.39).

Segundo Skidmore, os abolicionistas preocupados com o "fator étnico", partilhavam da crença geral de que a sociedade brasileira não abrigava preconceito racial.

Os debates das leis abolicionistas revelam a prevalência dessa convicção no seio de todas as facções políticas. Em 1971, por exemplo, Perdigão Malheiro, deputado por Minas Gerais reconhecida autoridade em matéria de lei escravagista, condenou o que considerava injustificadas e caluniosas críticas à harmonia racial brasileira.

"Desde que para o Brasil vieram os negros da Costa d África, nunca houve esse desprezo pela raça africana, que , aliás, se notava em outros países, principalmente nos Estados Unidos". "A escravidão se tornara menos perniciosa" – dizia ele- , "principalmente depois de 1850". Preconceito de cor no Brasil? Senhores, eu conheço muitos indivíduos de pele escura que valem mais do que muitos de pele clara. Esta é a verdade. Não vemos nas escolas , nas academias , nas igrejas , ao nosso lado, homens distintos, bons estudantes, de pele de cor? Não vemos no parlamento, no governo, no conselho de Estado , em missões diplomáticas, no exército, nas repartições públicas, gente de pele mais ou menos escuras, de raça mestiça (SKIDMORE, 1976, p. 39).

E acrescenta:

Tal opinião era aceita entre a elite: O Brasil soubera evitar o preconceito de raça. Como escreveu Nabuco em *O Abolicionismo*: “A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor, falando coletivamente, nem criou, entre as duas raças, o ódio recíproco que existia naturalmente entre os opressores e oprimidos”. Além disso, a experiência recente demonstrou que “a cor, no Brasil, não é como nos Estados Unidos, um preconceito social contra cuja obstinação pouco pode o caráter, o talento, e o mérito de quem incorre nele” (SKIDMORE, 1976, p. 39). O positivismo parecia atraente àqueles membros da elite que desejam o progresso econômico sem mobilização social. Julgando a massa da população “despreparada” para a participação plena da sociedade (devido ao analfabetismo, ao meio racial inferior etc.) (SKIDMORE, 1976, p.29).

Recorremos também à obra de AZEVEDO (2004), para destacar que as imagens perseguidas pelos abolicionistas em relação ao futuro são a de um país de predominância européia, um paraíso racial brasileiro, onde a miscigenação embranqueadora ocorreria sem qualquer restrição legal ou de costumes. Sendo assim, no período abolicionista, divulgou-se a crença de que a sociedade brasileira não abrigava o preconceito racial e que, no Brasil, prevaleceu a escravidão benigna, como escreveu Joaquim Nabuco em *Abolicionismo*: “A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor, falando coletivamente, nem criou, entre as duas raças, o ódio recíproco que existe naturalmente entre os opressores e oprimido” (SKIDMORE, 1976, p. 39).

Dessa forma, a questão da miscigenação no Brasil perpassa um discurso ideológico que oscila entre a crença de que o africano e o índio são elementos inferiores, de desqualificação da identidade brasileira e, portanto, era preciso branquear a nação, daí a defesa de que a miscigenação era uma vantagem para chegar a ser um país branco. Nessas concepções está presente o reforço do ideal do branqueamento. Essa visão da necessidade da miscigenação se estende até a década de 1930, com a queda dos paradigmas que até então explicavam as questões raciais da humanidade, e com tais paradigmas a aceitação científica baseada em modelos raciais que explicam a humanidade dividida em espécies, surgindo a noção elaborada pelo antropólogo Gilberto Freyre de que o Brasil é um país racial e culturalmente miscigenado (SCHWARCZ, 1993).

Gilberto Freyre, segundo Azevedo, “supervalorizou o papel dos políticos conservadores de uma monarquia simpática à abolição de modo a sublinhar a narrativa de uma transição pacífica da escravidão ao trabalho livre sob a égide do

Parlamento” (AZEVEDO, 2003, p. 32-33). Em sua obra, *Casa Grande e Senzala*; Gilberto Freyre desbanca a afirmação de que a miscigenação era um dano para a representação do Brasil , ao contrário era uma vantagem , demonstrando a contribuição do índio e do negro na formação da cultura brasileira, no entanto, segundo Skidmore, essa análise de Freyre reforça o ideal do branqueamento que:

(...) muito contribuiu para focalizar a atenção no valor intrínseco do africano como representante de uma alta civilização própria. Gilberto Freyre oferecia, assim, àqueles brasileiros que o quisessem interpretar dessa maneira, uma nova rationale para a sociedade multirracial, em que as “raças” componentes – europeia , africana e índia – podiam ser vistas como igualmente valiosas . O valor prático da sua análise não estava todavia, em promover o igualitarismo racial . A análise servia, principalmente, para reforçar o ideal de branqueamento, mostrando de maneira vívida que a elite (primitivamente branca) adquirira preciosos traços culturais do íntimo contato com o africano (e com o índio, em menor escala) (SKIDMORE , 1976, p. 211).

No sentido de conhecer quais as influências ideológicas que perpassam as comemorações do 13 de Maio , estudamos o tema em Sorocaba na década de 1930.

2.3.1 - As ideologias raciais no século XX . Identidade nacional brasileira - 1920-1930

O “racismo científico” orientou a deflagração de duas guerras mundiais, bem como as atrocidades cometidas pelo nazi-fascismo. No final da 2ª Guerra Mundial, o pensamento científico, baseado na inferiorização e superiorização das raças, que se tornou hegemônico, especialmente nas ciências biológicas , foi desmoralizado.

À medida que era posta em dúvida a doutrina racial (racialismo) , a preocupação dos brasileiros com a identidade nacional aumentou (SKIDMORE, 1976,p.183).

Refletimos que o Brasil Republica (pós-abolição) é orientado pelo pensamento positivista e a pela noção de progresso, e a inspiração da nação brasileira tem fortes influências europeia, principalmente francesa.

No contexto pós-guerra desenvolveu-se, no Brasil, período de 1917- 1924 , o movimento do Modernismo ,que vai trazer uma preocupação de uma nova identidade brasileira . Para os modernistas, a Europa deixa de ser um referencial era

preciso desenvolver uma nação com a “cara” do Brasil. Esse movimento, portanto, se desenvolveu na busca do "caráter nacional brasileiro".

Nos anos de 1920 e 1930 conforme Thomas E. Skidmore

(...) no Brasil viram a consolidação do ideal de branqueamento e sua aceitação implícita pelos formuladores da doutrina e pelos críticos sociais. As dúvidas quanto à raça expressa pela elite em anos passados, haviam se perdido, entretantes, qualquer acento de convicção. Curiosamente, os escritores não se arriscam mais a afirmar sem subterfúgios que a raça não fazia diferença e que se podia deixar de lado a questão. Diziam, ao invés, que o Brasil branqueava a olhos vistos – e que, em consequência, o problema caminhava para uma solução” (SKIDMORE, 1976, p. 192).

Essa questão do ideal do branqueamento é importante, pois nesta época surgem alguns intelectuais que passam a tratar a herança africana com entusiasmo, como citamos anteriormente o exemplo de Gilberto Freyre.

Gilberto Freyre, ao explicar as relações raciais, diluiu os conflitos raciais / sociais, explicando que senhores e escravos viviam na mais cordial convivência possibilitado pela relação entre a sensualidade da mulher africana e indígena com uma suposta inata cordialidade e ausência de racismo do homem português.

Segundo Tomás Skidmore (1976) , o reforço do ideal de branqueamento se baseia na superioridade branca, e a conclusão otimista da miscigenação brasileira “não produzia inevitavelmente “degenerados”, mas uma população mestiça sadia, capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente” (SKIDMORE, 1976, p.81).

É possível compreender através dos estudos de Tomás Skidmore que, a ideologia da inferioridade de população negra foi sendo construída através dos séculos. No próximo capítulo aprofundamos o desenvolvimento dessa ideologia na apropriação da memória da escravidão, representada pela data 13 de Maio.

CAPÍTULO 3

O 13 DE MAIO: MEMÓRIA, APROPRIAÇÃO E LUTAS

Neste capítulo procuramos aprofundar a apropriação da memória da abolição, representada pela data do 13 de Maio, no âmbito das instituições escolares e por um movimento social representado pela Frente Negra Brasileira de Sorocaba, na década de 1930.

A partir de 1970, a data do 13 de Maio, que comemora o dia em que foi assinada a Lei Áurea, a Lei da Abolição, foi “enterrada” com uma grande mobilização do movimento negro, que convencionou celebrar em lugar da data o dia 20 de novembro, dedicado a Zumbi dos Palmares. Segundo Célia Maria de Azevedo, “Zumbi ganhou vida à medida que os movimentos negros contra o racismo conquistaram espaço no cenário social, resgatando do esquecimento a figura de um líder escravo que ousara dizer não à escravidão que lhe fora imposta pelo poder branco” (AZEVEDO 2004, p. 87) . Zumbi é reverenciado como herói pela sua capacidade de governar uma sociedade de resistência ao escravismo, o Quilombo de Palmares, para onde fugiam escravos, índios e até brancos descontentes, e a estabilidade institucional do quilombo garante sua existência por mais de cem anos. Assim, a data 20 de Novembro, destacando a figura guerreira de Zumbi dos Palmares, entra no cenário em substituição à data do 13 de Maio, que, reafirmamos, sai de cena juntamente com sua princesa, redentora dos escravos: “a princesa Isabel, e séqüito de abolicionistas perfumados” conforme comentário de Célia Marinho de Azevedo (2004, p. 87).

E a referida autora observa:

Ninguém mais parecia interessado em ouvir a velha história da princesa generosa, amiga de abolicionistas, que doou a liberdade aos negros e que se imortalizou nos livros didáticos como a “Redentora”.

As pesquisas de história, desenvolvidas no âmbito da Universidade nos anos 1980 e 1990, corroboraram de certo modo a visão de que nada havia a celebrar no 13 de Maio (AZEVEDO , 2004, p.88).

No entanto, novas pesquisas realizadas por Célia de Azevedo, e outros pesquisadores/as, demonstram que a população escravizada não permaneceu

passivamente à espera da abolição, principalmente os movimentos de insurreição dos escravos pressionaram o fim da escravidão, sem contar com outras ações individuais e coletivas, como, por exemplo, a compra de alforrias pelas Irmandades Religiosas Negras, que segundo Clóvis Moura (2004), entre outros objetivos, tinham a compra de alforria de escravos (MOURA, 2004, p. 216,217).

AZEVEDO escreve:

Afinal, documentos inéditos ou simplesmente relidos com outros olhos, demonstravam que os escravos não haviam esperado passivamente pela liberdade ou pelo chamamento de abolicionistas redentores. Ao contrário, sabemos hoje que de meados de 1860 até o fatídico dia 13 de maio de 1888, eles lançaram mão de todos os meios para obter sua libertação. Entre esses meios, devemos lembrar inicialmente as ações de liberdade reivindicada individualmente por escravos com apoio de advogados e abolicionistas, as quais pressionavam pelo alargamento de seus direitos na esfera jurídica. Ao longo dos 1870 e 1880, sob os efeitos psicossociais da Lei do Ventre Livre que abriu oficialmente o debate sobre a escravidão, bem como das muitas conversas que se podiam ouvir em todos os cantos do Império sobre a legitimidade deste regime de trabalho. Crescem as fugas de escravos individuais ou em grupos, combinados muitas vezes com assassinatos de fazendeiros e feitores, e respectivas famílias. Surgem também novas formas de quilombos (AZEVEDO, 2004, p.88).

No primeiro capítulo, identificamos movimentos de resistência individual e coletiva da população escravizada de Sorocaba. Esses movimentos, quando foram registrados, são muitas vezes submersos no silêncio, cuja ideologia transforma as atitudes dos escravos em caso de polícia.

Uma das formas pelas quais a dominação é reproduzida, além do uso de meios coercitivos, busca a formulação de um consenso em que os subalternos são convencidos do acerto e mérito da superioridade, inclusive intelectual e moral, de seus dominadores. A construção ideológica dessa hegemonia seleciona e utiliza determinados mitos, personagens e versões de fatos que, ao mesmo tempo em que oculta outros fatos menos convenientes, essa ação hegemoneizadora traduz um sentimento de inferioridade na população negra. Por isso, estudar e pesquisar o processo ideológico que perpassa a apropriação da memória da abolição é de grande valia.

Estudar a ideologia que perpassa a apropriação da memória do 13 de Maio requer um aprofundamento do movimento abolicionista e seus discursos, que abordam a questão da identidade nacional, debatendo sobre o futuro da identidade brasileira com relação à questão racial. Esse debate percorre as décadas de 1920 e

1930 do século passado, formulando projetos para a construção da nacionalidade brasileira. O projeto da construção nacional está presente no período abolicionista e nos anos posteriores, e nele está um conjunto de fatores de nação desejada, isto é, uma nação “branca”. O estudo da história do Treze de Maio em Sorocaba possibilita a compreensão das ideologias que perpassam o registro desta data como a data da abolição dos escravos.

3.1 - O 13 de Maio de 1888, em Sorocaba

A história sobre o 13 de Maio em Sorocaba foi registrada como um dia de grande festa, destacando personalidades sorocabanas, republicanas, e descrevendo o fim da abolição como um esforço do movimento emancipacionista republicano, sorocabano. Todos os registros por nós encontrados e citados descrevem o 13 de Maio, sem a participação negra. E essa visão reforça a historiografia que coloca a população negra escravizada esperando passivamente pela liberdade de abolicionistas redentoristas.

Descrevemos a seguir alguns escritos sobre o dia 13 de Maio 1888 em Sorocaba.

No dia 13 de maio à noite chegou o telegrama anunciando a Lei Áurea . Festas a valer. Como em tôda a parte, nasceu a banda “13 de maio” , com os elementos da antiga “Orfeliná”. Antônio Bento veio depois, visitar Sorocaba e, como músicos não largassem, ele cansou e disse:- ora, meus filhos, eu gostava mais de ver vocês com os seus instrumentos africanos, o tambagues e reco-recos, no dia 16 de agosto por Indicação de Antônio Maria de Gois faz mudar os nomes das ruas Santa Escolástica para Redenção e Santa Gertrudes para 13 de Maio. Redenção dos escravos, e não mistério da Redenção (ALMEIDA , 1969, p. 234, 135).

Na descrição de Aluísio de Almeida destaca o 13 de Maio como um dia de festa , comenta a mudança de nomes de duas ruas para Redenção e 13 de Maio por conta da abolição dos escravos. Como o autor explica o significado da palavra redenção , é possível compreender que aqui o 13 de Maio é entendido como a redenção dos escravos, portanto alguém redimiu a população escravizada. No relato sobre como transcorreu a abolição na obra de Aleixo Irmão (1969) há um referência à atuação do abolicionista Joaquim Nabuco e gratidão para a loja maçônica Perseverança III de Sorocaba que, segundo o relata, desenvolveu sob o signo do abolicionismo.

A Abolição

Enquanto a vida decorria mansamente em Sorocaba , na Corte o movimento abolicionista caminhava a passos largos, ou a jacto como dizem hoje.

Mas, a 10 de maio, Sorocaba já tomara conhecimento do telegrama recebido pelos jornais de S. Paulo, vindo do Centro Telégrafo da Imprensa comunicando, no dia 8 de maio, que naquele dia, às 14 horas, o ministério apresentara à Câmara um projeto de lei abolindo a escravidão no país , havendo grande manifestação popular, nas galerias da Câmara, tendo Joaquim Nabuco solicitado urgência para a discussão na matéria, com dispensa de formalidades foi apupado pelas galerias, ficando desoladoramente derrotado, na apuração dos votos.

Tal noticia vem estampada no Diário de Sorocaba do dia 10, dia particularmente grato à Perseverança III e a Sorocaba, pioneira na obra redentora.

Na verdade, a Perseverança III foi criada e se desenvolveu sob o signo do abolicionismo, tendo por lema e motivo da própria existência e emancipação (ALEIXO IRMÃO, 1969 p. 57).

O jornal *Diário de Sorocaba* de 13 de maio de 1888, descreve a comemoração do dia 13 de Maio como “a festa da liberdade”, destacando o povo sendo guiado por personagens ilustres da cidade.

Festa da Liberdade

Na tarde de domingo ao saber-se da sanção imperial ao projeto da abolição um sem numero de foguete subiram a todo o ponto da cidade regnificaram o contentamento de todos se possuíam por este fato.

A noite a expensas da municipalidade foi cantando um Te Deum, em ação de graças.

Houve luminária e a Lyra Sorocabana em siawche aux flambeaux, percorreu as ruas da cidade, procedida de numero concurso do povo e tendo a sua frente os srs. tem. cor. Jose Teixeira Cavalleiro, Manuel Nogueira Padilha e dr. F. Braga e Manuel Jose da Fonseca , distinctos membros do Club Emancipador o sr. Athur Gomes e outros.

Em sue passeio visitou as casas superioridades e dos membros do Club Emancipador e a nossa officina, d onde a mau grado nosso nos achamos então ausentes. Fez-nos o delicado obsequio de fazer as nossas vezes, o sr. Manuel Jose da Fonseca, que soube mostrar como sempre eloqüente attraíndo por isso as simpathias do assumpto os maiores encomias.

Esta, pois apagada a mancha negra do Brasil e, a data 13 de Maio de 1888, passara occupar nos factos de nossa historia política social, num lugar esplendido.

“E o primeiro passo. Agora. “Demolida a montanha negra, como disse o eminente democrata A. Lobo, resta estudar o horizonte que ella occultava , orientarmo-nos e partimos todos em uma verdadeira liberdade , que é a terra prometida da democracia.

Foi S. Paulo que desequilibrou o grande monolitho da escravidão , é São Paulo que devo dar o grande impulso da revolução política que nos deve salvar (*Diário de Sorocaba* 13 de Maio, 1888).

3.2 - A Frente Negra Brasileira de Sorocaba e o 13 de Maio

Vários foram os estudos sobre a Frente Negra Brasileira (PINTO, 1993; GUIMARÃES, 2002; BARBOSA,1998). Os estudos focalizaram os mais diferentes aspectos , porém, na sua maioria, a organização da Frente Negra Brasileira, em São Paulo, capital do Estado . Aqui destaca-se o trabalho de Regina Pahim que tratou do tema da comemoração do 13 de Maio pela Frente Negra Brasileira de São Paulo , capital.

A presente pesquisa é realizada levando em consideração a Frente Negra Brasileira de Sorocaba. Acreditamos que os estudos, ao ultrapassarem a capital de São Paulo, possibilitam uma síntese mais satisfatória sobre esse movimento, para formular um quadro que considere novos aspectos sobre a Frente Negra Brasileira no Brasil.

Os depoimentos e materiais encontrados revelaram a importância da história desse movimento em Sorocaba, na década de 1930, história esta que merece ser registrada , sob a pena de estarmos sempre excluindo uma parte importante da formação da cidade de Sorocaba, e conseqüentemente do Brasil.

No entanto, a proposta aqui apresentada não pretende realizar um estudo detalhado sobre a Frente Negra Brasileira, mas pretende trazer para a discussão e conhecimento aspectos específicos desse movimento, considerados importantes pelos seus militantes, aqui representados na pessoa da Sr^a. Ondina Seabra. Sabemos também da existência de outras pessoas que fizeram parte da Frente Negra Brasileira de Sorocaba, mas aqui nos deparamos com limites temporais e institucionais postos pelo vínculo desta dissertação com o Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba.

Nesta pesquisa, aborda-se a comemoração do 13 de Maio pela Frente Negra Brasileira de Sorocaba e instituições escolares, destacando-se, principalmente, as pessoas que fizeram parte da construção dessa memória histórica .

No caso do recorte dado na nossa pesquisa, a comemoração do 13 de Maio, no espaço escolar e na Frente Negra Brasileira de Sorocaba, buscamos problematizar, entre outros aspectos, a tendência da historiografia brasileira em trabalhar essa temática, relegando a um segundo plano, ou até mesmo não considerando a população negra como sujeito de sua libertação e de sua história.

Ressaltamos que a pesquisa procura trazer elementos relevantes para a reconstituição da história de Sorocaba e do Brasil, mas, de modo algum, pretende esgotar o tema. O ideal seria que outros/as pesquisadores/as continuem buscando novas perspectivas e interpretações para uma temática tão importante que elucida questões sobre o 13 de Maio no Brasil. Trata-se de refletir considerando que a abolição dos escravos não ocorreu somente pelas pressões internacionais ou pelo movimento dos abolicionistas urbanos, mas, sobretudo, devido à pressão de um movimento insurrecional negro abrangente. Pretende-se também discernir as várias maneiras de apropriação da história da abolição, a sua ideologia, e como essas apropriações interferem na comemoração do 13 de Maio, no espaço escolar e no movimento Frente Negra de Sorocaba.

Encontramos em jornais importantes da época referências à Frente Negra Brasileira de Sorocaba, algumas destacando como era organizado o 13 de Maio, referindo-se inclusive as pessoas que faziam parte da diretoria da entidade:

Jornal : *Cruzeiro do Sul* – Diário da Tarde – nº. 7006

Sorocaba (E. S. S.Paulo) – Segunda feira, 12 de maio de 1930.

“13 de maio.

Em todo o paiz passa-se sob a festa o dia de amanhã, que relembra a reabilitação da raça negra, mercê da lei que declarava livre, no Brasil. Em Sorocaba esse acontecimento historico será novamente festejado, congregando-se todos os pretos para a condigna celebração da grande conquista. Encarregam-se dessa commemoração os Srs. Salerno das Neves, Ramiro Parreira, Euclides Madureira, Antônio Santos, Olympio Castelo Alves, Roque Monteiro, Josué Prestes, Abílio Madureira, Isaltino de Arruda, Benedicto de Andadre e Benedicto Francisco Soares, que fizeram o seguinte programma : hoje á noite, grande baile no S. Paphael, amanhã: alvorada de musica, pela S. Cecília, e salva ; ás 8, serviço religioso na igreja de S. Antônio, por alma dos cruzados da abolição; á tarde, passeata cívica, cumprimentando-se imprensa, associações e clubes. Aos oradores pretos de Sorocaba deve juntar-se um da capital.

O jazz band flores tocará no baile.

O “Cruzeiro” é agradecido pelo attencioso convite que lhe foi remetido”.

Jornal : *O Repórter*

Órgão da Mocidade Sorocaba

Anno I – Sorocaba, 15 de maio 1932 – nº. 26 – p. 2

“Frente Negra Brasileira

Parte integrante como é de nossa raça o negro, o brasileiro mentiria as suas tradições si o aferrolhasse no torniquete dos preconceitos de cor.

A raça negra encontra, sob o pallio das leis, a protecção e o apoio que nossa pátria só e conceder a todos que trabalham pelo seu engrandecimento.

Mesmo assim, não deixam de haver factos que venham depor contra os nossos hábitos democráticos.

Até há bem pouco era vedado o ingresso do negro ás escolas superiores. Não porque em depositivo legal tal permitisse, mas porque infelizmente alguns espírito tacanhos apresentavam toda a sorte de dificuldades.

Quase sempre preterido nos cargos electivos, nas repartições publicas no magistério, em todas as manifestações da actividade humana que exija representação social, o homem de cor acabaria por se tornar justamente um revoltado , si não foram altíssimas energias de que foi dotado.

Foi pois para reunir e concretisar taes energias, que se fundou a Frente Negra Brasileira.

Seus fins são bem claros: ocorrer em toda parte que se torne mister auxiliar um filiado , amparando-o material e moralmente ; desenvolver o espírito de união e concórdia, mostrar em suma as altas possibilidades duma raça que já tem dado ao Brasil filhos illustres que muito o orgulham.

A Frente Negra Brasileira tem fins altamente patrióticos. Fundando escolas , promovendo sessões cívicas e patrocinado medidas de igual valor intellectual , visando assim concorrer para o erguimento de nosso nivel cultural.

Em Sorocaba a Frente Negra Brasileira despertou o maior entusiasmo, contando já com 420 associados.

E aqui a sede duma Delegação Especial, cuja directoria está assim constituída:

Delegatario Especial , sr. Olympio Moreira da Silva; Delegatario , sr. Benecdito Andrade Nascimento ; Secretario , sr. Benedicto Andrade; Thesoureiro, sr. Alfredo Monteiro; Orador , sr. Olympio Castelão Alves; Presidente do conselho, sr. Salerno das Neves; Vice-dito, sr. Lucidio de Almeida , Membros do Grande conselho; Benedicto Dias Assumpção , Benecdito Barbosa, Anquilino Aarão Setúbal, João Evangelista, Virgilio Lopes, Isaltino de Arruda, Laerte Cearense, Benecdito Wenceslau M. , Luiz Corrêa de Moraes, Mariano Sant'Anna, Luiz de Barros, Leontino, Luiz Lopes e Dino Mascarenhas.

A sede provisória da Delegação Negra de Sorocaba é a rua Santa Clara 175.

Iremos gradativamente dando publicidade aos actos da Delegação, bem como expondo as suas finalidades, que são em these grandiosas por visarem o bem estar individual e colletivo de uma raça”.

Jornal: *Correio de Sorocaba* – nº. 1223 – Ano XIII

Data: 14 de maio de 1936.

Director: Carlos Correia

Orgam independente

Publica-se as quintas feiras e aos domingos.

13 de Maio

Commemorou-se em todo o paiz a data da abolição da escravidão, sempre grata aos brasileiros e principalmente a raça negra, pela brilhante campanha de justiça que symbolisa.

13 de Maio relembra uma das mais grandiosas cruzadas cívicas de nossa História, e embora lhe hajam tirado o feriado, será sempre commerado pelos nosso povo como uma das mais esplendidas ephemerides nacionaes . Liz Gama, José do Patrocinio, e outros tantos illustres batalhadores entre os quaes se destaca a figura impressionante de Castro Alves , São nesse dia religiosamente evocados pela alma brasileira.

Jornal: *Correio de Sorocaba*.

Anno VII – Propriedade de Antunnes Correia & Cia. Redação: Rua Ubaldino Amaral, II.

Data: 12 de Maio de 1930.

Redactor: Carlos de Correia

Gerente: Luiz A. Almeida

“Treze de Maio é a data que invoca a nobreza dos vultos do 2.^o Império: Rio Branco, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, João Alfredo, Gama, Patocínio e tantos e tantos outros homens de uma envergadura cívica que ainda serve de modelo as gerações praticias. A cruzada abolicionista não representa apenas a liberdade da raça negra. Mais do que isso – já não pouco – significa a salvação do nome brasileiro, até então maculado, dentro da refulgência de suas muitas glórias, pelo negrume de uma instituição abominável, a escravatura , numa época em que nenhum paiz do mundo tolerava a opressão das raças estacionarias, antes lutavam todos por chamal-as á luz da civilisação , guiando-as sob lemmas liberaes para incorporal-as á parte livre da humanidade, num amplo movimento de fraternidade universal.

O Brasil foi o ultimo paiz a dar o passo nesse ramo, fazendo-o tardiamente , é certo, mas ainda a tempo de bater aos humbraes do século XX, alliviado da carga immensa e triste que lhe curvava a cerviz.

A victoria moral foi efeitos salutaes e, pelo lado economico , só vantagens trouxe a abolição franqueando o paiz ao forasteiro que desejasse adoptal-o como segunda pátria.

A data, pois, é de uma significação bem grande para o povo nacional. Representa o passo de que resultaram novos avanços entre elles a mudança do regime, com o nosso paiz entrou , definitivamente , para o concerto dos povos, eminentemente progressistas .

As datas históricas proeminentes já têm, em todo o Brasil, o condão de accender entusiasmo no peito de nossa gente.

Sahimos da fase de apathia cívica com que friamente relembramos as ephemerides máxima da Pátria.

Desde que Bilac inflamou o coração da mocidade, apontando lhe o caminho do patriotismo verdadeiro, praticado na escola e na caserna, nossa terra como que ressurgiu das cinzas de suas glórias, entre as quaes modornava o nosso valor cívico.

O Brasil reergueu se, educou-se melhor, lembrou com mais carinho factos e vultos históricos, comprenetrou-se melhor, de seus deveres de nacionalismo , e hoje com vibrações mais vehemente, sabe que a commemoraçõe dos feitos que nos engrandecem é tambem um dos meios efficientes de construir a grandeza desta terra de opulências inegualaveis”.

Jornal : *O Grêmio* – nº. 36 – Ano VII

Sorocaba, 2^a quinzena de Abril de 1938.

Orgão Oficial do “Gremio Vanhagem”

Filiado ás Associações Sorocaba, Paulista e Brasileira de Imprensa. (Ginásio

Estadual e Escola Normal Livre).

Diretor Gerente Claudio C. Malanconi.

Redator Chefe – Hylario Correa – nº. 36 – Ano VII

“13 de Maio

O Gremio Varhagem, em cumprimento ao seu programa civico, reafirmado na plataforma que o presidente Moreira apresentou por ocasião das eleições deseja participar intensamente dos festejos commemorativos de 13 de Maio.

Da parte que nos toca, faremos circular nesse dia um número especial de “O Gremio” e para o qual desde já chamamos a atenção dos nossos colaboradores e anunciantes.

13 de Maio 1888.

Assinatura da Lei Aurea .13 de Maio 1938.

Numero especial do “Gremio”.

3.3 - O 13 de Maio em Sorocaba na década de 1930

A compreensão do processo de produção da memória produzida pela Frente Negra Brasileira de Sorocaba na década de 1930 requer uma abordagem teórico-metodológica do contexto histórico, ideológico, circunscrito aos movimentos abolicionistas e ao movimento insurrecional dos escravos no Brasil do século XIX.

As matérias jornalísticas tratam das comemorações do tema 13 de Maio de 1930 . No que se refere à comemoração da data pela Frente Negra Brasileira de Sorocaba, estão de acordo os estudos da tese de doutorado (1993) de Regina Pahim, *O Movimento Negro em São Paulo: luta e identidade*, e os depoimentos da Sr^a. Ondina Seabra. Tanto os estudos como os depoimentos relatam a comemoração do 13 de Maio pela Frente Negra Brasileira, confirmando matérias dos jornais. No caso dos estudos de Regina Pahin a descrição das atividades realizadas pela Frente Negra Brasileira na capital de São Paulo é idêntica às de Sorocaba (PINTO, 1993, p.187).

A comemoração do Treze de Maio realizada pela instituição escolar: Grupo Escolar Antônio Padilha e a Frente Negra Brasileira de Sorocaba, destaca os abolicionistas como responsáveis pela abolição da escravidão no Brasil. Buscamos em AZEVEDO (2003) algumas reflexões sobre o que era enfatizado na época pelos historiadores que abordam o tema, para que possamos contextualizar melhor nossas interpretações.

Os historiadores brasileiros que escreveram durante as primeiras duas décadas do século XX enfatizaram o papel revolucionário dos abolicionistas, a sua luta contra a escravidão e o racismo, bem como o papel revolucionário dos escravos ao abandonar as fazendas num grande movimento de massa. Mas a emergência do mito do paraíso racial a partir da década de 1930 diminuiu a atenção sobre os aspectos mais radicais do abolicionismo. Gilberto Freyre supervalorizou o papel dos políticos conservadores e de uma monarquia simpática à abolição de modo a sublinhar a narrativa de uma transição pacífica da escravidão ao trabalho livre sob a égide do Parlamento (AZEVEDO, 2003, p. 32,33).

É importante observar o que era tema de reflexão no meio acadêmico em 1930, no que se refere à interpretação da história da abolição. Segundo Regina Pahim Pinto, naquele momento era considerado, pela maioria dos estudos sobre o término da escravidão no Brasil, que os escravos foram passivos, e os abolicionistas atuantes.

Segundo Regina Pahin (1998) , “até que ponto o negro teria condições de ir além desta percepção é uma questão discutível, uma vez que só recentemente os estudos começam a contestar a passividade do escravo e a enfatizar sua resistência” (PINTO, 1993, p. 193).

Ainda, continua Pahin (1993), mesmo entre os que estudam a história da abolição denunciando a não passividade do negro na história da escravidão, há uma tendência de não reconhecer nos movimentos dos escravos uma força que proporcionou o fim da escravidão. Não levando em conta tais reações, nos defrontamos com uma visão reducionista da história, buscando explicações na estrutura econômica para a queda do regime escravista. Assim, o fim da escravidão só teria ocorrido em decorrência da pressão econômica internacional naquele contexto (PINTO, 1993, p. 193).

O corte que os estudos empreendiam, ao focalizar o processo de libertação dos escravos , a partir da atuação dos abolicionistas, reflete a pouca atenção em relação à luta do negro para a derrota da escravidão no Brasil. A esse respeito, Azevedo (2004) demonstra como as revoltas dos escravos ocorridas nas fazendas e vilas, sobretudo em 1870, vão influenciar decisões importantes para coibir o tráfico de escravos em todo o Brasil, e vão gerar medo no governo monárquico e na elite escravista. Esse contexto gera a formação de uma corrente da política imigrantista, racista, que traz no seu bojo a defesa da inferioridade do negro e a superioridade do branco, com conseqüências graves para a população negra, pós-abolição.

Os estudos de Célia Maria Marinho de Azevedo, em suas obras *Onda Negra e Medo Branco .O negro no imaginário das elites século XIX* (2004), *Abolicionismo Estados Unidos e Brasil uma história comparada (século XIX)* (2003), e *Anti-racismo e seus paradoxos reflexões sobre cota racial, raça e racismo* (2004), elucidam outras questões importantes sobre o 13 de Maio ,no Brasil, considerando que a abolição dos escravos não ocorreu somente pela pressão dos abolicionistas urbanos, mas também, e sobretudo, devido à pressão de um movimento insurrecional negro

abrangente. A autora avalia que essas interpretações vão interferir na forma de comemoração representativa da abolição dos escravos.

As manifestações de ex-escravos nas ruas que se seguiram após o 13 de Maio de 1888, trazem em seu conteúdo o significado desta data, em que o negro é representado como sujeito histórico que experimentou a escravidão, e que lutou para se livrar dela. (AZEVEDO, 2004).

Em um cenário pós- abolição a polícia vai para reprimir as manifestações feitas pela população negra. É neste contexto que a construção da memória histórica e política da abolição é disputada entre monarquistas e republicanos. Enquanto os monarquistas destacam a escravidão dos escravos sendo redimida pela “redentora” princesa Isabel , os republicanos destacam o esforço de abolicionistas heróicos (AZEVEDO, 2004, p. 92).

Nas duas versões partidárias (monarquistas e republicanos), a história do escravo como sujeito ativo da libertação está ausente, sendo “reduzido à figura de um ser passivo, inferiorizado não só pelos séculos de vivência no cativeiro, como também devido ao seu suposto pertencimento a uma raça inferior” (AZEVEDO, 2004, p. 92).

Segundo AZEVEDO , as versões republicanas e monarquistas da abolição têm um ponto comum , representam a redenção dos escravos como benemérito de homens brancos progressistas e humanitários , com apoio de alguns abolicionistas “mulatos”. Com o passar do tempo as divisões partidárias perderam força, mas a visão do negro de raça inferior redimida pelo branco de raça superior perdura até hoje na historiografia brasileira .(AZEVEDO, 2004, p. 24).

A ideologia da comemoração do 13 de Maio, que exclui as populações negras de seu papel histórico, e reproduz a imagem somente do negro como escravo, perpetua a versão racista construída ao longo do século XIX, e disputará com organizações do movimento negro um espaço com significado de luta anti-racista ao longo de quase todo século XX (AZEVEDO, 2004, p. 93).

Entendemos que as teorias elaboradas no século XIX , e na década de 30 por Gilberto Freyre, são importantes para desenvolvermos um estudo comparativo entre os movimentos abolicionistas e a ideologia da comemoração do 13 de Maio no período de 1930 em Sorocaba, como por exemplo, o incentivo à assimilação da cultura do branco, para que a população negra tenha sucesso na vida.

Nesse sentido, o fato de os artigos de jornais e os depoimentos da Sr^a. Ondina Seabra não mencionarem a resistência dos escravos na comemoração do 13 de Maio é uma postura que se compreende no contexto da época, uma vez que essa resistência era considerada como desordem, e apenas recentemente foi considerada pela historiografia.

Com base no exposto, consideramos que as comemorações do 13 de Maio realizadas pela Frente Negras de Sorocaba, além de terem sido momentos de comemoração da liberdade da população escravizada, também foram momentos politicamente construídos para a reflexão e a denúncia da situação da população negra no Brasil.

O estudo sobre a comemoração do 13 de Maio na instituição escolar e no movimento negro na década de 1930, em Sorocaba, considerou colocar em foco a vida das pessoas que fizeram parte da história da Frente Negra Brasileira de Sorocaba.

Essa história faz parte do passado da população afrodescendente e possibilita recuperar aspectos que possam nos ajudar a entender o presente e olhar para o futuro com mais auto-estima .

Fixar a memória no passado em detrimento do presente é possibilitar o conhecimento e o reconhecimento da luta da população negra pela dignidade humana.

Bem sabemos que ainda hoje a memória da população negra no Brasil disputa um espaço travado no campo ideológico, reforçada pelo eurocentrismo . Nesse sentido, a identidade da população negra é construída a partir da concepção do negro escravo, despossuído de humanidade, de historicidade.

Se perguntarmos às pessoas, independente do seu grau de instrução , sobre a história do negro no Brasil ou em outra parte do mundo, com certeza a maioria vai se referir ao negro como escravo, inferiorizado.

Isto nos faz refletir sobre como a ideologia da inferioridade racial construída ao longo dos séculos foi eficiente e, no caso brasileiro, fica mais ou tão mais difícil de discutir, pois uma outra ideologia também deu muito certo, a de que no Brasil a escravidão foi mais benigna, aqui as relações com a população indígena e negra foram extremamente democráticas, portanto aqui não tem discriminação racial. Portanto nesse ambiente em que se inferiorizam negros e índios que a Frente Negra

Brasileira de Sorocaba existiu e aí foi que ela desenvolveu sua luta pela dignidade da população negra.

A experiência da Frente Negra Brasileira de Sorocaba revela em suas estratégias de atuação uma luta constante contra a exclusão da população negra exemplo disso é a criação de escolas em um momento em que a população negra, se encontra destituída da escola como depõe a Sr^a. Ondina Seabra.

Nesse sentido é que a comemoração do 13 de Maio pela Frente Negra Brasileira de Sorocaba se revelou como possibilidade de entendermos melhor as relações do movimento negro com toda a sociedade e , principalmente, com a população negra .

A Frente Negra Brasileira de Sorocaba comemorou o 13 de Maio na década de 1930, uma época difícil, mas a data era um instrumento de agregação da população negra, não só para comemorar a libertação, mas também para refletir e denunciar a segregação social do negro no Brasil. Negar isto , através da hipótese de que a população negra era uma alienada , sem consciência , pode ser resultado de uma ideologia que privilegia a história sob o olhar da elite dominante do Brasil.

3.4 – 1930: O 13 de Maio no espaço escolar

Para aprofundarmos as concepções ideológicas produzidas sobre o 13 de Maio nas instituições escolares em Sorocaba , visitamos duas escolas públicas que funcionavam na década de 1930 : Escola Estadual Júlio Prestes de Albuquerque e Escola Antônio Padilha. Constatamos que nestas escolas não há memórias sobre a comemoração do 13 de Maio. Algumas explicações foram dadas no sentido de que não há comemorações, porque as escolas não tinham esta data no calendário de feriado nacional, ou seja, isto é o 13 de Maio, nesse período, não é uma data de destaque para as instituições escolares.

Nos seus depoimentos, a Sr^a. Ondina revela que pouco se lembra das referências sobre a data 13 de Maio nas escolas , recorda-se “que pouco se falava sobre a data, nas escolas não havia comemorações destacadas como na Frente Negra Brasileira de Sorocaba”. Ela fez referências à data na época em que fez o primário no Grupo Escolar Antônio Padilha.

O 13 de Maio era lembrado somente nas datas , ou na ocasião das aulas de história.

Na data 13 de Maio na classe falava-se um pouco mais da Princesa Isabel, como redentora dos escravos, e dos abolicionistas, entre eles, José do Patrocínio, Rebouças, Joaquim Nabuco, e Luis Gama . (Depoimento, 28/04/05)

Com a constatação de que não havia comemoração do Treze de Maio nas escolas, fomos buscar as explicações possíveis, pois encontramos no Regulamento da Instrução Pública de 8 de setembro 1892, o 13 de Maio como feriado escolar.

Passou a ser objeto de nossa pesquisa a averiguação do contexto político e ideológico em que o 13 de Maio deixa de ter relevância .

As primeiras informações vieram quando fomos pesquisar as comemorações cívicas destacadas no período de 1930, e constatamos que é com a política nacionalista do Estado Novo do governo Getúlio Vargas que acontece a retirada da data 13 de Maio do calendário nacional.

A era Vargas que se inaugura com a Revolução de 1930, coloca em cheque o controle político dos coronéis paulistas, que controlavam as eleições através da política do “café com leite”, que alterna no poder a oligarquia agrária de São Paulo e de Minas Geras.

Em 1932 houve uma revolta patrocinada pela oligarquia paulista, a chamada “revolução constitucionalista”, de 9 de julho em São Paulo , que tinha como pretexto exigir do governo federal a reconstituição do país , no intuito de retornar ao cenário político nacional a oligarquia paulista. O movimento foi derrotado , contudo Getúlio Vargas sentiu-se pressionado a conceder a realização das eleições para uma Assembléia Constituinte em 5 de maio de 1933.

Com o caráter golpista, a Constituição entrou em vigor em 16 de julho de 1934, juntamente a isso o Congresso realizou eleições indiretas e Vargas seguiu no poder, agora como presidente constitucional.O período é marcado por polarização ideológica, de um lado a ANL (Aliança Nacional Libertadora), que integra comunistas, liberais, socialistas e cristãos; de outro a AIB (Ação Integralista Brasileira), movimento inspirado pelo nazi-fascismo.

A Aliança Nacional Libertadora é considerada pelo governo getulista um grande perigo político e é considerada como fora da lei em 11 de julho de 1935. Sua extinção provocou a reação de setores militares identificados com seu programa político. Nesse período, em novembro de 1935, eclodiu a chamada “Intentona

Comunista”, liderada por Luís Carlos Prestes, que limitou suas ações ao levante de algumas guarnições militares em Recife (PE), Natal (RN), como o do 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha e da Escola de Aviação no Rio de Janeiro. A Intentona Comunista com uma pequena parte da população brasileira envolvida sofreu violenta repressão por parte do Estado varguista e foi sufocada.

A Intentona Comunista é divulgada como um movimento que coloca em perigo a unidade nacional e como estratégia política o governo de Getúlio Vargas desenvolve um programa nacional visando construir um sentimento de nacionalidade no povo brasileiro. No desenvolvimento dessa política estão incluídas as comemorações cívicas em massa, envolvendo as escolas públicas e particulares, a partir da elaboração de calendários. Tais comemorações fazem parte da sustentação ideológica do Estado Novo, ideologia impregnada do cultivo de um “espírito” de nacionalidade que estaria disperso no povo brasileiro.

Segundo Adriana R. B. Vianna e Mauricio B. A. Parada :

Esta análise, presente nos principais autores do pensamento social do período, identificava a Primeira República como um momento de decomposição da autoridade política e de esgotamento das fórmulas de consenso nacional. A Revolução de 30 e, principalmente o Estado Novo, teriam como projeto político fundar um novo começo, uma nova sociedade e um novo Estado, já que estes se apresentavam corrompidos pela tradição liberal.

O principal erro do liberalismo teria sido, então, defender o dissenso como o elemento central da idéia de democracia. Concebido desta forma, o modelo democrático provocaria a desagregação da comunidade política nacional alimentando conflitos regionais e setoriais e inviabilizando qualquer forma de governo. Assim sendo, a construção de um Estado verdadeiramente nacional deveria opor-se a essa tendência desagregadora, afirmando a unidade em todos os aspectos políticos e sociais.

O novo Estado, que em 1936 começava a despontar no horizonte político, trazia como principal proposta a construção de um consenso coletivo, uma comunidade moral, recusando-se a agir como um mero e pragmático articulador de grupos com interesses diferentes e dispersos. Esta comunidade moral - a nação -, era concebida como superando o individualismo e o partidarismo liberal e expressava-se como uma totalidade não redutível às partes (VIANNA; PARADA, 2004, p.2).

Com a política do desenvolvimento do nacionalismo, dois termos são relacionados ao longo do governo Vargas: cultura e política, e sob estes aspectos vão ser desenvolvidas várias ações, entre elas a elaboração do calendário de cerimônias públicas no qual se articulavam as idéias de ordem, solidariedade, disciplina e modernidade.

Adriana Viana e Maurício Parada descrevem como, por meio de um calendário de festas comemorativas, o governo Vargas procura construir a unidade do Estado Nacional ameaçado pelo levante comunista.

Logo após a chamada “Intentona Comunista” de 1935 - tomada como momento crítico de ameaça à unidade nacional - pode-se notar uma certa intensificação das práticas comemorativas do Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que também se aprofundam as tendências que apontam para um modelo de Estado forte. Ao longo dos anos seguintes será ampliado o calendário de festas cívicas nacionais. Algumas comemorações, anteriores a essa data, vão se tornar mais espetaculares, enquanto outras, criadas nesse período, já nascerão grandiosas.

Este calendário começa a ser estruturado em 1936 e sua forma acabada pode ser encontrada já em 1938. Sua linha do tempo compreendia as seguintes comemorações: o dia de Tiradentes em 21 de Abril; o 1º de maio, dia do trabalho; a Semana da Pátria, um conjunto de comemorações realizadas ao longo da primeira semana de setembro que incluía, além do desfile militar em 7 de setembro, o “Dia da Juventude” e a “Hora da Independência”; o “Dia da Revolução Brasileira”, em 10 de novembro; a proclamação da República, em 15 no mesmo mês; e por fim, no dia 19 ainda em novembro, o “Dia da Bandeira”. Cada comemoração tem uma trajetória própria durante o período, cada uma com seu público, sua pedagogia e seus temas próprios (VIANNA; PARADA, 2004, p. 1).

A data do 13 de Maio com a estruturação do calendário oficial nacional sai de cena. Nessa ação de retirada da data do calendário oficial, está embutida a ideologia do surgimento do Estado Novo, como um Estado que rompe com as idéias construídas na Primeira República, pois este período esgotou com a autoridade política e a unidade nacional.

Segundo Adriana R. B. Vianna e Mauricio B. A. Parada:

Esta análise, presente nos principais autores do pensamento social do período, identificava a Primeira República como um momento de decomposição da autoridade política e de esgotamento das fórmulas de consenso nacional. A Revolução de 30 e, principalmente o Estado Novo, teriam como projeto político fundar um novo começo, uma nova sociedade e um novo Estado, já que estes se apresentavam corrompidos pela tradição liberal.

O principal erro do liberalismo teria sido, então, defender o dissenso como o elemento central da idéia de democracia. Concebido desta forma, o modelo democrático provocaria a desagregação da comunidade política nacional alimentando conflitos regionais e setoriais e inviabilizando qualquer forma de governo. Assim sendo, a construção de um Estado verdadeiramente nacional deveria opor-se a essa tendência desagregadora, afirmando a unidade em todos os aspectos políticos e sociais.(VIANNA; PARADA, 2000, p.1).

Segundo os estudos divulgados por ambos os autores, o 13 de Maio foi retirado do calendário por ser uma data que estava relacionada com os ideais

republicanos, a tradição republicana, que está relacionada à história da abolição e à luta abolicionista:

É importante destacar sua diferença para o calendário que vigorava na República Velha, já que novas datas foram incluídas, enquanto que outras foram excluídas. O alargamento do 7 de setembro, transformado em Semana da Pátria e as festas de novembro, como o Dia da Bandeira e o Aniversário do Estado Novo, foram as novidades acrescentadas a partir de 1937. Enquanto isso, datas relacionadas à tradição republicana de 1889 foram eliminadas do calendário, como o 24 de fevereiro, que lembrava a comemoração da promulgação da Constituição de 1891, o 13 de maio, que estava relacionado com a luta abolicionista e era comemorado como dia da fraternidade nacional e o 14 de julho, que remetia para as tradições francesas dos primeiros momentos da República e que era comemorado como dia da Liberdade e Independência das Américas (VIANNA, PARADA, 2004, p.1).

Sendo assim, consideramos que a retirada da data 13 de Maio do calendário nacional é um dos fatores de influência da ausência da memória do 13 de maio nas escolas da década 1930, já que as ações das instituições escolares sofriam um forte controle do Estado. O envolvimento do Ministério da Educação e Secretarias estaduais e municipais de educação vão ser órgãos de fundamental importância na implementação da ideologia nacionalista do Estado Novo getulista. Adriana Vianna e Maurício Parada comentam os valores que deveriam ser propagados por meio das festas cívicas:

Nessas festividades os participantes são os jovens estudantes matriculados no sistema de ensino público e privado. São cerimônias civis e de uma população específica, ainda em processo de aprendizagem, que incorpora de forma intensa a pedagogia do desfile cujos temas valorizam as idéias de disciplina, solidariedade com a comunidade nacional, ordem, saúde e modernidade (VIANNA, PARADA, 2000, p. 1).

Durante o Estado Novo a política varguista tem o propósito de suprimir os conflitos sociais e raciais. Tais ações fazem parte de uma política que teria seu maior representante em Oliveira Vianna. Naquele momento, Vianna não era somente o intelectual que vinha se preocupando, desde o final dos anos de 1910, com a formação de uma identidade coletiva que contemplasse os distintos segmentos étnico-raciais que compunham a nação. Nos anos 30, Oliveira Vianna estava intimamente comprometido com a montagem do Estado corporativo e a política imigratória restritiva do primeiro governo Vargas. Nesse caso, o arianismo de Vianna, é nitidamente racista, e sinônimo de ideologia do branqueamento.

O aprofundamento da ideologia da construção da identidade nacional representada no calendário nacional no período “varguista” requer ainda muitas pesquisas, pois questões são levantadas como, por exemplo, “se o modernismo visava a construção da identidade nacional a partir dos valores culturais autenticamente brasileiro, porque o 13 de maio que integra o calendário das festas nacionais foi excluída desse calendário”. “Por que o 13 de maio traria conflitos sociais e raciais quando os heróis comemorados eram brancos?” (questões levantadas pelo pesquisador kabengele Munanga, integrante da banca na defesa da dissertação dia 08/12/05).

Concluimos que as instituições escolares de Sorocaba em 1930 estarão participando da política ideológica do Estado Novo, no sentido de entendermos que as escolas foram eram estratégicas na divulgação do Estado nacional, que traz como proposta a construção de um consenso coletivo, ou seja, a moralidade para a superação do individualismo e partidarismo liberais.

Neste contexto a ideologia da apropriação da memória do Treze de Maio nas instituições escolares é crivada pelos valores impostos pela ideologia de Estado como engessador do que vai ser transmitido e ensinado nas escolas. E o argumento usado pelo Estado Novo em relação à retirada da data 13 de Maio do calendário nacional fortalece a concepção histórica de que a abolição foi resultado da vontade do Estado monárquico e do movimento abolicionista brasileiro. Entretanto, como registrar minimamente a memória desse processo? É disto que tratamos a seguir.

CAPÍTULO 4

DAS RELAÇÕES ENTRE ESCOLA, MOVIMENTO NEGRO E O 13 DE MAIO EM SOROCABA

A opção por escrever este capítulo sobre história oral e fotografia, no contexto das relações entre história e memória, torna-se possível por ter como base os depoimentos da Sr^a. Ondina Seabra, mulher negra, militante e professora, e as fotografias do seu acervo, disponibilizadas para a realização desta pesquisa. As referidas fontes: história oral e fotografia permitiram a recuperação de parte da história pertinente à organização da Frente Negra Brasileira de Sorocaba na década de 1930 e revelaram-se um excelente procedimento de abordagem do nosso objeto de pesquisa.

4.1 - Considerações sobre as relações entre história e memória

Cabe assinalar que a utilização de relatos orais, no entanto, foi colocada em suspeição a partir do século XVIII, quando a história ganha o status de ciência e os relatos passam a não mais ser considerados como fontes seguras para o historiador. Em relação a esse aspecto afirmaríamos que esse pensamento pertence à história tradicional, sustentada no ideário iluminista que, no fim do século XVIII, com ênfase no domínio da razão, difunde a crença cientificista; nesta, a ciência passa a ser vista como única forma de conhecimento e como tal, produz verdades únicas, absolutas e objetivas. Portanto, os conhecimentos construídos a partir de subjetividades não são vistos como confiáveis para a produção do conhecimento científico.

Edgar Salvadori de Decca, em *As desavenças da história com a memória* faz uma explicação do uso da memória no ideário iluminista. O autor chama a tenção apontando que:

.../ o método analítico do iluminismo ultrapassou as fronteiras da natureza e procurou conquistar o mundo histórico pela busca de uma razão universal imutável presente nos acontecimentos humanos, seu primeiro desafio foi o de depurar estes eventos, aliviando-lhes o peso da tradição, dos mitos e das crenças. (DECCA, p. 60).

Existiu no campo significativo de controvérsias do pensamento histórico do iluminismo, a ponto de algumas de suas correntes redimensionarem a ação corrosiva da memória .

O passado , investido de objeto iluministas , não podia mais ser explicado segundo versões dogmáticas da Igreja: a sua verdade deveria ser revelada mediante pesquisa metódica das fontes e pelo confronto público dessas provas documentais. O acontecimento histórico não poderia ser interpretado segundo experiências da memória, pois esta representava o lugar por excelência do erro e da mitificação. O evento em seu parecer deveria ser capaz de revelar a imanência da razão, para que pudesse ser interpretado, e a memória estava definitivamente comprometida como fonte de entendimento histórico. A moderna historiografia constitui-se , originalmente , como campo de controvérsias de interpretação, mediante apresentação de provas documentais que poderiam eliminar as fontes de erro e de crenças dogmáticas produzidas pelo exercício da memória (DECCA, p. 67).

Segundo Decca, no período iluminista há um rompimento com a interpretação da história baseada na religião, nas “versões dogmáticas da Igreja a sua verdade deveria ser relevada mediante pesquisa metódica e pelo confronto público dessas provas documentais”. O acontecimento histórico não poderia ser interpretado segundo as experiências da memória, pois esta representava o lugar por excelência do erro e da mitificação (DECCA, p. 67). Dessa forma, a memória estava comprometida como fonte de entendimento histórico.

Quando ocorre a institucionalização da história como disciplina, no século XIX, e a profissionalização dos/as historiadores/as, estes passam a adotar um conjunto de procedimentos para se diferenciar da história tradicional. Nas áreas da pesquisa essa discussão se deu sobre o que deveria ou não ser usado como fonte, pois, segundo a história tradicional, de cunho positivista, um estudo só tem valor se for “neutro”, isto é, quando o pesquisador, o historiador se distanciasse do seu objeto de pesquisa, abrindo mão de relatos parciais.

Sobre a questão da memória, Felix (1998) aponta que hoje pesquisar memórias para construir a história “exige a instauração de um novo tipo de relações com o passado, a partir de novos pressupostos e procedimentos que nos são colocados” (FELIX, 1998, p. 64). Citando Marco Aurélio García, verificamos que ela aponta dois desses procedimentos como fundamentais:

Em primeiro lugar, afastar-se da ilusão positivista de que o passado é totalmente cognoscível. Para os positivistas, o passado deve ser explicado pelo historiador e mostrado como algo que realmente aconteceu. Hoje ao contrário, sabemos que muitas vezes a voz do passado é inaudível e que muitos aspectos são inacessíveis e perdidos para o observador. Além disso, sabemos também que o acontecimento pode apresentar novas dimensões que somente são percebidas pelas luzes oferecidas no presente.

Um segundo procedimento de relação com o passado decorre das novas perguntas do presente possibilitadas pela descoberta de outras problemáticas a partir da localização de novos objetos historiográficos relevantes . Torna-se objeto de investigação histórica desde questionamentos envolvendo classes subalternas até temas , como democracia, estudos referentes a mulheres, velhos, negros, meio ambiente e outros temas não valorizados até há bem pouco tempo. Trata-se de buscar “recuperar uma outra memória, que permita recuperar não só o ocorrido, como ressaltar as esperanças não realizadas do passado e que se inscrevem em um novo presente como um apelo para um futuro diferente” (FELIX, 1998, p. 64).

Muitos pesquisadores de várias áreas concordam que a memória oral não pode ser vista simplesmente como um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados. Trata-se da construção de referenciais sobre o passado e o presente de diferentes grupos sociais, apoiados nas tradições e associados a mudanças culturais.

Contudo, ainda persiste uma série de questões com relação a como considerar a memória para a construção de uma interpretação histórica. Uma das maneiras para entender essa problemática é retomar o desenvolvimento do estudo da história e como foi considerada, nesse percurso, a utilização de fontes tidas como registros memorialistas, caso específico das fontes orais.

A temática das relações entre história e memória foi ricamente examinada por pesquisadores/as em todas as áreas do conhecimento, como, por exemplo, Felix; Terezinha Bernardes; Ecléia Bosi; Marilena Chauí; Jacques Le Goff; Michael Pollack; Maurice Halbwachs; entre outros/as. Félix (1998) aponta que “antes mesmo da instituição da razão como instrumento de compreensão do mundo, no século V a.C, a memória já era valorizada como imprescindível à coesão dos laços sociais” (FELIX, 1998, p. 30).

No século XX, a análise das memórias individuais e coletivas se constituiu em referência vital para o desenvolvimento de pesquisa no campo das denominadas ciências humanas. Por conseguinte, a memória oral é um instrumento que ao longo de toda a história humana constitui – se como testemunha vital entre gerações, mediando o tempo presente e o tempo passado. Ela pode ser considerada um intermediário informal das gerações, visto que existem mediações formais constituídas pelas instituições (escola, igreja, partido político, etc.), que possibilitam a transmissão de valores, conteúdos e/ou os constituintes culturais (BOSI, 2004).

As obras de Ecléa Bosi, *Memória e sociedade: lembranças de velhos* e *O tempo vivo da memória*, revelam as possibilidades de trabalhar em pesquisa recorrendo à memória como um recurso metodológico de grande valia. Nos seus estudos, a referida autora incorpora o ato de lembrar como fundamental para o desenvolvimento de trabalhos científicos em que o estudioso da memória busca, geralmente, por meio de entrevistas junto a idosos, o rico testemunho de outras épocas.

A utilização de relatos orais como fonte de pesquisa oferece possíveis formas de compreensão das especificidades culturais, considerando que as histórias contadas através da memória, oficializadas ou não, constituem repertório que, quando observado, possibilita compreender como as coisas são pensadas, representadas, enfim, concebidas, dentro e fora das instituições. A memória oral contrapõe – se à objetividade para a qual tendem certas concepções históricas que desenvolvem o conhecimento por meio de uma visão unilateral, linear. Sua contribuição possibilita atentar para os pontos contraditórios, distintos, dos processos históricos, residindo aí, o seu valor (BOSI, 2004).

Ecléa Bosi (2003), através das histórias contadas por pessoas idosas, recupera a função social exercida pela memória na velhice. A memória é o resultado da vivência de pessoas que já exerceram inúmeras funções na sociedade. Isto revela que os velhos, apesar de não exercerem mais na vida presente e no seu grupo social as mesmas atividades de outrora, têm uma nova função primordial: a função social de contar, de lembrar aos mais jovens a sua história, rica em experiências e expressiva de aspectos relevantes para o desenvolvimento da sociedade. Ao refletir sobre o papel dos idosos nas sociedades, Ecléa Bosi observa que a relevância social desses indivíduos, foi gradativamente se perdendo ao longo do desenvolvimento da sociedade contemporânea, na qual, em contrapartida, cada vez mais se diversificam e sofisticam os meios de informação.

A sociedade contemporânea fundamenta-se na lógica do capital. Ou, em outros termos, a lógica do mercado comanda as relações sociais, transformando tudo em mercadoria. É nesse contexto que a função social das lembranças dos velhos é desvalorizada, porque para a lógica do mercado o velho não é produtivo.

A função social do velho é lembrar e aconselhar- *meminimoneo*- unir o começo e o fim, ligando o que foi e o por vir. Mas a sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil do velho e recusa seus conselhos.

Sociedade que, diria Espinosa, “não merece nome de cidade, mas de servidão, solidão e barbárie”, a sociedade capitalista desarma o velho mobilizando mecanismos pelos quais oprime a velhice, destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa (CHAUI *apud* BOSI, 2003, p.18).

A sociedade capitalista cria empecilhos ao ato de lembrar, destruindo os suportes materiais da memória, enquadrando e reduzindo o ser humano à lógica econômica do mercado. O poder do capital se revela competente em sua forma, no que se refere à destruição e banimento das memórias pertencentes aos grupos economicamente e socialmente dominados, esta ação se converteu em fundamental para a restauração dos estereótipos oficiais, necessários à sobrevivência da ideologia da classe dominante, perpetuando-se assim a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos (CHAUI *apud* BOSI, 2003, p. 18-19).

A argumentação de Marilena Chauí reafirma que nas sociedades antigas a memória dos velhos assume uma importância ímpar:

A memória das sociedades antigas se apoiava na estabilidade espacial e na confiança em que os seres de nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam – se valores ligados à práxis coletiva como a vizinhança (versus mobilidade), a família larga, extensa (versus ilhamento da família restrita), apego as certas coisas, a certos objetos biográficos (versus objeto de consumo). Eis aí, alguns arrimos em que a memória se apoiava” (CHAUI *apud* BOSI, 2003, p. 18).

Na sociedade capitalista, ser velho representa travar uma constante luta pela dignidade humana, sofrendo a opressão de várias maneiras; algumas delas violentamente brutais, como viver da aposentaria ou sem ela, como precisar de cuidados médicos ou de estabelecer relações de dependência em relação ao núcleo familiar. A opressão isola as pessoas idosas por mecanismos institucionais, dentre os quais destacamos os asilos, a burocracia da aposentadoria e a constituição dos denominados grupos da terceira idade. Ser velho, em uma sociedade capitalista, comenta Marilena Chauí:

(...) é sobreviver sem projeto, impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai-se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si mas

somente para o outro. E este outro é um opressor” (CHAUÍ *apud* Bosi, 2003, p. 18-19).

É importante apontar que se na sociedade capitalista a pessoa, desde seu nascimento, é considerada apenas como um consumidor a ser explorado; na velhice esta lógica continua. Ao longo da história, o sistema capitalista vai funcionar como o legitimador e executor da história de quem detém o poder econômico, através de mecanismos inclusive institucionais. Todavia, para Marilena Chaui, a memória do velho não é oprimida tão-somente por suportes materiais que lhe foram roubados, nem porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, há outra ação mais cruel: a ação política, que sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa.

Neste contexto é importante ressaltar que Ecléa Bosi (2004) aborda a questão da memória como um precioso instrumento de narração do cotidiano, mas destaca que esta prática investigativa não deve cair em uma “ideologização” da história, como se a memória fosse uma expressão absolutizante do processo histórico. Segundo a autora, a análise do cotidiano não deve estar dissociada da visão da história totalizante da sociedade. Logo no início o pesquisador deve enfrentar o fato de que uma história de vida, ou mil histórias de vida jamais substituirão um conceito ou uma teoria da história. Ou seja, depoimentos colhidos, por mais ricos que sejam, não podem tomar o lugar de uma teoria totalizante que elucide estruturas e transformações econômicas, ou que explique um processo social, uma revolução política (BOSI, 2004, p.49).

Por sua vez, Teresinha Bernardes (1998), citando Halbwachs, indica que os sentimentos experimentados que também são guardados zelosamente, no ato de lembrar vem à tona, assim as subjetividades emergem, trazendo significados essencialmente interpretativos em contraposição aos fatos objetivos. A pesquisadora também destaca a memória como recurso metodológico, considerando que o trabalho com a memória possibilita um encontro com a história; por intermédio do recurso à história oral é possível superar a visão que, diferencia a história, aprendida e a história vivida. Nesse sentido, é importante refletir que ao longo da história trava-se uma batalha ideológica entre a classe dominante e a classe dominada, no que se refere ao registro e preservação da memória. Esse aspecto das mediações entre história e memória é abordado por Teresinha Bernardo referindo as teorias de Michel Pollak.

As memórias subterrâneas prosseguem o seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível, aflorando momentos de crise, em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK *apud* BERNARDO, 1989, p.4) /.../ Essas lembranças que fazem parte da memória subterrânea às vezes transparecem como proibidas, indizíveis, vergonhosas e por meio de silêncio são zelosamente guardadas em estruturas de comunicações informais e passam despercebidas pela sociedade englobante (BERNARDO 1989, p. 8).

E acrescenta:

A análise da memória a partir da contribuição teórica de Pollak permite que os significados dos silêncios, dos não ditos, dos conflitos, dos sentimentos de vergonha, dos constrangimentos sejam interpretados, desnudando relações sociais e por que não dizer do poder, nas quais as discriminações estão embutidas, iluminando inclusive a identidade do discriminado (BERNARDO, 1998, p.34).

Com base nestas observações podemos verificar que o recurso da memória possibilita desvendar as situações de conflitos, discriminações, jogos de poder entre os grupos sociais e os processos de construção de identidade, uma vez que os processos de memória e identidade se relacionam. Nessa perspectiva a memória não deve ser interpretada como um “fato puro”, ela é carregada de representações ideológicas e é o ponto de articulação da história com o cotidiano, com pontos de vista diversos e contraditórios. Em face do aspecto sobre a importância da memória como fonte de pesquisa, avaliamos que a história oral como metodologia de pesquisa permite a identificação dos conflitos que se expressam através da memória dos dominadores e dominados da sociedade. Portanto, a recuperação ou preservação da memória através de suas várias formas parte de um espaço de lutas entre as classes, envolvendo o poder político, ideológico e econômico.

Porém, a reconstrução das trajetórias dos vários setores de excluídos da sociedade revela-se como uma possibilidade de afirmação identitária e, concomitantemente, como forma de resistência. Parte desses aspectos foram abordados por Ecléa Bosi, em um dos seus “diálogos” com a obra do sociólogo Maurice Halbwachs e registrado no trecho a seguir:

Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? Podem suprimir sua direção , sua forma, seu aspecto, estas moradias, estas ruas, estas passagens.

“As pedras e os materiais não vos resistirão” , diz Halbwachs. “Mas os grupos resistirão , e, neles, e contra a resistência mesma, senão das

pedras, ao menos de seus arranjos antigos que vos batereis”. A resistência muda das coisas, à teimosa das pedras, une-se à rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo (BOSI, 2003 p. 452).

Ao fazer a relação da memória com as experiências vividas na comunidade, é considerado o aspecto coletivo da memória, mencionado nas obras de Ecléa Bosi (2003) e Teresinha Bernardes (1998). As autoras, sob a influência dos estudos de Halbwachs, entendem a memória dentro de um quadro social de experiências cotidianas. Para Bosi, Halbwachs não vai estudar a memória como tal, mas os “quadros sociais da memória”. “Nesta linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas no mundo da pessoa (relação entre corpo e espírito por exemplo), e perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais” (BOSI, 2003, p.54). Nesse aspecto a memória se relaciona e resulta dos relacionamentos do indivíduo com seu grupo de convívio: família, classe social, escola, Igreja, profissão. Esta interpretação descarta a possibilidade da autonomia da memória em si mesma, o que é ressaltado é a força que a vida atual exerce nas lembranças, no desencadeamento do curso da memória. A memória individual é amarrada à memória do grupo, fazendo do ato de lembrar um conjunto de representações do passado alteradas pelas nossas idéias, nossos juízos de valor, modificando o nosso ponto de vista sobre um determinado momento vivido, isto é, ao ato de pensar sobre uma situação que vivemos. Nessa perspectiva entendemos que a memória como capacidade humana de reter experiências do passado pode ser tanto individual como coletiva, e expressa potencialmente aspectos do grupo social onde se formou .

A memória coletiva é aquela que revela aspectos que se manifestam naquilo que chamamos lugares da memória, como, por exemplo, monumentos, obras literárias e artísticas, hinos oficiais; são fatos formados com base em traços julgados relevantes e que são, em geral, preservados, como memória oficial de uma sociedade.

Bernardo (1998) também faz menção à obra de Maurice Halbwachs (1935) e Michel Pollak (1989), no sentido de relacionar a memória ao grupo social. Segundo a autora, Halbwachs estudou a memória, não se prendendo à realidade psíquica, mas se voltou para o interior dos grupos sociais , onde se constroem representações e idéias , dessa forma desenvolvendo a associação da memória individual ao grupo social.

(...) mas estes diversos modos de associação de lembranças resultam das diferentes formas pelas quais os homens podem vir a se associar. Não se compreende bem o pensamento individual sem recolocar no pensamento do grupo correspondente (BERNARDO, 1998, p. 30) .

Assim, partindo da perspectiva do tratamento da memória com relação à a coletividade , refletimos sobre o contexto da nossa pesquisa, que envolve memórias de pessoas que viveram o movimento negro e a educação escolar da década de 30, do século passado, em Sorocaba. Nessa dinâmica consideramos importante a reconstrução histórica que leve em consideração as lembranças armazenadas dos sujeitos determinantes e determinados desse processo.

Para nosso entendimento, as lembranças contidas nos relatos orais fazem parte da memória que se faz guardiã das práticas vividas pelos agentes e grupos sociais, sendo um exercício de reconstrução e de ressignificação e de eventos passados, em que os fatos lembrados são aqueles que marcaram a vida do indivíduo e de sua coletividade. Portanto, podemos indicar que a utilização da memória como fonte de pesquisa requer a apreciação sociológica da relação do indivíduo com a sociedade. E isto considerando a memória como um fenômeno social que traz em si a forma particular da inserção das pessoas nos diversos meios dos quais que participou. Sob essa perspectiva, destacamos como aspectos relevantes para a pesquisa aqui apresentada:

- a importância fundamental do grupo social na reconstrução das lembranças, fazendo com que o tempo, o espaço e a ordem dos acontecimentos sociais se configurem dentro de um sentimento comum de realidade e sejam reconhecidos pelo conjunto de indivíduos constituintes do grupo;
- a percepção da força da memória coletiva, trabalhada pela ideologia, sobre a memória individual do/a recordante, que deve trazer a preocupação;
- a preocupação de não cairmos na tentação do direcionamento da memória, conforme nossos posicionamentos políticos, ideológicos, históricos.

Outro aspecto que merece destaque é que a leitura de Ecléia Bosi nos auxiliou no sentido de compreendermos que o/a pesquisador/a ao entrevistar uma pessoa idosa deve se relacionar com respeito, sem a arrogância acadêmica de quem sabe tudo, preservando a sensibilidade no trato, procurando ouvir com atenção e com paciência, respeitando o tempo da memória, lembrando que o ato de

lembrar é um constante vai e vem de informações, composto de silêncios que devem ser entendidos pelo/a pesquisador/a. Nessas considerações sobre as relações entre pesquisador e sujeito da pesquisa, Bosi observa:

Insisto na formação do pesquisador que vai entrevistar o idoso. Quando a narrativa é hesitante cheia de silêncios , ele não deve ter pressa de fazer interpretação ideológica do que escutou, ou preencher as pausas. Ao silêncio do velho seria bom que correspondesse o silêncio do pesquisador. Aprendizagem difícil porque vivemos num moinho de palavras e citações que se apóiam comodamente no discurso ideológico. (BOSI, 2004, p.64-65).

A pesquisa envolve responsabilidade para com a outra pessoa, nascendo talvez dessa relação um vínculo de amizade que perdura para sempre, e da qualidade do vínculo vai depender a qualidade da entrevista .Assim, Bosi (2004: p. 60-61) afirma que “senão for assim, a entrevista teria algo semelhante ao fenômeno da mais-valia, uma apropriação indébita do tempo e do fôlego do outro”.

Nessa perspectiva o sujeito da pesquisa e o/a pesquisador/a participam de uma aventura comum, que gera um sentimento de gratidão. Sentimento de gratidão da pessoa que concedeu a entrevista, diante do orgulho de ter um passado digno de ser registrado, passado que gera um sentimento de ser importante. E sentimento de gratidão do (a) pesquisador(a) por tudo aquilo que aprendeu. Segundo Ecléia Bosi (2004), “na dinâmica da pesquisa ambos sairão transformados pela convivência dotada de uma qualidade única de atenção. Ambos sofrem o peso de estereótipos, de uma consciência possível de classe, e precisam saber lidar com estes fatores no curso da entrevista” (BOSI , 2004: p. 61).

Às vezes falta ao pesquisador maturidade afetiva ou mesmo formação histórica para compreender a maneira de ser do depoente. Somos, em geral, prisioneiros de nossas representações, mas somos também desafiados a transpor esse limite acompanhando o ritmo da pesquisa (BOSI, 2004, p. 61).

Antes do encontro com o/a depoente, é necessário obter informações sobre o assunto que vai ser tratado na entrevista, formulando questões estimulativas às possíveis respostas. Acrescente-se que as sugestões de Ecléia Bosi, acerca das atitudes a serem tomadas por um (a) pesquisador/a na pesquisa, foram de fundamental importância para nós. Ter tido acesso às teorias da referida autora possibilitou o entendimento de como agir com ética, respeitando a pessoa como

sujeito social e histórico e, a partir daí, iniciar o trabalho de entrevistar, de recuar, de avançar, enfim, de respeitar as situações e os compromissos da pessoa que foi entrevistada.

Os depoimentos e materiais encontrados revelaram a importância da história desse movimento em Sorocaba, na década de 1930, história esta que merece ser registrada, sob a pena de estarmos sempre excluindo uma parte importante da formação da cidade de Sorocaba, e conseqüentemente do Brasil. Nossas buscas e investigações nos jornais da cidade comprovaram a existência da Frente Negra Brasileira de Sorocaba, inclusive com nomes de pessoas que fizeram parte da direção, conforme os depoimentos da Sr^a. Ondina. A memória da população negra de Sorocaba foi guardada com muito carinho por pessoas que fizeram e fazem parte de sua produção. Memórias estas que sempre travaram um grande “duelo” com a história do dominante, uma história repleta de sutilezas e silêncios ideologicamente construídos.

Além dos jornais, recorremos a uma fonte que nos ajudaria a percorrer o caminho da pesquisa, no sentido de clarear as informações tanto orais quanto escritas, nos referimos à fotografia.

A Sr^a. Ondina Seabra cedeu para nossa pesquisa fotografias referentes a ela como estudante e a eventos da Frente Negra Brasileira Sorocaba, com pessoas que fizeram parte da direção do movimento. Nesse sentido a fotografia contribuiu para a reconstrução de dados servindo como desencadeadora da memória e desinibidora da fala, ajudando a elucidar informações importantes quanto ao tema de nossa pesquisa.

4.2 - A memória e a fotografia: desafiando a história

Para o tratamento teórico - metodológico da fotografia, recorremos às teorias de Boris Kossoy e Maria Ciavatta, que nos auxiliaram na utilização dessa fonte de pesquisa. E isto porque as discussões de Kossoy (2001) e Ciavatta (2002) vão destacar a fotografia entendida como suporte material da memória e testemunho de momentos da realidade histórica, que, entretanto, por si só, não dão sentido à realidade, sendo preciso buscar em outras referências explicações que possibilitem sua contextualização.

O uso das fotografias na dinâmica da pesquisa será incorporado como incentivo à espontaneidade das falas, estimulando a memória dos/as nosso/s informantes sobre o tema da pesquisa. As fotos poderão assim funcionar nos termos que Maria Ciavatta, citando Miriam Moreira Leite, observa:

Trata-se da construção de um sistema radial em torno das fotos, capaz de originar um grande número de associações que constituem e desdobram um acontecimento ou instituição colocando a fotografia num contexto de experiência que respeita as leis da memória (CIAVATTA, 2002, p 66).

Evocando Ecléa Bosi, sobre a discussão do papel da linguagem como instrumento socializador da memória, Maria Ciavatta destaca:

Para Ecléa Bosi o instrumento socializador da memória é a linguagem – que ‘reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual (Bosi, 1987, p.17 -18) – pode-se considerar a fotografia como um tipo de linguagem que, a o mesmo tempo, reduz a história vivida, unifica-a através do quadro espacial recortado pelo fotografo e aproxima o olhar sobre determinados aspectos da experiência cotidiana. A fotografia atua, portanto, como um instrumento socializador da memória de indivíduos, grupos e instituições (CIAVATTA, 2002, p. 66).

Ciavatta (2002) observa que a introdução de novos objetos, novos problemas e novas abordagens conceitual-metodológicas nas últimas décadas proporcionou um notável desenvolvimento da historiografia, entre elas, a utilização de fontes alternativas, como, por exemplo, a história oral e a fotografia. Em suas discussões metodológicas, Maria Ciavatta indica alguns caminhos, e destaca duas questões preponderantes. Uma é o desconhecimento do/a pesquisador/a quanto ao estudo da fotografia. E sobre essa questão afirma:

Cada vez mais, o círculo metodológico tende a empobrecer-se pelo desconhecimento dos grandes problemas epistemológicos que foram surgindo na história. Isto porque assume-se que o importante não é o sujeito que investiga, mas como ele investiga. No entanto, o pesquisador deve ser capaz de situar-se em contexto concreto para pensar o desconhecido ou para melhor recolher, sistematizar, analisar, extrair das informações um conhecimento que não estava dado (CIAVATTA, 2002, p.70).

Uma outra questão levantada pela pesquisadora refere-se à concepção fragmentada da realidade, que hoje envolve toda área do conhecimento. A partir dessas idéias outras duas alternativas, conforme Ciavatta (2002), se colocam na

construção do conhecimento. Uma busca “apreender o mundo de maneira mais direta possível, sem filtro, sem tendenciosidades, sem prejuízos”. A outra considera “necessário sempre admitir a presença de filtros, de categorias e meios de aproximação entre o espírito humano e a matéria” (CIAVATTA , 2002, p.72).

A primeira alternativa compreende “a fotografia como reflexo ou reprodução fiel da realidade” e sobre ela Maria Ciavatta comenta:

(...) nesta opção estão as concepções empírico- positivista , a busca da neutralidade, de isenção política, da objetividade do conhecimento, da suposta ausência de um sujeito ativo. Também está presente a idéia pós-moderna da desconstrução do moderno (os conceitos de progresso e de secularização, a questão do sujeito, do idealismo e do iluminismo), a visão estetizada da realidade, a primazia do significant sobre o significado, a história como estilo de narrativa, a eliminação da política. São concepções que se apóiam nos fragmentos de mundo a ser emancipado de todas as metanarrativas (CIAVATTA, 2002, p. 72).

Na segunda alternativa,

(...) a fotografia é vista nas condições de sua produção, com mediações culturais, políticas, econômicas e tecnológicas. E o objeto fotográfico, ele próprio, como memória, como documento e como monumento, é a mediação histórica, processo social complexo, síntese de múltiplas determinações .

Outro referencial importante para o estudo da fotografia como fonte histórica é formulado por Boris Kossoy (2201), que, em seus estudos sobre fotografia e memória vai tratar da fotografia como memória, destacando que a fotografia como expressão de uma segunda realidade é um documento, que traduz não só elementos estéticos da época, mas também serve como um artefato que contém registro visual, formando um conjunto multidisciplinar de informações. “Ao comparar os conteúdos fotográficos do passado com os demais documentos, a fotografia mostra no seu conteúdo o próprio passado” (KOSSOY, 2001 ,p.152). Portanto, como documento que contém registros do passado, a fotografia expressa aspectos da memória individual e coletiva, a qual é resguardada da destruição do tempo. Entretanto, apesar de a fotografia ser a “memória cristalizada” pela aparência, as informações nela contidas possuem significados importantes, principalmente para as pessoas que fizeram parte de seu contexto. Nesse sentido, as imagens fotográficas exigem um esforço do/a pesquisador/a, na perspectiva de compreendê-las no seu contexto histórico, pois a fotografia como um resíduo do passado , em seu contexto

histórico, pode revelar elementos jamais mencionados pela linguagem escrita (KOSSOY, 2001, p 154).

Por outro lado, como destaca Kossoy, nas imagens fotográficas ocorrem omissões, intencionalidades, acréscimos, manipulações de toda a ordem. O desafio do alcance da fotografia como documento, assim como sua viabilidade de interpretação, tem ligação direta com quem a pesquisa e consegue “em função da sua bagagem cultural, sensibilidade, experiência e profissional, formular-lhe perguntas adequadas e inteligentes” (KOSSOY, 2001, p. 154).

Acrescenta-se que em seus estudos no campo da fotografia como fonte de pesquisa, Maria Ciavatta chama a atenção para o processo de teorização das categorias que vão explicar a fotografia como objeto de estudo. Segundo ela, “a densidade conceitual das categorias é a primeira condição para uma análise rigorosa” (CIAVATTA, 2002, p.40). Assinalando que o segundo elemento necessário para essa categorização “são as indicações que melhor correspondam à visão teórica do objeto e os conceitos selecionados para seu estudo” (CIAVATTA, 2002, p.40).

Considerando as referências das obras de Boris Kossoy (2003) e de Maria Ciavatta (2002), destacamos como propostas importantes que foram consideradas em nossa pesquisa, com relação ao uso da fotografia: a.) analisamos as fotografias, comparando-as com as informações dos jornais, e depoimentos da Sr^a. Ondina, assim foi possível identificar as pessoas que faziam parte da Frente Negra Brasileira de Sorocaba e apresentar a Sr^a. Ondina com 9 anos, participando de uma atividade social da Frente Negra de Sorocaba; b) identificamos, através das fotografias, particularidades da Frente Negra Brasileira de Sorocaba, como, por exemplo, trabalhos sociais com crianças e o destaque das festas comemorativas, nas quais as pessoas, em trajes festivos, demonstram a grande importância desses eventos. E é das origens da Frente Negra Brasileira de Sorocaba, que tratamos a seguir.

4.3 - A Frente Negra Brasileira de Sorocaba

Vários foram os estudos sobre a Frente Negra Brasileira, como os de Pinto (1993); Guimarães (2002); Barbosa (1998). Esses estudos abordaram os mais diferentes aspectos desse relevante movimento social, porém tais estudos

concentraram sua atenção na organização da Frente Negra Brasileira, em São Paulo, capital do Estado. Nesse universo, outro estudo que merece nosso destaque é o de Regina Pahim (PAHIM, 2003,p 187), que tratou do tema da comemoração do 13 de Maio, pela Frente Negra Brasileira de São Paulo, capital.

A presente pesquisa é realizada levando em consideração a Frente Negra Brasileira de Sorocaba. Acreditamos que os estudos, ao ultrapassarem a capital de São Paulo, possibilitam uma síntese mais satisfatória sobre esse movimento, para formular um quadro que considere novos aspectos sobre a Frente Negra Brasileira no Brasil.

Como em geral acontece com a maioria dos trabalhos de investigação, este também não se desenvolveu linearmente, mas sofreu transformações e reformulações, em razão do conhecimento empírico e do aprofundamento teórico que fomos adquirindo no decorrer da pesquisa .

No início de nossa pesquisa, pretendíamos investigar o espaço temporal de 1930 a 1950, encontrando em jornais ³ referências sobre o 13 de Maio desse período, no entanto questões metodológicas vinculadas ao tratamento do material redirecionaram o recorte do tema para a década de 1930. Assim, à medida que fomos tomando contato com o material empírico, na pesquisa de campo, deparamos com importantes informações sobre a atuação da Frente Negra Brasileira de Sorocaba, as quais requereram de nós um aprofundamento teórico, que considerasse as especificidades desse movimento, em relação à cidade de Sorocaba.

Os depoimentos e materiais encontrados, revelaram a importância da história desse movimento em Sorocaba, na década de 1930, história esta que merece ser registrada , sob a pena de estarmos sempre excluindo uma parte importante da formação da cidade de Sorocaba, e conseqüentemente do Brasil.

No entanto, mesmo no sentido da preservação da sua memória, a proposta aqui apresentada não pretende realizar um estudo detalhado sobre a Frente Negra Brasileira, mas de trazer para a discussão e conhecimento aspectos específicos desse movimento, considerados importantes pelos seus militantes, aqui representados na pessoa da Sr^a. Ondina Seabra. Sabemos também da existência de

³ *Cruzeiro do Sul* , nº. 7006, 12 de maio de 1930; *Correio de Sorocaba*, nº. 790, 12 de maio de 1930; *O Repórter*, nº. 26 , 15 de maio 1932; *Correio de Sorocaba*, nº. 1223, 14 de maio de 1936; *O Gremio Varhagem*, nº. 36, 2^a quinzena de abril de 1938; *Cruzeiro do Sul*, 12 de maio 1940 nº. 9843, *A Folha de Sorocaba*, nº. 54, 13 de maio 1940; *Cruzeiro do Sul*, nº. 13063, 12 de maio 1950.

outras pessoas que fizeram parte da Frente Negra Brasileira de Sorocaba, mas aqui nos defrontamos com limites temporais e institucionais postos pelo vínculo desta dissertação no Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba.

Nesta pesquisa, aborda-se a comemoração do 13 de Maio pela Frente Negra Brasileira de Sorocaba e instituições escolares, destacando-se, principalmente, as pessoas que fizeram parte da construção dessa memória histórica .

No caso do recorte dado na nossa pesquisa, a comemoração do 13 de Maio, no espaço escolar e na Frente Negra Brasileira de Sorocaba, buscamos problematizar, entre outros aspectos, a tendência da historiografia brasileira em trabalhar essa temática, relegando a um segundo plano, ou até mesmo não considerando a população negra como sujeito de sua libertação e de sua história.

Ressaltamos que a pesquisa procura trazer elementos relevantes para a reconstituição da história de Sorocaba e do Brasil , mas, de modo algum, esgotar o tema. O ideal seria que outros/as pesquisadores/as continuem buscando novas perspectivas e interpretações para uma temática tão importante que elucida questões sobre o 13 de Maio no Brasil. Trata-se de uma reflexão que considera que a abolição dos escravos não ocorreu somente pelas pressões internacionais ou pelo movimento dos abolicionistas urbanos, mas, sobretudo, devido à pressão de um movimento insurrecional negro abrangente. Pretende-se também discernir as várias maneiras de apropriação da história da abolição, a sua ideologia e como tais apropriações interferem na comemoração do 13 de Maio, no espaço escolar e no movimento Frente Negra de Sorocaba.

Encontramos em jornais importantes da época referências à Frente Negra Brasileira de Sorocaba, algumas destacando como era organizado o 13 de Maio, referindo-se, inclusive, às pessoas que faziam parte da diretoria da entidade.

Jornal : Cruzeiro do Sul – Diário da Tarde – nº. 7006

Sorocaba (E. S. S.Paulo) – Segunda feira, 12 de maio de 1930

“13 de maio.

Em todo o paiz passa-se sob a festa o dia de amanhã, que relembra a reabilitação da raça negra, mercê da lei que declarava livre , no Brasil. Em Sorocaba esse acontecimento historico será novamente festejado, congregando-se todos os pretos para a condigna celebração da grande conquista. Encarregam-se dessa commemoração os Srs. Salerno das Neves, Ramiro Parreira , Euclides Madureira, Antônio Santos, Olympio Castelo Alves, Roque Monteiro, Josué Prestes, Abílio Madureira, Isaltino de Arruda , Benedicto de Andadre e Benedicto Franscisco Soares, que fizeram o seguinte programma : hoje á noite, grande baile no S. Paphael, amanhã: alvorada de musica, pela S. Cecília, e salva ; ás 8, serviço religioso na igreja

de S. Antônio, por alma dos cruzados da abolição; á tarde, passeata cívica, cumprimentando-se imprensa, associações e clubes. Aos oradores pretos de Sorocaba deve juntar-se um da capital.

O jazz band flores tocará no baile.

O “Cruzeiro” é agradecido pelo attencioso convite que lhe foi remettido”.

Jornal : O Repórter

Órgão da Mocidade Sorocaba

Anno I – Sorocaba, 15 de maio 1932 – nº. 26 – p. 2

“Frente Negra Brasileira

Parte integrante como é de nossa raça o negro, o brasileiro mentiria as suas tradições si o aferrolhasse no torniquete dos preconceitos de cor.

A raça negra encontra, sob o pallio das leis, a protecção e o apoio que nossa pátria só e conceder a todos que trabalham pelo seu engrandecimento.

Mesmo assim , não deixam de haver factos que venham depor contra os nossos hábitos democráticos.

Até há bem pouco era vedado o ingresso do negro ás escolas superiores. Não porque em depositivo legal tal permitisse, mas porque infelizmente alguns espírito tacanhos apresentavam toda a sorte de difficuldades.

Quase sempre preterido nos cargos electivos, nas repartições publicas no magistério, em todas as manifestações da actividade humana que exija representação social, o homem de cor acabaria por se tornar justamente um revoltado , si não foram altíssimas energias de que foi dotado.

Foi pois para reunir e concretisar taes energias, que se fundou a Frente Negra Brasileira.

Seus fins são bem claros: ocorrer em toda parte que se torne mister auxiliar um filiado , amparando-o material e moralmente ; desenvolver o espírito de união e concórdia, mostrar em suma as altas possibilidades duma raça que já tem dado ao Brasil filhos illustres que muito o orgulham.

A Frente Negra Brasileira tem fins altamente patrióticos. Fundando escolas , promovendo sessões cívicas e patrocinado medidas de igual valor intellectual , visando assim concorrer para o erguimento de nosso nivel cultural.

Em Sorocaba a Frente Negra Brasileira despertou o maior enthusiamo, contando já com 420 associados.

E aqui a sede duma Delegação Especial, cuja directoria está assim constituída:

Delegatario Especial , sr. Olympio Moreira da Silva; Delegatario , sr. Benecdito Andrade Nascimento ; Secretario , sr. Benedicto Andrade; Thesoureiro, sr. Alfredo Monteiro; Orador , sr. Olympio Castelão Alves; Presidente do conselho, sr. Salerno das Neves; Vice-dito, sr. Lucidio de Almeida , Membros do Grande conselho; Benedicto Dias Assumpção , Benecdito Barbosa, Anquilino Aarão Setúbal, João Evangelista, Virgilio Lopes, Isaltino de Arruda, Laerte Cearense, Benecdito Wenceslau M. , Luiz Corrêa de Moraes, Mariano Sant’Anna, Luiz de Barros, Leontino, Luiz Lopes e Dino Mascarenhas.

A sede provisória da Delegação Negra de Sorocaba é a rua Santa Clara 175.

Iremos gradativamente dando publicidade aos actos da Delegação, bem como expondo as suas finalidades, que são em these grandiosas por visarem o bem estar individual e colletivo de uma raça”.

Jornal: Correio de Sorocaba – nº. 1223 – Ano XIII

Data: 14 de maio de 1936

Director: Carlos Correia

Orgam independente

Publica-se as quintas feiras e aos domingos.

13 de Maio

Commemorou-se em todo o paiz a data da abolição da escravidão, sempre grata aos brasileiros e principalmente a raça negra, pela brilhante campanha de justiça que symbolisa.

13 de Maio relembra uma das mais grandiosas cruzadas cívicas de nossa História, e embora lhe hajam tirado o feriado, será sempre commerado pelos nosso povo como uma das mais esplendidas ephemerides nacionaes. Luiz Gama, José do Patrocínio, e outros tantos illustres batalhadores entre os quaes se destaca a figura impressionante de Castro Alves, são nesse dia religiosamente evocados pela alma brasileira.

Jornal: Correio de Sorocaba. Anno VII – Propriedade de Antunnes Correia & Cia. Redação: Rua Ubaldino Amaral, II

Data: 12 de Maio de 1930

Redactor: Carlos de Correia

Gerente: Luiz A. Almeida

“Treze de Maio é a data que invoca a nobreza dos vultos do 2.^o Império: Rio Branco, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, João Alfredo, Gama, Patrocínio e tantos e tantos outros homens de uma envergadura cívica que ainda serve de modelo as gerações praticias. A cruzada abolicionista não representa apenas a liberdade da raça negra. Mais do que isso – já não pouco – significa a salvação do nome brasileiro, até então maculado, dentro da refulgência de suas muitas glórias, pelo negrume de uma instituição abominável, a escravatura, numa época em que nenhum paiz do mundo tolerava a opressão das raças estacionarias, antes lutavam todos por chamal-as á luz da civilização, guiando-as sob lemmas liberaes para incorporal-as á parte livre da humanidade, num amplo movimento de fraternidade universal.

O Brasil foi o ultimo paiz a dar o passo nesse ramo, fazendo-o tardiamente, é certo, mas ainda a tempo de bater aos humbraes do século XX, alliviado da carga immensa e triste que lhe curvava a cerviz.

A victoria moral foi efeitos salutaes e, pelo lado economico, só vantagens trouxe a abolição franqueando o paiz ao forasteiro que desejasse adoptal-o como segunda pátria.

A data, pois, é de uma significação bem grande para o povo nacional. Representa o passo de que resultaram novos avanços entre elles a mudança do regime, com o nosso paiz entrou, definitivamente, para o concerto dos povos, eminentemente progressistas.

As datas históricas proeminentes já têm, em todo o Brasil, o condão de accender enthusiasmo no peito de nossa gente.

Sahimos da fase de apathia cívica com que friamente relembamos as ephemerides máxima da Pátria.

Desde que Bilac inflamou o coração da mocidade, apontando-lhe o caminho do patriotismo verdadeiro, praticado na escola e na caserna, nossa terra como que resurgiu das cinzas de suas glórias, entre as quaes modornava o nosso valor cívico.

O Brasil reergueu-se, educou-se melhor, lembrou com mais carinho factos e vultos históricos, comprenetrou-se melhor, de seus deveres de nacionalismo, e hoje com vibrações mais vehemente, sabe que a

commemoraçõe dos feitos que nos engrandecem é tambem um dos meios efficientes de construir a grandeza desta terra de opulências inegalaveis”.

Jornal : O Grêmio – nº. 36 – Ano VII

Sorocaba, 2ª quinzena de Abril de 1938

Orgão Oficial do “Gremio Vanhagem”

Filiado ás Associações Sorocaba, Paulista e Brasileira de Imprensa. (Ginásio Estadual e Escola Normal Livre)

Diretor Gerente Claudio C. Malanconi

Redator Chefe – Hylario Correa – nº. 36 – Ano VII

“13 de Maio

O Gremio Varhagem, em cumprimento ao seu programa civico, reafirmado na plataforma que o presidente Moreira apresentou por ocasião das eleições deseja participar intensamente dos festejos commemorativos de 13 de Maio.

Da parte que nos toca, faremos circular nesse dia um número especial de “O Gremio” e para o qual desde já chamamos a atenção dos nossos colaboradores e anunciantes.

13 de Maio 1888.

Assinatura da Lei Aurea .13 de Maio 1938.

Numero especial do “Gremio”.

A possível riqueza do material apresentado como registro da memória institucionalizada desloca-se para a presença de outra feição da memória, a memória de Dona Ondina Seabra.

4.4 - Produzindo a memória: a presença de dona Ondina

Na pesquisa o depoimento da Sr^a Ondina Seabra assume um caráter importante juntamente com outras fontes. Para a obtenção dos depoimentos, utilizamos-nos da técnica de entrevistas gravadas por entendermos ser a entrevista acompanhada do gravador uma técnica de pesquisa que permite registrar com maior consistência os diálogos dos/as informantes ou diálogo entre informante e pesquisador/a.

Procuramos apreender, através do registro da memória da Sr^a. Ondina, dois espaços históricos, constituídos na década de 1930: a instituição escolar, espaço em que atuou como estudante e professora; e o espaço da sociedade civil representado pela Frente Negra Brasileira de Sorocaba, da qual foi participante.

Alguns pressupostos foram observados por nós quanto ao tratamento das fontes. No trato da memória oral , utilizamos as referências de Ecléa Bosi (2003 e 2004), pois na nossa pesquisa o sujeito é uma pessoa de 83 anos de idade, e a

referida autora desenvolveu sua pesquisa voltada para a abordagem de pessoas idosas. As obras de Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos* e *O tempo vivo da memória*, revelam as possibilidades de trabalhar em pesquisa recorrendo à memória como um recurso metodológico de grande valia. Nos seus estudos, a referida autora incorpora o ato de lembrar como importante nos trabalhos científicos, em que o estudioso da memória geralmente entrevista idosos dos quais se espera um rico testemunho de outras épocas.

Evidentemente, este é um dos aspectos de nosso interesse pelas contribuições de Bosi. Outro aspecto que merece destaque é que a referida autora nos alertou que o/a pesquisador/a ao entrevistar uma pessoa idosa, deve relacionar-se com respeito, sem a arrogância acadêmica de quem sabe tudo, preservando a sensibilidade no trato, procurando ouvir com atenção e com paciência, respeitando o tempo da memória, relevando que o ato de lembrar é um constante vai e vem de informações, composta de silêncios que devem ser entendidos pelo/a pesquisador/a. Assim, nas considerações sobre as relações entre pesquisador e sujeito da pesquisa, observa:

Insisto na formação do pesquisador que vai entrevistar o idoso. Quando a narrativa é hesitante, cheia de silêncios, ele não deve ter pressa de fazer interpretação ideológica do que escutou, ou preencher as pausas. Ao silêncio do velho seria bom que correspondesse o silêncio do pesquisador. Aprendizagem difícil porque vivemos num moinho de palavras e citações que se apóiam comodamente no discurso ideológico (BOSI, 2004, p.64-65).

Um outro aspecto importante é ter sempre em mente que as pessoas não são obrigadas a realizar a pesquisa com você, a autonomia do sujeito da pesquisa deve ser preservada, todas as questões éticas da pesquisa devem ser observadas. É preciso informar e solicitar autorização quanto aos resultados da entrevista. Muitas vezes os/as pesquisadores/as fazem a entrevista e desaparecem, sem ao menos agradecer as pessoas que contribuíram para a pesquisa com seus depoimentos.

4.5 – Resgatando a memória da presença de dona Ondina

Antes de registrarmos os depoimentos e as interpretações colhidas no trabalho de resgate da memória que realizamos junto à dona Ondina, decidimos

apresentar alguns aspectos que caracterizam sua vida, na busca de aprofundar parte de nossa gratidão pela sua contribuição na elaboração desta dissertação.

4.5.1 - Identificação e infância

Ondina Seabra nasceu em Sorocaba/SP, no dia 01 de julho de 1921; é filha de João Seabra e Martha Vianna Seabra, que tiveram além dela mais três filhas/o: Osvaldina, Seabra, 87 anos, Maria das Dores Porto (falecida) e Euclides Seabra (falecido). À época, a família morava na Rua Boa Vista de Baixo, hoje Senador Feijó, no bairro Lageado. Atualmente Ondina mora na Rua Rocha Pomba 447, Sorocaba.

Segundo ela, sua mãe queria, para a filha, uma vida diferente da que conhecia e exercia muito bem: cozinhar, lavar, passar roupa, etc., isto porque, apesar das dificuldades enfrentadas e compartilhadas com suas irmãs, com as quais morava, sabia que o caminho a percorrer não era dos mais fáceis, em tudo e por tudo; mas, se a filha queria estudar, fazia todo o sacrifício necessário para que isso ocorresse. Assim sendo, em nenhum momento a sua mãe perdeu a esperança e a certeza de que poderia proporcionar à filha um futuro melhor que o presente em que vivia. E Ondina vivia feliz: as brincadeiras com as vizinhas da rua Boa Vista de Baixo, hoje Senador Feijó, eram brincadeiras de roda, de futebol com o irmão e amigas, e todas as demais brincadeiras normais da infância de então, que prescindiam de brinquedos industrializados: pula-corda, cabra-cega, etc. faziam parte da vida daquele grupo de crianças que, Ondina reconhece hoje, era, sobretudo, feliz. A menina ainda acompanhava a tia quando esta ia lavar roupas, às margens do rio Sorocaba; também freqüentava, constantemente, as festas da Frente Negra Brasileira, onde tomava parte em peças teatrais, ensaiadas por Izolina e Maria Dias. Porém, a infância, depois de algum tempo, também exige seu tanto de responsabilidade; assim sendo, o ano de 1928 viu Ondina com sete anos, época em que foi levada à escola - o Grupo Escolar "Antonio Padilha" - pelas mãos do amigo Benedito Andrade, apelidado "Bidito Congo", talvez por ter dançado constantemente como conguinho, nas festas de 13 de Maio. A escola em que Ondina cursou todo o primário já se localizava, como ainda hoje, na Rua Cesário Mota, Centro, Sorocaba, e tinha por diretor o Prof. Aristides de Campos, já falecido.

4.5.2 - Ondina: a aluna

Sua primeira professora foi a Sr^a. Pedrina Barbosa, que alfabetizava pelo método analítico sintético, fazendo a iniciação matemática com palitos de sorvete; era também catequista da Catedral, preparando seus alunos para a primeira comunhão.

A metodologia de alfabetização era assim desenvolvida: a sentença, escrita na lousa com giz de cor, tinha a sílaba a ser estudada destacada em cor diferente; por exemplo: em a pata nada, destacava-se a sílaba pa, para estudo, e somente quando a sílaba se tornasse reconhecível pelos alunos, após ser alternada em combinações diferentes, passava-se para outras sílabas, formando novas palavras; assim, iam os alfabetizando caminhando por diversas sílabas, palavras e sentenças, até chegar ao Livro Intermediário e, depois, ao 1^o Livro.

Cópias das lições estudadas eram obrigatórias, de tal forma que o ensino da escrita acompanhava o desenvolvimento da leitura.

É importante citar: ao lado da leitura e da escrita, a caligrafia também sofria vigilância constante; assim sendo, a melhoria da letra se tornava obrigatória, tornando-a bonita e legível.

A iniciação à matemática utilizava palitos de sorvete, com os quais o cálculo se materializava na mão dos alunos; na lousa, novamente o giz com cores variadas, auxiliando a fixação das diversas modalidades de cálculo.

Existia, no grupo escolar, um objeto de madeira, retangular, com hastes presas nos dois lados; nestas hastes, eram colocadas bolinhas de madeira, que os alunos separavam com um ponteiro, conforme o pedido da professora: era esse o começo da tabuada, tão importante para os cálculos.

Quanto à geografia, história, ciências em geral, eram ministradas com o mesmo carinho e, sempre que possível, em contato com a natureza.

Todo o primário foi cursado no "Antonio Padilha"; a professora do 2^o ano, Sr^a. Antoninha Padilha, já era idosa à época: logo no início das aulas aposentou-se. Conseqüentemente, grande parte desse ano valeu-se de substitutas; o 3^o ano foi ministrado pela Sr^a. Jorgina Amaral Arruda; o 4^o, pela Sr^a Irene Tienghi, que muita recordação deixou: como Ondina fazia parte do Orfeão Escolar e do teatrinho, nas festas de fim de ano participava, na casa dela, de comemorações consideradas muito gostosas e animadas pela criançada.

Depois do Grupo Escolar, Ondina freqüentou, durante as férias, o complemento para ingresso ao Ginásio – hoje, segunda fase do primeiro grau - que exigia, à época, exame de admissão; o professor deste Preparatório foi Renato Sêneca de Sá Fleury, professor de psicologia do Curso Normal e autor de diversos livros.

Foi aprovada, e o curso teria a duração de cinco anos.

Lembra-se ela, vivamente, do sacrifício exigido para cursar o ginásio: a mensalidade, na ocasião, era bastante pesada para o pequeno orçamento de 30.000\$000 (trinta mil réis) recebidos por sua mãe, então cozinheira da professora do Amaral Rogich, que muito insistiu para que Ondina permanecesse na escola; tanto assim que assumiu, diversas vezes, tal custo, mandando que seu filho Plínio – hoje médico aposentado e grande amigo da família – efetuasse o pagamento da mensalidade.

Vencido o ginásio, foi aprovada para a Escola Normal Municipal, com duração de dois anos; ali, foi ajudada pelo diretor da Escola Normal, professor Antonio Miguel Pereira Jr., já falecido e, hoje, nome de escola nesta cidade: segundo ela, foi esse professor que conseguiu que ela cursasse o Normal gratuitamente.

A seguir, Ondina cursou, por dois anos, Administração Escolar, no Instituto de Educação Dr. Júlio Prestes de Albuquerque.

Ela deixa patente que a educação escolar da Sorocaba de seu tempo era muito limitada: para estudar qualquer coisa além do magistério, era preciso sair da cidade, o que não era nada fácil.

Também anota que, além do trabalho em fábricas - já que Sorocaba era essencialmente industrial, de tal forma que era apelidada, à época, de "Manchester Paulista" – somente havia serviço em lojas e casas particulares; nada mais.

4.5.3 - Preparação para ser professora

Uma vez cursados Normal e Administração Escolar, Ondina viu-se quase pronta para ministrar aulas. Porém, já à época era exigido estágio como complemento efetivo da teoria explicada em sala de aula. Para tanto, havia a inscrição em grupos escolares, como substituta, onde os estagiários ficavam em

classe com os professores, como assistentes ou, ainda, como responsáveis pelas classes, quando os titulares faltavam.

Todo o estágio era valorado, somando pontos que eram utilizados para contagem em concurso de ingresso ao magistério, tanto municipal quanto estadual – era o concurso chamado de Pontos e Títulos: títulos eram os certificados adquiridos por frequência a cursos oferecidos pelo governo estadual.

Em sua preparação, Ondina cursou as seguintes matérias ministradas pelos professores correspondentes: psicologia: professor Renato S. de Sá Fleury; pedagogia: professor Renato S. de Sá Fleury; prática de ensino: professora Zilah Carvalho; sociologia: professor Jorge Betti; biologia: professor Roskild Andrade; educação física: professora Guiomar Novaes; trabalhos manuais: professora Maria das Graças e música Maria Padilha.

4.5.4 -A prática docente

A carreira docente de Ondina tem a seguinte trajetória: Escola Mista Bairro da Ressaca, em Ibiúna, como estagiária; Escola Mista Municipal de Salto de Pirapora, 2º estágio; Escola Mista Municipal de Ipanema do Meio, em Lopes de Oliveira; Escola Estadual do Bairro Tecaundá, em Martinópolis – ingresso por pontos; Escola Mista do Bairro Sta. Helena, em Votorantim; Grupo Escolar de Sta. Helena, hoje G. E. "Afonso Vergueiro"; Grupo Escolar de Vila Progresso, hoje "Prof. Enéas Proença de Arruda"; Grupo Escolar "Com. Pereira Ignácio", em Votorantim.

A seguir, foi removida, como auxiliar, para a Delegacia Regional de Ensino de Sorocaba; depois, para a IV Divisão Regional de Sorocaba, como encarregada do Setor de Compras. Aposentou-se em 1980.

A seguir, descrevemos e registramos os vários depoimentos concedidos por Dona Ondina.

4.6 - Dos encontros e das entrevistas

Observamos que, no primeiro encontro com Dona Ondina, o quanto é importante o/a pesquisador/a estar preparado(a) para esse desafio, pois a pessoa entrevistada deve ser respeitada no seu tempo, na sua autonomia.

Antes do encontro com a depoente, foi necessário obter informações sobre alguns dos procedimentos que envolvem a realização da entrevista. Nesse sentido, foram válidas as sugestões de Ecléa Bosi, acerca das atitudes a serem tomadas por um (a) pesquisador/a na pesquisa. Ter tido acesso às proposições e sugestões dessa autora citada, possibilitou o entendimento de como agir com ética, respeitando a pessoa como sujeito social e histórico e, a partir daí, iniciar as entrevistas, que foram planejadas mas que, em alguns momentos, tiveram de ser redefinidas, respeitando os compromissos da pessoa entrevistada. Isto porque, insistimos, a pesquisa envolve responsabilidade para com a outra pessoa, nascendo talvez dessa relação um vínculo de amizade que perdura para sempre. E salientando que da qualidade do vínculo vai depender a qualidade da entrevista. Assim, Bosi afirma que “senão for assim, a entrevista teria algo semelhante ao fenômeno da mais-valia, uma apropriação indébita do tempo e do fôlego do outro” (BOSI, 2004: p. 60-61)

Foram realizadas com a Sr^a. Ondina Seabra quatro entrevistas, no período de Novembro de 2004 a abril de 2005.

A **primeira** entrevista foi realizada em 22 de maio de 2004, e tinha como objetivo conhecer um pouco da vida da Sr^a. Ondina. Ao telefonar-lhe, relatei sobre nossa proposta: tratar-se-ia do registro de memórias, destacando as vivências dela no ambiente escolar, como aluna e professora. Consideramos esse caminho porque possibilitaria conhecer questões envolvendo as instituições escolares, na década de 1930. Além disso, em conversa bastante informal, ficamos sabendo da militância de sua família na Frente Negra Brasileira de Sorocaba. Nesse primeiro encontro, a Sr^a. Ondina preferiu se expressar por escrito e essa sua escrita foi por nós citada anteriormente, quando buscamos apresentar alguns aspectos que revelam a existência de dona Ondina, mulher negra, professora e militante. Retomamos aqui, sumariamente, alguns desses dados, para relembrar que dona Ondina Seabra nasceu em Sorocaba SP, no dia 01 de julho de 1921; que é filha de João Seabra e Martha Vianna Seabra, que tiveram além dela mais três filhas/o; Osvaldina, Seabra, 87 anos, Maria das Dores Porto (falecida) e Euclides Seabra (falecido), e que na época, a família morava na Rua Boa Vista de Baixo, hoje Senador Feijó, no bairro Lageado. Segundo ela, sua mãe queria, para a filha, uma vida diferente da que conhecia e exercia muito bem: cozinhar, lavar, passar roupa, etc., porque, apesar das dificuldades enfrentadas e compartilhadas com suas irmãs, com as quais

morava, sabia que o caminho a percorrer não era dos mais fáceis, em tudo e por tudo; mas, se a filha quisesse estudar, faria todo o sacrifício necessário para que isso ocorresse.

Podemos perceber, nas memórias da Sr^a. Ondina, a ênfase no sacrifício que a mãe fez para que ela estudasse. Esta informação se torna muito importante, pois aqui dona Ondina relata que foi a única das filhas que freqüentou a Escola Normal, segundo ela a mãe teve que escolher quem iria estudar, pois não podia oferecer condições de estudo a todos os filhos(as), que tinham que trabalhar; destacando, além dessas dificuldades, que o ensino primário municipal era pago.

Ela relata que ainda menina acompanhava a tia quando esta ia lavar roupas, às margens do rio Sorocaba; e que também freqüentava, constantemente, as festas da Frente Negra Brasileira, onde tomava parte em peças teatrais, ensaiadas por Izolina e Maria Dias. Relembra que com 7 anos começou a estudar no Grupo Escolar "Antônio Padilha", tendo sido levada pelas mãos de Benedito Andrade, apelidado "Bidito Congo", um dos diretores da Frente Negra Brasileira de Sorocaba.

A Sr^a. dona Ondina mostra uma foto em que ela aparece com sua amiga Filomena. Esta foto é do tempo em que elas fizeram o ginásio. Conta que eram as únicas negras e que, infelizmente, só ela conseguiu completar o ginásio. Recorda-se também de ser a única negra da sua turma a cursar a Escola Normal e a trabalhar na Delegacia de Ensino de Sorocaba. Ela procura entre suas memórias guardadas a fotografia que confirmam o relato.



Fotografia da Foto Hoffmann 1933, Ondina Seabra (esquerda) com onze anos de idade no primeiro ano de ginásio, com uma amiga Joana Filomena do Nascimento (falecida) .

Os relatos de infância da Sr^a. Ondina são significativos como narrativas que buscam delinear o conjunto de relações estabelecidas com o grupo étnico negro e a educação, nesse sentido os relatos ultrapassam o caráter individual e se inserem como expressão de um processo coletivo. Ou seja, no depoimento da Sr^a. Ondina Seabra, compreende-se não apenas a memória social, definida por Ecléa Bosi (2003), quando a memória de pessoas idosas exerce a função social não só de recuperar no presente aspectos que foram e são relevantes para o desenvolvimento da sociedade, mas também esse ato “recupera /.../ a memória coletiva definida por Halbwachs, e conceituada por Le Goff” (BERNARDES, 1998, p.65). Nesse contexto, Bernardes escreve que “para Le Goff , a memória étnica refere-se à memória coletiva do grupo” (BERNARDES , 1998, p. 65).

Nas memórias da Sr^a. Ondina, encontraremos aspectos que relacionam sua vivência com o grupo social e, mais do que isso, recuperam as relações conflituosas da vivência de um grupo em uma sociedade onde as escolas eram pagas, o que excluía a população negra da educação. São memórias permeadas de sentimentos constitutivos da subjetividade e guardados com todo afeto.

Teresinha Bernardes (1998), referenciada em Halbwachs, indica que os sentimentos experimentados que também são guardados zelosamente, no ato de lembrar, vêm à tona, assim as subjetividades emergem, trazendo significados mais interpretativos aos fatos objetivos. Reafirmamos que nas memórias da Sr^a. Ondina é possível perceber claramente a denúncia histórica em que a população negra está excluída da educação, onde em Sorocaba o ensino é pago. Aqui é travada uma batalha ideológica, na qual a memória de uma pessoa serve de mediação para desvendar uma história repleta de sutilezas e silêncios ideologicamente construídos.

Nesse sentido é importante refletir que ao longo da história trava-se uma batalha ideológica entre a classe dominante e a classe dominada, no que se refere ao registro e preservação da memória. Esse aspecto das mediações entre história e memória é abordado por Teresinha Bernardo referindo às teorias de Michel Pollak. “As memórias subterrâneas prosseguem o seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível, aflorando momentos de crise, em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK *apud* BERNARDO, 1989, p.4).

Essas lembranças que fazem parte da memória subterrânea às vezes transparecem como proibidas, indizíveis, vergonhosas e por meio de silêncio são zelosamente guardadas em estruturas de comunicações informais e passam despercebidas pela sociedade englobante (BERNARDO 1989, p. 8).

E acrescenta:

A análise da memória a partir da contribuição teórica de Pollak permite que os significados dos silêncios, dos não ditos, dos conflitos, dos sentimentos de vergonha, dos constrangimentos sejam interpretados, desnudando relações sociais e por que não dizer do poder, nas quais as discriminações estão embutidas, iluminando inclusive a identidade do discriminado (Bernardo, 1998, p.34).

É possível perceber no tom de voz, na ênfase da fala que o momento da entrevista torna-se um momento de denúncia e indignação, percebemos o quanto a Sr^a. Ondina tem consciência de que é preciso registrar as condições da população

negra e a educação, por várias vezes ela repete: “eu era a única negra da sala, eu era a única negra a trabalhar na Delegacia de Ensino.”

A **segunda** entrevista foi realizada no dia 29 de novembro 2004 . No dia anterior à entrevista, ligamos confirmando horário. Ao chegar na residência da Sr^a. Ondina, ela estava de saída para cumprir compromissos em agência bancária da cidade. Prontamente lhe ofereci companhia; durante o percurso para chegar ao banco, onde ela tem sua conta, a Sr^a. Ondina começou a relatar como era a cidade de Sorocaba, anos atrás. Naquele momento perguntei a ela se eu poderia gravar a conversa. O resultado foi um documentário memorial da cidade de Sorocaba, na perspectiva da população negra. E aqui não possa negar a emoção que nos envolveu durante essa entrevista. Os depoimentos, colhidos informalmente, trouxeram fragmentos à memória da Sr^a. Ondina , que ao andar por lugares conhecidos afloraram suas lembranças que trouxeram informações que, em uma situação formal de pesquisa, seriam difíceis de se obter. Compartilhamos com ela, a seguir, essa entrevista.

Sr^a. Ondina:... Câmara Municipal. Logo ali na esquina, onde é a casa do Jorge Galvão, que ainda ele mora aí nessa casa grande, hoje pertence à Cúria. Do outro lado era a Guarda Civil, era a sede da Guarda Civil. Na esquina onde hoje é o “Central Parque”, uma livraria, era um buteco do Alceu...era o dono do barzinho e o boteco que nós dizíamos. Onde encontravam ali toda turma de Sorocaba que iam tomar seu aperitivo. Eu me lembro que pequenininha eu ia buscar o meu padrinho Antonio de medo que os soldados prendessem, porque eu achava que ele vinha pendendo do bar e que os soldados podiam pegá-lo. Então eu vinha todo dia buscá-lo. E comigo ele vinha, senão com outras pessoas ele não aceitava o conselho de vim embora pra casa.

E ali ficavam então os pretos velhos que trabalhavam na água aqui em Sorocaba, que fez todo esse encanamento velho que tem aqui embaixo desse asfalto. Era o velho Olimpio e o velho Anselmo, eram os dois pretos que faziam esse serviço aqui em Sorocaba. E que conheciam todo o mecanismo da instalação de água. E assim era essa nossa velha Sorocaba. O correio veio logo depois.

Então em 1987, nós viemos aqui, no dia 25 de dezembro, o Jorge Narciso de Matos, o meu grande filho, o meu dileto filho, veio descerrar essa placa em que lembrava os últimos 460 escravos que ainda existiam na cidade de Sorocaba. Esses eram os remanescentes dos escravos daqui, que mesmo com a abolição da escravatura, eles continuavam com seus donos, porque gostavam ou porque não tinham aonde ir. Não havia uma opção, ou ficavam ali ou ficavam pela rua perambulando dia e noite sem comer, sem nada. Como não queriam pedir, continuavam trabalhando para os antigos donos. Esses foram os últimos lançamentos que nós fizemos aqui em Sorocaba.

Descendo aqui a rua São Bento, tem onde hoje é a Drogeria São Paulo, era também a farmácia. Farmácia Baiarde Nóbrega. Ali se juntavam os grandes de Sorocaba. Logo depois era o Cine São José, o cinema da terra, que hoje são umas lojas, tudo diferente. E nem existe mais esse cinema, que era do Nhonhô Pires.

Ao descer aqui a rua São Bento, na esquina já existia o Clube União Recreativo e o Gabinete de Leitura. Hoje ainda continua sendo Gabinete de Leitura no prédio reformado, porque era uma casa velha. Logo adiante é o Clube União Recreativo, onde os estudantes, a moçada toda se juntava toda noite para dar voltas nessa praça. Que tinha banda, tinha flores, tinha árvores, era uma praça muito bonita e muito gostosa, e muito cheia de saudades.

Logo abaixo vem o Sorocaba Clube, que era outro grande clube de Sorocaba. Hoje está meio decadente, mas a fina flor, a elite da cidade, aí se encontrava. Do outro lado, onde existe um grande prédio e hoje é a casa Tati, era o clube dos italianos. Era um clube muito bonito, onde o que mais nos achavam...risos...

(encontra com um casal de amigos e comenta sobre a entrevista)

A gente está falando sobre Sorocaba antiga, eu estava contando que era o círculo italiano.

Amigos: José Pesquetini era o presidente.

Sr^a Ondina: Logo perto da Catedral...

Amigos: E o que nós sabemos dessa terra! (risos)

Sr^a Ondina: Dessa linda terra, não é verdade? (se despedem).

Seria então o círculo italiano, era uma casa muito grande, muito bonita, onde para nossa admiração, tinha embaixo no jardim a estatua de um cachorro, que gostaria de saber onde anda esse cachorro. Porque metia até medo na criançada aquele cachorro ali no jardim, sem saber que era uma estátua.

Bem no centro da praça existia uma estátua que era de Dr. Braguinha, tiraram também daqui hoje. Ele era o grande patrono da cidade, um grande político que Sorocaba reverencia até hoje.

A Catedral. A Catedral sempre foi assim majestosa, bonita, cheia de saudade, que lembra uma porção de coisas. O catecismo que nós tínhamos aí, as orações que nós íamos fazer com nossas mães, que sentavam aqui na praça que tinha uma parte mais alta do jardim. Ali ficavam sentadas e a criançada toda em volta brincando. Faziam-se tablados para as grandes festas da igreja. A festa do Divino, a festa de Nossa Senhora Aparecida, todas essas festas sempre terminavam em baile, aonde eu me lembro perfeitamente que ficava sentado, olhando todo mundo dançar, era o saudoso Quinzinho de Barros. Era o pai do grande prefeito nosso Emerenciano Prestes de Barros.

Fátima (entrevistadora) : que ano era mais ou menos?

Sr^a Ondina: Isso eu já estava no grupo escolar, devia ter uns 7, 8 anos ... faz muito tempo. Mas essa era a nossa praça, mas era uma praça muito gostosa de se estar. Hoje ainda tem alguns bancos em que as pessoas podem ficar a sua sombra, mas antigamente ela era mais acolhedora. Ou então, nós achávamos por ser o nosso tempo de criança, nós gostávamos de coisas diferentes. Quando estava no ginásio, nós vínhamos sentar aqui nos bancos da praça antes de ir para escola. E tínhamos sorveterias onde hoje tem bancos, o Banco Safra tudo, era sorveterias em que nós ficávamos ali tempo, sempre faltando das primeiras aulas e o nosso diretor vinha nos buscar, porque sabia que nós estávamos ali. E esse diretor todo mundo conheceu e conhece. Era Mascarenhas, esse que era o nosso diretor.

Continuando a rua São Bento, nós tínhamos também a tipografia São Luís, a tipografia do Luisinho, como nós chamávamos. Era logo abaixo do restaurante. Ali viveu toda a família, como vive ainda até hoje, tem alguns aqui em Sorocaba. Era completamente diferente do que hoje apresenta nossa cidade. E é gostoso ver essa evolução. Mas era uma rua pacata, sossegada, nós conversávamos no meio da rua, porque de vez em quando passava um carro de boi. E aquele carro de boi chiando que era uma beleza, chamando nossa atenção.

Era a rua 15 de Novembro, cheia de movimento como hoje é, muito mais movimentada sem dúvida alguma. Mas os prédios eram completamente

diferentes. Alguns estão ainda reformados e lembram sempre alguma coisa daquele tempo. E isso nos idos de 40, 35, há muito tempo passado.

Agora preciso pensar um pouco pra continuar falando sobre a rua 15 que traz grande recordação. Ainda aqui na esquina, onde hoje é o Sudameris, era uma casa lotérica do Abílio Soares, e que tomava conta um senhor alto, loiro e aparece na minha memória bem, mas não estou me lembrando do nome dele. Logo abaixo era o palacete do Zé Miguel, do saudoso Zé Miguel, em que temos hoje lembrança de todas aquelas crianças que existiam lá, Plínio Miguel, Lauro, Zézo, que sempre batalhou por essa cidade. Logo depois era a casa do Seu Rogich, onde minha mãe trabalhava. Aonde nasceu Leonzinho, Chiquinho, Paulo e Plínio, o meu irmão Plínio Rogich, que até hoje está conosco, não nos deixa, é sempre o nosso grande amigo.

Logo em frente era a Companhia Telefônica que hoje ainda é a Companhia Telefônica. E na esquina era então uma escola da maçonaria. Hoje é uma loja do Pelicano, e era então uma escola onde começou a Organização Sorocabana de Ensino. Antigamente era a Escola de Comércio, que era também ministrada pelos maçons. Eles é que mandavam nessa escola.

Fátima (entrevistadora): Quem participava? Os alunos?

Sr^a Ondina: Os alunos eram, não assim adolescentes como nós temos hoje, mas eram os mais velhos da cidade é que freqüentavam essa escola, a grande Escola de Comércio de Sorocaba onde formaram grandes contadores e tínhamos grandes mestres, como Seu Maneide, o Seu Dios, e tantos outros que eram grandes professores de Sorocaba. Logo em frente à escola dos maçons existia uma sapataria famosa, que era a sapataria ... a Galeria do Calçados, de propriedade dos pais do Guilherme .

Agora nós estamos na rua 15, onde hoje só temos comércio e antigamente eram casas, eram residências das famílias mais nobres da cidade, é nessa rua que moravam os Soares, os Rogich, os Kaisal, nas esquina tinha a Farmácia Coração de Jesus do senhor Arnaldo Cunha. E aqui nós íamos vivendo pela rua 15 até dando no rio. Dessa descida da rua 15 íamos dar no rio Sorocaba onde a turma toda ia lavar sua roupa lá. Várias mulheres que catavam, que vinham buscar as roupas nas casas da cidade lá iam lavá-las no rio. De manhã iam com aquelas trouxas grandes na cabeça com a roupa suja e voltavam à tarde com a roupa bem lavada, cheirosa, bem dobradinha, só para passar, para ser entregue aos vossos patrões. Essa é uma pequena coisa que eu lembro de Sorocaba. E fazendo força eu vou lembrar de mais coisa ainda. Como nas idas do João de Camargo, das festas do João de Camargo, que tinha a festa de Santa Cruz que nós íamos aos domingos. E aos domingos nós íamos onde tinha a banda de João de Camargo, que era o Preto Místico de Sorocaba. Era lá que todo mundo ia, pedia conselhos, pedia remédios, pedia modos de se conduzir na vida para ter uma vida mais suave, não aquela vida penosa que tinham, de pobre. Mas era uma vida de pobre, mas uma vida gostosa, uma vida livre. Era muito bom viver em Sorocaba, como é ainda até hoje. Muito gostoso viver nesta terra onde todo mundo é amigo, todo mundo é irmão. Eu penso que todos os meus irmãos de cor pensam a mesma coisa que eu, que se vive muito bem nesta terra, sabendo viver. Como todo e qualquer lugar, tem que saber viver para poder ter uma vida sossegada.

Fátima (entrevistadora) : Mas me chamou atenção quando a senhora falou dos irmãos de cor. Quem era esses irmãos de cor?

Sr^a Ondina: Era muita gente que tinha aqui. Era uma comunidade muito grande de pretos que tem. Que tem e que teve Sorocaba. Esse pessoal mais velho da cidade, como a família do Alfredo Monteiro, Juscelino, a família dele que é o pai da Ana Maria, Benedito Com, que hoje não conheço mais, não vejo mais ninguém dessa família, não sei se ainda existe. O Salerno das Neves, que era o grande líder da comunidade negra. Emiliano que era seu grande amigo. E muita gente que vivia no bairro chamado Vila Leão, onde mais era o reduto dos pretos. Era na Vila Leão. E lá existia

muita gente que hoje dificilmente a gente pode encontrar, porque se espalhou pela cidade.

Fátima (entrevistadora): E essas pessoas, essa comunidade de cor se reunia? Falava sobre o quê?

Sr^a. Ondina: Sobre a melhora da vida do preto. Era esse o grande, como ainda é grande alvo a gente ter uma vida sossegada, uma liberdade. Não queremos privilégios, mas queremos poder viver a nossa vida como qualquer um vive. Freqüentar os mesmos lugares, fazer as mesmas coisas que hoje pra muitos é negado.

Todo o encanamento lá da cidade. Eu conheci bem, eles eram meus amigos, deixa-me lembrar bem.

Aqui onde hoje é o Banco do Brasil, antigamente era o Palácio de São Paulo onde morava Dom Aguirre, e por muitos anos, o Bispo de Sorocaba.

No 28 de Setembro, que veio a primeiro Frente Negra. Depois veio 28 de Setembro, os clubes de pretos que existiam aqui em Sorocaba, que era o São Paulo Atlético, era o Clube do Matão e vários outros grupos que se formavam pra ter um lugar onde os pretos pudessem se encontrar, trocar idéias e levar as suas famílias. Porque não tinha um lugar pra ir, eram só os privilegiados é que sabiam e que tinha um lugar pra se divertir, os outros não tinham. Então tinha que ser formado um clube só pra eles, onde tinha ... todos esses clubes eram clubes de futebol. Começava com o futebol, o agrupamento começava aí. A comunicação, o entrosamento das pessoas começava nos jogos, pra depois então ir formando uma sociedade propriamente dita.

Fátima (entrevistadora): A senhora falou da Frente Negra, do 28 ?

Sr^a. Ondina: 28.

Fátima (entrevistadora): O que era? Era o Clube 28?

Sr^a. Ondina: O 28 de Setembro é um clube. É o único clube que tem agora em Sorocaba.

Fátima: E freqüentavam os pretos?

Sr^a. Ondina: Certo. Mas também ali era a elite dos pretos que freqüentavam. Não era um clube para todo mundo, porque ninguém ... não tinha por essa ou por aquela razão, não tinha condição de se apresentar. As grandes festas que existiam eram feitas com muito cuidado, e eram feitas também com muito dinheiro e é o que a maioria do negro não pode se apresentar, porque não tem condição financeira pra se apresentar.

Fátima: E a Frente Negra?

Sr^a. Ondina: A Frente Negra também era um clube aberto pra todos. Mas sempre tem aquela formação de grupos dentro do grupo. Mas era pra todos, como todos os clubes foram feitos assim, com a finalidade de agregar todos. Mas nem todos se chegam pra isso.

Sr^a. Ondina: ... Ele que salvou os pretos do Cafundó.

Fátima: Ele quem?

Sr^a. Ondina: O Santana, o meu amigo Santana, que era advogado. Ele salvou um dos rapazes do Cafundó, quando eles mataram um vizinho lá por questão de terra. Daquelas terras que foram griladas que eram deles, que diz que hoje eu tava lendo, há pouco eu tava lendo no jornal que tinham dado ganho de causa para eles. Que eles tinham ganhado aquelas terras. Eu até consegui um pedaço de terra lá, eu consegui o registro, deve está com ele o papel de registro de terra. Foi esse Santana quem defendeu um dos pretos lá .

Fátima : Eles vivem no Cafundó ?

Sr^a. Ondina: Vivem ainda, é um Quilombo (Depoimento; 29/11/2004).

Nos relatos podemos perceber a riqueza de informações, com significações elaboradas pela depoente, que busca delinear o conjunto de relações estabelecidas entre ela e a população negra de Sorocaba, e que exige de nós uma capacidade de

interpretação que ultrapassa o individual na direção do coletivo. Destacamos que a partir dessa entrevista foi possível levantar a história da Frente Negra Brasileira de Sorocaba, juntamente com os nomes de pessoas que fizeram parte dela. Aqui assumia intensidade a argumentação da historiadora Loiva Otero Félix, ao afirmar “trata-se de buscar recuperar uma outra memória, que permita recuperar não só o ocorrido, como ressaltar as esperanças não realizadas do passado” (FELIX, 1998, p. 64).

Nos depoimentos da Sr^a. Ondina , sem sombra de dúvidas, existe a presença da memória coletiva definida por Halbwachs, pois ela se referiu na maior parte a memórias da “comunidade dos pretos” e “homens de cor”, sua memória esta “amarrada” à vivência das experiências do cotidiano, do coletivo.

Na relação da memória com as experiências vividas na comunidade , é considerado o aspecto coletivo da memória, Assim, buscamos nas obras de Ecléa Bosi (2003) e Teresinha Bernardo (1998) um aprofundamento teórico sobre a relação da memória individual e coletiva . As autoras sob a influência dos estudos de Halbwachs descrevem a memória fazendo parte do social, isto é , das experiências cotidianas.

Para Bosi, Halbwachs não vai estudar a memória como tal, pois “nesta linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas no mundo da pessoa (relação entre corpo e espírito por exemplo), e perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais” (BOSI, 2003, p.54). Nessa relação memória e vida pessoal, a memória se relaciona e resulta dos relacionamentos do indivíduo com seu grupo de convívio (família, classe social, escola, Igreja, profissão) .Tal interpretação descarta a possibilidade da autonomia da memória em si mesma, o que é ressaltado é a força que a vida atual exerce nas lembranças, no desencadeamento do curso da memória.

Para nosso entendimento, as lembranças contidas nos relatos orais da Sr^a Ondina fazem parte da memória que se fez guardiã das práticas vividas pelos agentes e grupos sociais; no caso dela, a Frente Negra Brasileira de Sorocaba.

Partindo da perspectiva do tratamento da memória com a coletividade, relatamos o contexto da nossa pesquisa , que envolve memórias de pessoas que viveram os movimentos negros e a educação escolar da década de 30 , do século passado em Sorocaba; nessa dinâmica consideramos importante a reconstrução histórica que leve em consideração as lembranças armazenadas dos sujeitos da

pesquisa, em duas dimensões: (1) a importância fundamental dos grupos sociais na reconstrução da sua memória, sua relação com o movimento negro Frente Negra Brasileira de Sorocaba, e sua vivência nas instituições escolares, como aluno e como professora, fazendo com que o tempo, o espaço e a ordem dos acontecimentos relatados se configurem dentro de um sentimento comum de realidade; e (2) a percepção da força da memória coletiva, sobre a memória individual da depoente.

Após o depoimento, ocorrido no centro da cidade, ao chegar em casa a Sr^a. Ondina, que mora com sua irmã a Sr^a. Osvaldina de 87 anos, mostrou algumas fotos que fazem referência a ela e à Frente Negra Brasileira de Sorocaba, e convidou-me para almoçar.

As relações informais como os ambientes familiares, como o de Dona Ondina, beneficiaram a pesquisa, possibilitando a interferência de outras pessoas da casa que ajudaram e não inibiram a depoente. No caso de nossa pesquisa, os encontros se deram na maior parte na casa da Sr^a Ondina. Nesse caso foi muito produtivo e interessante, pois, por várias vezes, Dona Ondina recorria à irmã para lembrar fatos e nomes de pessoas.

Não só pelo prazer de estar na casa dessas senhoras, esses momentos possibilitaram o fortalecimento de laços de amizade que foram cada vez mais se estreitando, surgindo uma relação de confiança e amizade, sem a qual acreditamos que ficaria impossível desenvolver a pesquisa, principalmente no que se refere à memória da Frente Negra Brasileira de Sorocaba, sem contar os conhecimentos que eu adquirimos. Essas situações de convivência confirmaram a observação de Ecléia Bosi: a “importância das relações de empatia e afinidades com as pessoas, segundo ela estas condições possibilitam um maior aproveitamento das informações, trazendo à tona fatos consideráveis para a pesquisa” (BOSI, 2004, p.59).

As relações de confiança foram se fortalecendo, à medida que a depoente ficava informada sobre as entrevistas, as conversas gravadas foram transcritas e comentadas com a entrevistada., os diálogos gravados foram transcritos e voltando à casa dela, conversamos sobre o conteúdo e deixando uma cópia das transcrições com ela. Esta postura que tivemos na pesquisa partiu das reflexões de Ecléia Bosi que orienta nesse sentido de retornar a entrevista ao entrevistado:

O depoimento deve ser devolvido ao seu autor. Se o intelectual quando escreve, apaga, modifica, volta atrás, o memorialista tem o mesmo direito

de ouvir e mudar o que narrou. Mesmo a mais simples das pessoas tem esse direito, sem o qual a narrativa parece roubada. (BOSI, 2004, p. 66).

Outras ações ajudaram muito para que se fortalecesse a confiança mútua, como por exemplo, o esclarecimento à entrevistada sobre o objetivo da pesquisa. As ações nesse sentido foram: conversas particulares ,de um momento de estudo, sobre as teorias acadêmicas em relação ao negro na década de 1930. A Sr^a. Ondina Seabra assinou uma declaração autorizando a utilização das entrevistas e das fotografias, doadas por ela para a pesquisa e publicações.

Com as informações dadas por dona Ondina, através de seu depoimento, fomos ao Gabinete de Leitura de Sorocaba, por várias vezes, à procura de informações em jornais que fizessem referências à comemoração do 13 de Maio nas décadas de 30, 40, e 50 do século XX .

Nossas buscas e investigações nos jornais da cidade comprovaram a existência da Frente Negra Brasileira de Sorocaba , inclusive com nomes de pessoas que fizeram parte da direção , conforme os depoimentos da Sr^a. Ondina . Tivemos essa constatação na terceira entrevista, que foi realizada no dia 18 de abril de 2005 , de posse de fotografias e matérias dos jornais: , *Cruzeiro do Sul*, de 12 de maio 1930; *Jornal de Sorocaba*, de 12 de maio 1930; *O Repórter* de 15 de maio 1932, que publicam matérias sobre o 13 de Maio e Frente Negra Brasileira de Sorocaba. Depois estivemos na residência da Sr^a. Ondina, e Sr^a. Osvaldina Seabra , para conversarmos sobre as matérias e fotos , para entender, interpreta-las e identificar os nomes das pessoas que estão indicadas como a direção da Frente Negra Brasileira de Sorocaba.

Nessa entrevista a Sr^a. Ondina relata que existiam divergências política no movimento, ela dá como exemplo, que Benedicto de Andrade fazia parte da direção do movimento e por ter sido considerado um revolucionário comunista teve problemas com a direção e afastou-se:

O Benedicto de Andrade não conseguiu ir até o fim, porque todos achavam que ele era um revolucionário, foi perseguido pela polícia, porque diziam que era comunista. Porque tinha influência no movimento operário trabalhista, ele via o movimento como um todo, porque os negros trabalhavam em fábricas” (Depoimento 24/05/05).

Ao mencionar uma pessoa que fazia parte da direção da Frente Negra Brasileira de Sorocaba, o Sr. Roque Monteiro, a Sr^a. Ondina refere-se a ele, com muita emoção, como um preto que também vivia batalhando pela causa do negro,

irmão do Alfredo Monteiro. E reconhece em um documento que ela cedeu para a pesquisa, como sendo a carteira de identidade do Srº Alfredo Monteiro , e diz que ele foi um dos fundadores da Frente Negra Brasileira de Sorocaba . Na carteira o Srº Alfredo Monteiro é registrado com a profissão de sapateiro e tesoureiro da entidade.



Carteira de identidade 1932. Alfredo Monteiro, 25 anos, fundador e tesoureiro da Frente Negra Brasileira de Sorocaba.

A seguir, transcrevemos os depoimentos da Srª Ondina, juntamente com a descrição de fotografias, que constituem as fontes de nossa pesquisa para escrever parte da história da Frente Negra Brasileira de Sorocaba. Não faremos nenhum acréscimo no sentido de preservar as memórias da forma em que foram expostas.

Srª. Ondina Seabra: Benedito Andrade do Nascimento. Foi feita uma poesia em homenagem a ele, poesia esta feita pelo Olimpio Castelo Alves, o autor da poesia, e eu quem declamei , no clube, num salão, que hoje , ou há pouco ainda era uma repartição pública, centralizada na Secretária da Fazenda , na rua Souza Pereira, era bem ali em frente a estação Sorocabana , em um daqueles salões, e isto mais ou menos em 30, 32.

Fátima: Era o quê? Uma comemoração?

Srª. Ondina: Eu não me lembro bem, se foi em um 13 de Maio, ou em uma outra data qualque, que a gente fez esta homenagem ao Benedito Andrade de Nascimento.

Fátima: Mas foi na Frente Negra? Era atividade da Frente Negra?

Srª. Ondina: Era atividade da Frente Negra , foi no princípio da Frente Negra de Sorocaba, e eu e mamãe fazia parte das comemorações e tudo, eu é quem foi proclamar esta poesia, para ele, infelizmente não me lembro de nada.

Fátima: A mãe da senhora participava da Frente Negra?

Sr^a. Ondina: Participava assim, voluntária , toda a comemoração que tinha no 13 de maio , ela fazia parte também, então nós íamos de lanterninha, à noite , para as crianças era uma maravilha, e íamos até o teatro municipal, o Teatro São Rafael , hoje e a FUNDEC, ali que era o teatro de Sorocaba.

Fátima: A senhora lembra alguma coisa de Antonio Salerno?

Sr^a. Ondina: Eu me lembro somente que ele era um líder , porque toda a comunidade negra andava atrás dele em tudo , e ele era o conselheiro de todo mundo , em toda as negociações que um negro possa fazer , era ele quem fazia as rezas, por ocasião de falecimento, que se fazia naquela ocasião quando eu pequena, uma semana de reza na casa do falecido, e era então o Salerno quem era o rezador, vamos dizer disso tudo , e tudo que fazia em função do Salerno, Será que o Salerno pode ir me ver? Eu não estou muito bem.... e vinha o Salerno e dava os conselhos, vá ao médico, ou tome qualquer coisa assim parecido, e era ele também o presidente da Irmandade de São Benedito, então ,e como todos os negros de Sorocaba, nós fazíamos parte também da Irmandade de São Benedito.

Fátima: Hoje fica onde esta ...

Ondina: Lá no Bom Jesus, lá que está o São Benedito, que nós vivíamos cultuando aqui na cidade , que era na igreja do lado do mercado, onde tem bastante casinha agora ali, com comércio, ali que era a Igreja de Santo Antônio , então tinha Santo Antônio e São Benedito estava junto com ele. Lucidio de Almeida... ele era um serralheiro que no fim da vida vendia bilhete na rua , era um preto conhecido de todo mundo, um preto alto , um mulatão, e ele fazia parte da diretoria .

Anquilino Arão Setúbal.... também conheci muito , ele trabalhava em uma fábrica de dinamite do Francisco Vera Cruz, era a fábrica.

Benedito Wenceslau também, este tem filhas aqui morando no Central Parque.

Fátima: A senhora sabe os nomes das filhas dele?

Sr^a. Ondina: Não sei... A mulher dele é viva até hoje.

Fátima: E onde ela mora ?

Sr^a. Ondina: É ai no Central Parque ou Jardim Simonsen em um destes dois.

Sr^a. Ondina :Olívio Moreira da Silva, eu conhecia ele ... Dina , (Osvaldina) quem é Olívio Moreira da Silva ?

Fátima: E esse Benedito Andrade ?

Sr^a. Ondina: Era um fotógrafo de Sorocaba, que também dava para estas coisas de ficar trabalhando sobre as raças.

(Neste momento chega a irmã dona Osvaldina na sala e dona Ondina pergunta:

Você lembra de Olímpio Moreira da Silva? Lembra quem era?

Fátima : Este Benedicto Andrade do Nascimento era fotógrafo aonde ?

Sr^a. Ondina: Na cidade, andava com as caixas na rua, tirando fotografia. Ele morava na rua Santa Clara . Era só ele e a mãe .

Fátima:e este Benedicto Andrade, a senhora já falou dele?

Sr^a. Ondina: Benedicto Andrade...

É aquele... é aquele que eu contei que me levou pelas mãos para eu ser matriculada na escola , é este Benedicto de Andrade.

Fátima: A senhora fala dele novamente.

Ondina : Do Benedito? Deixe eu ver se me lembro, este eu preciso falar bastante , eu estou até vendo a cara dele, um mulatão simpático , de olhos verdes , muito simpático, era muito amigo da gente e vivia só....a vida dele inteira era falar sobre Luís Gama . Luís Gama é que era o herói dele , o ídolo dele e ele queria seguir os passos de Luís Gama , e queria que todo mundo também. Ele me deu um livro de Luís Gama.

Fátima: A senhora tem o livro?

Sr^a. Ondina: Não sei quem é que levou.

Fátima : Fala mais sobre ele, o que ele incentivava.

Sr^a. Ondina: Ele incentivava que todo o negro deveria se preparar para a vida , se preparar como negro, não como negro que depois que embranquecesse pelo conhecimento e se esquecesse a origem , ele não , ele queria que todo mundo seguisse aquele caminho e que trouxesse mais gente para aquele caminho dele que era o caminho da nossa cultura ser mais divulgada , e que todo preto se.....como ele costumava dizer... se ilustrasse mais, e infelizmente ninguém tinha...

Sr^a. Osvaldina: Dom....

Sr^a. Ondina : Dom tinha , mas não tinha aquele poder aquisitivo para levar esta vida . Era difícil.

Fátima: E ele levou a senhora para escola ?

Sr^a. Ondina: Ele me levou para o grupo escolar.

Fátima: Como foi isto?

Sr^a. Ondina: Eu teria com 7 anos , teria que ir para um grupo, então em casa como todo mundo trabalhava , tudo era empregado, todo mundo trabalhava na fábrica , ele disse, então deixa que a Onda eu levo para ser matriculada e me trouxe para o Grupo Escolar Antônio Padilha, ele que me matriculou no grupo. Como se fosse meu pai, como se fosse um irmão mais velho, como se fosse uma pessoa da família , ele não era da nossa família, mas era mais do que isto , porque ele era muito afeiçoado à causa do negro, é uma causa que nós continuamos trabalhando não sei até quando.

Fátima: Eu li no jornal de Sorocaba falando sobre , sobre a Frente Negra da década de 30, e no jornal fala muito da Frente Negra e educação .

Sr^a. Ondina : Naqueles anos o negro tinha dificuldade para tudo, era raro o negro que visitasse uma escola , ou porque a família não podia ou porque quando ia em uma escola se sentia preterido , ou porque ia mal vestido, não tinha condições de ir bem alimentado, sempre havia uma dificuldade para o negro , então é como diz a , í se ele não tivesse aquela boa vontade , aquela vontade enorme de ser alguém na vida e de provar ao outro que se sentia capaz de fazer alguma coisa, ele jamais iria a uma escola.

Fátima: Parece-me que esta reportagem é uma denúncia de discriminação racial com o negro .

Sr^a. Ondina: Discriminação racial com o negro , e existia porque aqui aquele que não iria para servir o governo como se costumavam dizer , eles iam para o tiro de guerra , se não me falha a memória, tenho quase certeza, a Ana pode saber disso , o pai dela foi o primeiro negro que entrou no tiro de guerra , porque pagava para provar que você estava quite com serviço militar. Meu irmão também fez o serviço militar , ele não foi servir em exército quartel , ele fez o tiro de guerra aqui em Sorocaba, mas aqui em Sorocaba foi o primeiro negro foi o Joselino, o pai da Ana Maria.

Sr^a. Ondina: Nas escolas aqui não havia negros nas escolas, nenhuma escola secundária vamos dizer , além do grupo que muito poucos negros estavam no grupo escolar, em uma escola , em um ginásio que era pago , e em qualquer outra escola não existia negro, uma porque não faziam questão que o negro fosse em uma escola, e outra que eram escolas pagas , os negros não tinham condição.

Fátima: E se falava sobre isto na Frente Negra?

Sr^a Ondina: Falava no começo..... Agora eu não posso dizer com certeza .

Fátima: Dona Ondina, eu encontrei no jornal de 12 de maio de 1930, jornal o *Cruzeiro do Sul* , que relata a comemoração da abolição no Brasil, eu li com a senhora. A senhora poderia me falar alguma coisa sobre isto que a gente leu?

Sr^a. Ondina: O que eu posso falar sobre isto é como todo... como o brasileiro negro neste dia estava em festa, nós aqui em Sorocaba também estávamos em festa .

Fátima : Nessa época a senhora tinha 10 anos?

Sr^a. Ondina: 9 anos, 10 anos mais ou menos.

Fátima: A senhora ia com a mãe da senhora?

Sr^a. Ondina: Ia com a mãe em toda a comemoração, continuava sendo o abuarte dos negros o Salerno das Neves, que era o nosso líder, um preto

grande como o nome diz , gordo, usava aquelas capas enorme assim, e andava sempre no meio da rua.Ele, como era um chefão junto com todos os amigos, Ramiro Parreira que também morava na rua Santa Cruz. Ele tem ainda filhos vivos que mora na rua Santa Cruz. Euclides Madureira também era um rodoviário, mulato, tem filhos também vivos e morava na capitão José Dias . Olympio Castelo Alves era um poeta , que fez aquela poesia que eu declamei para o Benedito Nascimento. Roque Monteiro até hoje a família mora na rua Santa Cruz que vivo tem só Alfredo , Josué Prestes morava aqui no cerrado, Abílio de Madureira na rua 13 de Maio , Isaltino de Arruda...

Roque Monteiro era um preto também, vivia batalhando pela causa do negro, irmão do Alfredo Monteiro , o Roque é falecido , o Alfredo ainda é vivo.

Fátima : Este que está nesta foto aqui? Ele mora aonde?

Sr^a. Ondina: Na rua Santa Cruz.

Fátima: O nome dele é Alfredo Monteiro.

Sr^a. Ondina: Sim, Alfredo Monteiro.

Fátima: Alfredo Monteiro, rua Santa Cruz. A senhora sabe o número?

Sr^a. Ondina : Não sei .

Sr^a. Ondina: Abílio Madureira morava na rua 13 de Maio, Abilinho .Isaltino de Arruda...eu sei quem é Isaltino...Benedito de Andrade é o Bedino, que me levou para escola, e Benedito Francisco Soares eu não sei quem é .

Fátima: Aí fala do baile.

Sr^a. Ondina: Do grande baile que faziam no clube, no do teatro São Rafael, hoje é FUNDEC, e foi aí o local em que eu declamei aquela poesia.

Fátima: Então fazia atividades na Igreja Santo Antônio ?

Sr^a. Ondina : É , Santo Benedito que era padroeiro, e ali rezava as missas, e da missa ia a passeatas.

Fátima: Dona Ondina nós estamos vendo aqui uma Foto que a senhora cedeu para a pesquisa , eu estou chamando de foto 1 , a senhora poderia falar das pessoas que estão nela?



Fotografia da direção e participantes da Frente Negra Brasileira de Sorocaba: década de 1930 .

Salerno das Neves no centro, calça branca, Luiz Leopoldino Mascarenhas (Luís pequeno), sentado, terno preto, Roque Monteiro, segundo à esquerda em pé, João Moraes Leite, primeiro em pé à direita.

Sr^a. Ondina: A primeira pessoa que me chama a atenção é a do Salerno das Neves , é como sempre eu digo, era o líder , era o dono, era o senhor da comunidade.

Fátima: É este que está sentado?

Sr^a. Ondina: É este de calça branca , e de paletó preto, o nome da mulher dele era Rosa, eles eram também o presidente da Irmandade de São Benedito. Neste tempo a Irmandade de São Benedito era no Largo Santo Antônio, no bairro do mercado, e hoje não existe mais a igreja, e em São Benedito as missas, as rezas que nós fazíamos... rezas no 25 de março, que eram aquelas rezas de Nossa Senhora, homenagem a Nossa Senhora, e as procissões todas saíam daí. Ao lado dele está Leopoldino Mascarenhas, que chamava Luís pequeno , o pai dele era um pretão alto, tão grande, que era chamado de Grande , então ele era chamado de Luis pequeno , na mesma fotografia eu vejo também o pai do Lucidio , Lucidio de Moraes , o pai dele.

Fátima: Este que está de pé à direita?

Sr^a. Ondina: Este que está de pé, isso. Tem também na mesma fotografia Roque Monteiro.

Fátima: O segundo à esquerda.

Sr^a. Ondina: Isso, o segundo à esquerda, que mora até hoje na rua Santa Cruz, na mesma casa que eles moravam.

Fátima: A Foto dois, dona Ondina, o que a senhora fala dela?



Fotografia: Direção e participantes da Frente Negra Brasileira de Sorocaba em trajes de festividade comemorativa. À esquerda paletó preto, Salerno das Neves, todo de branco Luiz Leopoldino Mascarenhas (Luis pequeno) , primeiro à esquerda, João Moraes Leite.

Sr^a. Ondina: As pessoas que eu estou reconhecendo aqui é o Luís pequeno, que está todo de branco, e o Salerno das Neves.

Fátima: Dona Ondina, nós estamos aqui com uma foto da Frente Negra de Sorocaba, festejando o natal com as crianças , a senhora poderia falar quem são as pessoas que estão aí ?



Natal: 25/12/1932. Direção e participantes da Frente Negra Brasileira de Sorocaba. Homens: Salerno das Neves, Luís Leopoldino Mascarenhas (Luís pequeno), Alfredo Monteiro, Cantídio Castelo Alves, João "Preto", Olívio. Mulheres: Esmerantina, Lourdes Ferraz, Olinda Dias, Izolina, Lina de Barros, Paulina Lúcia Monteiro, Elza, Helena Alves, Terezinha Monteiro, Maria, Doralice, Natividade. Crianças: Ondina Seabra, Lúcia Monteiro, Iolanda Monteiro, Amélia Castanheira, Alice, entre outras pessoas.

Sr^a. Ondina : As pessoas que estão nesta fotografia que eu me lembro é Maria, Oralina, João.

Fátima: Este de branco é o João.

Sr^a. Ondina: João. Alfredo Monteiro Salerno das Neves, Emiliano que era muito amigo e compadre do Salerno, Lucíolo de Almeida, Luís pequeno, Maria Dias, Izolina, Paulina Nascimento, com as filhas Joana Nascimento que está ao meu lado, que eu também estava nesta fotografia, Lourdes Ferraz, Emerentina, que é filha da Paulina, Olinda Dias, Lila Dina de Barros, Lúcia Monteiro, Elza, Helena Alves.

Fátima: A senhora está aí, perto do Sr. Salerno?

Sr^a. Ondina: Quase ao lado dele, bem na frente.

Fátima: Era festa de Natal?

Sr^a. Ondina: Festa de Natal.

Fátima: Está bom demais.

Sr^a. Ondina: Esta fotografia do Foto Hoffmann, 1933, onze anos de idade, uma fotografia no primeiro ano de ginásio junto com minha colega e amiga Joana Filomena do Nascimento, infelizmente hoje é falecida.

Fátima : E o nome dele ?

Sr^a. Ondina: Euclides junto com uns amigos que ele tinha um conjunto que tinha o nome de seis irmãos.

Fátima: Ele tocava cavaquinho?

Sr^a. Ondina: Tocava, não é cavaquinho, não é violão, é entre os dois.

Sr^a. Ondina: Alfredo Monteiro também morava na rua Santa Cruz, uns dos fundadores também da Frente Negra Brasileira de Sorocaba (depoimentos do dia 18/04/05).

O depoimento é dado com grandes pausas, com situações de silêncio, ou esquecimento, não houve de nossa parte insistência para que eles se lembrassem “uma vez que nos estudos da memória, certos esquecimentos são tão importantes quanto o ato de lembrar” (BERNARDES , 1998,p. 42).

O aspecto religioso aflora nos fragmentos da memória e revela uma informação importante: a estreita relação da comunidade da população negra com a Irmandade de São Benedito. A depoente faz referências a devoção da comunidade ao culto de Santo Antonio e São Benedito.

A Sr^a Ondina nos depoimentos sugere que a Irmandade de São Benedito é muito importante , e Antônio Salerno é o presidente da Irmandade e da Frente Negra Brasileira de Sorocaba . Através desta informação pesquisamos a história das Irmandades – registrada no primeiro capítulo desta dissertação - ligadas à população negra de Sorocaba, capítulo este em que constatamos as referências da existência da Irmandade do Rosário dos Pretos em 1750, que depois trocou de nome para Irmandade da Boa Morte , e depois de estudos sobre o assunto, fundamentados nas contribuições teóricas de Clovis Moura (2004), temos como hipótese que posteriormente as Irmandades se tornaram a Irmandade de São Benedito.

Outro aspecto que nos chamou atenção nos depoimentos é o destaque dado a duas pessoas: Benedito Andrade de Nascimento e Antônio Salerno. Percebemos que em quase todos os depoimentos, Benedito Andrade de Nascimento aparece. Foi ele que levou a Sr^a. Ondina, com 7 anos de idade, para a escola; que nos seus discursos destaca a figura do abolicionista Luis Gama; que foi homenageado com poesias citadas por ela; que foi diretor da Frente Negra Brasileira de Sorocaba, porém saiu por divergências internas, por ser considerado um comunista. O outro personagem, Antônio Salerno, é qualificado nos depoimentos de Dona Ondinas como um baluarte, o líder dos negros.

As narrativas da Sr^a Ondina revelam a identificação de um conflito social vivido pela população negra na década de 1930. Esse conflito está relacionado com

a exclusão da população negra da educação escolar e, segundo ela, têm duas origens. Uma é econômica, pois a população negra não tem dinheiro para pagar as escolas, e a outra envolve a política social, quando ela declara que não queriam que a população negra estivesse na escola. Acrescentamos que, em um dos seus depoimentos, a Sr^a. Ondina informa que na Frente Negra Brasileira de Sorocaba, tinha uma escola noturna, este aspecto é tão importante para ela, que guarda das suas lembranças o nome da rua em que funcionava a escola, e o nome da professora.

Com base nessas observações, podemos verificar que o recurso da memória possibilita desvendar as situações de conflitos, discriminações, jogos de poder entre os grupos sociais e os processos de construção de identidade. Em face dessa relação memória e valores ideológicos, uma vez que os processos de memória e identidade se relacionam.

Nessa perspectiva a memória não deve ser interpretada como um “fato puro”, ela é carregada de representações ideológicas e é o ponto de articulação da história com o cotidiano, com pontos de vistas diversos e contraditórios. Em face dessa relação memória e valores ideológicos avaliamos que a história oral como metodologia de pesquisa permitiu a identificação dos conflitos que se expressaram através das memórias da Sr^a. Ondina, memórias estas que reconstruíram uma trajetória de resistência da população negra através da organização da Frente Negra Brasileira de Sorocaba. Quando reconstruímos a história da apropriação da memória do 13 de Maio pela Frente Negra Brasileira de Sorocaba, pudemos observar que essa organização negra denunciou na época a exclusão da população negra na educação.

Nesse sentido, a reconstrução da trajetória da população negra de Sorocaba na década de 1930, através da história oral e das fotografias, revelou-se como uma possibilidade de afirmação identitária e, concomitantemente, como forma de resistência, aspectos estudados por Ecléa Bosi em um dos seus “diálogos” com a obra do sociólogo Maurice Halbwachs e registrados no trecho a seguir:

Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? Podem suprimir sua direção, sua forma, seu aspecto, estas moradias, estas ruas, estas passagens.

As pedras e os materiais não vos resistirão”, diz Halbwachs. “Mas os grupos resistirão, e, neles, e contra a resistência mesma, senão das pedras, ao

menos de seus arranjos antigos que vos batereis”. À resistência muda das coisas, à teimosa das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo (BOSI, 2003 p. 452).

A fotografia possibilitou a descrição de lugares e fatos envolvendo a Frente Negra Brasileira de Sorocaba, que, com o recorte específico da pesquisa, que é a averiguação da memória do 13 de Maio de 1930, ela é mais do que um ilustrativo de pesquisa, ela percorre um campo mais amplo de informação para a percepção do documento escrito. Com as informações do depoimento da Sr^a. Ondina, com as fotografias e matérias de jornais, foi possível escrever parte da história da Frente Negra Brasileira de Sorocaba. Nesse sentido a fotografia revelou ser um documento de pesquisa.

Não foi possível aprofundar mais esse suporte da memória que é a fotografia, que permitiu considerar, que quando ela não é vista de forma isolada, isto é, quando trabalhada com outras fontes, pode ser de grande valia na pesquisa. Entendemos que seria interessante dar continuação a esta pesquisa na possibilidade de conseguir maiores informações, outras atividades da Frente Negra Brasileira de Sorocaba.

Na **quarta** entrevista de 28 de abril de 2005, a Sr^a. Ondina relata que, do pouco do que se lembra das referências sobre a data 13 de Maio nas escolas, recorda-se “que pouco se falava sobre a data, nas escolas não havia comemorações destacadas como na Frente Negra Brasileira de Sorocaba”. Ela fez referências à data na época em que fez o primário no Grupo Escolar Antônio Padilha.

O 13 de Maio era lembrado somente nas datas, ou na ocasião das aulas de história.

Na data 13 de Maio na classe falava-se um pouco mais da Princesa Isabel, como redentora dos escravos, e dos abolicionistas; entre eles José do Patrocínio, Rebouças, Joaquim Nabuco, e Luís Gama (Depoimento 28/04/05).

No dia desta entrevista, começamos a duvidar de nossa hipótese no sentido de que, se houvesse comemoração do 13 de Maio nas escolas, certamente ela lembraria. Ressalta-se que quando fomos à escola fazer a pesquisa, e aprofundando o conhecimento teórico referente a este assunto, descobrimos que, na década de 1930, o Presidente Getúlio Vargas retirou essa data do calendário nacional. No capítulo 2, fazemos referência sobre este assunto.

Concluimos que a memória da população negra de Sorocaba, foi guardada com muito carinho por pessoas que fizeram e fazem parte de sua produção . Memórias estas que sempre travaram um grande “duelo” com a história do dominante, uma história repleta de sutilezas e silêncios ideologicamente construídos.

Esta pesquisa sobre a Frente Negra Brasileira de Sorocaba gerou em nós um grande sentimento de amizade com a Sr^a. Ondina e sua irmã, a Sr^a. Osvaldina Com relação a esse fato, vale lembrar que Ecléia Bosi comenta que, na pesquisa o sujeito da pesquisa, e o/a pesquisador/a participam de uma aventura comum, o que gera um sentimento de gratidão . Sentimento de gratidão da pessoa que deu a entrevista , diante do orgulho de ter um passado digno de ser registrado, passado que possibilita um sentimento de ser importante. E sentimento de gratidão do (a) pesquisador (a) por tudo aquilo que aprendeu. Ness dinâmica ambos são transformados, ambos sofrem e lutam contra o peso dos conceitos estereotipados de classe. A esteriotipia dos conceitos Este é um dos problemas mais cruciais com as quais lidamos no campo de pesquisa.

Às vezes falta ao pesquisador maturidade afetiva ou mesmo formação histórica para compreender a maneira de ser do depoente. Somos em geral, prisioneiros de nossas representações, mas somos também desafiados a transpor esse limite acompanhando o ritmo da pesquisa (BOSI, 2004, p. 61).

Portanto, podemos indicar que a utilização da memória como fonte de pesquisa e a fotografia requereram de nós uma apreciação sociológica da relação do indivíduo com a sociedade. E isto considerando a memória como um fenômeno social que traz em si a forma particular da inserção das pessoas nos diversos meios em que participaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordamos aspectos pertinentes à produção da memória sobre a Abolição, representada pela data do 13 de Maio, no âmbito das instituições escolares e no movimento social Frente Negra Brasileira de Sorocaba, na década de 1930, conseguimos entender melhor o que expressava e o que estava impregnado no imaginário social quanto à história da abolição da população escravizada no Brasil e data 13 de Maio, em Sorocaba. É a história que excluiu essa população como sujeito ativo e a coloca como um ser passivo guiado pela “mão branca” redentora, no caso de Sorocaba, por um esforço de heróis ligados ao movimento abolicionista republicano, através de figuras pertencentes às associações maçônicas e associações emancipadoras. Essa maneira de contar , de registrar a história da abolição da escravidão no Brasil, ignora outras ações que foram fundamentais para a assinatura da abolição do escravismo. Entre essas ações encontramos as formas de resistência da população negra à escravidão , através das lutas individuais ou coletivas, ou outras formas de libertação, como a compra de alforrias. Tais ações provocaram medo no poder branco, medo de que a população negra, tanto livre como escrava, produzisse uma revolução total e conjunta, depusesse os brancos do poder como havia ocorrido há quase um século antes no Haiti. O fato de ter sido omitida a ação do negro de sua história não é um fato isolado, mas faz parte de uma ideologia que inferioriza a população negra. Essa ideologia foi construída ao longo dos séculos e permanece até os dias atuais . Outra expressão ideológica desse processo é a de que, no Brasil, a escravidão foi mais benigna, pois aqui as relações com a população indígena e negra foram “democráticas”, portanto não houve discriminação racial.

Portanto, concluímos que há uma disputa pela preservação e apropriação da memória histórica, da abolição , representada pela data 13 de Maio, porém nessa disputa histórica a população negra sempre esteve presente , como procurou demonstrar nossa pesquisa com relação à Frente Negra Brasileira de Sorocaba. No outro lado dessa disputa está a intervenção do Estado representado nas instituições escolares, pelo governo de Getúlio Vargas. Posteriormente , principalmente a partir da década de 1970 , essa disputa se dá entre o movimento negro brasileiro e

também o Estado. Como resultado dessa disputa o 13 de Maio é substituído pelo dia 20 de Novembro, dedicado a Zumbi dos Palmares.

Comparando as representações do 13 de Maio nas instituições escolares e na Frente Negra Brasileira de Sorocaba , percebemos algumas diferenciações. Nas comemorações do movimento negro, apesar de haver referências aos abolicionistas, o movimento considerava que a libertação da população negra deveria ser complementada pelo acesso à educação. Nesse sentido a data de 13 de Maio para o movimento social negro é um momento de luta, de protesto, de reivindicações.

Os estudos levam a um questionamento: até que ponto a imagem construída ideologicamente de negros e mestiços como massa inerte desagregada, inculta, sem grande importância histórica influenciou a Frente Negra de Sorocaba na década de 1930? Ou, em outros termos, será que do âmago desse movimento não surgiu um imaginário negro que viesse contrapor , resistir a esta visão do negro inferiorizado ?

Compreendemos que a Frente Negra Brasileira de Sorocaba na década de 1930 comemorou o 13 de Maio, em uma época difícil, em que a maioria dos estudos comungava com a figura do negro passivo, negando o sentido político às ações da população negra pela sua libertação. Muitos estudos atribuindo apenas a causas econômicas a libertação dessa população, fortaleceram essa visão histórica dominante da passividade do negro.

No entanto nossos estudos apontaram que o 13 de Maio será instrumento de agregação da população negra, não só para comemorar a libertação, mas também para refletir e denunciar a segregação social do negro no Brasil. Para isso é que a Frente Negra Brasileira de Sorocaba existiu e desenvolveu sua luta pela dignidade da população negra.

Nas ações da Frente Negra Brasileira de Sorocaba, são reveladas estratégias de atuação numa luta constante contra a exclusão da população negra , principalmente na educação, exemplo disso é a criação de escolas em um momento em que a população negra se encontra desapropriada da escola.

Ainda hoje, para o movimento negro, a educação é entendida como uma importante estratégia para enfrentar a exclusão da população negra na sociedade. No ensino superior, observamos que essas dificuldades não se modificaram. Os movimentos negros continuam lutando para melhorar o nível educacional da população negra, buscando estratégias para que as condições de acesso à educação sejam criadas , pois romper com as estruturas veladas ou não de

impedimento ao conhecimento exigiu e exige dos movimentos a busca de pares que, eventualmente, possam apoiar esses protestos e lutas reivindicatórias . Salientar sua resistência é uma maneira de mostrar que a população negra não se deixou dominar passivamente.

Nesse sentido é que a comemoração do Treze de Maio pela Frente Negra Brasileira de Sorocaba se revelou como possibilidade de entendermos melhor as relações do movimento negro com toda a sociedade e, principalmente, com a população negra .

Sobre a ideologia da apropriação da memória do Treze de Maio, nas instituições escolares, a data não foi comemorada com destaque, já que foi retirada do calendário nacional e escolar pelo governo de Getúlio Vargas . Porém, essa ação de retirada por parte do Estado Novo está também envolvida pelos valores da ideologia dominante, no caso o Estado. Também quando o Estado Novo exclui a data do 13 de Maio sob a argumentação de estar relacionada à tradição republicana de 1889, isto é, a Velha República, incentiva nas comemorações das escolas o fortalecimento da brasilidade, nacionalidade, representadas nas figuras da Princesa Isabel, Dom Pedro I, Duque de Caxias etc., através da exaltação de datas como o 7 de Setembro, transformado-o em Semana da Pátria e as festas de novembro, como o Dia da Bandeira .

Entendemos que a memória do Treze de Maio como referência a abolição dos escravos, é disputada ao longo da história por “dominantes” e “dominados”, e se torna importante símbolo de dominação , por isso defendemos que essa data deve ser comemorada numa perspectiva de construí-la. Se for esquecida, a sociedade brasileira poderá estar fortalecendo a visão da história de uma elite. É preciso rever os conceitos e a ideologia da data do Treze de Maio, e reescrevendo a história da abolição como resultado também de um longo processo de lutas do negro brasileiro e da população consciente contra o regime escravista.

Procuramos nesta pesquisa trazer elementos que consideramos relevantes para a reconstituição da história da população negra de Sorocaba e do Brasil, mas, de modo algum, pretendemos ter esgotado o tema. O ideal seria que outros/as pesquisadores/as continuem buscando novas perspectivas e interpretações para uma temática tão importante e que se criem cada vez mais verdadeiros direitos de cidadania para toda a população brasileira.

REFERÊNCIAS

ADRIANA R. B. Vianna MAURICIO B. A. Parada. **Infância e Nação em desfile: o desfile da juventude e hora da independência 1936/1937**. Disponível em <www.file:///C:/desfileseescolares>. Acesso em 4 abr. de 2005 .

ALEIXO IRMÃO, José. **Perseverança III e Sorocaba da fundação à proclamação da República**. Sorocaba: V. 1 , Fundação Ubaldino do Amaral, 1969.

ALMEIDA, Aloísio. **História de Sorocaba**. Instituto Histórico Geográfico,e Genealógico de Sorocaba, 1969.

ANDRADE Filho, Silvio Vieira de. **Um estudo sociolingüístico das comunidades negras do Cafundó, do antigo Caxambu e de seus arredores** . Sorocaba, SP: Prefeitura Municipal : Secretaria da Cultura, 2000.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo Estados Unidos e Brasil: uma história comparada** . São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Onda Negra, Medo Branco . O negro no imaginário das elites Século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **Anti –racismo e seus paradoxos reflexões sobre cota racial, raça e racismo**. São Paulo: Annablume, 2004.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo**. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras,1995.

_____. **O Tempo vivo da memória : ensaios de psicologia social** . São Paulo: Ateliê Editorial , 2004.

BRANDÃO, André P. Augusto (org). **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Cadernos PENESP nº.5. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

CARDOSO, Flamarion, Ciro , João Luís Ribeiro Fragoso, Hebe Maria Mattos de Castro; Ronaldo Vainfas. **Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda. 1988.

CIAVATTA, **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte Histórica**. Rio de Janeiro, 1900-1930. Rio de Janeiro:DP&A,2002.

CUNHA, Henrique Jr. **13 de Maio: a revolução social brasileira. Tema para uma nova abordagem nas salas de aula**. Disponível em <<http://www.afrodescendencia.hpg.ig.com.br/preconceito.htm>>. Acesso 8 set. 2004.

DECCA, Salvadori de. As desavenças da história com a memória. s/d e suas referências.

FELIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa** .Passo Fundo : Ediuph, 1998.

FONSECA, Marcus Vinicius. **Educação dos Negros: Uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

GUIMARÃES , Antônio Sérgio. **Classes Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2002.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL. **Sorocaba. Uma história ilustrada 350 anos**. 3 fascículos consultados. Tropeirismo, riqueza e poder público, fascículo 7 , 2004. Tropeiros contribuíram para manter o Brasil unido, fascículo 06, p.82, 2004 .A trajetória silenciosa dos escravos e a abolição em Sorocaba, fascículo 14 ,p.217,2004 .

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**.2ª ed. ver.São Paulo:Ateliê Editorial,2001.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.
_____. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabengele; GOMES , Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda.: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.

OLIVEIRA, Iolanda de (org.) . **Racismo e o ideário da formação do povo no pensamento brasileiro**. .Cadernos PENESP nº. 4. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

OLIVEIRA, Nelson Silva de. **Guia de direitos do brasileiro afro-descendente: vultos negros na história do Brasil**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Justiça. Série Cadernos CEAP.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1993.

PRADO Júnior , Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas,autores associados, 2003.

SCHWARCZ , Lilia Moritz. **O espetáculo das raças : cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870- 1930**. São Paulo: Companhia de Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. **Racismo no Brasil**. Petrópolis, ABONG, 2002.

SILVA, Paulo Celso da. **Rasgando a Terra** . Prefeitura Municipal de Sorocaba : Secretaria de Educação e Cultura, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Trad. Raul de Sá Barbosa . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCBA: SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL. **Sorocaba conta sua história**.

ANEXO I - Lei nº. 2040 de 28.09.1871- Ventre Livre

LEI n.º2040 de 28.09.1871

LEI DO VENTRE LIVRE

A Princesa Imperial Regente, em nome de S. M. o Imperador e Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os cidadãos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1.º - Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Govêrno receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.

§ 6.º - Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1.º se por sentença do juízo criminal reconhecer-se que os senhores das mães os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos.

Art. 2.º - O govêrno poderá entregar a associações, por êle autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder dêstes em virtude do Art. 1.º- § 6.º.

§ 1.º - As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos, e poderão alugar êsses serviços, mas serão obrigadas:

1.º A criar e tratar os mesmos menores;

2.º A constituir para cada um dêles um pecúlio, consistente na quota que para êste fim fôr reservada nos respectivos estatutos;-

3.º A procurar-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada colocação.

§ 2.º - A disposição dêste artigo é aplicável às Casas dos Expostos, e às pessoas a quem os juizes de órfãos encarregarem da educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos criados para tal fim.

§ 4.º - Fica salvo ao Govêrno o direito de mandar recolher os referidos menores aos estabelecimentos públicos, transferindo-se neste caso para o Estado as obrigações que o § 1.º impõe às associações autorizadas.

Art. 3.º - Serão anualmente libertados em cada província do Império tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação...

Art. 4.º - É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O govêrno providenciará nos regulamentos sôbre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.

§ 1.º - Por morte do escravo, a metade do seu pecúlio pertencerá ao cônjuge sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmitirá aos seus herdeiros, na forma da lei civil. Na falta de herdeiros o pecúlio será adjudicado ao fundo de emancipação, de que trata o art. 3.º...

§ 4.º - O escravo que pertencer a condôminos e fôr libertado por um dêstes, terá direito a sua alforria indenizando os outros senhores da quota do valor que lhes

pertencer. Esta indenização poderá ser paga com serviços prestados por prazo não maior de sete anos...

§ 7.º - Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges e os filhos menores de doze anos do pai ou da mãe.

§ 8.º - Se a divisão de bens entre herdeiros ou sócios não comportar a reunião de uma família, e nenhum dêles preferir conservá-lo sob seu domínio, mediante reposição da quota, ou parte dos outros interessados, será a mesma família vendida e o seu produto rateado...

Art. 6.º - Serão declarados libertos:

§ 1.º - Os escravos pertencentes à nação, dando-lhes o govêrno a ocupação que julgar conveniente.

§ 2.º - Os escravos dados em usufruto à Coroa.

§ 3.º - Os escravos das heranças vagas.

§ 4.º - Os escravos abandonados por seus senhores. Se êstes os abandonarem por inválidos, serão obrigados a alimentá-los, salvo o caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo juiz de órfãos.

§ 5.º - Em geral, os escravos libertados em virtude desta lei ficam durante 5 anos sob a inspeção do govêrno. Êles são obrigados a contratar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos. Cessará, porém, o constrangimento do trabalho, sempre que o liberto exigir contrato de serviço.

Art. 8.º - O Govêrno mandará proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes do Império, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se fôr conhecida.

§ 1.º - O prazo em que deve começar e encerrar-se a matrícula será anunciado com a maior antecedência possível por meio de editais repetidos, nos quais será inserta a disposição do parágrafo seguinte.

§ 2.º - Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados não forem dados à matrícula, até um ano depois do encerramento desta, serão por êste fato considerados libertos.

§ 4.º - Serão também matriculados em livro distinto os filhos da mulher escrava, que por esta lei ficam livres. Incorrerão os senhores omissos, por negligência, na multa de 100\$000 a 200\$000, repetidas tantas vêzes quantos forem os indivíduos omitidos, e por fraude nas penas do art. 179 do código criminal.

§ 5.º - Os párocos serão obrigados a ter livros especiais para o registro do nascimento e óbitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os párocos à multa de 100\$000.

Art. 9.º - O Govêrno em seus regulamentos poderá impor multas até 100\$000 e penas de prisão simples até um mês.

Art. 10.º - Ficam revogadas as disposições em contrário. Manda, portanto, a tôdas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 28 de setembro de 1871, 50.º da Independência e do Império

Princesa Imperial Regente - Teodoro Machado Freire Pereira da Silva.

ANEXO :II . Anúncios de jornais das décadas de 1770 e 1880 sobre escravismo em Sorocaba.

ANNUNCIOS

Na rua da Penha nº. 150, compra-se escravos por menor preço do que em outra parte. Também vende-se. (Jornal: Sorocaba , nº. 2 , 27 de março 1870 .)

Anda fugido há mais de dous annos de Sorocaba Paulo pertencente à Pedro Vaz de Almeida, de idade de 24 annos, alto, delgado de corpo, preto retincto, olhos grandes, bons dentes, nariz chato, ventas redondas , barba quase cerrada : sabe ler e escrever , é bom domador e inclinado a tocar viola. Consta andar armado de dous canos.

Quem apresentl-o a seu senhor será gratificado com quantia supra. Sorocaba, 20 de fevereiro 1870 (Jornal : Sorocaba , nº. 2 , 27 de março 1870).

Vende-se uma escrava creolla de nome Florinda, já idoso, quem pretender dirija-se á rua da Margen, a tractar com Jose Almeida Tavares. (Jornal: O Sorocabano , nº. 19 , 19 de junho 1870).

Esta fugido há mais de tres annos o escravo Paulo, de bonita phisionomia, de 26 annos de idade, alto, retincto, barabado, olhos grandes, de nariz chato ventas redondas e perfeita dentadura, é bom domador de animaes, sabe ler e escrever, e é inclinado a tocar viola e a dançar. Consta armado de faca e garrucha trochada.

É escravo de Pedro Vaz de Almeida, desta cidade, que gratificará com a quantia de 30\$000 á quem lh o apresentar , ou em sua ausência ao sr. Antonio Joaquim Dias. Sorocaba , 6 de junho de 1870. (Jornal O Sorocabano , nº. 19 , 19 de junho 1870.)

ANNUNCIOS

Ama de Leite

Na rua municipal nº. 13 , encontra-se para alugar-se (O Sorocabano, nº. 36 , 6 de outubro 1870.)

ANNUNCIOS

Escrava á venda.

Acha-se uma em casa de Joaquim Marques da Silva, tem de idade 25 a 30 annos, cosinha, lava e engomma perfeitamente ,

quem pretender, dirija-se ao annunciante, á rua da Ponte, nº. 10. Sorocaba 9 de novembro de 1870. Joaquim Marques da Silva. (O Sorocabano, nº. 42 , 11 de novembro 1870.)

ANNUNCIOS

Precisa-se de uma ama de leite. A tractar na Rua das Flores nº. 34 .” (O Sorocabano , Nº. 43 , 20 de novembro 1870.”

NOTICIARIO

Liberdade – As sras. d..d. Francisca do Amaral Prestes Anna Loureiro de Almeida Paes e Maria Loureiro de Almeida Paes , viúva e filha do fallecido coronel Bento Manoel de Almeida Paes , Libertarao no respectivo inventário o escravo Benedicto, requerendo que o valor deste fosse carregado em seus quinhos.” (O Sorocabano , nº. 44 , 4 de dezembro 1870).

NOTICIARIO

Liberdade – Falleceu o tenente Antonio de Almeida Leite , de 85 annos , deixando 17 libertos, e doando-lhes sua fazenda do Pilar. Deixou o remanescente dos bens aos pobres . (O Sorocabano , 7 de dezembro 1870).

NOTICIARIO

Emancipação – O Club Palestra officiou ao sr. Juiz de orfhãos communicando ter libertado por 250\$ 00 Maria, fula, nascida n esta cidade, filha de Joaquim escrava que foi de Francisco de Paula e Oliveira. A directoria da sociedade é composta dos srs. Eduardo Antero A . Moreira e tenente Fleury. (O Sorocabano, nº. 47 , 21 de dezembro 1870).

ANNUNCIOS

Fabrica de Ferro de São João do Ypanema

Este estabelcimento contacta pelo espaço de seis mezes para o sustento dos escravos da nação e enfermaria , a principiar do 4º de janeiro do futuro anno com quem melhor vantagem oferecer os seguintes gêneros , a saber:

Carne verde, Bacalhao, Toucinho limpo, Assucar mascavo, Café em grao, Feijao , Arroz, Farinha de milho ou de mandioca , Milho , Sal, Vinagre, Azeite para luz, Velas , Sabão da terra, Galinhas , Cha , Assucar alvo. Pão, Araruta, Tapioca, algodão do paiz, Algodãozinho, dito trançado tinto dito riscado. Baeta azul e vermelha de primeira sorte. Cobertores de lã . Estes gêneros devem ser de primeira qualidade e entregues no estabelecimento, as propostas serão aberta , no dia 18 do

corrente mez ao meio dia , em presença dos proponentes que se acharem presentes.

Para qualquer informação se dará no mesmo estabelecimento.

Fabrica de ferro de S. João de Yapanema, 7 de dezembro de 1870.

D. J. P. das Neves

Almorarife. (O Sorocabano , nº. 47 , 21 de dezembro 1870).

ANNUNCIOS

N esta typografia vende:

Uma escrava, 22 annos prestimosa.

Uma dita, de 20 annos, mulata , idem.

Um muleque de 21 annos, mulato. (O Sorocabano , nº. 58, 22 de abril 1871).

Nesta typografia se tem para vender por um conto e duzentos mil reis uma escrava sadia, tendo idade de 30 annos mais ou menos. (O Sorocabano , nº. 58 , 22 de abril 1871) .

ANNUNCIOS

Anda fugido há mais de dous annos de Sorocaba o escravo Paulo pertencente à Pedro Vaz de Almeida, de idade de 24 annos, alto, delgado de corpo , preto retincto, olhos grandes, bons dentes, nariz chato, ventas redondas, barbas quase cerrada: sabe ler e escrever é bom domador e incluindo a tocar viola. Consta andar armado de faca e garrucha de dous canos. Quem apresental-o a seu senhor será gratificado com quantia supra.

Sorocaba, 20 de fevereiro 1870. (“O Sorocabano”, 27 de março 1870)

Quem precisar de um camarada para o serviço de pegar negros fugido, lidar com animaes, cobrança etc

Para informação com Joaquim Manoel de Almeida á rua São Francisco nº. 112. (“Diário de Sorocaba”, 11 de fevereiro, 1881).

ANNUNCIOS

Precisa-se de alguns rapazes de 12 annos para cima para o serviço de padaria, libertos, ou escravos, preferindo-se estes últimos. Trata-se com Jose Rodrigues Jorge, na padaria União á rua Aurora , á rua do comercio .

Muita Atenção

Fugio em 23 de fevereiro 1864, fazenda da Conceição de Theresopolis, á serra do Campim, o escravo criollo de nome

Joaquim, tropeiro . 23 de Julho de 1870. (“O Sorocabano” nº. 30, 7 de setembro de 1870).

Noticiário

Há 20 dias foi ferido por uma balla e uma carga de chumbo o alfaiate Benedito Antonio , por ocasião de effectuar a prisão de um escravo fugido. Dizem que o ferimento foi declarado leve, e o facto casual, pelo que não se procedeu officio. (“O Sorocabano” , nº. 34 , 26 de setembro de 1870).

Noticiário

Tentativa de suicídio consta que um escravo fugido de sr. Manoel Pedroso, sendo agarrado pelo sr. Lucio de Mascarenhas , tentou suicidar se cortando a garganta com uma faca de ponta de londa que trazia occulta, o que teria effectuado si não o acudissem. Dizem-nos que ficou muito offendido, mas ignoramos si corre perigo. (“O Sorocabano” nº. 36 , 6 de outubro 1870).

Noticiário

Assassinato. Na chácara do sr. José Maria, em noite de 23 percebendo-se que alguém tentava pegar animaes no pasto, sahiram todo escravos e rodeiaram o ladrão, que vendo-se em perigo, matou com um tiro e um dos escravos, e ameaçou matar os mais que se approximassem. Fugiu sabendo-se apenas que é um preto. (O Sorocabano nº. 40 , 26 de outubro 1870.)

Noticiário

Tentativa de morte . Francisco Martins Bonilha, vindo da roça recebeu no rosto um trio disparado, segundo se suppõe. (“O Sorocabano” nº. 42 , 11 de novembro 1870.)

Policia – Consta que o sr. Marques conseguiu descobrir quem é o assassino do escravo do dr. José Maria. Ainda um negro fugido, si não é um novo romance, como a historia de furtos de cavallos. (“O Sorocabano” nº. 42, 11 de novembro 1870).

Noticiário

Roubo- consta-nos ter-se ultimamente descoberto que o roubo de tres contos e trezentos mil reis, soffrido pelo sr. Antonio Maria Góes, foi praticado por Zefirina, de 42 anos, escrava da viúva de João Pinto da Costa Bastos . Ouvimos diser que ainda foram encontrados quatro contos de mil reis em poder da ladra. (“O Sorocabano” nº. 48 , 27 de dezembro 1870.)

ANNUNCIOS

A 26 do mez passado fugio o escravo Benectido, pertencente á Francisco Ferreira Prestes , o qual tem mais ou menos, 30 anos de idade e os signaes seguintes preto, natural de Minas, altura regular , fino de corpo e conserva sempre um olhar mais feixado que o outro . Este escravo foi comprado ao sr. Fernandes Lopes de Sousa Freire, tendo sido antes do sr. Antonio Jose da Silva braga . Desconfia-se que queira justar-se como camarada em alguma tropa que siga para Minas. Quem o prender e entregar a seo senhro nesta cidade, ou recolher em alguma cadêa mais próxima do lugar da prizão será gratificado com a quantia de 50\$000. Sorocaba, 2 de junho 1870. (“O Sorocabano, 19 de junho de 1970).

Noticiário

D. d Angel Maria Madureira e Sousa fugirão no dia 29 de novembro do anno passado 4 escravos sendo:

Balduino, idade 25 annos mais ou menos mulatos, com barba no queixo so de um lado, com dentes podres na frente .

João de idade 22 annos mais ou menos, preto tambem com os dentes da frente arruinados, alto nariz aparrado.

Francisco idade 18 a 20 annos, fula com dentadura perfeita, bonita figura.

Lourenço idade 18 annos mais ou menos, fula , baixo com dentadura perfeita . Consta que andao no lpero, quem os apprender, e entregar á referida senhora será gratificada com quantia de 50\$000 por cada um.

(“O Sorocabano”, 7 de janeiro 1871).

Noticiário

Suicídio Enforcou-se o escravo Vennancio de 15 annos de idade, pertencente ao sr. Antonio Jose Ribeiro. A policia procedeu a exame no cadáver

ANEXO III . Artigo de Aluísio de Almeida publicado no jornal Cruzeiro do Sul 4 e 5 de fevereiro de 1969

Crueldade e mansidão dos senhores escravos.

Lá e cá mas fadas há. Para a historia interessa a verdade somente a verdade. Não pode passar em julgado a afirmação generalizada de que a escravidão negra no Brasil, e na América Espanhola foi mais benigna do que nos Estados Unidos. Essa tese histórico – sociológica tem muitos defensores em nosso Pais, sendo o mais qualificado, Gilberto Freyre, desde o seu livro principal “Casa Grande e Senzala” e sobretudo de 1951 a 1963. segundo Magnus Morner, professor

da universidade de Columbia , nos Estados Unidos , os estrangeiros defensores dessa tese tão simpática são Frant Tannembaum (1947). Gilberto Williane (1930) e Stanley Elkins (1959).

Os argumentos apresentados lembram a legislação, as alforrias voluntárias, a situação especial dos escravos domésticos, e natureza dos trabalhos. Mestre Florestan Fernandes (1960) é mais pela escravidão mitigada. Em Sorocaba o único trabalho impresso sobre sociologia até agora existente é em parte o de Florestan , quando estudante sobre a vida de João de Camargo. Entretanto hoje se dá muito valor às monografias locais.

Posso até mudar de opinião, mas ousou afirmar que para o Brasil em geral, o regime de escravidão foi melhor do que nos Estados Unidos, mas não deixou de ser cruel, crudelíssima, monstruoso e que a mitigação somente existiu em condições especiais e locais, por exemplo, entre os trabalhadores urbanos e domésticos.

Manuel Cardoso (1961) provou que a escravidão no rio Grande do sul foi mais benigna, porque os escravos eram boiadeiros. Podemos chegar a mesma conclusão em Sorocaba onde os escravos tropeiros eram bem tratados.

Mas havia meia dúzia de grandes engenhos de cana em 1850 mais ou menos, pois nossa cidade pertenceu a área cafeeira . Mesmo assim senhores de engenho eram bons para os seus servos .

Somente pude rastrear as tradições orias de dois grandes engenhos dos Madureira e outro do Caguassu. Os donos não eram cruéis. Os escravos do capitão-mór . Manuel Fabiano de Madureira tinham direito a uns potinhos de melado e a vir vendê-los todos os sábados na cidade e andavam bem limpinhos. Dona Ângela queixava-se, porém, de que lês, arranjando um dinheirinho compravam a pinga e voltavam sem um vintém, nunca podendo alforriar-se.

Mas havia em muitas fazendas, inclusive na célebre casa grande do Itavuvu, instrumentos

de suplicio e até um quarto destinado para isso. O nosso Museu Histórico Sorocabano num de seus primeiros salões, anjinhos correntes e outros instrumentos usados para os suplícios dos escravos em nossa região . (Jornal: Cruzeiro do sul , 4 de fevereiro de 1969)

Crueldade e mansidão dos senhores de escravos. (segunda parte)

Em minha casa estive em 1940, o saudoso ancião sr. Ovídio do Amaral, sobrinho do santo monsenhor João Soares . Ele contou-me que ainda mocinho, pouco antes de 1888, foi feitor na fazenda paterna do bairro do Itapeva (hoje município de Votorantim) e acompanhava os servos á roça . Era um homem bom, nada cruel.

Os Alves e os Loureiros eram bons fazendeiros . Américo Alves, nascido á rua das Flores (hoje Mons. João Soares0, deixou em 1843 aos escravos a sua fazenda no Guarai . O mesmo fez 1870 Antonio Leite Penteado sorocabano, com á sua fazenda de Pilar.

Em suma, há evidencia da mitigação no regime não só com os tropeiros que viajavam nas mesmas condições físicas e livres que os patrões, a cavalo (só os da tropa arriada iam a pé), mas também como lavradores.

Os escravos de Antonio Lopes de Oliveira tinham até banda de músicos. Quanto aos escravos artesões que tanto ganham para os senhores fabricando objetos para serem vendidos nas feiras equiparam-se aos domésticos e não consta que as boas famílias sorocabanas tivessem judiado de gente que fazia parte da família. Na cidade algumas casas térreas como a do capitão Inácio Dias de Arruda, tinham senzala no quintal.

Note-se o numero de escravos não era demasiado, somente nos engenhos atingindo a cem por casa grande. A mitigação era favorecida pelo trabalho livre: tanto na roça como na cidade como na cidade homens livre ganhavam jornais e não e não temiam trabalho junto aos servos.

Somente quando acaba o tráfico depois de 1854 e vegetam as pequenas fazendas de café em Sorocaba é que a cidade de Campinas e o chamado oeste começa a absorver a mão de obra de Sorocaba e região.

Os fabricantes desse comércio interno levavam por si ou terceira pessoa os derradeiros escravos mais fortes para os cafezais. Lá trabalhavam no eito , onde se alcançava o chicote do feitor se abusassem ou cansassem.

“-Negro do diabo, eu te vendo pra Campinas!”. Era a exclamação que deixava bonzinho qualquer escravo recalcitante. É também dessa época do ultimo quartel do século do cativo o aparecimento de um senhor cruel cujo o nome fica as calendas gregas, por motivos óbvios.

A esses fatores negativos devemos acrescentar com três casos de sacrifício dos brancos pelos negros um em 1835, outro em 1841 e o terceiro em 1881, isto é, assassino de dois feitores e um senhor. Além disso ficou documentado nas Atas da Câmara em 1835 os boatos que ocorreram em Sorocaba de uma frustrada insurreição geral dos escravos em toda a Província.

Eu diria, concluindo que 60 a 70% dos escravos sorocabanos tiveram a sua situação abrandada pela ternura humana . (Jornal “Cruzeiro do Sul”, 5 de fevereiro 1969).

ANEXO IV . Livro de registro de carta de liberdade aos escravos da Fábrica de Ferro São João do Ypanema e Estabelecimento Naval do Itapura, 1872 .(capa)



Fonte: Arquivo Estado de São Paulo

ANEXO IV . Livro de registro de carta de liberdade aos escravos da Fábrica de Ferro São João do Ypanema e Estabelecimento Naval do Itapura, 1872 (p.01)

1872.

Carta aos escravos da Nação Mianzel Guadalupe.

O Bacharel Thomaz de José Fernandes da Costa Pereira Junior, Presidente da Província de São Paulo Sr. Sr. Sr.

Faço saber aos que a presente Carta virem, que de conformidade com o disposto no artigo 6.^o paragrapho 1.^o da Lei n.^o 2040 de 28 de Setembro de 1871, foi declarado liberto o escravo da nação, por nome Mianzel Guadalupe cor preta natural de S. Thomé de idade de 15 annos, como officio de carneiro, o qual se acha ao serviço da Fabrica de ferro de S. João do Ypanema, com a clausula de ficar sujeito, durante cinco annos, a inspecção do Governo e de aceitar a occupação que por este lhe for designada, dentro do dito prazo. E, para garantir lhe o pleno gozo da liberdade que pela Lei lhe foi conferida, mandei passar lhe em execução do Decreto n.^o 4,815 de 11 de Setembro de 1871, a presente Carta, por mim assignada, a qual as autoridades, a quem competir, farão guardar e cumprir como nella se contém.

Palacio do Governo de S. Paulo 30 de Janeiro de 1872. José Fernandes da Costa Pereira Junior.

Idem aos escravos constantes da relação abaixo transcripta.

ANEXO IV . Livro de registro de carta de liberdade aos escravos da Fábrica de Ferro São João do Ypanema e Estabelecimento Naval do Itapura, 1872 (p.02)

Relação dos escravos da Fábrica existentes na
Fábrica de ferro de S. João do Ypanema, aas quaes
se refere o Aviso dirigido nesta data a Presiden-
cia da Provincia de S. Paulo.

N.º	Nomes	Naturalidade	Idade	Sexo	Estado	Profissão
1	Manoel Guadalupe	S. Thomé	75 annos	Breto solteiro		Carreiro
2	Manoel do	Angola	67 "	Idem viuvo		Idem
3	Manoel Vicente	Biahy	66 "	Idem Idem		Campesino
4	Louiz Francisco	Mocimbo	66 "	Idem solteiro		Bezeiro
5	Synacio	Biahy	61 "	Barão Idem		Carreiro
6	Mariano Teixeira	S. Cruz	53 "	Breto casado		Ferreiro
7	Gregorio, casado com	Biahy	20 "	Idem Idem		Idem
8	Antey	Ypanema	17 "	Idem Idem		
9	Candido, casado com	Biahy	19 "	Barão Idem		Mineiro
10	Sabina. Filhos:	Ypanema	11 "	Idem Idem		
11	1.º Graciliano	Idem	2 "	Idem		
12	Calisto, casado com	Biahy	17 "	Idem Casado		Oleiro
13	Candida. Filhos:	Ypanema	14 "	Breta Idem		
14	1.º Justino	Idem	2 "	Barão		
15	José Maria, casado com	Biahy	17 "	Idem Casado		Ferreiro
16	Isalina	Ypanema	15 "	Idem Idem		
17	Zeferino, casado com	Biahy	17 "	Breto Idem		Tropeiro
18	Eugenia. Filhos:	Ypanema	16 "	Idem Idem		
19	1.º Saturno	Idem	9 meses	Idem		
20	Fernão, casado com	Biahy	11 annos	Idem Casado		Carreiro
21	Maria Joaquina	Ypanema	25 "	Idem Idem		
22	Julio Cezar	Idem	18 "	Barão solteiro		Fundidor
23	Francisco	Biahy	18 "	Breto Idem		Campesino
24	Theotonio	Idem	18 "	Idem Idem		Mineiro
25	Benceslão	Idem	18 "	Idem Idem		Bezeiro
26	Gil	Idem	17 "	Idem Idem		Carreiro
27	João Evangelista	Idem	14 "	Idem Idem		Mineiro
28	Salino	Idem	14 "	Barão Idem		Ferreiro

Fonte: Arquivo Estado de São Paulo

ANEXO IV . Livro de registro de carta de liberdade aos escravos da Fábrica de Ferro São João do Ypanema e Estabelecimento Naval do Itapura, 1872 (p.03)

N.º	Nomes	Naturalidade	Idade	Cor	Estado	Profissão
29	Honorato Sant Anna	Bianhy	11 annos	Breto	Solteiro	Oleiro
30	João Rosendo	Idem	16 "	Barão	Idem	Fundido
31	Antonio Bianhy	Idem	16 "	Idem	Idem	Idem
32	Augusto	Idem	15 "	Idem	Idem	Carroceiro
33	Esperidião	Idem	16 "	Idem	Idem	Idem
34	Honorato 1.º	Idem	16 "	Breto	Idem	Carroceiro
35	Mathias	Idem	16 "	Idem	Idem	Carroceiro
36	Modesto	Idem	16 "	Idem	Idem	Carroceiro
37	Anselmo	Idem	16 "	Idem	Idem	Idem
38	Simplicio	Idem	15 "	Idem	Idem	Idem
39	Bernardo	Idem	15 "	Barão	Idem	Fundido
40	Damião	Idem	11 "	Idem	Idem	Enfanceiro
41	João Segundo	Idem	15 "	Idem	Idem	Carroceiro
42	Alberto	Idem	14 "	Breto	Idem	Idem
43	Celestino	Ypanema	14 "	Idem	Idem	Fundido
44	João de Deus	Bianhy	13 "	Barão	Idem	Carroceiro
45	Raphael	Ypanema	10 "	Breto	Idem	Servente
46	Henriqueta	Marjolo	74 "	Idem	Viúva	—
47	Rosa	Marjolo	68 "	Idem	Idem	—
48	Sebastiana Theresa	S. Cruz	60 "	Idem	Solteira	—
49	Eliza. Tithos.	S. Cathar	47 "	Idem	Viúva	—
50	1.º Eduardo	Ypanema	19 "	Idem	Solteiro	Carroceiro
51	2.º Antonio Ypanema	Idem	14 "	Idem	Idem	—
52	3.º Eliza	Idem	13 "	Idem	Idem	—
53	4.º Feliziana	Idem	10 "	Idem	Idem	—
54	5.º Adolpho	Idem	3 "	Idem	Idem	—
55	Venancia Teixeira	Rio de Sul	42 "	Idem	Casada	—
56	Maria da Graça. Tithos.	S. Cathar	40 "	Idem	Idem	—
57	1.º Benedicto	Ypanema	11 "	Idem	—	—
58	2.º Faustino	Idem	7 mezes	Idem	—	—
59	Maria Francisca. Tithos.	Rio de Jan	31 annos	Idem	Casada	—
60	1.ª Emilia	Ypanema	13 "	Idem	—	—

ANEXO IV . Livro de registro de carta de liberdade aos escravos da Fábrica de Ferro São João do Ypanema e Estabelecimento Naval do Itapura, 1872 (p.04)

N.º	Nomes	Localidade	Lugar	Cor.	Estado	Profissão
31	2. ^a Cecília	Ypanema	Mimos	Bela	—	—
32	Constantina	Itapem	Itapem	—	—	—

Secretaria d'Estado das Negocias da Fazenda
 em 2 de Janeiro de 1874.
 José Severiano da Rocha

Registro das Cartas de liberdade passadas
 aos escravos da Nação ao serviço do
 estabelecimento Naval do Itapura.

Carta ao escravo João Pedro

O Bacharel Tomado José Bernardino da Costa
 Pereira Junior, Presidente da Provincia de São Paulo,
 S. C. B. — Faço saber aos que a presente Carta
 virem, que, de conformidade com o disposto no arti-
 go 5.^o, parágrafo 1.^o da Lei n. 2046 de 28 de Se-
 tembro de 1874, foi declarado livre o escravo da
 Nação, por nome João Pedro, cor preta, natural
 de de idade de 19 annos, com o officio de
 e que se acha ao serviço do estabelecimento Naval
 do Itapura; com a clausula de ficar sujeito, du-
 rante cinco annos, á inspecção de Guernu, e de
 occitar a occupação que por este lhe foi designa-
 do, dentro de referido prazo. E para constancia
 e plene gozo da liberdade que pela Lei lhe foi

ANEXO IV . Livro de registro de carta de liberdade aos escravos da Fábrica de Ferro São João do Ypanema e Estabelecimento Naval do Itapura, 1872 (p.05)

conferida, mandei passar-lhe, em execução da Decreta n. 4345 de 11 de Novembro de 1871, a presente Carta, por mim assignada, a qual, as autoridades a quem competir, farão guardar e cumprir como nella se contém. Retacao do Governo de São Paulo, em 15 de Janeiro de 1872. - José Firmiano da Costa Pereira Jur. Sec. -

Adem dos escravos que estão ao mesmo serviço, cujos nomes são abaixo transcriptos. -

N.º	Nomes	Idades	Coras
1.	Mariano	7 annos	Branca
2.	Sara	1	"
3.	Eulalia	3	"
4.	Estephania	5	"
5.	Afonso	19	Branca
6.	Martins	3	"
7.	Imérico	10	"
8.	Augusto	8	"
9.	Agrelino	9	"
10.	Candido	11	"
11.	Fernando	19	"
12.	Horindo	9	"
13.	Mariano Niaz	8	"
14.	Thyphelito	12	"
15.	Julio	9	"
16.	Manoel José	12	"
17.	Pedro	9	"
18.	Rosalino	9	"

ANEXO IV . Livro de registro de carta de liberdade aos escravos da Fábrica de Ferro São João do Ypanema e Estabelecimento Naval do Itapura, 1872 (p.06)

Nº	Nomes	Idade	Cor
10	Leferino	44 anos	Branco
11	Inocência	26 .	..
12	Anna	39 .	..
13	Antônia	16 .	..
14	Berninda	37 .	..
15	Clemencia	46 .	..
16	Constança	37 .	..
17	Laudiccia	4 .	..
18	Catharina	48 .	..
19	Conrado	1 .	..
20	Carolina	30 .	..
21	Cyrro	1 .	Tarda
22	Delina	38 .	Branco
23	Dorothea	17 .	..
24	Maddalena	38 .	..
25	Filigrada	13 .	..
26	Juliana	17 .	..
27	Isacarias	5 meses	Tarda
28	Lucia	40 anos	..
29	Marceta	16 .	Branco
30	Marcetina	15 .	..
31	Maria Esperanca	14 .	..
32	Maria Ignacia	38 .	..
33	Maria do Reis	9 .	..
34	Rautina	20 .	..
35	Domingos	10 .	..

Fonte: Arquivo Estado de São Paulo

ANEXO V. Quadro demonstrativo de matrícula onde acham contemplados menores escravos cuja condição servil foi verificada, 1887. (capa).

Sexta Seção

 *Quadro demonstrativo*  do exame procedido nas relações
da nova matrícula onde se acham contemplados Menores escravos, cuja
condição servil foi verificada.

O chefe da 6ª seção

V. Viegas Filho


São Paulo
Secretaria do Governo
1887

Continuação : ANEXO V. Quadro demonstrativo de matrícula onde acham contemplados menores escravos cuja condição servil foi verificada, 1887. Sorocaba nº. 09

Sexta - Secção

Quadro demonstrativo de exame procedido nas relações da nova matrícula onde acham contemplados menores escravos cuja condição servil foi verificada

	Localidades	Nomes dos menores	Data do offcio enviado	Data da resposta	Resultado	Observação
1	Araçás	Júri e Sabonero	10 de Maio de 1887	12 de Maio	Foram a condição servil, com <u>certidão de batizmo</u>	Concluido
2	Capital	Paul, Helena e Joaquim	No offcio que acompanham de relação enviados e	"
3	Espirito Santo de Pinhal	Amaro, Laura e Benedicta	30 de Abril " "	5 de Maio	Collecão feita as informações sufficientes Foram com documentos por copia.	"
4	São Sebastião	Julia, Agostinho e João	18 de Maio " "	3 de Junho	" " " " " "	"
5	Mogy Mirim	João	2 " Junho	7 de Junho	" " " " <u>certidão de batizmo</u>	"
6	São João dos Campos	Benedicta	28 " Abril	5 de Maio	" " " " " "	"
7	Botas	Dionysio, Olympio e Elias	30 " Abril	5 de Maio	" " documentos por copia	"
8	Santa Barbara	Picorco, Antonia e Maria	10 " " "	28 de Abril " "	" " <u>certidão de batizmo</u> "	"
9	Sorocaba	Luiza, Mathilde e Lucinda	11 " Julho	26 de Julho	sem documento	"
10	Santo Amaro	Domingos e Luiz	4 " Maio	10 de Maio	" " " " " "	"
11	Siquape	Domingos e Luiz	14 e 23 de Maio	11 e 28 de Maio	" " documentos por copia	"
12	Siquape	Marianna, Joaquim, Pedro, Francisco, Sofia e Magdalena	28 de Abril e 11 de Julho	14 de Maio e 21 de Julho	" " " " " "	"
13	Siquape	Maria, Luiz, Joana, Rosina, Thery e Margarida	28 de Maio	2 de Junho	" " " " " "	"
14	Siquape	Juliana, Estelita, Josephina, Luiz, Maria e Baptista	24 de Maio	24 de Maio	" " " " " "	"
15	Siquape	Sebastião	2 de Junho	6 de Junho	" " " " " "	"
16	Piracicaba	Maria, Mariana, Barbara, Feliana, Justina, Hortencia, João Paulo e Rutilo	25 de Abril	1 de Maio	" " " " " "	"
17	Mogy das Cruzes	Rogaria	18 de Maio	20 de Maio	" " " " " "	"
18	Nananal	Julia, Gerolamo, João Carlos, Benedicta, Felicia, Remedina, João, José, etc. etc. Luiz, Margarida, Baptista, Thery, Joana, Luiz, etc. etc. Rogaria e Rafael	30 de Abril e 14 de Julho	7 e 17 de Maio e 19 de Julho	" " " " " "	"

Fonte: Arquivo Estado de São Paulo

ANEXO VII. Quadro demonstrativo: Relação dos municípios da província de São Paulo e dos escravos matriculados em cada um deles, os quais cabem quantias de quotas para libertação dos escravos em virtude da Lei de 28 de setembro 1871. Sorocaba nº. 79.

Relação dos Municípios da Província de São Paulo e dos escravos matriculados em cada um d'elles, os quales cabem quantias de quotas para libertação dos escravos, de accordo com a Lei de 28 de setembro de 1871.

Quotas a distribuir.

<i>Ordem de número</i>	<i>Municípios</i>	<i>5º</i> <i>districto</i> <i>de</i> <i>quotas</i>	<i>2º</i> <i>quotas</i> <i>pro</i> <i>víncia</i>	<i>Residência</i> <i>da</i> <i>1ª</i> <i>districto</i> <i>quocia</i>	<i>Total</i> <i>por</i> <i>cento</i> <i>a</i> <i>cada</i> <i>município</i>	<i>Observações</i>
1	Araraquã	1578	2.922,922	1.978,721	2.421,823	10.885,895
2	Araras	2422	2.616,307	868,176	1172	3.484,653
3	Atibaia	954	1.222,177	208,154	120,154	1.440,485
4	Barra Mansa	1222	2.362,103	728,124	212,111	3.292,338
5	Bebedouro	205	52,164	184,100	3,133	744,898
6	Boa Vista	225	366,771	120,112	252,111	755,860
7	Botucatu	2923	5.803,108	2.219,188	70,145	11.892,573
8	Brasília	2062	2.624,889	872,102	1	3.577,061
9	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
10	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
11	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
12	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
13	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
14	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
15	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
16	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
17	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
18	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
19	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
20	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
21	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
22	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
23	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
24	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
25	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
26	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
27	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
28	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
29	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
30	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
31	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
32	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
33	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
34	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
35	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
36	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
37	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
38	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
39	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
40	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
41	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
42	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
43	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
44	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
45	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
46	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
47	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
48	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
49	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
50	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
51	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
52	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
53	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
54	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
55	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
56	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
57	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
58	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
59	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
60	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
61	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
62	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
63	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
64	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
65	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
66	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
67	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
68	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
69	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
70	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
71	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
72	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
73	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
74	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
75	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
76	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
77	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
78	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
79	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
80	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
81	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
82	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
83	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
84	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
85	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
86	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
87	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
88	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
89	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
90	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
91	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
92	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
93	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
94	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
95	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
96	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
97	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
98	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
99	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
100	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
101	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
102	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
103	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
104	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
105	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
106	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
107	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
108	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
109	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
110	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
111	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
112	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
113	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
114	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
115	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
116	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
117	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
118	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
119	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
120	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
121	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
122	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
123	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
124	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
125	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
126	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
127	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
128	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
129	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
130	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
131	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
132	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
133	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
134	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
135	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
136	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
137	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
138	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
139	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
140	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
141	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
142	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
143	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
144	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
145	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
146	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
147	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
148	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
149	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
150	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
151	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
152	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
153	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
154	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
155	Botucatu	1160	1.486,365	170,160	1	1.977,045
156	Botucatu	485	62,167	20,145	1	82,312
157	Botucatu	2221	2.221,209	265,112	118,111	3.504,532
158	Botucatu	1953	2.502,198	826,112	1	3.329,310
159	Botucatu	1160	1.486,365			

Continuação: ANEXO VII. Quadro demonstrativo: Relação dos municípios da província de São Paulo e dos escravos matriculados em cada um deles, os quais cabem quantias de quotas para libertação dos escravos em virtude da Lei de 28 de setembro 1871. Sorocaba nº. 79.

<i>Ordem de</i> <i>numeros</i>	<i>Municípios</i>	<i>Escravos</i> <i>matriculados</i>	<i>5ª</i> <i>distribuição</i> <i>de quotas</i>	<i>2ª</i> <i>quota</i> <i>província</i> <i>total</i>	<i>Resíduo</i> <i>da 1ª</i> <i>distribuição</i>	<i>Total</i> <i>por</i> <i>território</i> <i>de cada</i> <i>município</i> <i>por</i>	<i>Observações</i>
21	Marquês de São Paulo	48534	104 027 1579	60 767 1717	13 702 1333	238 532 1867	
22	Rio Claro	2172	79 077 82	250 1991	28000	1 054 1873	
23	Pinheiro	3121	4 457 566	1 172 663	441 1046	637 110 85	
24	Blauvico	383	47 102 28	102 005	177 1376	852 1623	
25	São Paulo de Sapucahy	587	880 1652	290 1601	1	1 171 1653	
26	Santa Amara	210	257 1475	35 1830	201 1561	1 557 1805	
27	São de Passagem	3074	3 923 1779	100 01302	65 7 1001	2 906 1332	
28	Santa Barbara	262	336 1027	110 1826	1	446 1853	
29	Santa Isabel	311	322 1796	131 1533	1	453 1348	
30	São José do Rio Preto	32	41 1397	13 1536	62 1021	12 5 1359	<i>de quota provincial</i>
31	Santa Rita do Sapucahy	253	272 1878	75 1557	1	347 1437	
32	São José do Jacuhy	104	123 1627	43 1779	24 1 533	42 1 174	<i>de quota provincial</i>
33	Alfama	85	109 1290	35 1955	27 1 777	43 1 022	
34	S. José do Rio Preto	505	7 257 457	239 1418	107 1 173	1 424 1 042	
35	Santa Helena	539	690 1884	227 1977	6 22 1 533	1 547 1 11	
36	Santa Helena	3774	4 854 1877	1596 1402	1	6 431 301	
37	Santa Helena	1127	1 520 1952	502 1 101	1	2 023 1 053	
38	Santa Helena	377	483 1342	159 1471	1 547	644 1 050	
39	Santa Helena	440	571 1731	182 1638	1	753 1 337	
40	Santa Helena	274	324 826	102 1 112	122 1 223	4 077 1 223	
41	Santa Helena	387	1 171 1 176	2 171 1 173	1 1 2 1 223	2 4 2 1 223	
42	Santa Helena	203	1 828 1 648	337 1 867	44 1 121	1 410 1 688	
43	Santa Helena	420	546 1 177	180 1 172	1	726 1 307	
44	Santa Helena	231	321 1 936	106 1 173	296 1 071	724 1 180	
45	Santa Helena	4676	5 990 1 361	1 577 1 148	200 1 171	8 166 1 480	
46	Santa Helena	1029	1 310 1 534	43 5 1 267	5 1 260	1 759 1 081	
47	Santa Helena	2781	3 562 1 866	1 176 1 363	1	4 738 1 329	
48	Santa Helena	670	858 1 675	283 1 410	263 1 117	1 405 1 496	
49	Santa Helena	288	623 1 533	206 1 424	1	831 1 157	
50	Santa Helena	652	848 1 427	284 1 26	227 1 101	1 357 1 584	
51	Santa Helena	503	644 1 748	212 1 767	31 1 582	889 1 079	
52	Santa Helena	105	136 1 191	44 1 837	1	181 1 039	
		173267	222 000 000	73 296 666	19 849 133	315 175 1799	

222.000.000
 73.296.666
 225.296.666

ANEXO VIII. Quadro demonstrativo da população geral da província de São Paulo. Apuração geral da população escrava até junho de 1885. Sorocaba nº 80.

Província de São Paulo
Apuração geral da população escrava até 30 de junho de 1885

Número da escravidão	Município	População geral da escravidão									
		Homens	Mulheres	Crianças	Total	Homens	Mulheres	Total			
1	Assis	5340	6121	1680	594	45	360	483	3272	1401	12405
2	Assis	2054	1417	405	600	20	78	120	687	850	1916
3	Assis	1828	204	205	218	8	36	108	307	434	791
4	Assis	1280	795	370	370	20	161	176	587	321	1927
5	Assis	700	70	21	20	7	21	27	218	191	411
6	Assis	381	475	40	40	5	10	15	110	110	237
7	Assis	250	1201	500	1195	20	270	400	1000	1795	2070
8	Assis	5048	707	407	407	10	70	70	250	250	1100
9	Assis										
10	Assis	1028	1250	728	728	22	170	185	822	280	1508
11	Assis	1028	840	440	50	12	30	40	495	255	750
12	Assis	174	174	174	174	174	174	174	174	174	174
13	Assis	1201	2516	700	680	20	70	100	1000	1000	2500
14	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
15	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
16	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
17	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
18	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
19	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
20	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
21	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
22	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
23	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
24	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
25	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
26	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
27	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
28	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
29	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
30	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
31	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
32	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
33	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
34	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
35	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
36	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
37	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
38	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
39	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
40	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
41	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
42	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
43	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
44	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
45	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
46	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
47	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
48	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
49	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
50	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
51	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
52	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
53	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
54	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
55	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
56	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
57	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000

Número da escravidão	Município	População geral da escravidão									
		Homens	Mulheres	Crianças	Total	Homens	Mulheres	Total			
58	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
59	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
60	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
61	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
62	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
63	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
64	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
65	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
66	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
67	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
68	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
69	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
70	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
71	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
72	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
73	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
74	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
75	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
76	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
77	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
78	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
79	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
80	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
81	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
82	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
83	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
84	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
85	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
86	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
87	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
88	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
89	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
90	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
91	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
92	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
93	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
94	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
95	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
96	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
97	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
98	Assis	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
99	Assis	1000	1								